

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - FCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG**

**VALÉRIA DO Ó LOIOLA**

**CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES,  
LATIFUNDIÁRIOS E AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DO ALTO  
PANTANAL/MT**

Dourados – MS  
2025

**VALÉRIA DO Ó LOIOLA**

**CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES,  
LATIFUNDIÁRIOS E AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DO ALTO  
PANTANAL/MT**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

Dourados – MS  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L834c Loiola, Valéria Do Ó  
CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES, LATIFUNDIÁRIOS E  
AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL/MT [recurso eletrônico] /  
Valéria Do Ó Loiola. -- 2025.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: João Edimilson Fabrini .  
Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.  
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:  
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Expansão Agrícola. 2. Conflitos fundiários. 3. Resistência camponesa. 4.  
Concentração de terras. 5. Alto Pantanal. I. Fabrini, João Edimilson. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

VALÉRIA DO Ó LOIOLA

**CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE CAMPONESES,  
LATIFUNDIÁRIOS E AGRONEGÓCIO NA MICRORREGIÃO DO ALTO  
PANTANAL/MT**

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini – Presidente  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Yukari Mizusaki – Examinadora  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onélia Carmem Rossetto – Examinadora  
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

---

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza  
Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)

---

Prof. Dr. José Adolfo Iriam Sturza  
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)

Aprovada em 03/03/2025

*[...] “Dou respeito às coisas desimportantes  
e aos seres desimportantes.  
Prezo insetos mais que aviões.  
Prezo a velocidade  
das tartarugas mais que a dos mísseis.  
Tenho em mim esse atraso de nascença.  
Eu fui aparelhado  
para gostar de passarinhos.  
Tenho abundância de ser feliz, por isso  
meu quintal é maior que o mundo.”*

*Manoel de Barros*

Dedico a minha filha Ana Vitória, ao meu amado esposo Paulo, à minha querida mãe Antônia e ao meu estimado pai Evangélio cuja presença e amor foram minha inspiração ao longo desta jornada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pela saúde e pela força que me sustentaram ao longo desta jornada acadêmica, especialmente em um período desafiador marcado pela pandemia, que trouxe tantas perdas e impactos profundos à humanidade.

Expresso meu reconhecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento deste estudo, essencial para que eu pudesse desenvolver as análises com tranquilidade, sem a necessidade de conciliar estudo e trabalho. A possibilidade de me dedicar integralmente à pesquisa, sem preocupações com as necessidades básicas, foi imprescindível. Tenho plena consciência de que esses recursos provêm dos tributos pagos pelos trabalhadores brasileiros, e, por isso, deixo registrado meu mais profundo agradecimento.

Registro também minha admiração e respeito ao meu orientador, Prof. Dr. João Edmilson Fabrini, pela orientação cuidadosa ao longo deste percurso. Sou grata por sua paciência ao compartilhar seu conhecimento e por estar sempre disposto a me auxiliar, mesmo à distância. Sua presença constante e as reflexões valiosas foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Mesmo os “puxões de orelha” que recebi por escrito (risos) fizeram parte do processo essencial de aprendizado que a pesquisa exige, e, por isso, também sou grata.

Agradeço imensamente aos membros da banca de qualificação, cujas contribuições foram essenciais para o aprimoramento desta pesquisa. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Onélia Carmem Rossetto, minha gratidão pelos textos valiosos enviados e pelas sugestões pertinentes; ao Prof. Dr. José Adolfo Iriam Sturza, agradeço pelas contribuições enriquecedoras; e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Yukari Mizusaki, registro minha gratidão pelos ensinamentos compartilhados e pela oportunidade de participar de sua disciplina e do estágio de docência. Mesmo em tempos pandêmicos, esses momentos proporcionaram grande aprendizado, ainda que as interações tenham sido limitadas.

Tenho especial apreço pela amizade e parceria construída com Jéssica de Avilla Follmann ao longo desta jornada. Sua presença tornou os desafios mais leves e os momentos difíceis mais suportáveis. Obrigada, minha amiga! Você

estará para sempre em meu coração e, mesmo que a distância nos separe, continuaremos conectadas. Conte sempre comigo.

Agradeço a todos os homens e mulheres camponeses que conheci ao longo desta pesquisa. Sou grata pela confiança demonstrada, por abrirem seus lares e corações para compartilhar suas angústias, medos e desafios cotidianos. Sem a colaboração dos camponeses, trabalhadores do campo, assentados e acampados, esta pesquisa jamais teria se concretizado.

Minha experiência na cidade de Dourados–MS também merece destaque. Sou profundamente grata pela oportunidade de vivenciar, ainda que por um breve período, essa cidade, cuja experiência enriqueceu minha trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) por todo o suporte oferecido, incluindo o auxílio para viagens, que me permitiu apresentar trabalhos e ampliar meus conhecimentos. Essas vivências não somente fortaleceram minha formação, mas também me permitiram conhecer lugares que, de outra forma, talvez não tivesse a chance de visitar.

Deixo aqui meu reconhecimento aos docentes do PPGGEO da UFGD por sua dedicação. Agradeço especialmente à secretária da pós-graduação, Érika, por sua incansável prontidão em ajudar. Sua simpatia e tranquilidade tornam os momentos de dúvida e ansiedade mais fáceis de enfrentar. Minha eterna gratidão, Érika.

À turma do PPGGEO 2020, meu agradecimento sincero. Apesar das circunstâncias desafiadoras impostas pelo distanciamento social durante a pandemia de Covid-19, compartilhamos uma jornada única e desafiadora. Gostaria de ter vivido as disciplinas presencialmente, mas compreendo que as medidas adotadas foram essenciais para preservar vidas. Mesmo assim, aprendemos a valorizar ainda mais as relações humanas e sua importância na construção de nossas trajetórias acadêmicas.

Por fim, agradeço à minha família pelo amor, apoio e compreensão ao longo desta jornada. Ao meu esposo, Paulo, minha filha Ana Vitória, minha mãe Antônia e meu pai Evangélio, meu eterno obrigado por estarem sempre ao meu lado, apoiando incondicionalmente minhas escolhas. Vocês são o que tenho de mais precioso na vida. Amo vocês profundamente.

## RESUMO

Esta tese analisa os conflitos relativos à posse, acesso e controle da terra na microrregião do Alto Pantanal, com foco nos municípios de Cáceres e Poconé, em Mato Grosso. O objetivo é compreender como a apropriação da terra, impulsionada pelo latifúndio e pelo agronegócio, gera disputas entre camponeses, latifundiários e agronegócio. A pesquisa, é fundamentada em um referencial teórico que analisa as dinâmicas de poder e desigualdade no meio rural, revelando que a apropriação da terra é a base para conflitos que podem causar graves consequências sociais, como a expulsão de famílias e enfraquecimento das comunidades rurais. Esses conflitos são analisados a partir das tensões entre a lógica concentradora e excludente do agronegócio e as estratégias de resistência dos camponeses. O estudo ressalta as manifestações dessas dinâmicas, como a perda de acesso a serviços básicos, a desestruturação social e o aumento da dependência econômica das comunidades impactadas. Embora a tese discorra com questões ambientais, como o uso intensivo de defensivos agrícolas, a degradação social emerge como foco central, evidenciando os efeitos de um modelo que aprofunda a desigualdade e a vulnerabilidade no campo. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem participativa, combinando entrevistas aprofundadas e observações diretas das práticas e estratégias das comunidades camponesas, o que permitiu uma compreensão abrangente das dinâmicas de resistência e dos desafios impostos pela hegemonia do agronegócio. Os resultados evidenciam que as estratégias de resistência camponesa incluem desde mobilizações sociais e ocupações até a formação de redes de apoio comunitário, que buscam fortalecer a autonomia das comunidades frente às ameaças impostas pelo agronegócio e latifúndio. Ainda que as discussões sobre políticas públicas não constituam o eixo central desta pesquisa, evidencia-se a importância de ações governamentais que promovam o enfrentamento da concentração fundiária, a garantia de direitos básicos e a criação de condições dignas para a permanência das famílias no meio rural.

**Palavras-chave:** Expansão Agrícola, Conflitos Fundiários, Resistência Camponesa, Concentração de Terras, Alto Pantanal.

## ABSTRACT

This thesis analyzes the conflicts related to land ownership, access, and control in the Upper Pantanal micro-region, focusing on the municipalities of Cáceres and Poconé in Mato Grosso. The objective is to understand how land appropriation, driven by large estates and agribusiness, generates disputes among peasants, large landowners, and the agribusiness sector. The research is grounded in a theoretical framework that examines the dynamics of power and inequality in rural areas, revealing that land appropriation is the basis for conflicts that can lead to severe social consequences, such as the expulsion of families and the weakening of rural communities. These conflicts are analyzed through the tensions between the concentrating and exclusionary logic of agribusiness and the resistance strategies of peasants. The study highlights manifestations of these dynamics, including the loss of access to basic services, social disintegration, and the increased economic dependence of affected communities. Although the thesis discusses environmental issues, such as the intensive use of agrochemicals, social degradation emerges as the central focus, evidencing the effects of a model that deepens inequality and vulnerability in rural areas. Methodologically, the research adopted a participatory approach, combining in-depth interviews and direct observations of the practices and strategies of peasant communities, which allowed for a comprehensive understanding of the dynamics of resistance and the challenges imposed by the hegemony of agribusiness. The results indicate that peasant resistance strategies include social mobilizations, occupations, and the formation of community support networks, which seek to strengthen the autonomy of communities in the face of threats posed by agribusiness and large estates. Although discussions on public policies do not constitute the central axis of this research, the importance of governmental actions to address land concentration, guarantee basic rights, and create dignified conditions for the permanence of families in rural areas is underscored.

**Keywords:** Agricultural Expansion, Land Conflicts, Peasant Resistance, Land Concentration, Alto Pantanal.

## RESUMEN

Esta tesis analiza los conflictos por la propiedad, el acceso y el control de la tierra en la microrregión del Alto Pantanal, en el estado de Mato Grosso, centrándose en la expansión hegemónica del agronegocio. La apropiación de la tierra constituye la base de las dinámicas de poder y desigualdad en el ámbito rural, lo que demuestra que los conflictos y disputas por el control territorial generan graves consecuencias sociales, tales como la expulsión de familias, la degradación de las condiciones de vida y el debilitamiento de las comunidades rurales. Estos conflictos se analizan desde la perspectiva de las tensiones entre la lógica concentradora y excluyente del agronegocio y las estrategias de resistencia campesina. El estudio destaca manifestaciones concretas de estas dinámicas, como la pérdida de acceso a servicios básicos, la desestructuración social y el incremento de la dependencia económica de las comunidades afectadas. Aunque la tesis aborda cuestiones ambientales, como el uso intensivo de plaguicidas, la degradación social emerge como el eje central del análisis, evidenciando los efectos de un modelo que profundiza las desigualdades y vulnerabilidades en el ámbito rural. Los resultados muestran que las estrategias de resistencia campesina abarcan desde movilizaciones sociales y ocupaciones hasta la formación de redes de apoyo comunitario, orientadas a fortalecer la autonomía de las comunidades frente a las amenazas impuestas por el agronegocio. Si bien las discusiones sobre políticas públicas no constituyen el enfoque principal de la tesis, se reconoce la importancia de implementar acciones gubernamentales destinadas a enfrentar la concentración de tierras, garantizar derechos básicos y promover condiciones dignas para la permanencia de las familias en el campo. La investigación empleó una metodología participativa, que incluyó entrevistas y observaciones directas de las prácticas y estrategias de las comunidades campesinas, lo que permitió comprender en profundidad las dinámicas de resistencia y los desafíos enfrentados ante la hegemonía del agronegocio.

**Palabras clave:** Expansión Agrícola, Conflictos Agrarios, Resistencia Campesina, Concentración de Tierras, Alto Pantanal.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição percentual da população indígena no Brasil.....	36
Figura 2 - Expansão da soja no Brasil 1974 - 2018.....	81
Figura 3 - Distribuição de terras em Mato Grosso.....	116
Figura 4 - Equipamentos da agricultura camponesa (A) X agricultura capitalista (B). .....	146
Figura 5 - Fazenda Lagoa Dourada em Poconé/MT .....	158
Figura 6 - Produção sojicultora em Cáceres – MT. ....	159
Figura 7 - Área de abrangência do bioma Pantanal. ....	161
Figura 8 - Folder de propaganda destinada aos produtores de grãos.....	164
Figura 9 - Aptidão agrícola em Cáceres/MT.....	165
Figura 10 – Divulgação da Soja como canteiro de oportunidades, Cáceres/MT. ....	166
Figura 11 - Convite do prefeito do município de Cáceres em 2014, destinado aos produtores de soja.....	168
Figura 12 - Latifúndio (Fazenda Grendene) e assentamento (Facão/Cáceres): contrastes produtivos .....	189
Figura 13 - Acampamento Renascer – Cáceres. ....	222
Figura 14 - Fabricação da rapadura no assentamento Santa Filomena Poconé .....	231
Figura 15 - Produção camponesa de assentamentos cooperados e associados de Cáceres. ....	232
Figura 16 - Folder de propaganda da cooperativa de comercialização da produção dos assentamentos em Cáceres. ....	233
Figura 17 - Produção de arroz em assentamento Facão, em Cáceres. ....	234
Figura 18 - Produção de feijão no assentamento Facão, Cáceres - MT. ....	235
Figura 19 - Feira agroecológica de doação de alimentos à população carente de Cáceres.....	237
Figura 20 - Produção nos assentamentos Cinturão Verde em Cáceres/MT. .	240

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária brasileira por números e área dos estabelecimentos agropecuários – 2017.....	54
Tabela 2 - Soja - safra 2020/2021.....	78
Tabela 3 - Tabela 3 - Diferenciação da produção de alimentos e commodities no Brasil – 2020/2021. ....	92
Tabela 4 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso .....	114
Tabela 5 - Utilização da Terra em Mato Grosso entre 2006 e 2017.....	119
Tabela 6 - Condições do produtor em relação à terra.....	135
Tabela 7 - Estrutura Fundiária de Cáceres. ....	136
Tabela 8 - Estrutura Fundiária de Poconé.....	139
Tabela 9 - Máquinas agrícolas em Cáceres e Poconé.....	145
Tabela 10 - Produções lavouras temporárias e permanentes em produção agrícola familiar (agricultura camponesa) e produção agrícola não familiar (produção capitalista) – Cáceres.....	148
Tabela 11 - Número de estabelecimento agropecuário com produção de lavouras permanentes (unidade) - Cáceres.....	150
Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de lavoura permanente (unidade) – Poconé/MT.....	151
Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de lavoura temporária (unidade) – Poconé/MT.....	151
Tabela 14 - Financiamentos BNDES concedido à agropecuária Grendene LTDA em Cáceres de 2013 a 2021.....	153
Tabela 15 - Mercado de Terras Regional - MRT.....	169
Tabela 16 - Comunidades Quilombolas localizadas em Poconé e Cáceres. .	178
Tabela 17 - Substâncias químicas detectadas na água do município de Cáceres de 2018 a 2020 – MT. ....	209

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Produção agrícola familiar e não familiar no território brasileiro. ....	95
Gráfico 2 - Monitoramento da evolução agrícola em Mato Grosso entre os anos 2000 e 2018 .....	118
Gráfico 3 - Estabelecimentos agropecuários em Cáceres e Poconé. ....	140
Gráfico 4 - População do campo e da cidade.....	144
Gráfico 5 - Produção de soja em Cáceres e Poconé .....	157

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Microrregião do Alto Pantanal - MT.....	30
Mapa 2 - Localização dos municípios: Cáceres e Poconé – MT.....	134
Mapa 3 - Comunidades Quilombolas Certificadas pelo INCRA.....	180
Mapa 4 - Assentamentos rurais INCRA – MT em Cáceres e Poconé.....	229

## LISTA DE SIGLAS

ALCOPAN – Álcool do Pantanal

ALMT - Assembleia Legislativa de Mato Grosso

ARPEP - Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal

BAP - Bacia do Alto Paraguai

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CAIs - Complexos agroindustriais

CEBs - Comunidade Eclesiais de Base

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CESB - Comitê Estratégico de Soja Brasil

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos

CODEAGRI - Companhia de Desenvolvimento Agrícola

COMPRUP - Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Poconé- MT

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERSSOL - Cooperativa de Consumidores Agroecológicos

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPA - Empresa de Pesquisa Agropecuária

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEFRON - Grupo Espacial de Fronteira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILP - Integração Lavoura/Pecuária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT - Instituto de Terra de Mato Grosso

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MPT - Ministério Público do Trabalho

MRT - Mercado Regional de Terras

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAST – Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PE – Projeto de Assentamento Estadual

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Programa de Integração Nacional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

PPRs - Planilhas de Preços Referenciais de Terras

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

Rede DATALUTA - Banco de dados de Luta pela Terra

SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e assuntos Fundiários

SINTERP/MT – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mato Grosso

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SRTE - Superintendência Regional de Trabalho e Emprego

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USP – Universidade de São Paulo

VTN - Valor da terra nua

WWF - World Wide Fund for Nature Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
Metodologia e Trajetória de Investigação .....	23
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>33</b>
<b>BRASIL: LATIFÚNDIO, CONFLITO E LUTA PELA TERRA</b> .....	<b>33</b>
1.1 - Latifúndios e seus desafios históricos.....	34
1.2 – O Campo Brasileiro em Conflito: Sesmarias, Coronéis e Resistências 40	
1.3 – Estrutura fundiária brasileira: Latifúndio, Agronegócio e Camponato	<b>50</b>
1.3.1 - Latifúndio: Concentração, Terra e Poder .....	61
1.3.2 - Agronegócio: a modernização da agricultura? .....	67
1.3.3 - Camponato: Desafios e Resistência.....	84
1.5 - Renda da Terra e o Capitalismo Rentista: A apropriação especulativa da terra 103	
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>112</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO AGRÁRIA E USO DA TERRA EM MATO GROSSO E NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL</b> .....	<b>112</b>
2.2 - Caracterização histórica conflituosa de apropriação da terra em Mato Grosso .....	123
2.2.1 – Estrutura fundiária da microrregião do Alto Pantanal: com enfoque específico aos municípios de Cáceres e Poconé/MT.....	132
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>174</b>
<b>CONFLITOS E LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL</b> .....	<b>174</b>
3.1 – Quilombolas .....	176
3.2 - Povos indígenas Chiquitanos.....	181
3.3 - Ribeirinhos .....	184
3.4 - Assentamento .....	185
3.5 - Contrastes entre Áreas de Produção: Dinâmicas e Desigualdades... 187	
3.6 - Conflitos presentes no Alto Pantanal mato-grossense decorrência da expansão do agronegócio.....	191
3.6.1 - Intimidações e ameaças graves contra os Camponeses .....	195
3.6.2 - Conflitos por apropriação irregular de terras públicas.....	199
3.6.3 Conflitos em decorrência da utilização de trabalho análogo à escravidão .....	203
3.6.4 Intoxicações e Uso excessivo de Agrotóxicos pelo agronegócio .....	207
3.7 – Conflito pela terra e reforma agrária: As implicações da expansão do agronegócio nos movimentos sociais .....	216

3.8 - Conquistas e Organização nos Movimentos Sociais: A Luta pela Terra na Expansão do Agronegócio .....	223
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>245</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>262</b>

## INTRODUÇÃO

O modelo agrário brasileiro contemporâneo é caracterizado pelo predomínio do capital nacional e internacional, impulsionado pela concentração fundiária e pela expansão do agronegócio. Esse processo prioriza a pecuária extensiva e a monocultura voltada para exportação, aprofundando desigualdades no acesso à terra e gerando conflitos socioterritoriais.

Nesse contexto, o latifúndio desempenha um papel central ao reunir terras desvinculadas da função social prevista na legislação brasileira, muitas vezes priorizando a especulação econômica em detrimento da produção. Essa dinâmica se reflete em relações de poder enraizadas que estruturam as desigualdades no campo e acentuam a disputa pelo acesso à terra entre grandes proprietários e comunidades camponesas.

As disputas no campo refletem concepções divergentes sobre o uso da terra. Para os grandes proprietários, ela representa um ativo econômico voltado à especulação e à acumulação de capital. Já para as comunidades camponesas, é um meio de vida, identidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Historicamente, o campo brasileiro tem sido palco de intensos conflitos pela terra, resultante de diferentes concepções sobre sua apropriação e uso. Desde o período colonial, a concentração fundiária consolidou-se como um dos pilares da desigualdade social no país, perpetuando relações de poder excludentes. Essa estrutura agrária reproduz uma ordem hegemônica que restringe o acesso à terra, comprometendo o desenvolvimento de uma agricultura mais justa e sustentável.

Na atualidade, a política governamental promove um modelo de produção específico: o agronegócio exportador. Embora tanto o latifúndio quanto este setor compartilhem características, como a concentração de terra e renda, distinguem-se em seus processos produtivos. Enquanto o agronegócio adota tecnologias avançadas para maximizar a eficiência, o latifúndio frequentemente não incorpora o mesmo nível de inovação.

Entretanto, a busca por integração ao mercado capitalista global e o foco no agronegócio exportador foram impulsionados pela lógica da acumulação de capital, e não por princípios voltados ao desenvolvimento inclusivo. Essa dinâmica provocou, e continua a provocar, intensos conflitos sociais, resultando

na expulsão e expropriação de terras pertencentes a camponeses, indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que dependem diretamente desses territórios. Essas comunidades possuem dinâmicas específicas de classe que são diretamente impactadas pela perda de suas terras. A expropriação não só ameaça a sobrevivência cultural desses grupos, mas também agrava sua vulnerabilidade socioeconômica, revelando e aprofundando as desigualdades existentes no espaço rural brasileiro.

Esta pesquisa analisa os principais conflitos decorrentes da expansão da monocultura da soja no Alto Pantanal mato-grossense, enfatizando as formas de organização e resistência dos camponeses assentados. Esse processo, impulsionado pela concentração fundiária que sustenta a produção agroexportadora, intensifica as disputas pela terra e gera conflitos. A investigação examina os impactos dessa expansão sobre as populações locais, que enfrentam processos de expropriação e marginalização, e destaca as estratégias de luta adotadas diante da imposição do modelo agrícola hegemônico. O estudo concentra-se nas dinâmicas específicas da microrregião do Alto Pantanal, uma área de relevância ambiental e cultural, marcada por uma tensão constante entre as práticas do agronegócio e os modos de vida tradicionais.

O avanço da soja em Mato Grosso intensifica os conflitos agrários, especialmente em áreas próximas a assentamentos da reforma agrária. Embora seu cultivo ainda seja restrito nesses territórios, a expansão da monocultura compromete a segurança e a sustentabilidade das comunidades assentadas.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2017), até dezembro de 2017, Mato Grosso contava com 549 assentamentos, beneficiando mais de 82 mil famílias em uma área de aproximadamente 60 mil km<sup>2</sup>. Esse território representa apenas 6,67% do estado, que possui uma extensão total de 903 mil km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), evidenciando a desigualdade na distribuição de terras.

Esses dados são essenciais para a presente investigação, pois demonstram a amplitude e o impacto da reforma agrária no estado de Mato Grosso, destacando a magnitude das transformações sociais e territoriais, decorrentes da expansão da soja. A incorporação dos assentamentos nesse contexto de crescimento agrícola, possibilita uma análise mais aprofundada das

dinâmicas de resistência e organização dos camponeses, que enfrentam desafios significativos na manutenção de suas terras, diante das pressões impostas pelo avanço do agronegócio e perpetuação do latifúndio.

Os dados apresentados revelam os espaços extremamente limitados ocupados pelos camponeses, destacando a urgente necessidade de uma reforma agrária efetiva no estado. Além das dificuldades relacionadas ao acesso à terra, observa-se um aumento expressivo nos casos de violência e conflitos no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2022 foram registrados 165 casos de violência e disputas por terra, envolvendo 40.971 pessoas. Esses números refletem um aumento significativo em relação a 2021, quando foram contabilizados 108 casos, embora o número de pessoas afetadas naquele ano tenha sido ainda maior, alcançando 50.854. Os dados evidenciam a problemática da violência no campo, refletido no aumento da concentração fundiária, desmatamento e casos de violência relacionados à posse da terra. São casos de despejo, expulsões, ameaças, invasões e ações de pistolagem, configurando um cenário de insegurança fundiária que resulta no deslocamento compulsório de famílias camponesas.

Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que o avanço do agronegócio tem intensificado os conflitos fundiários, agravando a violência contra comunidades camponesas. Esse cenário é particularmente evidente nos municípios de Cáceres e Poconé, onde a produção de soja cresce rapidamente.

A disponibilidade de vastas extensões de terras a preços relativamente baixos, especialmente quando comparadas a outras regiões do estado, configura o eixo explicativo principal dos conflitos socioterritoriais. Essa dinâmica é reforçada por políticas que subsidiam o agronegócio, como incentivos fiscais e linhas de crédito específicas, que tornam a aquisição e exploração da terra ainda mais atrativas para grandes produtores e investidores.

A terra, permanece como o elemento central, sendo o recurso mais disputado e valorizado no contexto da expansão do agronegócio. Essa centralidade reflete-se nos conflitos que emergem em torno de sua apropriação, uso e destinação, especialmente em áreas de grande relevância socioambiental e cultural.

Esta pesquisa se justifica pela crescente inserção da produção agrícola monocultora em uma microrregião pantaneira, impulsionada pelo poder do

capital. Esse processo tem gerado tensões significativas entre camponeses, latifundiários e o agronegócio, revelando a complexidade dos conflitos socioterritoriais no campo. Dentro desse cenário, a análise se concentra, na monocultura da soja, permitindo compreender de que forma essa modalidade produtiva influencia e intensifica as disputas e as transformações no território.

Cabe esclarecer que os conflitos observados na área de estudo não se originam exclusivamente da produção sojicultora, embora esta seja um fator crucial. Contudo, o foco da pesquisa é examinar os principais conflitos relacionados a esse processo ao longo da investigação. Nesse sentido, observa-se na atualidade a coexistência de duas racionalidades opostas: uma voltada para a maximização do capital e outra para a defesa dos direitos territoriais e modos de vida sustentáveis.

“[...] de um lado estão os camponeses, que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendendo-a pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos, o que é uma particularidade da produção camponesa; de outro, os latifundiários e produtores de monocultura, empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem e se apropriam do território como propriedade, veem-no como uma mercadoria passível de valoração monetária” (SILVA *et al*, 2017 p. 64).

Nesse contexto, é possível reconhecer as particularidades dos conflitos existentes entre camponeses, latifundiários e agronegócio, averiguando o que é igual/diferente no enfrentamento dos camponeses assentados, proprietários do agronegócio e os proprietários latifundiários no Alto Pantanal mato-grossense. Os contrastes existentes entre as distintas formas de apropriação e uso da terra.

Fabrini (2008) argumenta que tanto o agronegócio quanto o latifúndio, em seus respectivos modos de produção, se fundamentam na acumulação capitalista. No entanto, esses sistemas dependem de intervenções políticas que frequentemente geram relações que não se encaixam plenamente neste modelo. Um elemento central na configuração desses modos de produção são as contradições e desigualdades geradas pela expansão capitalista, como a apropriação de renda patrimonialista proveniente da posse da terra, que não se origina apenas da produção de mercadorias. Nesse cenário, a agricultura camponesa emerge como uma alternativa ao modelo dominante, representando

uma forma de produção que visa ao desenvolvimento rural em oposição ao sistema concentrador de terras.

Na microrregião do Alto Pantanal, observa-se empiricamente a coexistência de modelos produtivos contrastantes. O "moderno" se manifesta nos grandes estabelecimentos agropecuários voltados para o cultivo de soja, que empregam tecnologia avançada e mão-de-obra especializada, com foco na produção para o mercado externo. Em contraponto, a produção camponesa se baseia na policultura de alimentos, utilizando ferramentas de trabalho mais simples e se adaptando à modernização agrícola imposta pelo agronegócio, embora com um viés de resistência e preservação dos conhecimentos locais.

A área de estudo está intimamente vinculada ao bioma Pantanal, que atualmente enfrenta sérios processos de degradação ambiental, incluindo desmatamento, alterações na biota natural, e a expansão de atividades agropecuárias e monoculturas, que têm provocado perdas significativas na fauna e flora locais. Como destacam Ikeda Castrillon et al. (2022), o Pantanal é uma vasta área úmida transfronteiriça, com cerca de 160.000 km<sup>2</sup>, distribuída entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, partes do território boliviano e paraguaio. Este bioma, de características únicas, é um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo e possui uma importância ecológica singular, sendo considerado uma das maiores áreas alagáveis do planeta.

As características singulares deste bioma o tornam altamente propenso à ocorrência de focos de queimadas, principalmente devido à abundância de matéria orgânica, associadas ao período seco e as alterações climáticas favorecidos pela ocorrência de secas mais prolongadas. O uso inadequado do solo e a remoção da vegetação nativa, especialmente em função da expansão da agricultura capitalista, formaram um conjunto de fatores que contribuem diretamente para os incêndios florestais, que têm devastado o bioma de maneira alarmante desde o início de 2020.

A intensificação das queimadas no Pantanal não só destrói a biodiversidade local, como também agrava os conflitos entre camponeses e grandes produtores capitalistas da microrregião. Assim, torna-se imperativo direcionar cuidados e atenção especial ao bioma e seu entorno. Há urgência em ações e investimentos para o enfrentamento de crises e períodos críticos de secas intensas, que, cada vez mais, se tornam recorrentes. O Pantanal, alvo das

mudanças climáticas, das atividades antrópicas predatórias e do uso indevido do solo, emerge como um tema central nas discussões sobre a sua integridade. A necessidade de debater e trazer à luz este bioma é crucial, devido à sua importância para todos os ecossistemas e por estar intrinsecamente ligado à microrregião Alto Pantanal, que é o foco do estudo.

Especial atenção foi dada à classe camponesa, compreendida conforme exposto por Oliveira (1999), que reconhece o desenvolvimento capitalista como um processo contraditório e combinado, no qual, ao mesmo tempo que reproduz relações capitalistas, também gera relações não capitalistas de produção. O autor refere-se à classe camponesa como uma classe social contraditória, pois, embora inserida em um sistema capitalista, resiste à proletarização de sua força de trabalho, utilizando a luta pela terra como forma de evitar sua completa subordinação ao capital.

As questões norteadoras desta pesquisa buscam responder se o agronegócio moderno e empresarial afeta os camponeses da mesma forma que o latifúndio tradicional e atrasado. Questiona-se, também, se os camponeses enfrentam o agronegócio da mesma maneira que enfrentam os latifundiários. Além disso, a pesquisa investiga como a monocultura da soja, ao se estabelecer em territórios historicamente ocupados por camponeses e comunidades locais, impacta a vida e o trabalho dos camponeses assentados que ali residem. Quais são os conflitos, as formas de luta e as estratégias de resistência que emergem nesse processo? Como os camponeses da região têm reagido à instalação do complexo sojicultor? E, por fim, que lições podem ser extraídas dessa experiência?

Os camponeses, diante das intimidações do latifúndio, resistem firmemente, reivindicando seu direito à terra. É importante destacar a relação direta entre o latifúndio e o agronegócio, pois, na contemporaneidade, o proprietário rural, antes conhecido como latifundiário, adota uma nova fachada "moderna" associada ao agronegócio. Fundamentados na lógica produtiva capitalista, esses agentes buscam mascarar seu verdadeiro interesse, que é a intensa concentração de terras, o que acirra os conflitos no campo, expropria populações camponesas e ameaça os povos tradicionais (Oliveira, 2007).

É essencial, nesse contexto, refletir sobre a necessidade de modelos econômicos que assegurem a continuidade da vida camponesa. O modelo

econômico vigente, ao priorizar o lucro, negligencia questões fundamentais como a saúde, a justiça social e a preservação dos diferentes grupos que habitam e dependem desses territórios.

No que diz respeito à análise da expansão do setor agroindustrial e dos conflitos agrários, é fundamental destacar que a centralidade da discussão reside na apropriação da terra. O centro explicativo dos conflitos não deve ser encontrado apenas na industrialização da agricultura ou na produção de *commodities*, mas na forma como o agronegócio e o latifúndio se unem na concentração de terras como um mecanismo fundamental para a expansão do capital. Essa dinâmica é a base sobre a qual emergem os conflitos territoriais.

### **Metodologia e Trajetória de Investigação**

A presente pesquisa concentra-se na análise dos conflitos territoriais e sociais decorrentes da expansão do agronegócio, com ênfase na monocultura da soja, na microrregião do Alto Pantanal mato-grossense. O foco é compreender como a apropriação da terra, impulsionada pelo avanço do latifúndio e do agronegócio, gera disputas entre camponeses, grandes proprietários e produtores rurais. Além disso, investiga-se de que maneira esses conflitos se intensificam diante da crescente concentração fundiária, da expropriação dos camponeses e da transformação do campo em um espaço estratégico para a acumulação de capital.

A fundamentação teórica apoia-se em estudos de autores que abordam a questão agrária e os conflitos socioterritoriais do campo brasileiro, como Oliveira (1999, 2001b, 2007, 2010), Martins (1989, 1995, 2008, 2020), Moura (1988), Fabrini (2002, 2007), Fernandes (1999, 2000, 2001, 2004, 2008, 2013, 2014, 2020), Almeida (2003, 2009) e Silva (2014, 2015). Essas contribuições foram essenciais para a construção do arcabouço teórico e para a compreensão aprofundada dos fenômenos investigados.

Diante desse cenário, adotou-se uma abordagem mista – integrando métodos qualitativos e quantitativos – para analisar as dinâmicas de resistência e os conflitos. No campo qualitativo, foram realizadas entrevistas e coletas de dados junto a camponeses assentados na área de estudo, permitindo investigar de maneira aprofundada as formas de resistência, as estratégias de luta por terra e as tensões decorrentes da expansão da monocultura de soja. Essas

informações possibilitam a compreensão das dimensões sociais, políticas e econômicas dos conflitos, alinhando-se ao objetivo de analisar como a apropriação da terra pelos grandes produtores e latifundiários molda as dinâmicas de resistência no campo.

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos propicia uma análise abrangente e integrada dos conflitos e das estratégias de resistência, permitindo revelar as implicações sociais e ambientais da expansão do agronegócio no Alto Pantanal mato-grossense. Os dados subjetivos coletados permitem acesso direto à realidade vivida pelos camponeses, desvelando suas aspirações, desafios e perspectivas. A escolha por essa abordagem mista é essencial para aprofundar a compreensão da dinâmica dos conflitos, proporcionando uma visão completa e enriquecida do fenômeno investigado.

Enquanto a abordagem qualitativa possibilita uma análise detalhada das experiências e estratégias dos camponeses, os métodos quantitativos oferecem dados numéricos essenciais para evidenciar as disparidades entre os assentamentos e os estabelecimentos agropecuários capitalistas. Esses dados possibilitam identificar os principais itens produzidos, quantificar a área dos lotes familiares e comparar esses valores com as extensas áreas ocupadas pelos grandes produtores. Dessa forma, a análise quantitativa torna perceptíveis as tensões decorrentes da concentração de terras e da expansão do agronegócio, elementos essenciais para entender os conflitos produtivos.

A utilização do método dialético possibilitou uma abordagem teórico-conceitual fundamentada no embate entre forças opostas, especialmente entre camponeses *versus* latifundiários e agronegócio. Ao optar por esse método, busca-se analisar como forças antagônicas se transformam em vetores de conflitos entre distintas formas de produção e de apropriação da terra.

As análises desta pesquisa se basearam na coleta de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo realizada entre junho de 2021 e julho de 2023, nos municípios de Cáceres e Poconé, em Mato Grosso. Foram entrevistados homens e mulheres residentes em diversos assentamentos de Cáceres, incluindo: Rancho da Saudade, Sapicuá, Cinturão Verde, Facão, Limoeiro, Vale do Mangaval, Recompensa II, Margarida Alves (localizado em Mirassol D'Oeste), Roseli Nunes (também em Mirassol D'Oeste), São Luiz e Paiol.

No município de Poconé, os assentamentos pesquisados foram: PE Morro Cortado, Capão Verde I, Santa Filomena, Chumbo, Comunidade Zé Alves, Jejun e São Gonçalo II. Este último está localizado em uma área entre os municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento e, segundo o assentado entrevistado, segue em um imbróglio por ambas as prefeituras não se responsabilizar pelo assentamento.

Em Poconé, a maioria dos assentamentos são denominados como Projeto de Assentamento Estadual (PE) por serem organizados e mantidos pelas secretarias estaduais de agricultura e reforma agrária, ao invés de serem geridos pelo governo federal, como acontece com os Projeto de Assentamento – PA (INCRA, 2021). São assentamentos geridos pelo INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso. (01) em Cáceres – Facão e (09) em Poconé, entre eles Capão Verde.

Para a realização das entrevistas, foram feitos contatos prévios com os participantes, principalmente por telefone. Em alguns casos, foi necessário realizar visitas presenciais para agendar um dia e horário mais adequado para a conversa. Foram entrevistadas 26 famílias de assentados e acampados no município de Cáceres e 17 camponeses no município de Poconé. Vale destacar a distância entre os assentamentos, alguns localizados em regiões afastadas e de difícil acesso, o que exigiu uma logística cuidadosa para os deslocamentos. Os trajetos foram realizados por estradas precárias, sem pavimentação e distantes.

Ao todo, foram entrevistadas cerca de 43 camponeses, distribuídas em diferentes assentamentos na microrregião de Cáceres e Poconé, incluindo aquelas que ainda estão na luta pela aquisição da terra. São famílias que, há mais de 12 anos, enfrentam uma árdua batalha pela terra e que, até o momento, permanecem acampadas em Cáceres. A pesquisa permitiu visibilizar e documentar a luta dessas famílias, que diariamente enfrentam o descaso governamental no atendimento de suas necessidades básicas e no reconhecimento de sua dignidade, além de sua luta por um local definitivo para moradia.

É relevante esclarecer que, além das entrevistas realizadas na área de pesquisa, foram conduzidas duas fora dessa área: uma com um morador do assentamento Margarida Alves e outra no assentamento Roseli Nunes, ambos

situados no município de Mirassol D'Oeste. A inclusão dessas entrevistas se justifica pela participação ativa desses camponeses no processo de luta pela terra, sendo figuras chave na implantação dos primeiros assentamentos nessa microrregião. Os registros dessas entrevistas estão anexados a este trabalho para uma análise mais aprofundada.

As entrevistas com os camponeses assentados foram conduzidas utilizando um roteiro semiestruturado (disponível em anexo), que possibilitou uma abordagem flexível e aprofundada para a coleta de narrativas e percepções sobre suas experiências. Em paralelo, aplicou-se um questionário estruturado – composto por perguntas abertas – com o objetivo de registrar informações objetivas, como dados demográficos e aspectos específicos relacionados aos conflitos enfrentados. Essa estratégia combinada permitiu captar, por um lado, a riqueza dos relatos espontâneos durante as entrevistas e, por outro, sistematizar dados relevantes de forma padronizada, mantendo, assim, a distinção metodológica entre os dois instrumentos de pesquisa.

A escolha do formato adotado mostrou-se bastante apropriada, permitindo aos entrevistados reviverem tanto memórias recentes quanto eventos marcantes que moldaram suas vidas. Para sistematizar as informações sobre os diversos conflitos enfrentados pelos camponeses diante da expansão do latifúndio e do agronegócio, foi aplicado um questionário estruturado com perguntas abertas. Em paralelo, as entrevistas aprofundadas possibilitaram uma exploração detalhada das experiências e percepções individuais. Ao longo desta pesquisa, as conceituações e discussões sobre camponeses, latifúndio e agronegócio serão aprofundadas e contextualizadas.

Para abranger o maior número possível de camponeses assentados e acampados, a seleção dos participantes contou com indicações fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Poconé, bem como por lideranças de movimentos que atuam na resolução dos conflitos dessas comunidades. Além disso, as recomendações dos próprios entrevistados contribuíram para a construção de uma rede colaborativa robusta.

Entre os participantes da pesquisa, estavam assentados que são representantes e membros de sindicatos, movimentos sociais e outras organizações comunitárias, o que possibilitou uma diversidade de perspectivas sobre os conflitos estudados.

A pesquisa de campo permitiu conhecer de perto a realidade das famílias camponesas, participar de atividades em seus espaços e vivenciar as práticas de colheita, além dos cuidados necessários com a plantação e os animais. Durante as visitas a seus lares, em dias reservados para descanso, observou-se que nem sempre esses momentos de pausa são possíveis. Como os próprios camponeses relatam: "o trabalho não pode esperar, os ajustes e reparos não têm dia certo para acontecer." Por isso, é comum encontrar camponeses no final da tarde de um domingo ainda trabalhando em suas plantações.

Durante as entrevistas, os participantes relataram o processo de luta e os conflitos enfrentados na busca pela aquisição e permanência na terra, além de como, por meio de seu trabalho, tentam garantir uma vida digna para suas famílias. Este enfoque, centrado nas experiências dos assentados, foram intencionalmente escolhidos, considerando que os aspectos relacionados ao latifúndio e ao agronegócio já são amplamente discutidos em outros estudos e contextos. Ao privilegiar a perspectiva dos assentados, a pesquisa busca dar destaque a grupos historicamente marginalizados e revisitar vozes frequentemente silenciadas.

Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de equipamento apropriado. Após a devida apresentação do pesquisador, solicitava-se permissão para o registro da gravação, a fim de garantir a fidelidade dos diálogos e evitar que qualquer detalhe relatado fosse esquecido. Para assegurar a tranquilidade do entrevistado, informava-se que sua identidade seria preservada. Solicitava-se apenas a assinatura de um termo de participação para o uso de seu relato, garantindo o sigilo de sua identidade. Por esses motivos, ao longo desta pesquisa, optamos por identificar cada entrevistado com base no nome do assentamento, município de origem e ano da entrevista.

A maioria das entrevistas foi realizada nos assentamentos onde os entrevistados residem. Em alguns casos, porém, as entrevistas ocorreram em locais escolhidos pelos próprios participantes, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres ou a casa de familiares na cidade de Cuiabá. Após cada entrevista, os áudios eram transcritos em um local adequado, assegurando que nenhuma informação fosse perdida.

Para a obtenção de dados secundários, foram realizadas pesquisas em bancos de dados de instituições públicas, como o Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Banco de Dados de Luta pela Terra (Rede DATALUTA).

Todas essas instituições se mostraram de fundamental importância, corroborando com os dados coletados durante as visitas in loco aos assentamentos rurais e ao acampamento do Movimento Sem-Terra, localizado em Cáceres. Para as análises referentes às questões do latifúndio e do agronegócio, optou-se por buscar informações em fontes oficiais, como o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e sistemas de crédito destinados a empreendimento econômico, entre outros.

A pesquisa documental revelou-se um subsídio essencial para compreender as contradições presentes no campo mato-grossense e serviu como base de apoio para os dados coletados em campo. Foram consultados documentos como leis, decretos, portarias, resoluções e relatórios, disponibilizados em plataformas municipais, estaduais e nacionais.

Paralelamente à pesquisa de campo e documental, foram realizadas leituras e revisões bibliográficas que se mostraram fundamentais para a construção do arcabouço teórico-conceitual, considerando a complexidade do campo brasileiro. Leituras de autores que pesquisam e discutem a realidade do campesinato e da luta pela terra na atualidade.

Para compreender os conflitos e contradições no campo mato-grossense, esta pesquisa busca unir a pesquisa teórica — por meio da revisão bibliográfica — com a pesquisa empírica, que envolve a coleta de informações, materiais para análise e a consulta de dados secundários. Todos esses procedimentos são embasados no método dialético, o que permite analisar a luta de classes, as relações de dominação e resistência, além de identificar as contradições presentes na área de estudo. Assim, a pesquisa adota uma abordagem metodológica que promove o diálogo entre teoria e prática (práxis), visando expandir nosso entendimento enquanto pesquisadores e construir novas possibilidades de interação social.

Nos municípios do Alto Pantanal, observamos os contrastes entre as populações camponesas, que cotidianamente enfrentam disputas territoriais. Esse é um dos motivos para a escolha dessa área de estudo: a diversidade de

sujeitos que habitam e compartilham os bens naturais comuns existentes. Esta pesquisa tem como premissa a análise das populações camponesas e de acampados.

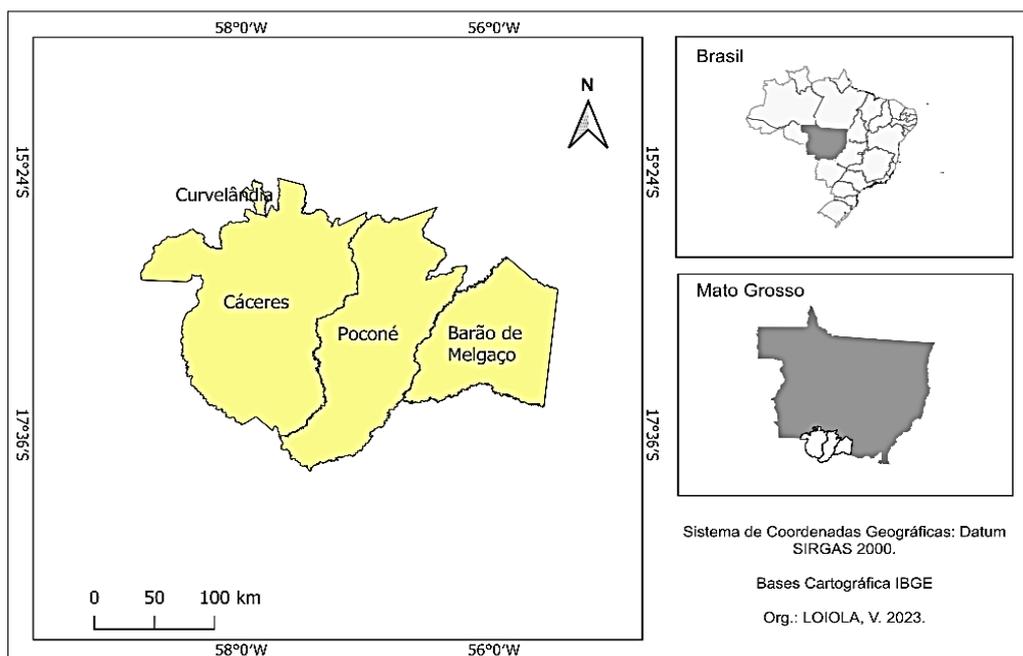
Além de entrevistas com os camponeses foram realizados registros de imagens, como fotografias capturadas com câmeras fotográficas e drones, o que possibilitou a captação de elementos importantes, tais como os espaços destinados à plantação e à criação de animais. Isso revelou a realidade contraditória presente nesses territórios, evidenciando a dualidade entre a produção camponesa e a lógica de produção capitalista. Aos primeiros restam pequenos espaços, enquanto o segundo se apropria de vastos latifúndios.

O recorte geográfico desta pesquisa concentra-se nos assentamentos rurais e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) localizados nos municípios de Cáceres e Poconé, ambos situados na microrregião do Alto Pantanal, no estado de Mato Grosso. A escolha desses municípios se justifica por sua relevância no contexto do agronegócio, especialmente em relação à presença de latifúndios e empresas ligadas à pecuária e à produção voltada para o monocultivo, que são fatores centrais para os conflitos no campo. Esses municípios abrigam um número significativo de assentamentos, os quais têm sido espaços de resistência e organização camponesa frente às pressões do latifúndio e do agronegócio.

O mapa 1 permite visualizar a dimensão territorial do estado de Mato Grosso, bem como os municípios que compõem a microrregião do Alto Pantanal. Vale destacar que, até o ano de 1998, o município de Curvelândia fazia parte de Cáceres. O agora então município, possui uma área territorial de 357,128 km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE, o que pode fazer com que sua extensão territorial passe despercebida na análise, devido à diferença de tamanho em relação aos demais municípios.

Embora Barão de Melgaço e Curvelândia integrem a microrregião do Alto Pantanal, a análise concentra-se em Cáceres e Poconé (Mapa 01), pois esses municípios apresentam dados mais expressivos relacionados à produção de soja, um dos principais vetores de expansão do agronegócio. A alta concentração de assentamentos e a interação entre a luta camponesa e as dinâmicas desse setor tornam Cáceres e Poconé essenciais para compreender as resistências no campo e suas implicações.

Mapa 1 - Microrregião do Alto Pantanal - MT



Fonte: Base Cartográfica IBGE.  
Org.: Loiola, 2022.

A escolha do Alto Pantanal como recorte territorial justifica-se pela sua relevância ambiental e pelo acirramento das disputas pela terra na região. Essa delimitação possibilita analisar as interações entre diferentes classes sociais, como assentados e grandes proprietários, em um cenário onde as pressões do mercado global se refletem nas dinâmicas locais.

A análise da microrregião do Alto Pantanal, com foco nos municípios de Cáceres e Poconé, permite uma compreensão mais aprofundada das contradições presentes no campo mato-grossense. A expansão do agronegócio, impulsionada pela monocultura da soja e pela concentração fundiária, tem gerado impactos significativos sobre os territórios camponeses, intensificando conflitos e transformando as relações de produção e trabalho na região.

A presente tese apresenta-se organizada de modo a evidenciar a convergência entre os objetivos propostos e os fundamentos teóricos e empíricos que sustentam esta investigação. Assim, a dissertação está estruturada da seguinte forma:

No **Capítulo I – Brasil: Latifúndio, Conflito e Luta pela Terra**, a discussão recai sobre a formação histórica do latifúndio e os desafios que ele

impõe à configuração fundiária brasileira. Inicia-se com uma análise dos contextos históricos dos latifúndios, perpassando a era das sesmarias e a emergência dos coronéis, para avançar na compreensão das relações conflituosas que moldaram o campo brasileiro. Com uma abordagem que integra as perspectivas do latifúndio, do agronegócio e do campesinato, evidencia-se como a concentração de terra converge com estruturas de poder, a modernização da agricultura e os desafios da resistência popular, culminando em uma análise da especulação fundiária no capitalismo rentista.

No **Capítulo II – Caracterização Agrária e Uso da Terra em Mato Grosso e na Microrregião do Alto Pantanal**, analisa realidade agrária do estado de Mato Grosso, com enfoque à microrregião do Alto Pantanal. Nesse capítulo tese examina, por meio de uma perspectiva histórica e geográfica, a estrutura fundiária e os modos de apropriação da terra, evidenciando a transformação impulsionada pela recente expansão da soja. Esta abordagem permite compreender os impactos socioambientais e as especificidades do uso da terra, revelando as particularidades dos processos de apropriação e os conflitos emergentes nessa região.

No **Capítulo III – Conflitos e Luta pela Terra na Microrregião do Alto Pantanal**, a análise adentra ao cerne dos conflitos fundiários que permeiam o Alto Pantanal. Este segmento examina, as disputas territoriais envolvendo alguns dos grupos que partilham o território na área de estudo, sendo eles: quilombolas, povos indígenas Chiquitanos, ribeirinhos e assentados, e evidencia as desigualdades que se manifestam entre as áreas de produção. A partir de uma abordagem que ressalta tanto as violências estruturais quanto as dinâmicas de resistência, este capítulo ilustra as implicações da expansão do agronegócio, considerando episódios de intimidação, apropriação irregular de terras, condições análogas à escravidão e os impactos decorrentes do uso exacerbado de agrotóxicos.

Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados da pesquisa, promovendo uma reflexão crítica acerca da estrutura fundiária e dos conflitos agrários no Brasil contemporâneo, e apontam as implicações dos resultados para futuras investigações e políticas públicas. Essa organização propicia um percurso teórico e empírico que, de maneira articulada, permite compreender a complexidade dos conflitos pela terra, evidenciando não apenas

as transformações históricas, mas também os desafios atuais na luta por justiça agrária e sustentabilidade socioambiental.

## CAPÍTULO I

### BRASIL: LATIFÚNDIO, CONFLITO E LUTA PELA TERRA

*“A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes” (MARTINS, 1995, p. 26).*

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma breve contextualização histórica dos principais conflitos ocorridos no território brasileiro, com ênfase no papel da apropriação da terra como núcleo explicativo dessas tensões. Ao longo da história, o latifúndio tem sido a base estrutural que sustenta as desigualdades no campo, perpetuando relações de poder e resultando em exclusão, violência e resistência camponesa.

No Brasil, os povos indígenas foram os primeiros a enfrentar a violenta ocupação do território, sendo expulsos de suas terras tradicionais desde o período colonial. Esses conflitos iniciais revelam como a terra passou a ser o objeto central de disputas e apropriações. A luta pelos territórios ancestrais serve como ponto de partida para a compreensão dos conflitos que, ainda hoje, moldam o cenário agrário brasileiro. A história das lutas indígenas é, portanto, fundamental para compreender a dinâmica da concentração fundiária e os impactos que se estendem até os dias atuais.

No decorrer desta pesquisa, são evidenciados alguns dos inúmeros conflitos e lutas travadas pelos camponeses em prol do direito à terra e de uma vida digna. Muitos desses confrontos, marcados por revoltas e perdas de vidas, revelam como a concentração fundiária e a apropriação da terra configuram o centro das disputas territoriais e sociais no Brasil.

Ao realizar um retrospecto das principais lutas camponesas, busca-se analisar a conjuntura atual no campo mato-grossense, com atenção às especificidades da expansão do agronegócio e aos conflitos que emergem desse modelo. A terra, enquanto objeto de disputa e exclusão, revela-se a chave para entender as tensões sociais e ambientais na microrregião do Alto Pantanal. Além disso, torne-se necessário compreender a dinâmica da expansão do agronegócio da soja, particularmente na área estudada.

Identificando a continuidade e mudanças em relação ao passado, refletindo sobre como a organização camponesa pode atuar como um elemento

transformador na luta por direitos no campo, embora muitos avanços ainda sejam necessários.

### **1.1 - Latifúndios e seus desafios históricos**

Para compreender adequadamente a gênese e a perpetuação do latifúndio no Brasil, é necessário investigar as origens desse fenômeno, especialmente a maneira como a apropriação da terra se configurou desde os primeiros momentos da colonização. A chegada dos portugueses ao território brasileiro deu início a um processo de exploração e apropriação da terra, que se estabeleceu como base para a consolidação das grandes propriedades e a formação dos latifúndios. A apropriação da terra pelos colonizadores portugueses não se limitou somente à ocupação territorial, mas um processo de subordinação e exploração de vastas áreas, que passaram a ser controladas por poucos, em detrimento das populações originárias.

Desde o início da colonização, as terras dos povos indígenas foram sendo gradualmente apropriadas, muitas com uso da violência e subjugação. Esse processo, fundamentado na imposição de um sistema desigual de posse e uso da terra, consolidou os latifúndios como um elemento central da estrutura fundiária brasileira. O pau-Brasil, árvore nativa explorada, extraída com o trabalho forçado dos povos indígenas, que conheciam profundamente as terras e a natureza local.

Durante a colonização, os povos indígenas foram os primeiros a sofrer os impactos da apropriação territorial. A ocupação promovida pelos colonizadores portugueses não ocorreu de forma pacífica, desencadeando intensos conflitos com os povos originários, que tiveram suas terras progressivamente usurpadas. Essas disputas não se limitaram à posse da terra, mas também abrangeram a exploração dos meios naturais, como o pau-Brasil, cuja extração dependia do trabalho forçado dos indígenas, submetidos à coleta e transporte da madeira.

O pau-Brasil, árvore nativa encontrada em abundância nas áreas litorâneas, rapidamente se destacou como um meio natural promissor para o comércio e a exportação. A madeira era altamente valorizada em Portugal, sendo utilizada principalmente para a produção de corantes. Nesse contexto, os povos indígenas, detentores de profundo conhecimento das florestas brasileiras,

foram compelidos a realizar as atividades de extração e transporte desse recurso.

Entretanto, a relação entre colonizadores e indígenas foi marcada por intensos confrontos, evidenciando um profundo desequilíbrio de forças. Enquanto os portugueses utilizavam armas de fogo, os povos nativos contavam somente com sua força física e armamentos tradicionais, como arcos e flechas. Esse desequilíbrio, aliado à disseminação de doenças trazidas pelos europeus, contribuiu para a dizimação de milhares de indígenas. Epidemias de varíola, sarampo e gripe, entre outras, devastaram as populações nativas, que não possuíam imunidade contra essas enfermidades.

No ano de 1500, data das primeiras investidas portuguesas no território que, na atualidade, se configura como Brasil, a população indígena era superior a 3 milhões, segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Atualmente, conforme dados divulgados no Censo de 2022 (IBGE, 2022), o Brasil possui 1.693.535 pessoas indígenas, valor que representa 0,83% do total de habitantes do país. Desses, mais da metade (51,2%) está localizada na região da Amazônia Legal, composta pelos estados da região Norte, Mato Grosso e parte do Maranhão.

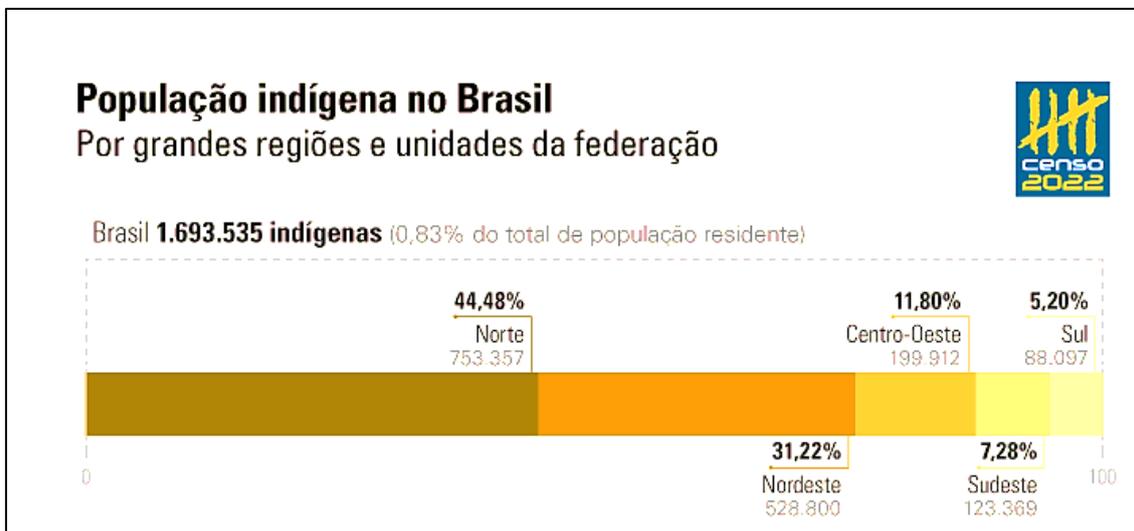
Como indicam os dados noticiados pela Secretaria de Comunicação Social (Brasil, 2023), a população indígena contabilizada em 2022 apresentou um aumento significativo de 88,8% em comparação ao Censo de 2010, que registrava 896.917 indígenas habitando o território brasileiro. Esse incremento nas estatísticas divulgadas pelo IBGE (2022) pode ser explicado pela maior participação dos povos originários no processo de coleta de dados e monitoramento realizado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Outro fator que contribuiu para esse aumento foi o crescimento nas demarcações de territórios indígenas. O número de terras demarcadas passou de 505 para 573 entre os anos de 2010 e 2022.

A população indígena no Brasil segue lutando para preservar seus territórios, sua cultura e o direito de utilizar sua língua materna. Como alerta Krenak (2015, p. 329), a riqueza cultural está em risco de desaparecer devido às pressões coloniais e à perda de saberes acumulados, cada vez mais atacados e desvalorizados. O autor destaca, a título de exemplo, línguas que correm o risco iminente de extinção, como o quéchua, o nheengatu e a língua falada pelos

povos da etnia krenak. A leitura da figura 01 permite observar a distribuição dos povos indígenas entre as diferentes regiões brasileiras.

Figura 1- Distribuição percentual da população indígena no Brasil.



Fonte: Censo Demográfico, 2022.

Outros fatores que contribuem para o desaparecimento das línguas indígenas incluem a discriminação estrutural, a vulnerabilidade dos povos originários, os ataques às comunidades, a desapropriação de terras e as frequentes violações de direitos humanos (Opendomocracy, 2020; National Geographic Brasil, 2023; ONU News, 2019).

Linde (2019) alerta que mais de 500 línguas nativas da América Latina correm risco de extinção, ameaçando não apenas um meio de comunicação, mas também a transmissão de conhecimentos, tradições e valores. A falta de ações para preservá-las acelera a perda cultural e a marginalização das comunidades indígenas, reforçando a necessidade de iniciativas eficazes para sua revitalização e valorização.

A preservação das línguas indígenas é fundamental para manter a diversidade cultural do território brasileiro. Mais do que um aspecto linguístico, elas representam um pilar da identidade e das tradições das comunidades nativas. No entanto, ao longo da história, a colonização impôs estratégias de repressão cultural, sendo a supressão das línguas indígenas foi uma das mais impactantes.

Ailton Krenak, indígena, ativista e escritor, detentor de uma importante voz em prol da luta e preservação dos direitos dos povos indígenas na atualidade, protagonizou um ato de resistência durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Nesse ato, ele pintou o rosto com tinta preta e discursou para todos os presentes naquela casa e em transmissão nacional, proferindo as seguintes palavras:

“O povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver, tem condições fundamentais para a sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida, da sua cultura, que não coloca em risco e nunca colocaram a existência, sequer, animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Creio que nenhum dos senhores podem jamais apontar atos, atitudes de gesticulação indígena do Brasil que colocaram em risco, seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano neste País. Hoje somos alvo de uma agressão que pretende atingir, na essência, na nossa fé, a nossa confiança.” (Pronunciamento de Ailton Krenak, 1987. *In.*: Moreira, 2022).

As lutas e conflitos durante a ocupação do território perduram até os dias atuais. Conforme aponta o Relatório sobre “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil” (2020), os estados com maior o número de assassinatos de indígenas em 2020, segundo dados obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e secretarias estaduais de saúde, foram: Roraima (66 casos), Amazonas (41 casos) e Mato Grosso (34 casos). Esses números evidenciam que os conflitos envolvendo os povos indígenas são parte de um padrão estrutural de disputa pela terra no Brasil.

Embora este trabalho não tenha como foco principal os povos indígenas, a inclusão desses dados no primeiro capítulo visa caracterizar a estrutura agrária brasileira em sua totalidade. Essa abordagem geral reforça que os conflitos fundiários na microrregião do Alto Pantanal, apesar de suas especificidades, integram um processo mais amplo de concentração fundiária, exclusão e violência no campo.

A constante luta e resistência não ocorrem apenas em relação à vida dos povos originários, mas também envolvem os povos africanos trazidos ao Brasil para o trabalho forçado. Esses povos desempenharam importante papel no processo de formação do território brasileiro ao se tornarem cativos dos portugueses que se instalaram nas terras brasileiras. Nesse sentido, Fernandes (1999) destaca:

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcaram as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras contra a exploração produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 1999 p.1).

O autor evidencia que, durante os séculos XVI e XVII, ocorreram inúmeras batalhas e entraves envolvendo povos indígenas contra as condições de cativo. Nesse período, houve uma transição significativa da escravidão indígena para a escravidão de povos africanos. Como ressalta Martins (2020, p. 32), no regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram diretamente controlados pelo fazendeiro. A imposição do *status* de cativo determinava a forma de coerção exercida pelo senhor na exploração do trabalho.

Ademais, a exploração da mão de obra dos imigrantes trazidos ao Brasil para o trabalho livre, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, evidencia a persistência do uso de trabalho em condições precárias, embora sob diferentes modalidades de sujeição. Nesse contexto, torna-se evidente que as estratégias de exploração do trabalho se transformaram ao longo do tempo, mas sempre preservaram a hierarquia e a dominação estabelecidas por elementos previamente consolidados.

Os povos indígenas, que já habitavam essas terras antes da chegada dos colonizadores, e os africanos trazidos ao Brasil como parte de um sistema escravista que perdurou por séculos no país, lutam e resistem à dominação e em defesa da preservação de seus territórios. Conforme enfatiza Fernandes (2000, p. 26), essa resistência persistiu por séculos, envolvendo mais de 15 mil africanos submetidos ao trabalho exaustivo.

Em busca da liberdade, muitos deles formaram quilombos em locais de difícil acesso: “O quilombo foi território livre, era a terra onde viviam negros, alguns indígenas e trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial” (grifo do autor). Esses refúgios não somente simbolizavam a busca pela liberdade, mas também eram manifestações concretas da resistência contra a exploração e dominação, proporcionando uma visão clara da diversidade e resiliência desses grupos historicamente oprimidos. Assim, a luta pela liberdade

e preservação de territórios torna-se um testemunho poderoso da tenacidade dessas comunidades diante da adversidade.

O quilombo mais destacado na História do Brasil foi o situado na região de Palmares, em Pernambuco, liderado por Zumbi, posteriormente conhecido como “Zumbi dos Palmares”. Esse local tornou-se um símbolo de luta e resistência, configurando-se como uma forte expressão de aversão ao cativo por aqueles que, por séculos, sofreram as mais diversas formas de opressão impostas por seus senhores.

A luta e resistência de milhares de africanos submetidos ao trabalho escravo no Brasil marcam profundamente décadas de crueldade, desigualdade e omissão de direitos. Situações de hostilidade contra povos indígenas, quilombolas e outros grupos ainda persistem, pois uma parcela da população os vê como obstáculos ao desenvolvimento. Esses conflitos evidenciam a continuidade de preconceitos históricos e a necessidade urgente de um reconhecimento mais profundo e justo dos direitos e das contribuições desses grupos para a formação da nação.

Após a abolição da escravatura, um país que utilizou o trabalho escravo por 300 anos e foi um dos últimos a decretar o fim do trabalho coercitivo, não transitaria para o trabalho livre de forma rápida, homogênea e pacífica. Assim, foram necessários quase 100 anos para o campo deixar de utilizar essa forma de exploração. Quando o negro, agora libertado, buscava exercer sua liberdade, era denominado de vagabundo. Para o branco, desejar ser negro significava buscar a sujeição, enquanto para o negro isso representava afirmação e consciência de liberdade (MARTINS, 2010, p. 51).

Ao final desse período, o trabalho livre optou por descartar a mão de obra que havia sido intensamente explorada. Milhares de indígenas, ex-escravizados e caboclos foram excluídos do trabalho assalariado, sendo forçados a viver em morros e cortiços nas favelas das cidades. Nesse contexto de rejeição e descarte da mão de obra indígena e escrava, o Governo Brasileiro incentivou a vinda de milhares de imigrantes europeus, que buscavam trabalho nas lavouras de café e cana-de-açúcar.

Em suma, os imigrantes trabalhavam em troca de pagamentos irrisórios e promessas de aquisição de pequenos lotes para viver, promessas essas que, na maioria das vezes, não se concretizavam.

O País selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, torna-se senhor de sua própria terra. (Martins, 2010, p. 09).

Assim, milhares de imigrantes vieram ao Brasil em busca de oportunidades, com a esperança de, por meio do trabalho nas fazendas, conseguirem seu próprio pedaço de terra. Os imigrantes repudiavam a possibilidade de serem vistos como cativos, e o próprio fazendeiro tinha cautela ao tratá-los, para evitar qualquer semelhança com o sistema escravista anterior.

Conflitos intensos marcaram as relações entre indígenas e colonizadores, resultando não somente na diminuição da população indígena, mas também no extermínio de culturas e modos de vida, cujas repercussões ecoam até hoje. A apropriação da terra, em seu aspecto material e simbólico, foi e continua sendo o núcleo das disputas sociais e territoriais no Brasil, especialmente na relação com os povos originários.

Atualmente, o Brasil observa as consequências dessa histórica apropriação da terra, com a luta contínua dos povos indígenas pela demarcação de terras e pela preservação de sua cultura e território. O processo de concentração fundiária e a formação de latifúndios nas áreas onde esses povos habitavam, e ainda habitam, continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pelas populações indígenas no Brasil. Contudo, esta discussão trata de forma ampla e abrangente o contexto agrário brasileiro, com foco na apropriação da terra como base para compreender os conflitos sociais e territoriais.

A região do Alto Paraguai possui especificidades em seus conflitos, mas não está isolada do processo maior de concentração fundiária no Brasil. Essa abordagem geral é fundamental para contextualizar a estrutura agrária do país, cujas raízes datam desde a colonização e continuam refletindo nas tensões atuais entre diferentes grupos sociais.

## **1.2 – O Campo Brasileiro em Conflito: Sesmarias, Coronéis e Resistências**

Para discutir as lutas e resistência camponesa, é essencial fundamentar-se nas principais revoltas ocorridas no campo brasileiro. Essa análise não só contextualiza os conflitos em si, mas também lança luz sobre os fatores

subjacentes que alimentam essas tensões, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas envolvidas. Aprofundar-se nas revoltas no campo enriquece a análise histórica e amplia a percepção das complexidades inerentes aos conflitos relacionados à terra, considerando as diferentes percepções de desenvolvimento econômico e os interesses divergentes que permeiam esse debate.

Desvendar os principais embates no recorte geográfico proposto permite analisar os conflitos no Alto Pantanal mato-grossense. Embora a falta de apoio do poder público às pequenas propriedades contribua para sua fragilidade, esse fator não é o único responsável pelo desenvolvimento desigual das grandes propriedades. A consolidação do latifúndio e a expansão dos grandes empreendimentos decorrem de fatores históricos, estruturais e políticos que favorecem a concentração de terras. Em outras palavras, a ausência de políticas públicas voltadas para o incentivo às pequenas propriedades intensifica a disparidade, refletindo interesses econômicos e sociais que se perpetuam há séculos no campo brasileiro.

O processo de apropriação da terra no Brasil, iniciado com a concessão de terras por meio do sistema sesmeiro, tem suas raízes em Portugal, no final do século XIV. Criado para combater a crise de desabastecimento em solo português, o sistema visava estimular a produção agrícola, especialmente em um contexto feudal, no qual grandes extensões de terra pertenciam a senhores que, muitas vezes, não as cultivavam.

Como detalham Silva (2008) e Porto (1965), a solução adotada foi impor que terras não cultivadas fossem redistribuídas para quem as tomasse para cultivo, através da concessão de sesmarias. A prevalência do sistema feudal era caracterizada pela posse de grandes extensões de terras, muitas vezes não cultivadas. Os autores relatam que o modo encontrado foi impor que aqueles que não agricultassem ou arrendassem suas terras perderiam os direitos sobre elas, e, conseqüentemente, estas eram distribuídas para quem quisesse efetuar o devido cuidado. As *Ordenações do Reino* definiam conforme elementos regulatórios:

Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casas, ou pardieiros que foram, ou são de alguns Senhores, e que já em outro tempo foram lavrados e aproveitadas, e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem

e devem ser dados dos sesmeiros pelos sesmeiros, que para isto foram ordenados (Silva, 2008, p. 42).

Embora o sistema de sesmarias tenha sido criado para atender à realidade portuguesa, sua transferência para o Brasil, um país com uma realidade distinta e proporções territoriais muito maiores, não previu que a tentativa de estabelecer pequenas propriedades se tornaria a raiz histórica da implantação dos latifúndios. Isso foi, de fato, o que ocorreu. Para sua efetiva implantação, foi necessário adaptar o sistema de sesmarias à realidade territorial brasileira, cujas dimensões são cerca de 76 vezes maiores do que as da metrópole (Silva, 2008, p. 43).

A concessão de terras por meio de sesmarias em território brasileiro visava estimular o povoamento das áreas ainda inexploradas, incentivando o cultivo e a produção de bens agrícolas e, conseqüentemente, impulsionando a economia. Na realidade brasileira, é evidente que as sesmarias foram o ponto de partida para a configuração da ordem hegemônica atual no campo: a concentração de terras nas mãos de poucos e a luta contínua de muitos camponeses para conquistar a terra, tanto para moradia quanto para produção. Esse sistema de concessão aprofundou significativamente a realidade agrária brasileira, principalmente devido à falta de padronização no tamanho e nas delimitações precisas dos limites territoriais.

Segundo Silva (2008, p. 49), a principal dificuldade na definição precisa do tamanho e da localização das sesmarias decorre fundamentalmente da ambigüidade das cartas de doação, tornando difícil a identificação das áreas cedidas, pois estas eram vagas e imprecisas, como exemplificado no registro de 1556.

[...] a terra que estaa da banda de bayxo do caminho vay para o Varadouro, a qual terra se demarca de maneyra seguinte: partindo do outeiro que está sobre Varadouro, onde se faz huma casa, onde está um marco de pedra... irá correndo pelo camynho abayxo, direyto ao oiteiro que está sobre Varadouro, onde se faz huma casa, onde está um marco de pedra... irá correndo pelo camynho abayxo, direto aooiti que está ao passo onde mataram o Varela, e dali irá correndo ao sudoeste athe entrestar nos mangues e Rio Beberibe e da li irão ao rio asima athe o Varadouro. (Porto, 1980, p. 111).

Descrições como esta dificultavam a localização das áreas e não fazem nenhum sentido na atualidade contribuindo para a expansão ilegal dos limites

territoriais por parte dos sesmeiros. Outro exemplo exposto pelo autor (op. cit.) diz respeito às dificuldades e particularidades nos registros das terras doadas, como nas “a sesmarias doadas ao almoxarife Vasco Lucena, no Jaguaribe: partir da “feitiçaria dos Índios” até onde se mete o rio... Ayamá e daí até a riba de casa velha que foi de Christovão Índio e outra casa que foi de um índio que se chama Aberama, onde estão huns cajus muito grandes etc.”. (Porto, 1980 p. 111).

Diante de tais descrições, era comum que os proprietários estendessem seus limites, principalmente por não haver precisão nas localidades. Além disso, os moradores das terras poderiam receber mais de uma sesmaria, pelo menos até o século XVIII (Silva, 2008, p. 51). A disponibilidade de terras e um gerenciamento ineficaz do território contribuíram significativamente para a consolidação do latifúndio.

O período das sesmarias no Brasil declina em 1822, após a Independência. No entanto, a legislação específica que aboliu esse sistema foi a Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), que visava estabelecer um novo marco legal para a posse e aquisição de terras, substituindo o antigo sistema de concessão de sesmarias. A própria Metrópole reconheceu a ineficiência do sistema diante da realidade brasileira. Conflitos por terras eclodiram, principalmente quando terras indígenas ou de moradores já estabelecidos eram concedidas. Como analisa Silva (2008, p. 279), a violência sempre foi e continua sendo uma presença marcante no campo brasileiro.

Martins (1995, p. 42) considera que a Lei de Terras de 1850 transformou terras devolutas em monopólio do Estado, controlado pela ampla força da classe de proprietários de terras. Aos camponeses que chegaram à terra após a vigência desta lei, ou aos que não tiveram suas posses legitimadas, restava somente a sujeição ao assalariamento.

No período republicano, a transição do trabalho escravo para o assalariado e a vigência de legislações restritivas ao acesso à terra criaram condições para o surgimento do coronelismo. Esse fenômeno se caracterizou pelo controle político exercido por grandes proprietários rurais, os coronéis, sobre o eleitorado, consolidando os chamados “currais eleitorais” e o “voto de cabresto”. Segundo Martins (1995, p. 46), os votos eram tratados como

mercadorias e eram frequentemente trocados por favores ou bens de valores irrisórios, pequenas áreas de terra e até mesmo por um par de sapato.

O coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para negociar posições políticas. Com frequência, mesas eleitorais eram instaladas na residência do próprio coronel. Assinaturas falsificadas permitiam o voto de eleitores falecidos há muito tempo (quando há pouco mais de 20 anos foi determinado um novo cadastramento eleitoral, com fotografia no título de eleitor, houve diminuição geral do eleitorado, de centenas e até milhares de eleitores, conforme localidade). (Martins, 1995 p. 47 – 48).

O coronelismo prevaleceu no espaço agrário até o início do século XX, principalmente devido à fragilidade do sistema democrático e à ausência de políticos comprometidos em solucionar os problemas sociais. As atividades políticas estavam voltadas principalmente para garantir benefícios próprios, concentrando o poder sob a tutela de uma elite corrupta e intolerante a qualquer tipo de oposição.

A violência também era uma constante no campo, com lutas entre famílias e disputas territoriais inflamadas pelo contexto político local. Conforme evidencia Silva (2008, p. 280), uma das formas típicas de violência no interior do Brasil eram as lutas e conflitos entre famílias. Basicamente, as disputas decorriam do alcance do controle político municipal ou pelo controle sobre questões relacionadas à terra. Essas tensões eram exacerbadas pelo contexto político vigente, em um período em que líderes locais, os chamados “coronéis”, exerciam controle e influência desmedida sobre a vida política e social da população.

Apesar do cenário de exclusão, movimentos de resistência emergiram como respostas ao autoritarismo. No final do século XIX e início do XX, revoltas como Canudos e Contestado marcaram a história da luta camponesa no Brasil. Esses movimentos expressavam a insatisfação com as práticas clientelistas e a busca por transformações sociais.

Diante da dominação e manipulação impostas naquela época, surgiram movimentos de resistência camponesa. Esses movimentos estavam engajados em dar voz aos excluídos e reivindicar justiça social para seus seguidores. O objetivo principal era promover a igualdade e ampliar a participação popular nas tomadas de decisões e no acesso à terra.

As primeiras formas de lutas e resistência camponesa ocorreram já nesses primeiros anos de República, que foram também anos de intensas e generalizadas lutas de coronéis contra coronéis em todo o País, verdadeiras guerras, que terminaram o seu ciclo de maior vitalidade com a Revolução de Outubro de 1930 e o início da centralização do poder. As próprias guerras entre coronéis foram marcadas por disputas entre governo federal e o coronelismo, o clima de tensão na área era agravado pelas centenas de trabalhadores desempregados devido ao término da construção da ferrovia, que haviam sido recrutados compulsoriamente entre a população de grandes cidades como Rio, Santos e outras e que não haviam sido recambiados para seus locais de origem. (Martins, 1995 p. 52 – 53).

Como evidenciado no período descrito, os conflitos não se restringiam somente aos coronéis, mas também envolviam complexas interações entre as esferas locais e nacionais, agravadas pelas consequências sociais e econômicas da época. Revoltas como as de Canudos e Contestado marcaram um importante período de resistência no campo brasileiro, diante de diversas injustiças e marginalização social.

A Guerra de Canudos ocorreu entre os anos de 1896 e 1897 no sertão da Bahia. Este conflito, caracterizado como um movimento messiânico, foi liderado por Antônio Conselheiro, um líder religioso, e seus seguidores, que se instalaram na fazenda Canudos em 1893 (Fernandes, 2000; Morissawa, 2001; Martins, 1995). A Guerra de Canudos foi um episódio emblemático, um exemplo de tensões, lutas sociais e resistências resultantes das condições adversas enfrentadas pelos grupos marginalizados na sociedade brasileira da época. Este momento histórico não apenas revela as complexidades das relações sociais, mas também ressalta a necessidade de uma compreensão aprofundada das dinâmicas que moldaram o Brasil no final do século XIX.

Arraial de Canudos, ou Belo Monte, como foi rebatizado, situado no interior da Bahia, emergiu como um refúgio para os miseráveis que buscavam escapar da severa seca que assolava o sertão nordestino na época. Dentro dessa comunidade, embora existissem diferenças sociais, a estrutura era consideravelmente mais igualitária em comparação à república dos coronéis latifundiários. A produção era equitativamente compartilhada entre os camponeses, promovendo um modelo social singular que atraiu sertanejos em busca de uma vida digna. Como relata Morissawa (2001), todos que viviam no

arraial tinham direito à terra. Em termos econômica, havia ainda um fundo comum destinado à assistência aos idosos e desvalidos.

Canudos representou um movimento de resistência camponesa, marcado por intensos conflitos contra a expropriação de terras e pela atuação de jagunços a serviço dos interesses dos latifundiários. Foram mais de 5 mil soldados combatendo os sertanejos de Canudos. Mesmo assim, o povo não se rendeu, “restando apenas um velho, dois homens feitos e uma criança”. (Morissawa, 2001, p.30).

Quase duas décadas após o fim trágico da Revolta de Canudos, o Brasil testemunhou outro grande movimento de resistência camponesa: a Guerra do Contestado. No início do século XX, essa guerra camponesa ocorreu no sul do país, na região do Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. Estavam envolvidos mais de 20 mil rebeldes, metade dos efetivos do Exército brasileiro e mais uma tropa de mil “vaqueiros” como combatentes irregulares, deixando um saldo de pelo menos três mil mortos (Martins, 1995, p. 26).

A denominação “Contestado” advém da disputa territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná. A chegada do monge peregrino José Maria e de seus seguidores foi vista pelos catarinenses como uma invasão. Duramente atacados pelas forças públicas do Paraná, os camponeses saíram vitoriosos, embora seu líder tenha sido ferido e morto no combate (Morissawa, 2001, p.87). Este conflito revela mais um capítulo da luta pela terra no Brasil, destacando a resiliência e determinação dos camponeses frente às disputas territoriais.

Outro conflito referência de resistência camponesa foi o de Trombas e Formoso, ocorrido na região do norte goiano. O auge desse conflito ocorreu entre os anos de 1954 e 1957, quando uma revolta ganhou força, principalmente devido ao processo de expropriação das terras camponesas por ações de grileiros. Diversas formas de violência foram empregadas pelos grileiros em áreas formadas por terras devolutas em que muitos dos camponeses tinham sua efetiva posse. Esse período evidencia tensões e confrontos relacionados à apropriação indevida de terras e a resistência vigorosa por parte dos camponeses frente às práticas injustas (MST, 2020).

Como relata Fernandes (2000), conflitos por terras eclodiam em diversas partes do Brasil, envolvendo camponeses, militares, fazendeiros, grileiros, religiosos, dentre outros. No Nordeste, mais especificamente em Pernambuco e

na Paraíba, com o avanço do capitalismo no campo, surge uma importante forma de resistência: as Ligas Camponesas. A formação das Ligas Camponesas se constituiu como uma organização política de camponeses, proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão das terras e ao assalariamento. Formada em 1945, durante o período de ditadura, perdurou por 10 anos, com efetivo apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). As Ligas foram duramente reprimidas por fazendeiros com seus jagunços. Como explica Fernandes:

A atuação das Ligas era definida na luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. [...] Parte das ligas tentou organizar grupos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersados pelo Exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados (Fernandes, 2000 p. 33).

As Ligas Camponesas rapidamente se espalharam por todo o Nordeste brasileiro, difundindo-se entre foreiros expropriados dos antigos engenhos devido à extinção dos roçados dos moradores das usinas açucareiras, à crise política regional de desenvolvimento baseado na industrialização e à expansão do latifúndio, agravando a situação de miséria no campo (Martins, 1995, p. 77).

Para Martins (1995), poucos sabem que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta em confronto militar. São milhares de camponeses munidos de seus instrumentos de trabalho contra o Exército, cuja função seria garantir a proteção da nação. Diversos outros movimentos de revoltas camponesas marcaram a história de luta no campo brasileiro, muitos dos quais muitas vezes esquecidos e com pouca atenção dada à importância representada por esses conflitos.

As Ligas Camponesas rapidamente se espalharam por todo o Nordeste brasileiro, difundindo-se entre foreiros expropriados dos antigos engenhos devido à extinção dos roçados dos moradores das usinas açucareiras, à crise política regional de desenvolvimento baseado na industrialização e à expansão do latifúndio, agravando a situação de miséria no campo (Martins, 1995, p. 77). Segundo Martins (1995), poucos sabem que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a Proclamação da República, tem uma reiterada

experiência direta em confronto militar. São milhares de camponeses munidos de seus instrumentos de trabalho contra o Exército, cuja função seria garantir a proteção da nação. Diversos outros movimentos de revoltas camponesas marcaram a história de luta no campo brasileiro, muitos dos quais muitas vezes esquecidos e com pouca atenção dada à importância representada por esses conflitos.

No período de vigência do governo militar, foi aprovado o Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, objetivando regulamentar as relações agrárias no país, promovendo uma reforma no campo e estabelecendo diretrizes para a ocupação e o uso da terra. Conforme atesta Martins (1995), o Estatuto não era para os camponeses e pequenos lavradores, mas, sim, para o empresário e o produtor capitalista. Com a promulgação dessa legislação, garantiu-se a suspensão da proposta de realização de uma reforma agrária. Como descreve Morissawa (2001):

O Estatuto da Terra escancarou-se, então, como mais um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. As únicas e pouquíssimas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização (Morissawa, 2001 p. 100).

Segundo Martins (1995, p. 95), o Estatuto da Terra promulgado no governo militar fundamenta-se na diferenciação das propriedades não apenas com base em sua extensão, como fazia o governo deposto em 1964 ao direcionar seus ataques aos “latifúndios improdutivos”. Além do critério de tamanho, a reforma também considera a intensidade de utilização e uso da terra. O processo de classificação das propriedades divide-as em: minifúndio, empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração.

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme em questão nacional, política e de classe (Martins, 1995 p. 96).

A promulgação do Estatuto da Terra pelos militares tinha como objetivo conter o avanço das lutas e revoltas no campo brasileiro. E foi muito mais drástico para os camponeses do que para conter o latifúndio. Após o período de silenciamento das lutas pelos militares, emerge, inserida nesse contexto, a

Comissão Pastoral da Terra (CPT), em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocados pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em Goiânia - GO. A CPT surge como resposta à grave situação enfrentada pelos camponeses, posseiros e peões, explorados em seu trabalho (CPT, 2010). Uma iniciativa advinda da necessidade de um apoio pastoral diante das condições precárias e das injustiças enfrentadas pela população rural, mostrando a importância de abordagens mais humanitárias em resposta às questões agrárias no Brasil.

Conflitos por terra resultaram em diversos massacres no Brasil. Há quase 27 anos, em 9 de agosto de 1995, ocorreu o Massacre de Corumbiara, em Rondônia. Durante a madrugada, cerca de 300 pistoleiros e policiais atacaram o acampamento na ocupação da Fazenda Santa Elina com bombas e tiros. Os moradores, surpreendidos enquanto dormiam, enfrentaram um violento confronto que resultou na morte de dois policiais e no desaparecimento de aproximadamente 20 trabalhadores. Além disso, 350 lavradores ficaram gravemente feridos, 200 foram presos e 8 mortos, incluindo crianças (CPT, 2020).

Os conflitos no campo marcaram a história da luta pela terra e ainda persistem devido à intensa concentração fundiária no Brasil. Essa realidade continua alarmante, evidenciando as desigualdades no acesso à terra pelos camponeses. A luta pela conquista e manutenção do território permanece até hoje, enquanto camponeses, camponeses e comunidades locais enfrentam os impactos dos projetos econômicos vigentes.

Como evidencia Stédile (2019), no Brasil hoje existem três modelos agrícolas que se desenvolvem contraditoriamente: o latifúndio especulativo, o agronegócio e a agricultura familiar. Assim, cada um se desenvolve de modos desiguais; o latifúndio lucrando a partir da especulação, o agronegócio a partir do seu poder e o *lobby* que carrega frente à economia do país, e a agricultura familiar resistindo com sua produção no campo.

Práticas de exploração ainda são recorrentes na contemporaneidade. Muitas fazendas, agindo ilegalmente, recrutam trabalhadores para realizar atividades em troca somente de moradia e alimentação. Um exemplo dessa tentativa de flexibilização dos direitos trabalhistas foi o Projeto de Lei n.º 6442/2016, apresentado em novembro de 2016 pelo então deputado Nilson

Leitão (PSDB/MT). A proposta estabelecia um regime jurídico diferenciado para o trabalhador rural, permitindo que acordos individuais ou coletivos fossem regidos por essa legislação específica, em vez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto previa a possibilidade de pagamento exclusivamente com moradia e alimentação, além da ampliação da jornada semanal para até 12 horas e a venda das férias pelos trabalhadores residentes no local de trabalho.

Atualmente, a proposta encontra-se arquivada na Câmara dos Deputados. A luta camponesa tem se mostrado um importante instrumento na conquista de direitos e melhorias para os trabalhadores rurais. Muitos combatentes sacrificaram suas vidas em busca de uma vida melhor, possibilitando o acesso a direitos fundamentais desfrutados atualmente. A implementação de assentamentos de reforma agrária foi um passo significativo nesse processo.

No entanto, muitos desses assentamentos estão localizados em áreas de solo altamente degradado ou próximos a empresas agrícolas ligadas ao agronegócio. Essa proximidade dificulta a sobrevivência dos camponeses, seja pela baixa fertilidade do solo, seja pelo uso intensivo de defensivos agrícolas nas monoculturas vizinhas. Essas condições comprometem a sustentabilidade e a viabilidade das comunidades camponesas, evidenciando a necessidade contínua de políticas públicas que garantam melhores condições de vida e trabalho para esses trabalhadores.

A luta popular persiste, sendo muitas vezes articulada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em prol da conquista da terra por aqueles que dela necessitam. No próximo item desta seção, será feita uma caracterização teórica da estrutura fundiária brasileira, abordando a formação de categorias como latifúndio, agronegócio e campesinato.

### **1.3 – Estrutura fundiária brasileira: Latifúndio, Agronegócio e Campesinato**

Analisar a gênese do latifúndio, do agronegócio e do campesinato é fundamental para compreender a persistência do latifúndio em Mato Grosso até os dias atuais. Isso inclui a investigação do impacto da introdução do agronegócio voltado à produção de soja em áreas pantaneiras, bem como das transformações e conflitos resultantes para os camponeses. Além disso, torna-

se essencial examinar as formas de resistência do campesinato diante do avanço do capital, com enfoque específico na microrregião do Alto Pantanal.

Além disso, torna-se essencial analisar a expansão do latifúndio e sua crescente influência, tanto em termos territoriais quanto de poder. Esse estudo possibilita compreender o processo de territorialização do agronegócio e as estratégias de resistência do campesinato diante do avanço do capital no campo. A interação entre latifúndio, agronegócio e campesinato envolve dinâmicas complexas, com implicações diretas nas estruturas sociais e territoriais.

A distribuição de terras no Brasil é marcada por uma profunda desigualdade, cujas raízes remontam ao período colonial e persistem até os dias atuais. Essa configuração territorial se manifesta em três principais categorias: latifúndio, agronegócio e campesinato, cada um representando formas distintas de organização e uso da terra. Os latifúndios, grandes propriedades frequentemente subutilizadas, coexistem com o agronegócio, caracterizado pela atuação de grandes empresas agrícolas voltadas à exportação e ao uso intensivo de tecnologia. O campesinato, por sua vez, é representado por pequenos produtores cuja alimentação depende diretamente da terra e do trabalho manual.

Neste tópico, será abordada a estrutura fundiária brasileira e suas implicações para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país. Em seções específicas, serão discutidos o latifúndio, o agronegócio e o campesinato.

De acordo com Almeida (2004), a estrutura fundiária refere-se à forma de acesso à terra e à distribuição das propriedades no Brasil. A autora destaca a importância de estudar essa estrutura, por ser fundamental para compreender a configuração do campo e os fatores que influenciam a morfologia agrária. Nesse contexto, entender a estrutura fundiária é essencial para diagnosticar as desigualdades que permeiam a distribuição da terra e o impacto dessas desigualdades no desenvolvimento regional.

Embora a legislação agrária brasileira tenha promovido avanços significativos como a promulgação do Estatuto da Terra, a Constituição Federal de 1988 e a implementação de políticas de reforma agrária, esses marcos legais não foram suficientes para eliminar as profundas desigualdades no acesso à terra. A simples implementação de leis não garante a transformação da

realidade, sendo necessário que essas normas sejam acompanhadas de mecanismos eficazes de fiscalização, políticas públicas integradas e ações de redistribuição fundiária. A persistente concentração de terras nas mãos de poucos demonstra que, embora haja avanços formais, é preciso um esforço contínuo para promover a equidade e a justiça social no campo.

Essa realidade é corroborada por Silva (2008), que destaca a persistência dos latifúndios no Brasil como um dos principais fatores que perpetuam a distribuição desigual de terras. A concentração fundiária no campo constitui uma questão complexa e de longa data, em que as políticas públicas, embora implementadas, têm se revelado insuficientes para transformar estruturalmente o modelo agrário. Essas iniciativas não conseguem romper com a lógica das grandes propriedades rurais, resultando na exclusão de camponeses e na perpetuação de um sistema agrário desigual. Nesse cenário, Silva sublinha a urgência de uma reforma agrária eficaz, aliada a políticas públicas capazes de promover uma distribuição mais justa e equitativa das terras no país.

Talaska (2016) argumenta que a existência de latifúndios impede o desenvolvimento rural e a justiça social, algo que favorece os interesses elitistas e especulativos. O autor critica a falta de efetividade das políticas de reforma agrária, apontando que a legislação atual não aborda adequadamente a concentração fundiária e a função social da terra. Desse modo, considera-se a necessidade de uma revisão das políticas de reforma agrária.

A estrutura fundiária brasileira é marcada por profundas desigualdades, com a concentração de terras em grandes latifúndios e a predominância de um modelo de agronegócio voltado para a exportação. Essa configuração tem impactos diretos no campesinato, representado por camponeses e camponeses que dependem da terra para sua produção de alimentos. No entanto, para promover um desenvolvimento mais justo e equilibrado no campo, é necessário que políticas públicas adequadas sejam implementadas.

Nesse contexto, a coleta de dados e informações sobre a realidade agrária, como os realizados pelo Censo Agropecuário do IBGE, desempenha um papel fundamental. Realizado a cada dez anos, o censo não somente fornece dados cruciais para a formulação de políticas públicas voltadas para o campo, mas também permite uma análise mais aprofundada da dinâmica agrária. As informações obtidas ajudam a compreender a expansão da fronteira agrícola, as

inovações tecnológicas que impulsionam a produção e os impactos ambientais dessa transformação. Além disso, esses dados são essenciais para embasar decisões relacionadas a investimentos públicos e para promover ajustes na economia rural, considerando as mudanças estruturais que afetam o setor (IBGE, 2017).

Partindo desse pressuposto, os dados do Censo Agropecuário 2017 revelam que o produtivismo de riqueza nacional promulgada pelo agronegócio está ancorado sob o caráter desigual da distribuição dessa riqueza e das terras. Como atenta Oliveira (2003, p. 112), o agronegócio moderniza o país, mas a produção de *commodities* torna a nação mais dependente de importações de bens primários que antes eram amplamente produzidos em território nacional, a exemplo do trigo e leite, e outros. O autor ressalta a contradição estabelecida neste cenário, “quem produz, produz para quem paga mais”, conforme a demanda do mercado externo. Esse fenômeno torna o país mais vulnerável em razão da produção voltada para garantir uma balança comercial favorável, mas que deixa de produzir alimentos que garantem a soberania alimentar da população.

Esse cenário reflete e agrava os níveis de desigualdade no campo brasileiro, evidenciados por indicadores como o índice de Gini. Em 2017, o índice alcançou 0,867 pontos, um dos mais elevados quando comparado aos dados do censo de 2006, que registraram 0,854 pontos. Esse aumento substancial na concentração de terras evidencia a intensificação das desigualdades no acesso à terra e aos recursos. Girardi (2006) já apontava, em 2003, um índice de Gini de 0,816, mostrando que essa concentração fundiária tem se intensificado ao longo dos anos. Vale destacar que quanto mais próximo o índice se aproxima de 1, maior é o nível de desigualdade, reforçando a urgência de políticas públicas eficazes para promover uma distribuição mais justa e equitativa das terras no Brasil (IBGE, 2017).

Por trás da necessidade de tais políticas, subjaz uma concepção de Estado que, idealmente, deveria ser para todos e transcender interesses de classe. Entretanto, a efetivação de um desenvolvimento justo e equilibrado depende não apenas da existência de leis, mas da implementação de um modelo estatal comprometido com o bem comum. Assim, a questão não se restringe à mera formulação ou execução de políticas públicas.

A concentração fundiária, segundo dados censitários, manteve-se quase inalterada entre os anos de 1985 e 2006, mas apresentou crescimento nos levantamentos mais recentes. Segundo Oliveira (2020), ao comparar os Censos Agropecuários do IBGE de 2006 e 2017, observa-se que o número de estabelecimentos agropecuários passou de 5.175.636 em 2006 para 5.073.324 em 2017, indicando uma retração no número de estabelecimentos. Contudo, essa diminuição não reflete uma redução no número de proprietários, uma vez que o período analisado também registrou um aumento de 162.228 estabelecimentos, representando um crescimento de 4,11%. A retração observada afetou principalmente arrendatários, parceiros e ocupantes, e não os grandes proprietários de latifúndios ou empresas do agronegócio. Isso evidencia que a redução ocorreu predominantemente nos estabelecimentos voltados para a agricultura camponesa.

Os dados do Censo revelam uma discrepância marcante entre os diferentes tipos de agricultura. Conforme a Tabela 1, os estabelecimentos de agricultura camponesa concentram 92% das áreas com até 10 hectares, envolvendo 4.366.267 agricultores em um total de 80.102.694 hectares. Em contraste, os estabelecimentos da agricultura capitalista, embora compostos por 806.369 agricultores, ocupam uma extensa área de 253.577.343 hectares. Esses dados evidenciam uma contradição significativa: apesar de a agricultura camponesa predominar em número e se caracterizar por pequenos estabelecimentos, a concentração dos grandes latifúndios está, predominantemente, nas mãos da agricultura capitalista, configurando o Brasil como um dos países com maior concentração fundiária do mundo.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária brasileira por números e área dos estabelecimentos agropecuários – 2017

Área total – ha	Total de Estabelecimentos	Agricultura Capitalista (%)	Agricultura Camponesa (%)	Área Ocupada (ha) - Agricultura Capitalista	Área Ocupada (ha) - Agricultura Camponesa
De mais de 0 a	2.477.151	197.981 (8%)	2.279.170 (92%)	687.172 (8,8%)	7.111.604 (91,2%)

menos de 10					
De 10 a menos de 100	1.971.600	267.940 (13,6%)	1.703.660 (86,4%)	11.043.574 (17,5%)	51.850.405 (82,4%)
De mais de 0 a menos de 100	4.448.751	465.921 (10,5%)	3.982.830 (89,5%)	11.730.746 (16,5%)	58.962.009 (83,4%)
De 100 a menos de 1.000	424.288	283.024 (66,7%)	141.264 (33,3%)	92.007.554 (81,5%)	20.836.633 (18,5%)
De 1.000 a menos de 2.500	32.242	32.172 (99,8%)	70 (0,2%)	48.531.236 (99,8%)	108.846 (0,2%)
De 2.500 a mais	15.336	15.305 (99,8%)	31 (0,2%)	15.305 (99,8%)	31 (0,2%)
Produtor sem terra	295.019	12.947 (4,3%)	242.072 (95,6%)	12.947 (4,3%)	242.072 (95,6%)
<b>Total</b>	<b>5.175.636</b>	<b>809.369 (15,5%)</b>	<b>4.366.267 (84,5%)</b>	<b>253.577.34 (75,9%)</b>	<b>80.102.694 (24%)</b>

Fonte: Oliveira (2020, p. 11)

Org.: A autora, 2022.

A concentração de terras nas mãos de agricultores capitalistas é significativamente maior do que a dos agricultores camponeses. Dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, 806.369 estão sob a posse de grandes proprietários capitalistas, correspondendo a 15,5% do total de estabelecimentos agropecuários. Em contraste, a agricultura camponesa ocupa 4.366.267 estabelecimentos, representando 84,5% dos estabelecimentos agropecuários. Esses dados refletem a realidade agrária brasileira, com a maioria das terras agricultáveis do país ainda concentradas nas mãos de grandes latifundiários.

Ao analisarmos a área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, observa-se que, dos 333.680.037 hectares, 253.577.343 pertencem à agricultura capitalista, representando 75,9% do total. É importante destacar que, embora a agricultura capitalista compreenda um número significativamente menor de estabelecimentos, ela ocupa as maiores extensões de terra. Em contrapartida, a agricultura camponesa ocupa 80.102.694 hectares, correspondendo a somente 24% da área total.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender as contradições presentes no campo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao impacto dessas desigualdades no território mato-grossense. A luta dos camponeses

contra a expansão das formas capitalistas de produção que expropriam e afastam aqueles que dependem da terra para sua sobrevivência é crucial para a construção de alternativas que promovam uma distribuição mais justa dos recursos e das oportunidades. Para superar as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, é imprescindível a implementação de políticas públicas que considerem não apenas a função social da terra, mas que também busquem promover a justiça social, enfrentando os desafios de uma estrutura fundiária marcada pela alta concentração de terras.

O caráter rentista do capitalismo no campo revela que o predomínio da grande propriedade não é um caso isolado, mas sim uma característica intrínseca do meio rural brasileiro, marcada por uma estrutura fundiária altamente concentrada e excludente. A concentração fundiária, longe de ser um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo, cria um ambiente propício à convergência entre o latifúndio e o capital industrial, resultando em uma aliança entre capital e proprietários de terra. Conforme esclarece o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2020), essa aliança permitiu que a economia rural subsidiasse o desenvolvimento industrial, o que, conseqüentemente, impulsionou a saída do campo e o barateamento da força de trabalho no campo.

O capital se desenvolve em grandes proporções e, ao mesmo tempo, necessita de menos trabalhadores para se expandir, pois a tendência característica é a substituição do trabalho por máquinas, tecnologia e conhecimento científico. Dessa forma, continua deixando trabalhadores à margem de todo esse processo de desenvolvimento do capital.

As questões socioeconômicas brasileiras, evidenciadas por Lima (1984, p. 11) suscitam questionamentos sobre como um país eminentemente agricultável, minerador e pecuarista, com presença de vastas dimensões e de natureza tão diversificada, pode ainda enfrentar a persistência da fome em seu cenário econômico. Ainda para Lima, a relação campo e cidade deve estar intimamente ligada. O autor ressalta que a separação entre esses dois elementos é resultado da antítese de classes, bem como da política que constantemente recorre aos recursos estrangeiros para impulsionar o progresso nacional. Lima destaca que esse progresso deve estar alicerçado na ideia de desenvolvimento, não apenas no acúmulo de capital.

A realidade alarmante é que, em 2022, 33,1 milhões de brasileiros enfrentavam insegurança alimentar e nutricional grave, e embora esse número tenha diminuído para 8,7 milhões em 2023, representando uma queda significativa de 11,4 pontos percentuais, a persistência da fome no país continua a ser um desafio, mesmo em um território com vastos campos agricultáveis. A contradição torna-se ainda mais evidente quando se observa o contraste entre as exportações de commodities e o flagelo da fome que persiste em um país tão rico em meios naturais .

Castro (1984, p. 50) observa que, apesar da vastidão territorial e da diversidade climática do Brasil, o país poderia produzir alimentos suficientes para sustentar uma população várias vezes maior do que a atual. Porém, a estrutura econômico-social brasileira tem contribuído para inviabilizar o aproveitamento racional de suas potencialidades geográficas, refletindo diretamente nas deficiências do sistema alimentar e nos hábitos alimentares da população.

Com a extensão territorial de que o País dispõe, e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômica-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. (Castro, 1984 p. 50).

Segundo Rossetto et al. (2021), a globalização e, em particular, a globalização do capital causa aumento exponencial dos fluxos materiais e imateriais, da provisão de serviços, do consumo e da exploração de elementos naturais. No entanto, esse fenômeno não demonstrou eficácia na redução da pobreza, tampouco na diminuição da instabilidade econômica e social. Muito pelo contrário, a despeito dos avanços econômicos, persistem desafios significativos no que tange à equidade social, levantando questões cruciais sobre os impactos reais da globalização, especialmente em termos de distribuição de recursos e oportunidades.

Os autores anteriormente citados referenciam as análises de Castells (2005), as quais evidenciam a organização da nova economia em torno de redes globais de capital e de gestão da informação. Para Castells, o capital assume uma dimensão global ao integrar o processo de acumulação da economia

capitalista em rede. Nesse contexto, uma manifestação marcante da globalização nas áreas rurais é o agronegócio, um setor dotado de tecnologias ultramodernas e mobilizador de vultuosos recursos, cujo objetivo é promover a rápida expansão das áreas produtivas e maximizar os lucros.

Esse fato evidencia como o monopólio da terra é prejudicial à garantia da soberania alimentar dos brasileiros. O latifúndio perpetua o agronegócio como meio de continuidade e manutenção do poder. A concentração de terras no latifúndio tradicional consolida o agronegócio sob o disfarce de "modernização", mas mantém o caráter concentrador de terras e riquezas.

Martins (1975, p. 33) observa que a economia brasileira, apesar de sua modernização e inserção no mercado global, mantém-se enraizada em práticas que remontam a um passado escravocrata. Isso se traduz na superexploração do trabalho, no monopólio da terra e em relações contratuais desiguais. A agricultura globalizada coexiste com traços característicos de exploração, os quais evidenciam uma economia que não rompe com suas raízes coloniais.

A estrutura fundiária de um país refere-se à organização das propriedades rurais, considerando aspecto como o tamanho, a distribuição social e a quantidade de imóveis em uma determinada região. Segundo o INCRA (2023), compreender essa estrutura é importante para embasar a formulação de políticas públicas voltadas ao apoio da agricultura, além de contribuir para a segurança territorial e alimentar.

Contudo, essa abordagem, embora técnica e fundamentada em dados, merece uma análise crítica: a ênfase exclusiva na quantificação e na distribuição física das terras pode obscurecer dimensões históricas, sociais e culturais que também influenciam o desenvolvimento rural. Assim, enquanto o apontamento do INCRA destaca a importância da análise fundiária para a tomada de decisões, é fundamental que tais políticas considerem também os contextos regionais e as dinâmicas de poder que moldam as relações agrárias, garantindo medidas verdadeiramente inclusivas e transformadoras.

Ao realizar uma busca por "estrutura fundiária" nos principais repositórios acadêmicos e fontes institucionais, como o Censo Agropecuário de 2017, percebe-se uma grande disparidade entre a quantidade de estudos dedicados ao tema e aqueles voltados para outros conceitos relacionados, como o agronegócio. No repositório da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo,

há um número consideravelmente menor de registros sobre estrutura fundiária, enquanto o termo “agronegócio” retorna uma quantidade significativamente maior de resultados. Esse fato reflete a predominância do agronegócio nas discussões acadêmicas e políticas, muitas vezes em detrimento de análises mais profundas sobre a distribuição da terra e a reforma agrária no Brasil questões essenciais para a compreensão das desigualdades no campo.

Ao ampliar as investigações sobre o termo “campesinato”, observa-se que ele gera uma quantidade significativa de resultados em diversas fontes acadêmicas especializadas. No entanto, esses números são consideravelmente menores quando comparados a termos mais amplamente aceitos e discutidos, como “agricultura familiar”. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar no Brasil representa uma parcela expressiva da produção rural e tem sido amplamente estudada em diferentes esferas, sendo o foco de políticas públicas e pesquisas acadêmicas. Em contraste, o termo “campesinato” que envolve uma análise mais aprofundada das relações sociais, políticas e econômicas no campo, permanece marginalizado nas pesquisas acadêmicas, como evidenciado em estudos do IBGE e outras fontes acadêmicas.

A disparidade entre os termos “agricultura familiar” e “campesinato” não é somente uma questão de uso popular, mas também reflete as dinâmicas de poder e interesse no campo da pesquisa acadêmica. O agronegócio, com sua força econômica e política, continua a dominar as discussões sobre a produção rural, enquanto questões relacionadas ao campesinato, como as condições de vida dos trabalhadores rurais e as lutas pela terra, permanecem em segundo plano.

A análise de Calaça, Silva e Jesus (2021, p. 2) reforça essa percepção ao destacar que o conceito de camponês tem sido objeto de debates intensos nos estudos agrários, marcados por disputas sobre sua definição e relevância no contexto atual. Essas controvérsias refletem as diferentes abordagens ideológicas e políticas que envolvem o conceito de camponês e sua inserção nas políticas públicas, tema que será aprofundado ao longo desta pesquisa.

O processo de formação e consolidação do território brasileiro ocorreu sob o prisma da concentração fundiária, estruturado pelo sistema sesmeiro. A Lei de Terras de 1850 determinou que a propriedade só poderia ser adquirida por meio

da compra, estendendo esse direito também a estrangeiros. Essa medida dificultou o acesso à terra para centenas de camponeses, africanos, indígenas, caboclos e outros grupos sociais que não tinham condições de arcar com os custos da aquisição, perpetuando um cenário desigual de distribuição fundiária.

Como evidencia Girardi (2006), a concentração de terras é uma característica inerente ao modo capitalista de produção, agravando a questão agrária. O autor sugere que a propriedade coletiva da terra é uma possibilidade remota, dada a conjuntura política do país. No entanto, argumenta ser necessário, ao menos, buscar a atenuação dessa concentração. Mesmo com a manutenção da propriedade privada, as formas de acesso à terra devem ser mais democráticas e menos exploratórias.

Ao priorizar os interesses individuais em detrimento do coletivo, a estrutura fundiária brasileira segue marginalizando um grande contingente populacional, dificultando o acesso à terra para uma parcela significativa da população que dela depende para sobreviver. Nesse sentido, um modelo que reconheça a terra como um bem coletivo e essencial ao interesse público não apenas se apresenta como uma alternativa mais justa, mas também mais eficiente para fortalecer a produção de alimentos e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos para o tratamento da questão agrária no Brasil, embora proponha uma realidade mais idealizada do que efetivamente aplicada. O artigo 184 da Constituição estabelece que cabe à União regular os direitos agrários, incluindo a desapropriação de terras, medida prevista para promover o acesso à terra por aqueles que dela necessitam. Já o artigo 186 trata da função social da terra, orientando o aproveitamento racional e adequado do território, o qual deve favorecer o bem-estar tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores. Contudo, essas normas, embora bem-intencionadas, enfrentam desafios, na prática, pois grande parte dos latifúndios no Brasil continua a ignorar as diretrizes constitucionais, perpetuando um cenário de concentração fundiária e de desigualdade social no campo (BRASIL, 1988).

Diante da análise da estrutura fundiária brasileira, evidencia-se uma clara concentração de terras nas mãos de grandes proprietários e empresas agrícolas, configurando um cenário de desigualdade marcante no campo. Esse contexto é

propício para uma discussão mais aprofundada sobre o que vem a ser caracterizado como latifúndios, que representam uma parte significativa dessa concentração fundiária. A seguir, será discutido o conceito de latifúndio, suas origens históricas, características principais, e os impactos socioeconômicos e ambientais associados a esse tipo de propriedade rural. Em particular, será abordado como os latifúndios impacta no desenvolvimento rural, na distribuição de renda e a sustentabilidade ambiental no Brasil.

### **1.3.1 - Latifúndio: Concentração, Terra e Poder**

O termo “latifúndio”, conforme definido pelo dicionário *Oxford Languages*, designa uma extensa propriedade rural composta predominantemente por terras não cultivadas ou que recebem investimentos mínimos em atividades agrícolas. A permanência de grandes extensões de terras improdutivas evidencia a necessidade de transformá-las em áreas produtivas, o que impulsionou a ascensão do agronegócio. Essa transformação, contudo, expõe o descumprimento da função social da terra, que preconiza seu uso de forma sustentável e racional, visando atender ao interesse coletivo. Esse contexto exige uma reestruturação do modelo de exploração territorial, capaz de equilibrar a produção e a responsabilidade social.

Pesquisas, como a de Talaska (2016), revelam que a persistência de grandes propriedades no Brasil está associada à reconfiguração discursiva do termo “latifúndio”. Frequentemente associado à improdutividade e à concentração fundiária, esse termo passou a ser designado como “grandes propriedades” ou “agricultura patronal/capitalista”. Essa mudança semântica visa suavizar o impacto negativo do termo, ao mesmo tempo, em que favorece o avanço da monocultura voltada ao mercado financeiro. Paulino e Almeida (2010) destacam que, embora o discurso do fim do latifúndio seja propagado por setores ligados ao agronegócio, o conceito permanece intrínseco à estrutura agrária brasileira.

Com o objetivo de engolir tal realidade, propaga-se mitos, a exemplo do discurso do *fim do latifúndio*, decretado pelos arautos do agronegócio. Uma das artimanhas deste discurso é afirmar que o termo latifúndio foi suprimido do debate nacional por força da lei (Paulino e Almeida, 2010, p. 14-15).

Autores como Guimarães (1977) compreendem o latifúndio brasileiro como um fenômeno marcado por relações feudais e semifeudais, estruturado no monopólio da terra e na dependência de trustes internacionais. Já Faoro (2001) analisa o latifúndio como elemento central do poder brasileiro, enraizado desde a colonização. Ele aponta que a concentração fundiária gera profundas desigualdades sociais, migrações forçadas e conflitos no campo, moldando a estrutura socioeconômica do país.

Segundo Faoro, os latifúndios exerceram um impacto profundo sobre a população rural brasileira. A alta concentração de terras, aliada à desigualdade social decorrente desse fenômeno, provocou migrações em massa de trabalhadores rurais, que se viram obrigados a buscar empregos nos centros urbanos, além de intensificar conflitos e disputas por terra. Esses fatores moldaram a estrutura social e econômica do país.

Conforme destacam Paulino e Almeida (2010), a promulgação da Constituição Federal de 1988, acompanhada dos dispositivos relativos à Reforma Agrária (Lei 8.629/1993), conferiu ao termo “latifúndio” uma nova definição jurídica. Contudo, apesar das alterações legais, sua existência permanece como uma realidade prática, na maioria devido à influência persistente das oligarquias agrárias, que continuam a desempenhar um papel ativo no pacto hegemônico estabelecido desde o período colonial. As mudanças legais introduzidas pela legislação federal, embora significativas, mostraram-se insuficientes para romper o ciclo de monopólio e exploração das terras no Brasil.

A devida distinção entre o que se entende por “propriedade” e por “estabelecimento” é fundamental. Paulino e Almeida (2010, p. 13) esclarecem que a principal diferença reside no fato de que “propriedade” se refere ao grau de concentração da posse da terra, enquanto “estabelecimento” diz respeito ao grau de concentração do uso. Assim, o termo “propriedade” é mais frequentemente utilizado pelo INCRA, enquanto “estabelecimento” é empregado pelo IBGE para a categorização dos imóveis rurais em seus censos. Essa distinção é crucial para minimizar os efeitos negativos da concentração fundiária, pois um único imóvel pode conter vários estabelecimentos. Em suma, “estabelecimento” é um conceito mais econômico, enquanto “propriedade” é um conceito mais jurídico.

Como esclarece Fernandes (2013, p. 21), ao analisar a questão agrária brasileira, constata-se que tanto elementos antigos quanto novos influenciam a situação atual, sem modificar a estrutura fundamental em questão. Em outras palavras, o autor argumenta que, embora diversos fatores, tanto históricos quanto recentes, moldem a estrutura agrária brasileira, tais influências não provocam mudanças significativas na configuração global. Fernandes destaca, ainda, que tanto o latifúndio quanto o agronegócio continuam a integrar uma estrutura fundiária que permanece relativamente inabalada.

O processo de formação do território brasileiro está profundamente marcado por um modo desigual de apropriação das terras nacionais. Conforme aponta Moreira (2014), inicialmente a formação do território se organizava a partir das chamadas hinterlândias, onde cerca de 60% da população colonial se concentrava em uma ampla faixa costeira, não avançando mais que alguns quilômetros no sertão.

Desse modo, configura-se um arranjo territorial dedicado, sobretudo, à agroindústria açucareira, caracterizado pela produção em monocultura destinada exclusivamente à exportação e ao uso de mão de obra escrava. Cabe ressaltar que o sistema monocultor sempre ocupa as terras mais férteis, reservando para a agricultura policultora os solos de menor qualidade, fato que permanece inalterado mesmo no pleno século XXI.

Sob essa égide, imperava no país a utilização do trabalho escravo nas lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, nas lavouras cafeeiras, constituindo a matriz estrutural do território brasileiro. Segundo Martins (2020, p. 10), “O País inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”. Portanto, enquanto fosse utilizada mão de obra escrava, a terra estaria disponível para todos que quisessem nela trabalhar e usufruir de seus frutos.

Assim, somente duas semanas após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico negreiro, foi instituída a Lei de Terras n.º 601, em 18 de setembro do mesmo ano. Essa legislação estabeleceu o fim da apropriação de terras por posse, restringindo sua aquisição exclusivamente à compra. Conforme analisa Westin (2020):

Os latifundiários entenderam que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco. Uma vez tornados ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios (Westin, 2020 p.3).

Outra forma de trabalho instaurada no território nacional após o fim da escravidão foi o colonato, que utilizava a mão de obra de imigrantes. A vinda desses trabalhadores foi subsidiada pelo governo brasileiro com o objetivo de atender à demanda das lavouras de café. Martins (2020) destaca que os colonos não atuavam individualmente, mas sim de forma coletiva, combinando os esforços de todos os membros da família. É importante ressaltar que a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre no campo ocorreu de maneira lenta e gradual, estendendo-se por cerca de cem anos até se consolidar plenamente.

Essa transição e a introdução do colonato estão intimamente ligadas ao contexto dos latifúndios. A promulgação da Lei de Terras de 1850, durante o século XIX, representou a primeira legislação agrária de longa duração no Brasil, com impactos significativos na estrutura fundiária do país. Essa lei tinha como objetivo impor os princípios da intervenção estatal no processo de apropriação de terras, buscando retomar a posse das terras devolutas (Silva, 1997, p. 17). No entanto, como aponta Silva, a legislação falhou em atingir seus objetivos principais, sobretudo devido a falhas na implementação. Um dos principais problemas foi a responsabilidade pela demarcação das terras, que ficou a cargo dos próprios ocupantes. Cabia a eles informarem ao Estado os limites das terras ocupadas e indicar quais áreas restavam disponíveis para a reforma agrária, o que, na prática, perpetuou a concentração fundiária.

Além disso, a Lei de Terras não elucidou as proibições das posses, levando a crer que a efetiva moradia e cultivo garantiriam a permanência de qualquer ocupante. Essa legislação favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos, perpetuando a existência dos latifúndios e a desigualdade social no campo, cenário agravado pelo processo de imigração e pelo trabalho dos colonos nas grandes propriedades rurais.

O colonato, embora tenha introduzido uma nova forma de trabalho livre, não alterou de maneira significativa a estrutura de poder e posse de terras no Brasil. Os latifúndios permaneceram dominantes na paisagem agrária, enquanto os imigrantes se inseriam em uma dinâmica de exploração que, na prática, reforçava a concentração fundiária e perpetuava os privilégios dos grandes proprietários. Assim, a relação entre o colonato e os latifúndios é evidente, pois ambos os sistemas contribuíram para a manutenção de um modelo agrário excludente e concentrador.

Martins (1986, p.33) evidencia o caráter perverso do desenvolvimento do capital, pois “a terra pode produzir renda sem estar sendo utilizada”. Trata-se do interesse em utilizá-la apenas para fins especulativos. Além disso, a especulação fundiária impede o desenvolvimento rural sustentável, já que terras potencialmente produtivas são retidas apenas para obtenção de lucro futuro, sem gerar emprego, renda ou alimentos para a população. Isso não só agrava a pobreza rural, mas também impacta negativamente a economia em sua totalidade, ao reduzir a oferta de produtos agrícolas e aumentar a pressão sobre outras áreas cultiváveis.

Fabrini (2008) evidencia que a hegemonia do agronegócio facilita a acumulação de capital por meio da produção de mercadorias e do estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Nesse contexto, os latifúndios improdutivos parecem estar perdendo espaço no campo brasileiro, à medida que o agronegócio se expande e transforma a estrutura agrária.

No entanto, a expansão do capital no setor agrícola ocorre de maneira desigual. Embora o agronegócio promova a modernização e a eficiência produtiva em algumas áreas, ele também promove a concentração de terras e a desigualdade social. Grandes proprietários de terras, beneficiados pelas políticas e pelo mercado, continuam a dominar vastas áreas rurais, mantendo práticas latifundiárias tradicionais, mesmo que adaptando-se às novas exigências do mercado.

Como ressalta Oliveira (2020), a modernização do latifúndio, utilizando tecnologia e insumos agrícolas desenvolvidos com o fim de garantir a eficiência produtiva, configura-se como nova forma de latifúndio, utilizando roupagem “moderna”, mas que de moderno só possuem suas tecnologias, pois as formas de trabalho ainda continuam ancoradas àqueles presentes no latifúndio.

Segundo Martins (2011, p.8), nosso sistema de propriedade fundiária, criado no século XIX para substituir a escravidão com formas retrógradas de trabalho, tornou-se uma mediação fundamental ao capitalismo desigual. Esse capitalismo combina processos econômicos avançados, ciência de ponta e tecnologia sofisticada, e relações trabalhistas complexas, com formas servis de trabalho que beiram a escravidão por dívida. O latifúndio e as instituições políticas que dele surgiram e ainda existem moldaram uma mentalidade predominante no Brasil, influenciando valores e comportamentos, especialmente na esfera política. Embora o latifúndio não seja mais o mesmo da era pré-moderna do Brasil, seu legado persiste nas instituições, abafando a rebeldia social diária com conformismo, desmemória política, expectativa messiânica, milenarismo retrógrado e um apreço reacionário pelas aparências.

O poder hegemônico da agricultura capitalista latifundiária na atualidade permite a inserção da produção agrícola em uma escala global de exportações. No entanto, essa dinâmica evidencia uma contradição entre diferentes formas de produção agrícola. De um lado, o agronegócio, que domina vastas áreas destinadas à produção de commodities para o mercado externo; de outro, o território camponês, que ocupa espaços menores e se dedica à produção de alimentos básicos para a população brasileira.

Dentro desse contexto, a grilagem de terras representa uma das principais estratégias de expansão latifundiária, sustentando um modelo de acumulação que se perpetua em todo o território nacional. Segundo Oliveira (2020, p. 12), o termo grilagem refere-se a uma prática antiga utilizada para fraudar documentos e burlar cartórios, garantindo a posse ilegal da terra. Historicamente, esse método consistia em acondicionar documentos falsificados em gavetas com grilos vivos, de modo que, ao longo do tempo, os insetos liberassem substâncias que amarelavam o papel, conferindo-lhe uma aparência envelhecida e, assim, simulando autenticidade no momento de sua apresentação nos cartórios.

A grilagem de terras, conforme apontado por Oliveira (2007), revela-se como um mecanismo central na consolidação da estrutura fundiária excludente no Brasil. O uso de documentos falsificados para garantir a posse de terras que não foram adquiridas legalmente reflete a permanência de um modelo agrário que privilegia a concentração fundiária em detrimento do acesso democrático à terra.

Além disso, a estratégia de tornar o ambiente insustentável para pequenos proprietários demonstra a pressão constante exercida pelo agronegócio e pelos grandes latifundiários sobre territórios camponeses. Essa dinâmica não apenas amplia o domínio do agronegócio, mas também expulsa trabalhadores rurais de suas áreas, reforçando as desigualdades históricas no campo brasileiro.

Práticas ilegais de aquisição de terras formam um cenário propício para a prosperidade do agronegócio. Como aponta Fernandes (2013, p. 33–34), o agronegócio é fundamentado na produção monocultora voltada para a exportação. O processo de territorialização não elimina o latifúndio, mas máscara suas relações, incorporando novos elementos à questão agrária. “O latifúndio, entendido como uma relação social que controla vastas áreas do território, constitui a maioria da base territorial do complexo de sistemas do agronegócio”. Essa interligação entre latifúndio e agronegócio revela como a concentração fundiária e as práticas ilegais de aquisição de terras sustentam e alimentam o modelo agroexportador.

### **1.3.2 - Agronegócio: a modernização da agricultura?**

A relação entre latifúndio e agronegócio é estreita e essencial, uma vez que estão profundamente interligados, com um servindo de base para o outro. Para que o agronegócio se estabeleça eficazmente e atinja seu pleno potencial, é fundamental que ele ocupe grandes extensões de terra. Embora ambos compartilhem a característica de concentração fundiária, suas abordagens em relação ao uso da terra e à produção podem, em algumas situações, ser distintas. Enquanto o latifúndio se fortalece através do poder político e da especulação, o agronegócio depende da eficiência moderna e do apoio do capital monopolista.

O agronegócio, com suas especificidades modernas e alta produtividade, tem como principal característica sua relação intrínseca com o latifúndio. Esse modelo se baseia na concentração de terra e na especulação territorial, fatores que moldam sua dinâmica e geram conflitos sociais e territoriais. Como aponta Fernandes (2013, p. 31), o agronegócio é um complexo de sistemas que se desenvolvem ao longo das diferentes fases do capitalismo. Sob essa perspectiva, o capital tem articulado esses sistemas de maneira a expandir o

processo de acumulação. Segundo o autor, é fundamental compreender que as ações do latifúndio e do agronegócio são complementares ao processo de acumulação territorial, especialmente através da produção de commodities agrícolas e minerais.

Apesar de o agronegócio ser frequentemente associado à modernização e eficiência devido ao uso de tecnologias avançadas e métodos de produção modernos, ele também pode envolver práticas extremamente problemáticas e arcaicas. Uma dessas práticas é o trabalho escravo, que ainda persiste em algumas regiões do Brasil. Essa contradição revela que, embora o agronegócio se apresente como um setor de ponta, em certas situações, ele recorre a métodos que violam os direitos humanos e as leis trabalhistas, destacando uma faceta obscura desse modelo de produção.

Para tanto, ainda segundo Fernandes (2013, p. 30), a hegemonia do agronegócio mantém as formas tradicionais e, ao mesmo tempo, aprofunda o processo de subordinação. A concentração de terras é sustentada pela inserção do capital no território, enquanto o controle do mercado é garantido pela exploração da terra e pela renda gerada por ela. Para o autor, no processo de produção de mercadorias no capitalismo, são utilizadas relações não capitalistas, subjugadas pela capitalização da renda. Tanto a mais-valia quanto a renda capitalizada da terra representam duas formas de subordinação do trabalho ao capital: a primeira por meio da relação capital-trabalho, com o assalariamento do trabalhador; e a segunda, como atesta Oliveira (1991), pela dominação do território camponês pelo capital, configurando uma forma de controle territorial nas áreas rurais.

Conforme já abordado anteriormente, o cenário concentrador que se estabeleceu no território brasileiro desde o período colonial, reforçado a partir da Lei de Terras de 1850, resultou na formação dos latifúndios. Como salientado por Fernandes (2004), numa tentativa de reformular a imagem associada ao latifúndio, surge, na década de 1990, no Brasil, o termo “Agronegócio”. Para o referido autor, a imagem do agronegócio foi projetada visando reconstruir a ideia de agricultura capitalista, para “modernizá-la” e, assim, ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente, dando destaque somente ao produtivismo e ao uso de tecnologias.

Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (Fernandes, 2004 p. 1).

Fernandes (2004) é enfático ao destacar que a agricultura capitalista não pode esconder sua verdadeira face, calcada na concentração e exploração. Assim, o agronegócio procura representar uma imagem de produtivismo no campo e geração de riqueza. Enquanto o território do latifúndio pode ser sujeito à desapropriação para a implementação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como “sagrado” e “intocável”. O agronegócio representa uma nova forma de latifúndio, ainda mais amplo, pois não apenas concentra e domina a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A concepção do termo “agronegócio”, utilizado para designar a agricultura capitalista brasileira, tem sua origem nos Estados Unidos em 17 de outubro de 1955. Foi durante uma palestra proferida por John Davis, na Conferência do Retail Trade Board, em Boston, que a expressão foi utilizada publicamente pela primeira vez, sob o nome de “agribusiness”. Esse conceito emergiu no âmbito acadêmico, na Universidade de Harvard, impulsionado pelo estudo realizado por John Davis e Ray Goldberg. O objetivo principal desse estudo era transcender a percepção fragmentada do processo de produção, promovendo uma nova abordagem que integrasse agricultura e negócio. Essa fusão representava uma mudança paradigmática fundamental (Pompeia, 2020; Mendonça, 2013).

Segundo Fernandes (2004, p. 01), o novo modelo de agricultura e produção não é propriamente novo, pois sua origem remonta ao sistema plantation, no qual grandes propriedades são utilizadas para a produção e exportação de seus produtos. O autor destaca que, desde o início do capitalismo, esse modelo passou por modificações, intensificando a exploração tanto da terra quanto do ser humano. A introdução do termo agronegócio no vocabulário brasileiro é um fenômeno relativamente recente, como observa Fernandes, surgindo na década de 1990. Contudo, sua emergência não ocorre de maneira

neutra, mas como parte de uma construção ideológica destinada a ocultar a face do latifúndio que subjaz à agricultura capitalista.

Para Mendonça (2013, p. 50), a ideia de uma agricultura integrada à indústria não é nova, pois já existia há mais de 150 anos. Naquela época, os camponeses produziam não somente alimentos, mas também seus próprios equipamentos de trabalho, insumos agrícolas, combustíveis, moradias, roupas e outros utensílios. Atualmente, as fazendas que se apresentam como “modernas” deixaram de produzir tudo o que necessitam, delegando essas funções a outras empresas. Isso resulta em uma produção agrícola monocultora cada vez mais compartimentada, que engloba diversos setores industriais, como relata Mendonça:

[...] Atividades como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos foram transferidas para outras empresas, que também passaram a produzir produtos industriais utilizados nesse processo agrícola, como tratores, caminhões, fertilizantes, ração, pesticida, entre outros. [...] (Mendonça, 2013. p. 50).

Segundo Fernandes (*op. cit.* 32- 33) a visão de Pinazza e Araújo, idealizadores do que vem a ser conhecido como agronegócio é simplista, que associava esse setor como mera organização econômica, argumentando que isso não pode ser dissociado da classe e do sistema que o originou. O autor argumenta que a constituição desse complexo de sistemas ocorreu gradualmente, a partir da acumulação do capital e tecnologia. Esse processo fortaleceu as relações capitalistas, alimentando as corporações que intensificaram tanto a disputa territorial quanto a ideológica.

Conforme atesta Mendonça (2013), o termo agronegócio, no Brasil, é compreendido como o processo de industrialização da agricultura e tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas *cadeias produtivas*. Ainda para Mendonça, cadeia produtiva tem por objetivo agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura.

A inserção da ideia de *agribusiness* no Brasil teve início em um contexto neoliberal durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990 - 1992), que estabeleceu como uma de suas metas reduzir a intervenção direta do governo no setor agrícola (Pompeia, 2021, p. 124). Durante esse período, ocorreram cortes significativos nos recursos destinados ao crédito rural, queda nas vendas

nacionais de maquinário agrícola, além de consumo de fertilizantes e indústria de sementes. De todo modo, a nova ordem da conjuntura econômica, social e política contribuiu para a criação de um ambiente de efetiva defasagem dos preços mínimos e créditos rurais. Isso levou a diminuição de recursos financeiros, abrindo espaço para a importação de produtos agrícolas, como partes das medidas destinadas a conter a inflação. Como resultado, houve retirada substancial de apoio à agropecuária e funções associadas.

Mendonça (2013, p. 145) evidencia que durante o período neoliberal, as políticas governamentais foram caracterizadas pela intensa transferência de mais-valia social para o setor privado, especialmente por meio do aparato estatal, como no caso das privatizações de setores estratégicos da economia. A autora considera que, contrariando à ideia de um Estado mínimo (que nunca existiu), sempre esteve presente para atender aos interesses do capital. Sendo assim, vale frisar que, foi durante o período neoliberal que o termo “agricultura familiar” começa a ser utilizado para se referir aos camponeses, os quais estariam fatalmente fadados a se integrarem às chamadas cadeias produtivas do agronegócio (Mendonça, 2013, p. 145).

Desse modo, a aliança estabelecida entre latifúndio e capital financeiro dão vida ao agronegócio. A consolidação de um projeto econômico que visa produzir *commodities*, objetivando o abastecimento do mercado internacional. Essa forma de produção busca monopolizar e concentrar a estrutura agrária brasileira, caracterizada por produtores de mercadorias, e não de comida como propagam pelos meios de comunicação de massa. Oliveira esclarece que:

O monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, trata-se de substituir e diferenciar a agricultura do agro-negócio. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica de produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. (Oliveira, 2007 p. 148).

A cadeia produtiva do agronegócio, com o apoio de grupos midiáticos, propaga, por meio de redes nacionais de televisão, a ideia de que o Agro é o responsável por levar alimento à mesa dos brasileiros, relegando a agricultura familiar a um simples apêndice do agronegócio. Assim, conforme atesta Oliveira

(2016), há muita propaganda enganosa no uso midiático desse conceito. São inflados dados estatísticos sobre o agronegócio, conferindo a ele uma importância que, na realidade, não possui. O agronegócio se beneficia de uma fase midiática favorável, buscando, acima de tudo, manter-se como receptor dos recursos do fundo público. Para o autor mencionado, o agronegócio não é o responsável pelos maiores índices de divisas comerciais do país. Trata-se de um discurso ideológico, que visa criar um imaginário social de riqueza e defende a ideia de que não há necessidade de uma reforma agrária. Como evidencia Loiola (2023, p.4).

Comumente, nos deparamos com notícias em jornais e rede televisiva sobre a produção de grãos no Cerrado brasileiro, principalmente produtos como: soja, milho e outras *commodities*. O agronegócio é constantemente descrito como responsável pelo *superavit* na balança comercial e promovem o aquecimento da economia do país.

Assim, conforme apresenta Favareto (2023), os principais mitos que envolvem o discurso de pujança do agronegócio baseiam seu êxito em importantes intervenções estatais para garantir seu desenvolvimento. Além disso, o autor frisa que se tornar celeiro de outros países acarreta grandes danos e desastres ambientais, como desmatamento, destruição da biodiversidade e baixo dinamismo na geração de novos postos de trabalho.

Corroborando com essa análise, Pignatti, Soares e Leão (2021, p. 97) afirmam que toda a propalada prosperidade econômica está calcada em um modelo de produção agrícola e pecuária que depende intensamente de produtos químicos, como sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos, ração animal e conservantes químicos para alimentos. Essa forma de produção resulta da aliança entre o capital internacional, grandes corporações, oligarquias nacionais e instâncias do poder, prevalecendo e perpetuando o latifúndio, com suas práticas opressivas e intimidatórias sobre as populações vulneráveis presentes no campo.

Avaliar a contribuição do agronegócio para o crescimento do PIB brasileiro tem gerado debates sobre a verdadeira extensão de seu impacto. Enquanto os dados do IBGE (2017) evidenciam uma participação de 5 a 6%, limitando-se suas análises aos dados referentes à agricultura, indústria (em parte) e serviços

(os mais próximos ao setor). Em outras palavras, as análises realizadas pelo IBGE limitam-se aos serviços e produtos de “dentro da porteira”.

Por sua vez, o Cepea (Centro de estudos Avançados em Economia Aplicada – USP) realiza suas análises de forma mais abrangente, considerando informações e dados secundários oficiais do IBGE, para mensurar o PIB do agronegócio. Essa abordagem considera não apenas as atividades primárias, mas também os impactos nos setores industriais e de serviços, tanto a montante quanto a jusante da cadeia produtiva. Sob essa ótica, a contribuição do agronegócio pode equivaler a 25 a 30%, conforme estimado pelo Cepea.

“Se o objetivo é saber a dimensão da atividade agropecuária, ou da produção “dentro da porteira”, o número adequado é o do IBGE, que indica que esse setor representou em média 4,8% da economia na média de 1995 a 2021. Se o objetivo é saber a dimensão das cadeias como um todo, ou do agronegócio, deve-se recorrer ao número do Cepea – também média de 1995 a 2021, o agronegócio respondeu por 23% da economia (Castro, 2022, p. 2).

O agronegócio, ocupando 77% das terras agricultáveis, emprega 18,9 milhões de pessoas no campo. As projeções apontam para um aumento de apenas 10% desse percentual (Cepea/Esalq/USP, 2021). Desse modo, diante de tais dados, constata-se que a agricultura camponesa, mesmo tendo em suas mãos apenas 23% de estabelecimentos agropecuários, conseguem ocupar abundantemente a população do campo brasileiro.

Segundo Oliveira (2016, p. 103), ao analisar a participação percentual do setor agropecuário em comparação com o setor da indústria e serviços, constata uma constante queda, ou seja, um percentual que passa de 7,4% em 2003 para 4,8% em 2013 e 2014. Tais evidências refletem uma tendência de declínio na participação da agropecuária no PIB, enquanto os setores industriais e de serviços continuaram a crescer. Diante disso, defensores do agronegócio, alinhados com uma abordagem neoliberal, têm buscado novas concepções metodológicas para medir a importância econômica desse setor.

Portanto, o agronegócio vivendo sua fase midiática, procura apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Ou seja, reiterando, o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu. Basta para se comprovar esta afirmação ver a realidade da região da Zona da Mata nordestina, onde está o

agronegócio da cana-de-açúcar, e os altos índices de pobreza ainda existentes (Oliveira, 2016, p. 116).

Conforme dados do Atlas do Agronegócio, desenvolvido pela Fundação Heinrich Boll (2018, p. 15), a produção brasileira de commodities agrícolas está vinculada a conglomerados com estrutura verticalizada, que controlam o processo do plantio à comercialização. Entre esses conglomerados, destacam-se: SLC Agrícola (404 mil ha), Grupos Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Eadecoagro (164 mil ha), Terra Santa (156 mil ha), Grupo Bom Futuro (102 mil ha) e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha). Essas empresas exploram o mercado de terras, tanto para produção quanto para especulação financeira.

Segundo Dowbor (2018, p. 102), grande parte dos comentários desinformados ou interessados da imprensa econômica atribuem as flutuações de preços das commodities às variações da oferta e da demanda. No entanto, produtos essenciais à economia, como alimentos, minérios e energia, necessitam de regulação tanto por meio de normas quanto por mecanismos de mercado. Essa crítica aponta para a falta de controle adequado sobre esses setores fundamentais.

O caos gerado pode ser visto em números simples: o planeta produz dois bilhões de toneladas de grãos por ano, equivalente a cerca de um quilo por dia e por habitante, e ainda temos 800 milhões de pessoas passando fome. Temos aqui um vazio regulatório, onde as grandes corporações da intermediação navegam livremente. O impacto crítico é a deformação do acesso a bens essenciais como alimentação, a energia e matéria-prima (Dowbor, 2018, p. 103).

A citação acima evidencia a discrepância entre a abundância da produção global de grãos e a persistência do flagelo da fome no planeta. Tal problemática é atribuída, em parte, ao vazio regulatório, em que grandes corporações têm liberdade para operar sem restrições adequadas. Isso resulta na distribuição desigual de bens essenciais à sobrevivência humana, tornando essencial a devida regulação para corrigir essa situação e garantir um acesso mais justo e equitativo aos bens essenciais a toda população.

Diante de tais fatos, o Atlas denuncia que o avanço da fronteira agrícola se dá especialmente no bioma Cerrado, o qual atualmente apresenta profundos estágios de destruição e perda de sua biodiversidade. Conforme dados

publicados pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais), entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2021 foram destruídos 3.774 km<sup>2</sup> de vegetação natural, um aumento de 25% em comparação ao mesmo período no ano de 2020. O ano de 2021 entrará para o *ranking* dos anos recordes em desmatamento do Brasil. Somente no mês de agosto/2021 foram desmatados 433 km<sup>2</sup> de vegetação natural.

Como apontam os dados divulgados pelo IBGE, a produção de *commodities* registrou um crescimento de 1,9% no ano de 2020, bem abaixo desse valor em 2019, com um crescimento de somente 0,6% na produtividade. Vale ressaltar que 2020 foi um ano em que o País estava em meio à pandemia de Covid-19, quando o mundo inteiro passou por uma drástica desaceleração de suas economias.

Não é surpresa que inúmeras são as consequências causadas ao meio ambiente pelo avanço desenfreado do agronegócio. A devastação das florestas para a entrada das monoculturas vem, cada vez mais, dando-nos sinais de que este não é o caminho ideal para a qualidade da vida de todos os seres vivos na Terra.

O ano de 2020 ficou marcado como o ano em que a humanidade precisou rever seus modos de consumo e de viver. Uma pandemia conseguiu mostrar o quão frágil é a economia dependente do capital, ao passo que em somente três meses de confinamento já se demonstravam sinais de crise na economia mundial. Como bem destacam Bombardi e Nepomuceno (2020), a pandemia do Sars-Cov-2 revisita as grandes mazelas dessa sociedade dita “moderna” que, como sabemos, pauta-se por uma profunda desigualdade em âmbito global.

Segundo Wallace (2020), a monocultura de capital intensivo, tanto a pecuária quanto a agricultura, impulsionam o desmatamento, acarretando, conseqüentemente, a taxa de alcance de patógenos de animais selvagens transmitidos para a pecuária e para os seres humanos. Essas taxas de transmissão se intensificam com o comércio global, pois cepas recém-criadas podem ser exportadas para o mundo todo em pouco tempo. O referido autor ressalta ainda que o coronavírus é apenas um dos muitos patógenos que se desenvolvem no contexto agroeconômico.

O uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de monocultura é extremamente prejudicial ao meio ambiente e a todos os seres vivos. São

venenos que em vários Países foram proibidos devido a sua nocividade à saúde humana e ao meio ambiente. Em 2020, o número de agrotóxicos liberados cresceu 4% em relação ao ano anterior, somando 493 pesticidas autorizados para uso nas lavouras de monocultura.

Na agricultura capitalista, a aquisição de terra é precedida pela compra antecipada da renda da terra, resultando na prevalência da grande concentração, característica inerente desse sistema de produção. Segundo Oliveira (2007), quanto maior a concentração de terra, maior será o poder de extração de mais-valia em forma de renda. Sendo assim, quando os grandes capitalistas investem na compra da terra, estão não apenas visando o lucro, mas também buscando deter áreas para especulação, funcionando como reserva de valor. Pensar em desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é saber que ele se faz de modo contraditório e desigual, sujeitando o camponês ao assalariamento e desenvolvendo a agricultura capitalista, mas mantendo a produção camponesa.

A formação hegemônica do pensamento, no contexto atual, é amplificada pela difusão da monocultura, apresentada como a renovação do modelo produtivo, enquanto o saber tradicional é rotulado como atrasado ou arcaico. Esse processo resulta na padronização do pensamento, levando a uma homogeneização das práticas e do entendimento sobre o campo e o meio ambiente. Como aponta Shiva (2003), a forma de colonização intelectual, ou monocultura mental, provoca uma devastação da sabedoria milenar dos povos.

O apagamento das culturas milenares é uma estratégia necessária para a disseminação do conceito científico ocidental como a lógica de produção dominante: “O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não vendo, negando sua existência” (Shiva, 2003, p. 21).

Esse processo de negação do conhecimento e das práticas das comunidades rurais é claramente evidenciado no campo, onde sua invisibilidade perante a sociedade se configura como um mecanismo estratégico para desvalorizar e desconstruir sua relevância social e econômica. Tal dinâmica é agravada pela tentativa de associar a produção rural de base familiar ao modelo produtivo do agronegócio, alinhando-se ao projeto político-econômico dominante no país.

Estrategicamente, essa abordagem busca deslegitimar os saberes e práticas rurais, apresentando-os como ultrapassados e incompatíveis com as exigências de modernização impostas pela lógica do capital.

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar (Shiva, 2003 p. 25).

A construção da supremacia do agronegócio tem sido amplamente associada à sua eficiência produtiva no campo, o que o torna protagonista nos resultados econômicos. A partir do discurso de sua exitosa capacidade de produção, o agronegócio busca se apoiar em prerrogativas que facilitam a aquisição de vultosos créditos agrícolas, garantindo a perpetuação do latifúndio e barrando qualquer possibilidade de reforma agrária.

Como observa Fabrini (2008, p. 36), o agronegócio é compreendido como uma grande propriedade rural produtiva, mas que, na realidade, é responsável pela pobreza, miséria, degradação ambiental, violência e outros problemas que assolam o meio rural. Para Oliveira (2003), o agronegócio, apresentado como sinônimo de modernidade para o campo brasileiro, oculta o “velho” caráter especulativo da agricultura capitalista. Paralelamente a este processo, observamos a concentração de terra e a superexploração do trabalho.

O agronegócio e o latifúndio estão intrinsecamente associados, sendo o primeiro pautado na produção de mercadorias e o segundo fundamentado na figura do latifúndio, que, embora atrasado e improdutivo, precisava ser transformado para continuar a se perpetuar no contexto social atual.

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2021), o Brasil é o maior produtor mundial de soja, com uma produção de 135,409 milhões de toneladas. O País detém uma área plantada de 38,502 milhões de hectares, alcançando uma produtividade de 3.517 kg/ha. Os Estados Unidos, que até poucos anos ocupavam a liderança, agora ocupam o segundo lugar, com uma produção de 112,549 milhões de toneladas. Mato Grosso lidera a produção no Brasil, com uma média de 35,947 milhões de toneladas.

A produção de soja no contexto mundial evidencia a relevância do Brasil no setor. Os dados da safra 2020/2021 fornecem uma visão detalhada da posição do Brasil como o maior produtor mundial, com 135.409 milhões de

toneladas, representando 37,32% da produção mundial de soja. Dentro desse percentual, 9,91% são originárias de Mato Grosso, confirmando a liderança do Brasil nesse mercado (Tabela 2).

Tabela 2 - Soja - safra 2020/2021.

<b>Soja</b>	<b>Produção</b>	<b>Área plantada</b>	<b>Produtividade</b>	<b>Percentual produtivo mundial</b>
Mundial	362.947 milhões de toneladas	127.842 milhões de hectares		
Brasil	135.409 milhões de toneladas	38.502 milhões de hectares	3.517 kg/ha	37.32%
Estados Unidos	112.549 milhões de toneladas	33.313 milhões de hectares	3.379 kg/ha	31.01%
Mato Grosso	35.947 milhões de toneladas	10.294 milhões de hectares	3.492 kg/ha	9.91%
Paraná	19.872 milhões de toneladas	5.618 milhões de hectares	3.537 kg/ha	5.47%
Rio Grande do Sul	20.164 milhões de toneladas	6.055 milhões de hectares	3.330 kg/ha	5.56%
Goiás	13.720 milhões de toneladas	3.694 milhões de hectares	3.714 kg/ha	3.78%

Fonte: CONAB, 2021.

Org.: A autora, 2022.

A safra 2023/2024 (Conab, 2024) demonstrou um crescimento significativo na produção mundial de soja, que atingiu cerca de 362.942 milhões de toneladas, com o Brasil contribuindo com aproximadamente 135.409 milhões de toneladas desse total, produzidas em 38.502 milhões de hectares. A área plantada teve um crescimento de 8,82%. Mato Grosso, líder na produção,

ampliou sua produção de 35 milhões de toneladas para 38,34 milhões de toneladas, representando um incremento de 9,43%. Esse aumento reflete na expansão da área plantada, de 10 milhões de hectares para 11,98 milhões de hectares, representando um crescimento de 19,44%.

De acordo com dados do Ministério da Economia–Secex (2024), a exportação de soja em grão alcançou 101,870 milhões de toneladas, correspondendo a 65,3% da produção total de 156,035 milhões de toneladas. Desses 101,870 milhões de toneladas, 54,165 milhões de toneladas (34,7%) foram destinadas ao consumo interno no Brasil. No caso do farelo de soja, 22,474 milhões de toneladas (53,1%) das 42,318 milhões de toneladas produzidas foram exportadas, com 19,844 milhões de toneladas (46,9%) ficando no mercado interno. Por outro lado, o óleo de soja apresenta um comportamento distinto, com 8,677 milhões de toneladas (78,8%) sendo destinadas ao mercado interno e apenas 2,333 milhões de toneladas (21,2%) sendo exportadas.

É evidente que a palavra dominante neste contexto é “agronegócio”, refletindo a ênfase na produção de commodities em detrimento da agricultura camponesa, que valoriza a produção diversificada de alimentos e a preservação da agrobiodiversidade (Aguiar, 2021, p. 14). O agronegócio prevalece como uma cadeia produtiva altamente integrada internacionalmente, impulsionada principalmente pelas exportações. Segundo dados do Cepea – USP (Barros, 2022), as exportações do agronegócio representam quase metade do total brasileiro, com a China sendo o principal parceiro comercial, adquirindo 37% da produção de soja brasileira, seguida pela União Europeia, que compra 15% da produção nacional.

Esse cenário reflete a transformação do campo brasileiro em um verdadeiro “quintal do mundo”, mantendo um padrão remanescente do período colonial, caracterizado pelo tripé de latifúndio, monocultura e exportação de matéria-prima para os países desenvolvidos.

Uma parte significativa da população vê a cadeia produtiva da soja como protagonista da economia brasileira, apesar de suas raízes não serem nacionais. A soja, originalmente uma planta rasteira da costa leste da Ásia, especialmente ao longo do rio Yangtse, na China (Embrapa, 2021), passou por um processo de evolução através do cruzamento natural entre duas espécies selvagens, domesticadas por cientistas chineses. Essa oleaginosa é uma das culturas mais

antigas, com mais de cinco mil anos de história, e sua expansão pelo mundo se deu por meio de viajantes ingleses e imigrantes japoneses e chineses (Missão, 2006).

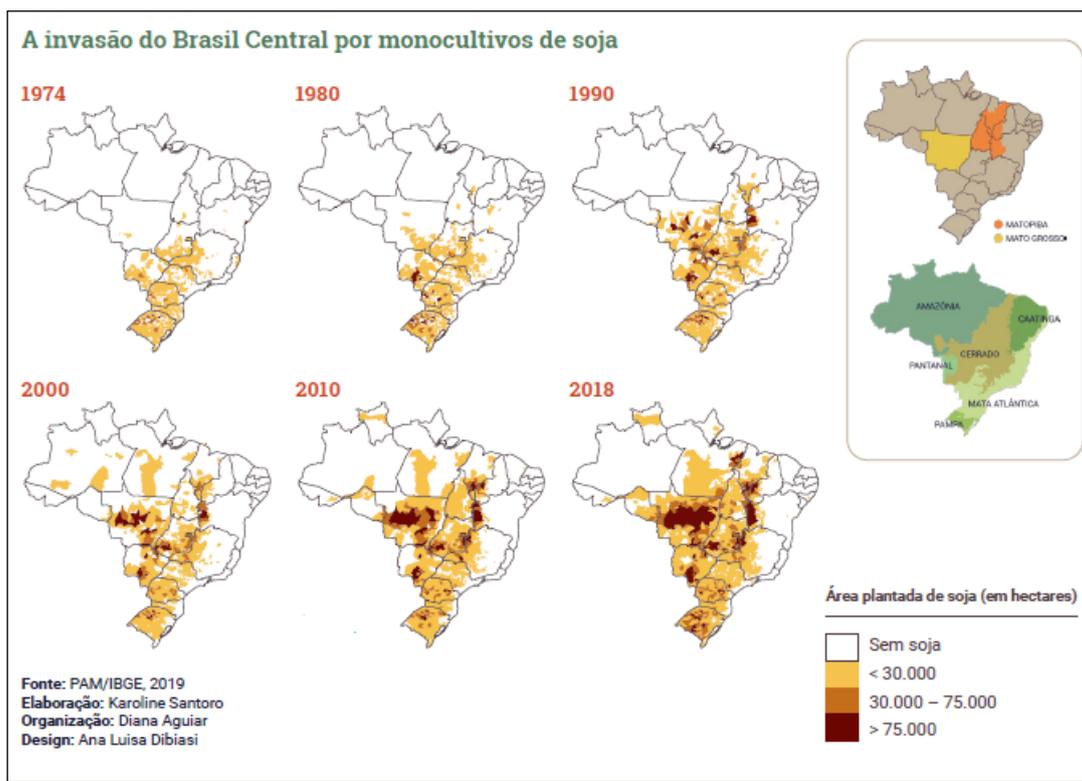
Conforme apontam Barrozo e Rosa (2018), o processo de expansão do grão pelo mundo ocorreu no século XIX, nos Estados Unidos, em 1880. Posteriormente, foi introduzido experimentalmente na Argentina, em 1909; no Paraguai, em 1921; e na Colômbia, em 1928. Os autores ainda relatam que os primeiros testes para o cultivo da soja no Brasil datam de 1882, no estado da Bahia, que inicialmente não obteve muito sucesso. Após essa tentativa de inserção do grão em território nacional, outros estados passaram a se interessar em cultivá-lo, como foi o caso de Campinas e algumas outras cidades de São Paulo.

De acordo com dados da Embrapa (2022), foi somente no final da década de 1960 que a soja começou a ser reconhecida como um produto comercial viável no Brasil. Inicialmente, era cultivada como uma cultura secundária, uma alternativa para o período de verão, quando não havia o plantio de trigo, a principal cultura do sul do país. Nesse contexto, o Brasil começou a desenvolver a produção de aves e suínos, o que aumentou a demanda por ração e impulsionou ainda mais o cultivo de soja.

A expansão da soja para o interior do Brasil pode ser observada no adensamento da cultura, que, inicialmente, estava concentrada nas regiões Sul e Sudeste (Figura 2). Sua expansão ocorreu em busca de vastas extensões de terra, amplamente encontradas na região Centro-Oeste. A partir da década de 1990, houve uma intensificação significativa do plantio de soja, com áreas cultivadas superando os 75.000 hectares. Já em 2018, a expansão territorial se intensificou ainda mais, atingindo não apenas o Centro-Oeste, mas também a região Norte do país.

Esse avanço e as transformações na cadeia produtiva da soja permitiram que a cultura penetrasse no interior do Brasil, alterando as paisagens diversificadas e dando lugar a monocultivos industriais. Em 2020, a soja e o milho representaram 90% da safra brasileira de grãos colhidos, ocupando áreas que antes eram destinadas ao cultivo de arroz e feijão, os dois alimentos mais importantes na dieta da população brasileira (Aguiar, 2021, p. 17).

Figura 2 - Expansão da soja no Brasil 1974 - 2018



Fonte: Aguiar, 2021.

Girardi e Fernandes (2004) atestam que o processo de expansão territorial da soja decorre de fatores que favorecem seu cultivo, dentre os quais se destacam as vastas extensões territoriais disponíveis e os custos relativamente baixos de implantação no cerrado. Além desse aspecto, os autores apontam outra razão fundamental para o sucesso produtivo do grão em Mato Grosso:

Outra razão parece ser o seu contínuo crescimento em certas áreas, a começar pelo Sul, por onde entrou no País, aliados às condições econômicas disponibilizadas na região meridional do Estado de Mato Grosso, onde se estabeleceu, inicialmente apoiada por forte aparato estatal. Resta, entretanto, discutir as condições edafoclimáticas ao cultivo da leguminosa (Girardi e Fernandes, 2004 p. 118).

A soja, grão símbolo do agronegócio brasileiro, territorializada, desterritorializa aqueles que se colocam no caminho de seu franco processo de expansão, isto é, todos os integrantes da produção familiar, ocasionando novas relações de produção no campo (Girardi e Fernandes, 2004).

A distinção entre o sistema agrícola do agronegócio e o campesinato é delineada por Fernandes e Welch (2008a), que analisam as diferenças fundamentais entre esses dois modelos. No sistema agrícola do agronegócio, destacam-se a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala. Em contrapartida, no sistema agrícola camponês, observa-se a valorização da biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala.

Em contrapartida, no sistema agrícola camponês, observa-se a valorização da biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala. Ressalta-se que, embora o sistema agrícola camponês não integre o agronegócio, os camponeses são subjugados pelo poder do capital, o qual controla aspectos como tecnologia, conhecimento, mercado e políticas agrícolas. Nesse contexto, os camponeses podem ser compelidos a produzir nos limites impostos pelas características de suas propriedades, em termos de área e escala de produção. Vale destacar que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo domínio do capital sobre a agricultura.

Apesar de o agronegócio ser frequentemente associado à modernização e à eficiência, em virtude do uso de tecnologias avançadas e métodos modernos de produção, ele também pode envolver práticas extremamente problemáticas e arcaicas. Uma dessas práticas é o trabalho escravo, que ainda se configura como uma realidade em algumas regiões do Brasil. Essa contradição evidencia que, embora o agronegócio se apresente como um setor de ponta, ele pode, em determinadas situações, recorrer a métodos que violam os direitos humanos e as leis trabalhistas.

O agronegócio moderno desempenha um papel crucial na exclusão rural, ainda que de maneiras distintas. O latifúndio atrasado caracteriza-se por grandes extensões de terra subutilizadas, concentradas nas mãos de poucos proprietários. Nesse contexto, os camponeses enfrentam um modelo de produção marcado pela baixa produtividade, em que a terra permanece ociosa, favorecendo a especulação e a concentração fundiária. Esse modelo gera conflitos de acesso à terra, marginaliza os camponeses e fomenta a dependência de trabalho precarizado, limitando a autonomia dos pequenos produtores.

A agricultura moderna e empresarial representa um avanço tecnológico e produtivo, sobretudo no aumento da produção de commodities, como a soja. Embora seja considerada mais eficiente do ponto de vista econômico, seu impacto sobre os camponeses revela-se igualmente excludente, ainda que com novas nuances.

A modernização produtiva intensifica a pressão sobre as áreas ocupadas por comunidades camponesas, deslocando-as para regiões menos produtivas ou até mesmo forçando sua saída das terras onde vivem. Além disso, o agronegócio transforma a terra em mercadoria, com preços elevados que inviabilizam a competição para os pequenos produtores. O uso intensivo de máquinas e tecnologias reduz a necessidade de mão de obra, intensificando a migração do campo para as cidades e eliminando oportunidades de emprego para os trabalhadores rurais.

Portanto, os camponeses são atingidos de maneira semelhante em termos de exclusão e marginalização, tanto pelo latifúndio quanto pelo agronegócio. No entanto, as formas de exclusão variam: enquanto o latifúndio mantém a terra subutilizada, o agronegócio apropria-se intensivamente dela, expulsando os camponeses para as margens da sociedade agrária e suprimindo suas formas de produção de alimentos.

A relação entre latifúndio e agronegócio, especialmente na área de estudo desta pesquisa, evidencia-se pela maneira como ambos se apropriam e utilizam grandes extensões de terra. No contexto de Mato Grosso, a expansão do agronegócio é facilitada pela existência de latifúndios, que fornecem as grandes áreas necessárias para a agricultura em larga escala, particularmente para o cultivo da soja. A presença de grandes propriedades permite a implementação de técnicas modernas e o investimento em tecnologia agrícola, características associadas ao agronegócio.

No Alto Pantanal, a dinâmica agrária apresenta particularidades que a tornam distinta de outras regiões, devido à presença de áreas de preservação ambiental, à biodiversidade local e aos conflitos de uso da terra. O latifúndio, com seu foco na especulação e na concentração fundiária, frequentemente entra em choque com as necessidades de conservação ecológica e os direitos territoriais das comunidades locais. Essa tensão reflete a busca incessante por maximizar lucros, muitas vezes à custa do equilíbrio ambiental e da justiça social.

O agronegócio, frequentemente retratado como um setor de modernidade e alta produtividade, no qual a expansão da soja em Mato Grosso e no Alto Pantanal é considerado um símbolo de progresso econômico, também revela um lado sombrio e contraditório. Por trás de um discurso de eficiência e inovação, o agronegócio promove a concentração de terras especulativamente, aprofundando desigualdades históricas e alimentando conflitos socioterritoriais.

### **1.3.3 - Campesinato: Desafios e Resistência**

Inicialmente, esclarece-se que o campesinato, nesta pesquisa, é abordado como uma classe social, mesmo diante de discussões que defendem perspectivas distintas e até mesmo seu inevitável desaparecimento frente à expansão capitalista. Entretanto, conforme argumenta Paulino (2006), o desenvolvimento capitalista, paradoxalmente, não provoca o desaparecimento do campesinato, mas sim a sua recriação. Além disso, Martins (1990) evidencia o campesinato como uma construção marginal ao contexto da sociedade.

Segundo Shanin (2005, p. 1-2), a definição de “camponês” é um processo intrincado, e as tentativas de simplificá-la podem resultar em uma compreensão inadequada desse grupo, marcado por uma enorme diversidade de características e experiências. O autor enfatiza que, embora a busca por uma definição seja relevante, ela deve ser tratada com cautela, por estar profundamente ligada ao núcleo do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea. Shanin argumenta que o termo “camponês” se origina de uma realidade multifacetada e plural, transformando-se substancialmente conforme os diferentes contextos geográficos, sociais e históricos em que é aplicado. Essa complexidade revela a necessidade de um olhar atento e sensível às particularidades que compõem a figura do camponês, afastando-se de qualquer visão monolítica ou estereotipada do sujeito rural.

Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. Uma conceituação mais estrita do contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades, seja na

Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria (Shanin, 2005, p. 1-2).

Conforme observa Shanin (2005), a diversidade camponesa é inegável, tornando inadequada qualquer tentativa de compreender e descrever sua estrutura social de forma generalizada. Ignorar seu contexto histórico também é problemático, pois a complexidade do campesinato só pode ser plenamente entendida ao se considerarem as especificidades de cada época e lugar. Somente por meio de uma análise cuidadosa é possível discernir, com precisão, os aspectos históricos e contemporâneos que permeiam os fenômenos sociais relacionados ao campesinato. Dessa forma, alcança-se uma compreensão mais profunda e acurada das realidades camponesas, evitando simplificações que obscurecem sua verdadeira natureza.

O conceito de “camponês” é utilizado aqui para descrever as experiências e desafios de uma produção orientada por princípios agroecológicos, que buscam promover o bem-estar social e ambiental.

Com base na definição de Fernandes e Welch (2008, p. 49), o camponês corresponde ao produtor familiar, conforme utilizado nos censos oficiais do governo brasileiro. Os autores destacam que “entender o campesinato como um sistema não implica adotar uma visão mecânica, mas sim considerar sua estrutura e as dimensões que compõem seu modo de vida, incluindo o território, a cultura e os valores”. Eles ressaltam que a tentativa de separar o agricultor familiar do camponês representa uma forma de fragmentação e cooptação, pois, como afirmam, “[...] o campesinato não é uma parte integrada ao agronegócio, mas é subordinado a esse modelo de desenvolvimento, carecendo de poder para estabelecer uma nova correlação de forças com o capital” (Fernandes e Welch, 2008, p. 48).

Ao abordar essa questão, os autores alertam para a importância de compreender o campesinato na totalidade, evitando reduções simplistas que ignorem as complexidades de sua inserção nas dinâmicas econômicas e sociais.

Para Fernandes (2007), o camponês vai além de uma simples categoria socioeconômica; ele representa uma identidade profundamente enraizada no modo de vida e na organização social. Integrante de um grupo de produtores familiares, o camponês desempenha um papel fundamental tanto no próprio

sustento quanto na produção de alimentos para a sociedade em geral.. A unidade camponesa, caracterizada pelo equilíbrio entre a produção para o consumo próprio e para o mercado, demonstra a capacidade desse grupo de manter sua autonomia e resiliência diante das pressões do capitalismo agrário.

Fernandes (2007) ressalta que essa unidade camponesa não se configura como uma estratégia econômica, mas também como um núcleo de resistência cultural e social. O trabalho familiar e a posse da terra são elementos centrais que garantem a reprodução do grupo, fortalecendo os laços comunitários e a capacidade de enfrentar adversidades. Assim, o camponês não deve ser visto somente como um produtor marginalizado, mas como um agente ativo, que constrói sua existência a partir de uma lógica própria, distinta daquela imposta pelas grandes corporações e pelo agronegócio.

Um camponês não é uma palavra vazia a refletir os preconceitos do *populus*, as frivolidades linguísticas dos intelectuais ou, ainda, conspirações de adeptos de uma ideologia, embora às vezes isso possa ser verdadeiro. Se revogado, este conceito (ainda?) não pode ser facilmente substituído por algo de natureza semelhante. Ele tem, assim como os conceitos de “capitalismo”, “proletariado” e, é claro, “modo de produção”, potenciais de reificação [...] Tem-se dito corretamente que “o preço da utilização de modelos é a eterna vigilância”. É verdade, também, que sem tais construções teóricas não seria absolutamente possível qualquer progresso nas ciências sociais (Shanin, 2005. p. 18).

A reflexão de Shanin (2005) evidencia a complexidade e a importância do conceito de “camponês” nas ciências sociais. Embora o termo esteja sujeito a simplificações e mal-entendidos, ele desempenha um papel crucial na análise das dinâmicas agrárias e das relações sociais que envolvem a terra e a produção. A reificação do conceito — ou seja, seu uso de forma rígida e descontextualizada — representa um risco real. No entanto, a alternativa de abandoná-lo não é viável, pois nenhuma outra categoria captura de maneira tão abrangente e eficaz as realidades das comunidades camponesas.

Consideramos o campesinato não somente um setor econômico, uma forma de organização produtiva ou um modo de vida, mas como uma classe social em si. Enquanto o campo brasileiro continuar marcado pela extrema desigualdade social e o latifúndio permanecer central no poder político e econômico — seja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro —, o

conceito de campesinato seguirá sendo fundamental para compreender os processos sociais e políticos que se desenrolam nesse espaço e suas contradições. Defendemos, portanto, a relevância contemporânea desse conceito, cuja profundidade histórica remete tanto a um passado de lutas no campo quanto a um futuro repleto de possibilidades.

Fernandes (2007) argumenta haver uma distinção clara entre agricultura familiar e agricultura camponesa. Enquanto a primeira é frequentemente associada à inovação, modernidade e progresso, o campesinato tende a ser retratado como retrógrado e ultrapassado. A agricultura familiar baseia-se no trabalho dos membros da família, mantendo uma relação equilibrada com a natureza e tendo como objetivo principal a produção de alimentos.

Já o campesinato é valorizado por sua trajetória de vida e trabalho, bem como por suas estratégias tradicionais de produção. Para o autor, houve uma intenção deliberada do governo de transformar camponeses em agricultores familiares para enfraquecer a luta pela terra e mascarar os conflitos agrários no Brasil. Embora ambos os modelos se oponham às políticas neoliberais e defendam o socialismo, suas práticas e perspectivas apresentam diferenças significativas.

O conceito de agricultura familiar surgiu no Brasil durante o período neoliberal, na década de 1990, sendo apresentado como um termo moderno, em oposição ao campesinato, caracterizado como atrasado (Fernandes, 2014, p. 29). Fernandes também menciona que essa transformação de camponeses em agricultores familiares foi uma estratégia governamental para desmobilizar a luta pela terra e ocultar os antagonismos do espaço agrário brasileiro.

[...] diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários (Wanderley, 2015p. 6).

Historicamente, o campesinato tem sido marcado por intensos conflitos e pela luta por direitos usurpados. Em diversas ocasiões, a tentativa de apagar a figura do camponês foi uma estratégia utilizada para facilitar a consolidação do grande capital nas áreas rurais. Embora os conflitos por terra sejam frequentes no Brasil, pouco se discute sobre os verdadeiros protagonistas desses embates

— os camponeses que enfrentam os latifundiários —, muitas vezes para silenciar suas vozes.

Segundo Martins (1995), o campesinato é forjado ao longo da história rural brasileira de maneira resiliente e desafiadora, conquistando direitos e vitórias de forma gradual e insubmissa. Inicialmente, insurgiu-se contra a dominação pessoal exercida por fazendeiros e coronéis; em seguida, resistiu à expropriação territorial promovida por grandes proprietários, grileiros e empresários. Além disso, enfrentou e continua a enfrentar a exploração econômica imposta pelas grandes empresas capitalistas, que subjagam o fruto de seu trabalho. Esse processo de resistência também se estende às políticas econômicas hegemônicas do Estado, que criam e garantem as condições para essa sujeição, perpetuando desigualdades e limitando as possibilidades de emancipação do campesinato.

A partir da década de 1950, camponeses de diversas regiões do país começaram a expressar uma vontade política própria, rebelando-se contra seus opressores por diferentes meios. Eles passaram a levar proprietários de terras aos tribunais, buscando reparação por injustiças e pagamento de indenizações; resistiram a expulsões e despejos; e construíram barricadas, bloqueando estradas para exigir melhores preços para seus produtos. Martins (1995) ressalta que os termos “camponês” e “latifundiário” não são meras palavras, mas sim conceitos políticos que expressam as respectivas situações de classe e contribuem para a unificação das lutas camponesas. Ele afirma:

Camponês e latifundiário são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram das unidades às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (Martins, 1995 p. 23).

O campesinato brasileiro, como evidenciado por Marques (2008), foi forjado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Para Martins (1995), o camponês brasileiro não é enraizado, mas migrante e itinerante, tendo sua história marcada por

perambulações e deslocamentos. Quando expropriado de suas terras, a tendência é que busque novos territórios, migrando para outras localidades. Em alguns casos, esses deslocamentos ocorrem para regiões distantes de seu local de nascimento, como os trabalhadores trazidos da Europa para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, Martins (1995) aponta o movimento de camponeses rumo ao Paraná, Rondônia e Mato Grosso, impulsionado pelo avanço do capital no campo. Esse campesinato deseja entrar na terra e, quando expulso, frequentemente retorna, mesmo que para terras distantes daquelas de onde partiu (Martins, 1995, p. 16).

Calaça, Silva e Jesus (2021, p. 2) compreendem o campesinato como resultado das conquistas históricas na luta pela existência, sendo o grupo mais afetado pela expansão da territorialização do capital no campo. De um lado, os camponeses são constantemente ameaçados por grileiros, latifundiários e empresas de especulação imobiliária; de outro, convivem com o avanço incessante do capital, que, por meio de diversas estratégias, subordina e expropria sua produção excedente.

Almeida (2003) adota uma perspectiva mais ampla sobre a identidade camponesa, enfatizando que sua singularidade se manifesta não somente na tradição, mas também nos processos de manutenção, renovação e inovação que caracterizam suas relações sociais e culturais. Nos assentamentos, o camponês é reconhecido por seu nome, apelido e estilo de vida, refletindo um *habitus* próprio. Assim, a (re)criação da identidade camponesa ocorre em meio a uma relação contraditória com o capitalismo, exigindo resiliência para resistir à crescente influência desse sistema econômico. Como observa Shanin (apud Moura, 1988, p. 17), “se os camponeses continuarem existindo atualmente, é provável continuarem a existir por muito tempo”, destacando a persistência desse modo de vida frente às transformações sociais e econômicas.

Segundo Almeida (2003, p. 20), a tríade família-terra-trabalho fundamenta valores essenciais ao campesinato, como moral, liberdade, autonomia e segurança alimentar. Para os camponeses, a terra não é somente um meio de produção, mas sinônimo de vida e morada. Nesse sentido, Silva (2015) enfatiza que a terra transcende a esfera econômica, sendo concebida como patrimônio material, simbólico e cultural, no qual valores e tradições são preservados ao longo das gerações.

Fernandes (2014) argumenta que, em quase toda a América Latina, governos e estudiosos têm buscado substituir o conceito de campesinato pelo de agricultura familiar em suas políticas de desenvolvimento. O autor ressalta que, apesar dessa mudança terminológica, camponeses e agricultores familiares compartilham a mesma relação social, sendo, essencialmente, os mesmos sujeitos.

Contudo, Wanderley (2014, p. 2) aponta distinções importantes entre esses conceitos. O campesinato representa uma forma social de produção caracterizada pelo trabalho familiar e voltada para as necessidades da própria família, simbolizando uma cultura que resiste às ameaças de destruição ao longo do tempo. Já a agricultura familiar, embora também envolva produção em pequena escala e com recursos limitados, apresenta maior integração com as cidades e os mercados.

A autora (op. cit.) argumenta que a transição do termo “campesinato” para “agricultura familiar” pretende diluir o conteúdo histórico e político associado ao termo “camponês”, de forma que os agricultores familiares sejam vistos como produtores mais evoluídos e alinhados aos interesses do agronegócio. Além disso, muitos consideram os agricultores familiares como parte integrante da cadeia produtiva do agronegócio, tratando-os como uma categoria genérica e desvinculada da carga histórica e política que caracteriza o campesinato.

A palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregam um forte conteúdo depreciativo (Wanderley, 2014 p. 30).

A reflexão de Fernandes (2014) destaca que tratar a agricultura familiar como distinta do campesinato é uma maneira de obscurecer a história de lutas e resistências travadas pelos camponeses contra a expansão do capital no campo brasileiro. Essa abordagem fortalece a ideia de que a agricultura familiar e o agronegócio são complementares, um discurso frequentemente reforçado pela mídia, que, por meio de propagandas, exalta a produção do agronegócio enquanto exhibe uma produção originada da agricultura camponesa.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE) corroboram essa realidade ao apontar que, no Brasil, dos 5.071.365 estabelecimentos agropecuários, 4.523.693 ocupam menos de 100 hectares, representando a maioria da agricultura camponesa. Apesar de ocupar somente 23% da área total de estabelecimentos agropecuários, a agricultura camponesa foi responsável por empregar cerca de 10,1 milhões de pessoas, correspondendo a 67% do total de trabalhadores na agropecuária.

O papel da agricultura camponesa na soberania alimentar também é indiscutível. De acordo com dados do IBGE (2006), os pequenos estabelecimentos agropecuários são responsáveis por 80% da produção de mandioca, 70% do feijão, 58% do leite, 59% da produção de suínos e 50% de aves. Além disso, eles representam 34% da produção de arroz, 38% do café e 46% do milho, evidenciando sua contribuição vital para a diversidade alimentar da população.

No contexto específico de Mato Grosso, conforme os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) e da Empaer, a agricultura familiar é predominante, com 104.346 propriedades rurais, representando 88% das propriedades do estado. Essas propriedades são responsáveis por uma grande variedade de produtos, como café, arroz, feijão, mandioca, leite de vaca, ovos, mel, piscicultura, gado de corte, aves, suínos, frutas, verduras, legumes e flores tropicais, refletindo a riqueza e a diversidade da produção camponesa na região.

Esses dados ilustram a relevância e a contribuição substancial da agricultura camponesa para a alimentação do país e para o fortalecimento da soberania alimentar, desafiando a ideia de que ela seria um setor marginal ou ultrapassado.

Levantamentos feitos a partir do Censo Agropecuário, PIB agropecuário e Valor Bruto da Produção Agropecuária, demonstram que a agricultura familiar responde por 33% da produção de arroz, 69% de feijão, 57 de leite, 16% de ovos, 29% de carnes bovinas, 51% de aves e 59 de suínos (Sinterpmt, 2023).

A retração ou o baixo crescimento na produção de alimentos básicos, como apontado por diversas análises, é uma questão preocupante para a soberania alimentar no Brasil. Um exemplo disso é a produção de feijão, que enfrentou uma queda significativa de 8,8% na safra 2019/2020, resultando em

uma estimativa de 2.940 milhões de toneladas. Essa redução reflete a vulnerabilidade do setor agrícola a fatores climáticos, econômicos e políticos que impactam a produção de alimentos essenciais.

Porém, as projeções para a safra 2021/2022 indicam um pequeno aumento de 5,65% na produção, alcançando 3.179,5 milhões de toneladas. Esse crescimento, embora positivo, ainda não é suficiente para compensar a queda anterior e para garantir uma produção estável que atenda à demanda interna de forma sustentável. Além disso, a safra 2020/2021 teve um aumento modesto de 0,4% em relação à safra anterior, e a área plantada de 2.938,7 hectares parece estar estável, com expectativas de manutenção dessa área na safra subsequente.

Esses dados apontam para uma trajetória instável na produção de alimentos básicos, colocando em risco a soberania alimentar, já que a diminuição na produção de itens essenciais como o feijão afeta diretamente a segurança alimentar da população brasileira. A necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir o apoio à agricultura familiar e camponesa, que contribui significativamente para a produção desses alimentos, é cada vez mais evidente.

Tabela 3 - Tabela 3 - Diferenciação da produção de alimentos e commodities no Brasil – 2020/2021.

	<b>Arroz</b>	<b>Feijão</b>	<b>Soja</b>	<b>Milho</b>
Área plantada 2020/2021	1.688,3 mil ha	Estabilidade 2.938,7 mil ha	38,5 milhões de ha	20,6 milhões de ha
Crescimento área plantada	1,4%	0,4%	3,6 %	10 %
Consumo interno/demanda	11 milhões de toneladas	3000,0 mil toneladas	46,845 mil toneladas	73,676,9 mil toneladas
Exportação	1,15 milhões de toneladas-2021	160,0 mil toneladas	87,58 milhões de toneladas	40.000 mil toneladas
Produção 2020/2021	- 4,6%	-8,8%	+8,6%	-3% (1ª safra)

Preço saca/2022	da R\$ 72,53	R\$ 238,25	Entre R\$ 117,60 e R\$ 169,01	R\$ R\$ 69,00
Produção estimada 2021/2022	11,8 milhões de toneladas (incremento de 0,4%)	3179,5 mil toneladas	271,9 milhões de toneladas	27,2 milhões de toneladas

Fonte: Conab, 2021 –  
Org. A autora, 2022

A análise dos dados apresentados permite perceber as discrepâncias significativas entre as áreas de cultivo destinadas à produção de alimentos básicos, como arroz e feijão, e aquelas voltadas à produção de commodities, como soja e milho, no território mato-grossense. Esses dois últimos produtos têm se destacado no cenário global, especialmente devido à crescente demanda dos mercados asiáticos, que consomem uma grande parte da produção, como evidenciado pela destinação de 43,2% da soja para esses mercados (BRASIL, 2022).

A produção de arroz e feijão, itens essenciais na alimentação dos brasileiros, ocupa áreas menores e, ao longo dos anos, registra uma retração na área plantada, refletindo o crescimento exponencial da soja e do milho. A soja, em particular, figura como a cultura com maior projeção no estado de Mato Grosso para 2022. O aumento da área destinada à soja e milho, em contraste com a redução da área para alimentos básicos, aponta para uma crescente priorização da produção de commodities, com fins voltados ao mercado externo, em detrimento da segurança alimentar interna.

A agricultura familiar, que representa boa parte da produção de alimentos básicos no Brasil, também tem enfrentado desafios. Conforme a Lei da Agricultura Familiar (Lei n.º 11.326/2006) e com as mudanças trazidas pelas Leis n.º 14.828 e n.º 14.872 de 2024, a agricultura familiar se mantém como um pilar essencial para a produção de alimentos no país. Porém, os dados do Censo Agropecuário revelam uma redução significativa no número de estabelecimentos de agricultura familiar entre 2006 e 2017, com uma queda de 9,5% e a perda de 2,2 milhões de trabalhadores, enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho. Essa mudança, com a modernização e mecanização da agricultura, gera um impacto negativo no emprego e na quantidade de alimentos produzidos voltados para o mercado interno, comprometendo a soberania alimentar do Brasil.

O papel dos camponeses, como produtores das chamadas “lavouras de pobre”, permanece crucial para a segurança alimentar do país, apesar das dificuldades enfrentadas, como salienta Martins (1995). A produção destinada ao mercado interno, frequentemente marginalizada em relação às grandes produções voltadas para o agronegócio, é essencial para garantir a alimentação da população brasileira e, portanto, a soberania alimentar. Contudo, a falta de apoio institucional ao campesinato contribui para o agravamento dessa situação, destacando a necessidade urgente de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e protejam sua capacidade produtiva.

Conforme as projeções da Conab, o Brasil está previsto para manter sua posição como o principal produtor global de soja em 2022, seguido pelos Estados Unidos e Argentina. Essas previsões indicam que a China planeja aumentar significativamente suas atividades de esmagamento e importação de grãos, o que provavelmente estimulará um aumento nas exportações globais desse produto.

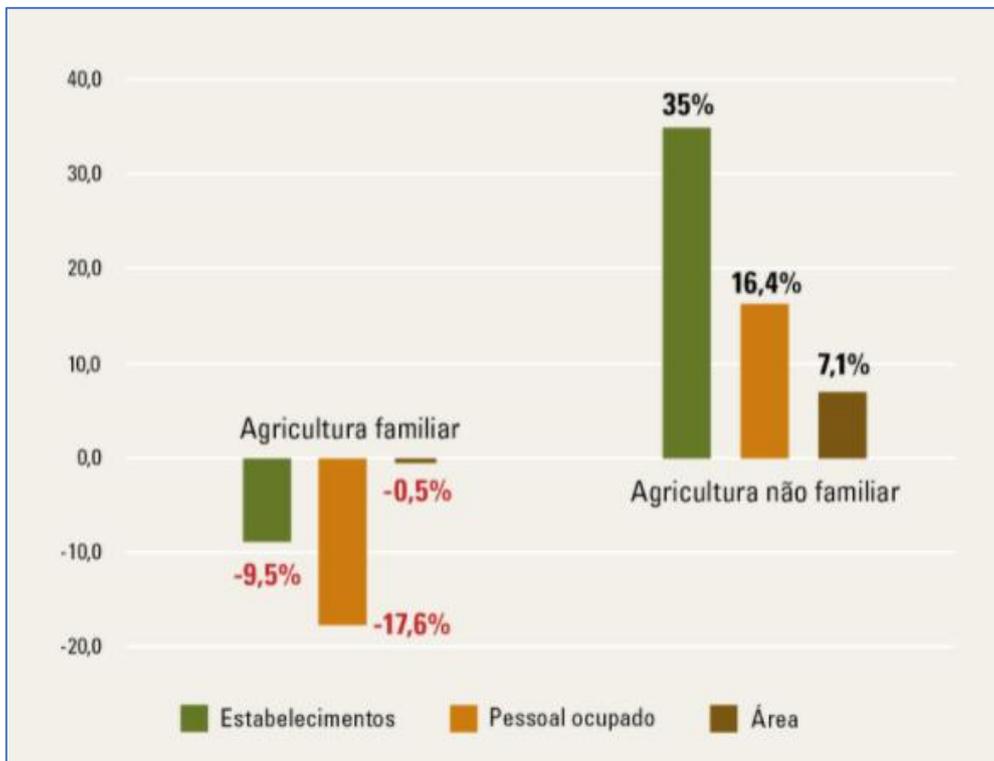
Como demonstra Aguiar (2021, p. 21), a expansão contínua da produção de soja exerce uma pressão significativa sobre as áreas destinadas ao cultivo de arroz, com exceção da região Sul do Brasil, onde atualmente a produção de arroz é mais concentrada. Essa pressão tem contribuído para a redução da área dedicada ao cultivo de arroz, e as mudanças recentes indicam uma diminuição da participação da agricultura camponesa em favor de uma maior presença de produtores vinculados ao agronegócio, especialmente no caso do feijão, cuja produção é altamente variável.

Os números revelam um cenário preocupante, como evidenciado pela queda significativa na quantidade produzida de arroz, especialmente no estado de Mato Grosso, onde nos anos de 2019 e 2020 houve uma redução de 66.192 toneladas. Além disso, a área plantada também registrou uma diminuição de 20.172 hectares no mesmo período.

A análise do Gráfico 01, extraído do Censo Agropecuário de 2017, ilustra claramente as variações nas dinâmicas de produção entre a agricultura familiar e a não familiar, evidenciando mudanças no número de trabalhadores ocupados e na área destinada à produção. Esses dados sugerem um deslocamento crescente de recursos e atenção em direção à agricultura capitalista, ao mesmo tempo, em que os camponeses enfrentam dificuldades crescentes para manter

sua produção, o que pode ter consequências graves para a segurança alimentar nacional.

Gráfico 1 - Produção agrícola familiar e não familiar no território brasileiro.



Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Peres (2021) argumenta que essa redução na produção de alimentos está relacionada à estratégia da Secretaria de Política Agrícola, que prioriza a manutenção do reinado do milho e da soja. Tais produções começam a ameaçar até mesmo a pecuária, que passa a criar rebanhos bovinos em sistema de confinamento. Desse modo, o impetuoso avanço da produção de commodities afeta diretamente a soberania alimentar da população.

A ênfase dada à produção de commodities, segundo Peres, tem um impacto direto na soberania alimentar da população. A modernização da agricultura, promovida pelo agronegócio, na verdade, é vista como um processo de exclusão social e expropriação dos camponeses. Essa modernização resulta em uma concentração de terras e riquezas, com a produção voltada principalmente para o mercado externo. O sucesso do agronegócio no Brasil se deve na maioria à disponibilidade de vastas áreas de terras, que permitiram a expansão territorial dessa atividade econômica.

A produção diversificada de alimentos é fortemente encontrada nos estabelecimentos voltados à produção desenvolvida em pequenas áreas, com caráter familiar. Contudo, o conflito existente entre a lógica de produção capitalista e a ocupação das terras mato-grossenses se expressa em grande desvantagem em relação à quantidade de terras em posse da agricultura camponesa. O avanço do agronegócio e a pressão exercida no campo afetam profundamente os produtores camponeses, que cada vez mais são expropriados de seus territórios devido ao avanço do capital. Conflitos socioterritoriais se intensificam diante do dualismo de modos de produção e da necessidade de expansão do agronegócio.

Este item propõe analisar a natureza dos conflitos entre camponeses e latifundiários, bem como examinar se as dinâmicas de confronto se mantêm similares diante da expansão do agronegócio no Brasil. Conforme discutido anteriormente, a consolidação da estrutura agrária brasileira foi marcada por conflitos intensos e desiguais, culminando em um cenário rural profundamente polarizado. A elevada concentração de terras no país cria um ambiente propício para acirrados embates territoriais.

Os conflitos socioterritoriais no Brasil são historicamente marcados pela disputa entre diferentes atores sociais no campo, com destaque para as relações conflituosas entre latifundiários, o agronegócio e o campesinato. Essas disputas refletem não somente a desigualdade estrutural do país, mas também a dinâmica contraditória de desenvolvimento territorial, onde a territorialização do capital gera concentração fundiária e exclusão social. Nesse contexto, o controle da terra torna-se o principal elemento em disputa.

Desde o período colonial, o poder latifundiário consolidou-se por meio de estratégias violentas e fraudulentas, como grilagem de terras, fraudes processuais e uso de forças coercitivas, perpetuando um sistema de exclusão e controle sobre o campesinato. Com o avanço do agronegócio nas últimas décadas, esse modelo foi modernizado e ampliado, configurando uma nova forma de dominação territorial que alia interesses fundiários ao capital financeiro.

O agronegócio, assim como o latifúndio, busca expandir suas áreas de atuação e maximizar seus lucros, frequentemente em detrimento das comunidades camponesas. A modernização da agricultura capitalista trouxe

consigo uma série de impactos socioambientais, incluindo o desemprego de trabalhadores rurais, a concentração de terras em mãos de poucos grandes produtores e o aumento do uso de agrotóxicos, acentuando ainda mais as desigualdades no campo.

A luta camponesa no Brasil, marcada pela expulsão violenta de posseiros de terras devolutas, ocorreu em várias regiões do país. Muitos foram forçados a deixar suas terras por resistirem às pressões do latifúndio. Martins (1995, p. 67) descreve uma série de movimentos camponeses ocorridos entre o final dos anos 1940 e o golpe de 1964. Um exemplo emblemático envolve antigos posseiros da região de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, expulsos por fazendeiros que recém-chegaram à área. Esses posseiros enfrentaram sucessivos despejos ao tentarem estabelecer novas posses em outras localidades. Segundo Martins, a única alternativa que restou a eles foi submeter seu trabalho aos fazendeiros, o que perpetuou a concentração fundiária e o poder na região.

Além do caso de Teófilo Otoni, Martins também examina o conflito ocorrido em Governador Valadares, Minas Gerais, onde migrantes nordestinos, atraídos pela construção de estradas na região, tornaram-se posseiros. Provenientes de áreas atingidas por secas no Nordeste e em situação de extrema pobreza, esses migrantes enfrentaram violentos despejos promovidos por fazendeiros ao longo das décadas de 1940 e 1950. De acordo com Martins (1995, p. 69), esses confrontos atingiram seu ponto máximo em 1955, quando inúmeros posseiros foram expulsos das terras que haviam ocupado e cultivado. Embora as formas de organização dos movimentos camponeses fossem diversas, elas convergiam na resistência à apropriação da renda da terra pelo capital.

Uma matéria publicada na página “Terra de Direitos” em 2010 denuncia o aumento da influência do latifúndio e do agronegócio, ressaltando suas violações aos Direitos Humanos. Os crimes estão frequentemente relacionados ao apossamento indevido de terras, bem como à improdutividade e ao descumprimento da função social da terra, conforme determina a Constituição de 1988. José Saramago, em seu veredito no Tribunal Internacional que julgou os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, destacou contundentemente a crueldade histórica do latifúndio:

“O latifúndio é algo absolutamente anti-humano. Algum dia alguém chegou e disse: isso aqui é meu e a partir daí começaram as desgraças todas, porque quem disse “isso aqui é meu”, pôs imediatamente para guardar aquilo que disse ser seus: a polícia. E alguém disse: mas não posso ter aí um bocado ou aquilo de que necessito só para viver? Não pode. E se teima, entra e insiste, é abatido a tiro ou sacrificado de qualquer outra maneira. O latifúndio é cruel. Não tem coração, nem alma. E saber que quase todo ele tem origem espúria” (In.: Dotti, O. CPT, 1996, p. 1).

É notório o intenso emprego de violência nas ações do latifúndio, visando avançar sob terras ocupadas, fato característico no espaço rural brasileiro. Segundo dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra–CPT, que realizou um comparativo entre os anos de 2012 a 2021, o número de assassinatos no campo apresentou uma variação média de 38,5 casos ao longo dos últimos 10 anos no Brasil. Os conflitos por terras, nesse mesmo período, registraram uma média de 1.050,1 ocorrências, evidenciando o poder violento do latifúndio.

No contexto da expansão contínua do agronegócio, observa-se um avanço quantitativo e transformações significativas em sua dinâmica, evidenciando uma faceta moderna do latifúndio. Uma das características marcantes desse processo é a modernização da agricultura capitalista, que se traduz na mecanização intensiva do trabalho, sobretudo voltada para a produção de grãos.

A modernização acarreta uma demanda crescente por mão de obra especializada, um fenômeno que, paradoxalmente, contribui para o desemprego em massa de muitos trabalhadores rurais. A substituição de métodos tradicionais de cultivo por tecnologias avançadas e máquinas automatizadas implica em uma redução significativa na necessidade de trabalhadores braçais, que antes desempenhavam funções essenciais na agricultura.

Essa realidade revela um campo brasileiro marcado por contradições profundas. O agronegócio avança com eficiência produtiva e conquista competitividade global, enquanto uma parcela significativa da população rural é marginalizada economicamente. Muitos enfrentam o difícil desafio de se reinventar profissionalmente em um cenário de poucas oportunidades fora do setor agrícola. Enquanto o progresso tecnológico transforma a produção e aumenta a produtividade, ele também aprofunda as desigualdades sociais, deixando inúmeras camponeses vulneráveis, excluídos dos benefícios econômicos que deveriam alcançar a todos.

A agricultura patronal tem cada vez mais recebido recursos financeiros e facilidades em aquisição de créditos do capital financeiro para produção de grãos para o abastecimento principalmente do mercado externo.

Os governos brasileiros criam condições macroeconômicas favoráveis à expansão do agronegócio, proporcionando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, impedindo a reforma agrária (Barros, 2018 p. 6).

A ênfase atual na produção de commodities agrícolas foi amplamente impulsionada pela consolidação da produção em larga escala. Muitas áreas, anteriormente caracterizadas como latifúndios improdutivos, foram apropriadas e convertidas em terras destinadas ao cultivo de grãos, marcando a expansão acelerada do agronegócio. Essa expansão baseou-se, sobretudo, na apropriação de extensas áreas de terra e em sua valorização especulativa, consolidando o domínio dos grandes produtores rurais. O aumento na eficiência produtiva foi sustentado pela intensificação do uso de insumos agrícolas, especialmente agrotóxicos, que posicionaram o Brasil como um dos maiores consumidores mundiais desses produtos.

É importante destacar que a utilização em larga escala de agroquímicos no Brasil envolve substâncias extremamente nocivas, com sérios riscos tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente. Essa prática gera profundas preocupações, pois seus impactos negativos não se restringem aos trabalhadores rurais e consumidores, mas também comprometem a biodiversidade e os meios naturais essenciais para a sustentabilidade do sistema agrícola.

Um relatório realizado pela organização suíça *Public Eye*, anteriormente conhecida como *Berne Declaration*, revela que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos altamente perigosos no mundo. A *Public Eye*, reconhecida por promover relações mais justas entre a Suíça e países menos favorecidos, traz dados alarmantes traduzidos por Aguiar e Furtado (2019), em parceria com a FASE e a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida. O documento evidencia a gravidade dessa realidade e os impactos estruturais desse sistema agrícola.

Conforme análise realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Meios naturais (IBAMA), em 2017, aproximadamente 370.000 toneladas de agrotóxicos foram despejadas em plantações em todo o país, o que representa cerca de 20% do uso mundial.

A Syngenta é a principal vendedora de agrotóxicos no Brasil, com uma parcela de 18% do mercado nacional, respondendo por vendas que atingiram US\$ 1,6 bilhões em 2017. Nossa análise indica que a maior parte desse total é proveniente da venda de agrotóxicos listados pela PAN como “altamente perigosos”. Estimamos que as vendas desses produtos chegaram a US\$ 1 bilhão em 2017 (Gaberell e Hoinkes, 2019 p. 5).

Conforme evidenciado pelo relatório, três culturas agrícolas: soja, cana-de-açúcar e milho ocupam aproximadamente 70% da área total de cultivo no Brasil. Essas culturas representam mais de 60% do valor total da produção agrícola do país, mas também estão correlacionadas a um aumento expressivo no uso de agrotóxicos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2017 foram registrados 7.200 casos de intoxicação por agrotóxicos, um número que provavelmente subestima a realidade devido à subnotificação.

Populações mais vulneráveis são diretamente afetadas pela intoxicação causada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, incluindo camponeses que vivem próximos a áreas de cultivo, trabalhadores que manipulam esses produtos, quilombolas e comunidades indígenas. Nesse contexto, evidencia-se um conflito entre o agronegócio e essas populações vulneráveis, intensificado pelo uso excessivo de pesticidas nas plantações, resultando frequentemente em envenenamentos e intoxicações. Esse é somente um exemplo dos inúmeros impactos negativos causados pelo latifúndio e pelo agronegócio, que buscam incessantemente a expansão e o domínio sobre as terras, gerando um conflito profundamente desigual, muitas vezes letal para aqueles que residem nas proximidades dessas áreas de produção.

Enquanto o latifúndio frequentemente recorre à violência explícita e à fraude, como grilagem de terras e crimes de pistolagem, o agronegócio tende a adotar táticas que, embora mais sutis, também impactam diretamente as comunidades locais. Um exemplo é o uso indiscriminado de agrotóxicos, que compromete a saúde humana e o meio ambiente. Contudo, em muitos casos, o

agronegócio utiliza práticas similares às do latifúndio, como a imposição de relações desiguais de poder e o desrespeito aos direitos territoriais das populações locais. Ambos os modelos buscam construir uma hegemonia político-econômica que favoreça sua expansão produtiva.

Em síntese, os conflitos socioterritoriais no campo brasileiro, envolvendo camponeses, latifundiários e o agronegócio, refletem a profunda desigualdade estrutural e os desafios históricos do país relacionados à distribuição de terras, recursos e poder. Enfrentar esses conflitos de maneira eficaz exige uma abordagem integrada que promova os direitos humanos, a justiça social, a sustentabilidade ambiental e um desenvolvimento econômico verdadeiramente inclusivo.

Nesse contexto, conforme Fernandes (2008b), emerge como um processo paradoxal, manifestando-se na territorialização, desterritorialização e reterritorialização das relações sociais. No campo brasileiro, essa dinâmica é evidente nas disputas diretas pelo controle da terra entre grandes proprietários e o campesinato, que luta para garantir sua sobrevivência e preservar sua relação com a terra. Esse movimento constante de reorganização e reconfiguração territorial acaba por atender aos interesses hegemônicos, intensificando a exclusão e marginalização das populações rurais.

Compreender a organização dos territórios é de suma importância para esta pesquisa, ao permitir analisar as interações sociais e as relações mutuamente estabelecidas entre indivíduos ou grupos na ocupação de um espaço específico. Essas relações moldam e conferem características singulares aos territórios, resultando em uma construção simbólica e socialmente estabelecida, derivada das distintas formas de uso e apropriação do espaço geográfico (Souza, 2008). A necessidade de debater conflitualidades, territórios e territorialidades é fundamental para contextualizar a dinâmica que molda o Brasil ao longo das décadas. Esse debate é essencial para a discussão sobre o processo histórico de conflitos que permeiam o campo. Desde o processo de apropriação de terras indígenas até a expansão da fronteira agrícola, a luta pelo controle do território tem sido uma constante. Examinar essas questões permite analisar como os conflitos do passado continuam a influenciar as tensões atuais.

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneo e consequentemente, promovendo a transformação de territórios,

modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costume e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (Fernandes, 2008b p.6).

Harvey (2005) assevera que o território não é somente um resultado consumado, mas também uma manifestação vivenciada por indivíduos que, mesmo não tendo participado ativamente de seu processo de construção, o utilizam e dele desfrutam. Nesse sentido, o território não se constitui como uma construção física ou política, mas um fenômeno manifestado nas interações cotidianas de relações homem/natureza a partir do seu dinamismo e múltiplas facetas presentes.

Segundo Haesbaert (1997, p. 41), o território possui duas dimensões fundamentais: a concreta, que envolve a organização e o controle físico do espaço para disciplinar indivíduos, geralmente sob uma perspectiva estatal; e a simbólica, relacionada aos significados culturais e emocionais atribuídos por diferentes grupos sociais. Souza (1995, p. 78) complementa, definindo o território como um espaço delimitado por relações de poder, nas quais interagem afinidades culturais, comportamentos e dinâmicas de controle e dominação.

Essas dimensões se entrelaçam, conferindo ao território características políticas, sociais e culturais singulares, moldadas pelas relações de poder que o estruturam. Para Fernandes (2008b, p. 198), “o território necessita ser compreendido e analisado em toda sua amplitude, com sua totalidade, multidimensionalidade e sua multiescalaridade”. Contudo, o território passa a ser instrumentalizado para atender interesses de instituições, expressando suas relações de poder, tornando um conceito que abrange várias perspectivas, aspectos ou variáveis. A complexidade do conceito de território enfatiza a importância em compreendê-lo como parte de um todo, com suas faces e escalas de influências. O território necessita ser abordado de maneira holística, indo além de uma perspectiva de uma visão simplificada ou fragmentada, possibilitando uma compreensão mais profunda e integrada das dinâmicas territoriais, revelando como diferentes elementos e processos — sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais — interagem e se influenciam

mutuamente. Como ressalta Fernandes (2013, p. 193), o processo de análise do território inicia-se de maneira crucial pelo entendimento do conceito de espaço.

É por meio desse substrato que as relações humanas encontram sua expressão material. O Espaço geográfico é um todo maior, uma totalidade e é dentro dessa totalidade que o território se materializa e exerce suas relações de poder. E o processo de formação do território acontece com a fragmentação do espaço como garantia de concepção e existência.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania (Fernandes, 2013 p. 196).

Compreender a natureza do espaço é fundamental para desvendar as nuances dos diferentes territórios e abordar a temática central desta pesquisa. Fernandes (2013, p. 196) argumenta que o conceito de território é instrumentalizado para atender aos interesses das instituições, caracterizado principalmente pelas relações de poder. Esse entendimento é essencial, ao possibilitar a análise de como o controle e a organização do espaço influenciam, e são simultaneamente influenciados, pelas dinâmicas de poder, pela gestão de recursos e pelas populações envolvidas.

### **1.5 - Renda da Terra e o Capitalismo Rentista: A apropriação especulativa da terra**

A prática da agricultura, que envolve o cultivo da terra, abrange diversas atividades relacionadas à exploração e ao manejo do solo. Essencial para a humanidade, essa atividade remonta aos primórdios da evolução humana e desempenhou um papel crucial no aumento populacional ao longo da história. Com o tempo, o aperfeiçoamento de instrumentos e ferramentas foi decisivo para a transição do período Paleolítico, conhecido como a era da pedra lascada, para o Neolítico, marcado pelo uso de pedras polidas. Esse avanço técnico representou um marco fundamental na história da civilização, possibilitando o surgimento de sociedades mais complexas e organizadas.

Durante esse período significativo da Pré-história, como destacam Mazoyer e Roudart (2010, p. 97), diversas sociedades começaram a desenvolver práticas agrícolas. A domesticação de animais e plantas proporcionou transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas e demográficas.

[...] as primeiras práticas de cultura e de criação, eram aplicadas a população de plantas e animais que não tinham perdido seus caracteres selvagens. Mas de tanto serem cultivados e criados, essas populações adquiriram caracteres novos, típicos de espécies *domésticas* que estão na origem da maior parte das espécies ainda cultivadas ou criadas atualmente (Mazoyer e Roudart, 2010, p. 97 – 100).

A agricultura, ao possibilitar o cultivo regular da terra e promover o aprimoramento de práticas voltadas à compreensão dos sistemas naturais, não somente assegurou o sustento comunidades, mas também possibilitou o estabelecimento de assentamentos humanos permanentes. Determinar com exatidão o período em que a agricultura iniciou é um desafio, pois as evidências disponíveis baseiam-se em estudos arqueológicos e análises de fósseis, que, embora forneçam importantes indícios, não permitem uma datação precisa. Embora estabelecer uma data específica para o surgimento da agricultura seja relevante, é importante considerar que a dispersão humana pelo planeta provavelmente levou ao desenvolvimento dessa prática em períodos distintos, variando conforme as condições e necessidades locais.

Como destacam Mazoyer e Roudart (2010, p. 102), é possível identificar os centros de origem da evolução agrícola neolítica.

- o centro do oriente-próximo, que se constituiu na Síria-Palestina, e talvez mais amplamente no conjunto do Crescente fértil, entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente;
- o centro centro-americano, que se estabeleceu no sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes da presente Era;
- o centro chinês, que se constituiu, em princípio, há 8.500 anos, no norte da China, nos terraços de solos siltosos (*loess*) do médio rio Amarelo, e depois completou-se estendendo-se para nordeste e sudeste, entre 8.000 e 6.000 anos antes da presente Era;
- o centro neo-guineense, que provavelmente teria emergido no coração da Papuásia-Nova Guiné há 10.000 anos antes da presente Era.

A transição para a agricultura representou um marco decisivo na história humana, não somente por ampliar a disponibilidade de alimentos, mas também

por estabelecer as bases para o surgimento de civilizações mais complexas. Nesse contexto, compreender a trajetória evolutiva humana, desde as primeiras práticas agrícolas até os estágios mais avançados da civilização, é fundamental para refletir sobre seus impactos no planeta.

Essas transformações, contudo, não se limitaram ao domínio da natureza; elas também moldaram as estruturas sociais e econômicas. Como destacam Paulino e Almeida (2010, p. 9), todo capital é fruto do trabalho humano, sendo a propriedade privada um princípio que legitima a posse de riquezas por poucos e perpetua relações de exploração entre os que detêm os meios de produção e aqueles que dependem de sua força de trabalho. “[...] o circuito da produção de riquezas que, contrariamente ao que aparece, não nasce nem da terra e nem do capital, mas sim do trabalho.” Nesse sentido, o advento da agricultura impulsionou o progresso material, mas também consolidou dinâmicas de desigualdade, delineando o ciclo histórico entre exploradores e explorados, proprietários e trabalhadores.

Essa dinâmica evidencia que, além da exploração da força de trabalho, a terra também é utilizada para atender às demandas do sistema capitalista, focado na extração de renda. Conforme Harvey (2005, p. 222), toda renda está fundamentada no poder monopolista exercido pelos proprietários privados sobre determinadas porções do planeta. A renda monopolista, nesse contexto, emerge do controle exclusivo de determinados atores sociais sobre recursos ou itens que, direta ou indiretamente, possuem valor comercial, sendo cruciais, únicos e irreplicáveis. Esse controle permite que os detentores ampliem seu fluxo de renda prolongadamente, reforçando desigualdades e consolidando estruturas de poder econômico.

Oliveira (2007, p. 43) destaca que o conceito de renda da terra é fundamental para a compreensão da realidade agrária, sobretudo porque a terra é o elemento principal. Na Economia Política, a renda da terra é concebida como uma categoria especial, sendo considerada um lucro extraordinário, ou seja, a parcela apropriada pelo capitalista que excede o lucro médio. O autor observa que a renda da terra também pode ser chamada de renda territorial ou renda fundiária, obtida a partir do trabalho excedente, sendo a fração do trabalho do trabalhador transferida ao capitalista como lucro. Em essência, a renda da terra

representa a porção da mais-valia derivada do esforço dos empregados e entregue ao capitalista. Marx afirma que:

Assim como o modo de produção capitalista em geral baseia-se na exploração dos trabalhadores das condições de trabalho, na agricultura ele se baseia na expropriação dos trabalhadores rurais da terra e sua subordinação a um capitalista, que explora a agricultura visando o lucro (Marx tomo III, O Capital, edição de 2017).

A mais-valia, conceito central na teoria marxista, refere-se ao valor excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para cobrir o custo de seu salário. Nesse contexto, Marx interpreta a renda da terra como uma forma de apropriação de uma parte dessa mais-valia pelos proprietários de terras. Conforme Oliveira (2007, p. 43), a renda da terra corresponde ao valor excedente gerado pelo trabalho que vai além do necessário para a remuneração do trabalhador, sendo apropriado pelos capitalistas proprietários sem qualquer compensação adicional aos trabalhadores. Estes recebem o salário previamente estipulado, sem participar dos lucros derivados de seu trabalho. Essa dinâmica reflete a lógica do sistema capitalista, onde o trabalho é constantemente transformado e apropriado, gerando lucros e renda fundiária para os detentores do capital e da terra. Nesse sentido, Marx observa que:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilização para o homem não é medida pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é trabalho nela contido, não consta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (Marx, K. tomo I, p. 118-119).

Como destaca Mendonça (2013, p. 16), a renda da terra é um conceito essencial em sua análise sobre o agronegócio, estando profundamente conectada ao modo de produção capitalista, no qual adquire características

específicas. Assim, compreender a dinâmica da cadeia produtiva ligada ao agronegócio é crucial para a análise do conceito de renda da terra. Isso torna necessário refletir sobre o modelo de produção agrícola no campo e suas contradições, especialmente no que se refere ao uso da terra.

Ainda segundo Martins (1995, p. 152), a tendência do capital é dominar progressivamente todos os setores de produção, tanto no campo quanto na cidade, subordinando todas as esferas da produção e promovendo a junção entre agricultura e indústria, criando uma relação de dependência cada vez mais evidente em relação ao capital. Os trabalhadores, não mais subjugados diretamente aos seus patrões, mas destituídos da terra e do capital, são forçados a vender sua força de trabalho em troca do mínimo necessário para a sua sobrevivência.

Refletir sobre a expansão do capitalismo no campo exige considerar a crescente massa de camponeses expulsos de suas terras, um processo que os transforma progressivamente em proletários rurais ou trabalhadores sem-terra. Esse fenômeno provoca transformações profundas nas relações sociais no meio rural e evidencia a complexidade das mudanças causadas pelo avanço do capitalismo.

O cercamento das terras por meio da propriedade privada acentua as injustiças sociais e impede que milhares de camponeses acessem o bem natural que deveria ser comum a todos: a terra. A implementação de uma reforma agrária e políticas de distribuição de terras poderia promover o equilíbrio necessário para superar as injustiças sociais e a escassez de alimentos, além de ampliar a produção rural e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, é importante evitar análises simplistas que vejam essas ações como a solução única para os problemas no campo. Como argumenta Martins (2000), a reforma agrária, por si só, não resolveria as questões estruturais e sociais existentes.

Em contraponto ao modelo capitalista de produção e uso da terra, surgem as relações camponesas de produção, que oferecem uma alternativa viável para o desenvolvimento do campo brasileiro. Essas relações priorizam a agricultura familiar, a produção sustentável e a valorização das comunidades rurais. Diferente dos grandes produtores do agronegócio, os camponeses buscam formas de cultivo que não dependem exclusivamente da lógica de mercado,

promovendo uma distribuição mais equitativa da terra e dos recursos. Esse modelo camponês propõe uma abordagem mais solidária e sustentável, visando o bem-estar coletivo e a preservação do meio ambiente.

Essa contradição no uso e produção da terra reflete as tensões entre os modelos de desenvolvimento no campo brasileiro. De um lado, a hegemonia do agronegócio busca maximizar a produção e o lucro, frequentemente à custa de práticas sustentáveis e da justiça social. De outro lado, as relações camponesas de produção oferecem uma visão alternativa, onde o desenvolvimento rural pode ser alcançado de maneira mais equilibrada e inclusiva.

Martins (1995) destaca uma distinção importante: enquanto o capital é produto do trabalho humano, a terra é um bem natural, finito e não reproduzível, que não necessita de força de trabalho para sua criação. Nesse sentido, a terra desempenha um papel único como instrumento de trabalho, distinto de outros meios de produção. O uso da força de trabalho pode aumentar a produção de bens, mas não pode ampliar a quantidade de terra disponível, somente os produtos dela derivados. Quando o capitalista se apropria da terra, seu objetivo central é a extração de renda, consolidando um modelo que favorece a concentração fundiária e o uso intensivo dos meios naturais .

A terra, assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que basicamente leva em conta a relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente, capital. De fato, o que ela produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim como este produz *lucro* (isto é, a parcela de mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz *renda* (Martins, 1995 p. 162).

Conforme Martins (1986, p. 33) afirma, “a terra é uma mercadoria que não circula; circulando em seu lugar é o seu representante: o título de propriedade”. Isso significa que, na prática, o que é comprado e vendido não é a terra em si, mas o valor simbólico que ela representa. Assim, para a terra gerar renda, não é necessário que o proprietário a utilize diretamente. Mesmo sem ser cultivada ou explorada, a terra pode proporcionar lucro ao capitalista, uma vez que o simples fato de possuir o título de propriedade já assegura a geração de renda.

A renda da terra refere-se à porção do lucro do capitalista extraída pela exploração da terra nas relações capitalistas de produção. A mais-valia, por sua

vez, é a parcela do valor produzido pelos trabalhadores apropriada pelo capitalista. Martins (1995, p. 162) esclarece que, no processo de produção, o trabalhador gera salário, enquanto o capitalista obtém lucro. O trabalhador cria mais-valia e, quando o capitalista paga a renda ao proprietário da terra, ele não está criando valor, mas somente redistribuindo uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores. Portanto, a renda capitalista não é um processo de produção, mas de redistribuição da mais-valia.

Existem diversas formas de distribuição dos frutos da produção, que podem ocorrer de maneiras distintas. A primeira forma ocorre quando há a partilha da riqueza gerada, correspondente à remuneração do trabalho dos trabalhadores, contida nas mercadorias produzidas. A segunda forma ocorre quando a mesma pessoa exerce tanto o papel de capitalista quanto de proprietário da terra, ou seja, o capitalista não precisa pagar pelo uso da terra, ficando com o lucro médio e com a renda proveniente da terra. E por fim, a terceira forma de distribuição ocorre ao final do processo de produção, quando o capitalista, após gerar lucro, distribui a renda da terra ao proprietário. Por fim, a quarta forma de distribuição ocorre quando o capitalista e o proprietário são figuras distintas, e é somente ao final do processo produtivo que o capitalista paga ao proprietário a parte da renda que lhe é devida (Oliveira, 2010, p. 6).

É fundamental que o Estado retome o controle sobre o território, estabelecendo meios institucionais eficazes para combater práticas de grilagem e a posse indevida de terras. Nesse contexto, é essencial afirmar que a reforma agrária só será eficaz se envolver uma revisão abrangente e a anulação dos efeitos prejudiciais da Lei de Terras de 1850.

A análise da conjuntura atual no campo mato-grossense, à luz das lutas históricas travadas pelos camponeses no Brasil, exige um retorno às questões centrais que marcaram a história do campo, em especial a concentração fundiária e os conflitos agrários. Vale destacar alguns pontos de comparação com o passado:

- A concentração fundiária continua sendo um dos principais desafios enfrentados no campo brasileiro;
- A persistência de conflitos agrários e a violência no campo permanecem como realidades constantes;

- O contraste entre camponeses, latifundiários e o agronegócio, uma vez que cada grupo adota formas distintas de pensar e utilizar a terra;
- A relevância da organização camponesa e dos movimentos sociais como agentes essenciais para a transformação social.

Esses aspectos evidenciam que, embora algumas conquistas tenham sido alcançadas ao longo da história, a conjuntura atual ainda reflete muitos desafios persistentes. Questões como a concentração fundiária, a violência no campo e a precarização das condições de trabalho continuam a ser ecos do passado, evidenciando que a estrutura de poder e a desigualdade ainda são barreiras significativas para garantir plenamente os direitos dos trabalhadores rurais.

Esse modelo está diretamente relacionado à concentração de terras, que passam a ser tratadas como ativos financeiros. Como observa Martins (1995, p. 151), o capitalismo tende a monopolizar os setores produtivos, subordinando o campo às dinâmicas do capital. Esse processo perpetua um ciclo de dependência e exclusão, relegando os trabalhadores rurais a condições de vida precárias.

A discussão sobre a renda da terra e o capitalismo rentista revela a contradição entre as dinâmicas de produção capitalista e as alternativas propostas pelas relações camponesas de produção. A expansão do capitalismo no campo tem levado ao crescente deslocamento de camponeses, que, ao perderem o acesso à terra, são transformados em proletários rurais ou trabalhadores sem-terra. Embora a reforma agrária seja vista como uma solução para as desigualdades estruturais do campo, como argumenta Martins (2000), medidas isoladas não são suficientes. Uma abordagem mais abrangente é necessária, que envolva revisões legislativas e políticas públicas voltadas para uma distribuição mais justa e equitativa da terra.

Enquanto o agronegócio, centrado na maximização de lucros, intensifica a especulação fundiária, as relações camponesas de produção oferecem alternativas sustentáveis, priorizando a agricultura familiar, a produção ecológica e a valorização das comunidades rurais. Essas práticas visam promover um desenvolvimento inclusivo e equilibrado, contrastando com os modelos de produção impostos pelo agronegócio. Esse confronto reflete as tensões entre

diferentes visões de desenvolvimento no campo brasileiro, reforçando a necessidade urgente de reavaliar o papel da terra no capitalismo rentista.

Neste contexto, a terra assume um papel central no capitalismo rentista. Em vez de ser somente um recurso para a produção, a terra se transforma em um instrumento especulativo, sustentando a concentração de renda e poder. Compreender essas dinâmicas é essencial para enfrentar as desigualdades estruturais do campo e buscar alternativas que conduzam a um modelo mais justo e sustentável para o desenvolvimento rural no Brasil.

## CAPÍTULO II

### CARACTERIZAÇÃO AGRÁRIA E USO DA TERRA EM MATO GROSSO E NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL

*“Não nos matam só com tiros.  
Vão nos matando aos poucos com o descaso”  
(Assentado em Poconé – MT, 2021).*

Neste capítulo, analisamos a estrutura agrária de Mato Grosso, com enfoque nos municípios de Cáceres e Poconé, localizados na microrregião do Alto Pantanal. Abordaremos a complexa configuração fundiária do estado, destacando sua influência nos conflitos no campo e na dinâmica da produção agrícola. Nosso objetivo é investigar os principais conflitos gerados pelos distintos usos e apropriações da terra. Além disso, examinaremos a expansão da produção de soja, considerando seu impacto e as dinâmicas resultantes das demandas do capital. Uma compreensão detalhada da realidade agrária e fundiária é fundamental para uma análise mais ampla dos conflitos que afetam a vida rural nesta região.

Embora o agronegócio da soja esteja frequentemente associado a inovações tecnológicas e a altos índices de produção, é a terra que sustenta, centralmente, toda a dinâmica desse modelo econômico. Dessa forma, o cerne dos conflitos que abordamos está na disputa pela terra, seja pela sua apropriação, seja pela sua preservação como território de resistência camponesa. Ao destacar a centralidade da terra no processo de expansão do agronegócio, buscamos explicar como a apropriação e o uso da terra se entrelaçam com as lutas sociais e os conflitos rurais que marcam a realidade dos assentamentos e das comunidades camponesas na área de estudo.

A escolha de focar na microrregião do Alto Pantanal se fundamenta nas características compartilhadas pelos dois municípios analisados. A adoção da divisão regional do Brasil em microrregiões e mesorregiões geográficas pelo Sistema Estatístico Nacional, de 1990, sob supervisão do IBGE, justifica essa abordagem. Conforme o IBGE (2010), a microrregião do Alto Pantanal está inserida na mesorregião Centro-Sul de Mato Grosso, que abriga uma população de 133.054 habitantes (IBGE, 2022). Esta mesorregião é composta por quatro microrregiões: Alto Pantanal, Alto Paraguai, Cuiabá e Rosário Oeste.

A microrregião do Alto Pantanal possui uma relevância estratégica devido à sua proximidade com o Pantanal, uma das maiores áreas alagáveis do mundo, e por ser um ponto de intersecção entre os interesses do agronegócio, as dinâmicas camponesas e os processos de preservação ambiental. Essa localização coloca os municípios de Cáceres e Poconé em uma posição singular, onde as disputas pela terra envolvem não somente o uso agrícola intensivo, como também as questões de preservação ambiental e os direitos das comunidades tradicionais, como os povos indígenas e os pescadores.

O IBGE (2010) define uma microrregião com base em particularidades relacionadas à produção agropecuária, industrial, extrativa mineral e pesqueira. Optou-se por não incluir os outros dois municípios que compõem a microrregião do Alto Pantanal devido ao baixo percentual de produção de soja nessas localidades durante o período da pesquisa. Esse fator tornaria inviável uma análise eficaz dos conflitos significativos entre as produções estudadas.

A escolha de analisar os municípios com base na classificação do IBGE em microrregiões geográficas fundamenta-se na coerência histórica e comparativa dessa forma de regionalização, amplamente utilizada em estudos anteriores e na formulação de políticas públicas, reforçando sua relevância. Embora tenha sido implementada uma nova regionalização desde 2017, adotando as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, optou-se por manter o modelo anterior devido à sua consistência analítica e à necessidade de uma avaliação integrada. A nova divisão geográfica separa ambos os municípios, o que dificultaria uma análise conjunta. Além disso, considerando que a nova regionalização continua em processo de adaptação e difusão, a utilização do modelo consolidado proporciona maior respaldo e solidez à pesquisa.

Nesta seção, busca-se analisar a estrutura fundiária consolidada em Mato Grosso, essencial para compreender as dinâmicas do espaço rural no estado. A organização agrária vigente revela uma marcante concentração de terras em grandes latifúndios, que têm sido a base para a expansão do agronegócio na região. Esse modelo favorece a agricultura capitalista, voltada principalmente para a produção de grãos destinados à exportação, em detrimento da agricultura camponesa, tradicionalmente responsável pela produção de alimentos voltados

ao mercado interno. A partir dessa estrutura, é possível identificar os principais conflitos e tensões que moldam o uso da terra em Mato Grosso.

Ao analisar a estrutura fundiária do estado, observa-se que ela segue um padrão similar ao de outras regiões do Brasil. Dados do IBGE (2020) indicam que, em 2017, o estado apresentou um índice de Gini de 0,876, um dos mais altos do país, superado somente por Maranhão (0,888) e Amapá (0,885). Esse índice reflete a profunda concentração de terras, caracterizando um cenário de desigualdade que também é comum em outras partes do território brasileiro.

Pinto et al. (2020) destacam que os elevados níveis de desigualdade fundiária estão presentes em todo o território nacional, manifestando-se de forma mais acentuada nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Os autores ressaltam que Mato Grosso, assim como a região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), lidera os índices de concentração de terras e desigualdade, impulsionados pela produção em larga escala de commodities agrícolas. Em contraste, os estados de Santa Catarina e Espírito Santo apresentam os menores índices de desigualdade fundiária, devido à forte presença da agricultura camponesa e a uma produção diversificada de alimentos voltados ao abastecimento do mercado interno.

Atualmente, a concentração de terras em Mato Grosso é elevada, refletindo níveis alarmantes de desigualdade. A organização da estrutura fundiária no estado pode ser claramente observada por meio da Tabela 4, que apresenta a distribuição das propriedades rurais pelo território, evidenciando a disparidade na posse e uso da terra.

Tabela 4 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso

<b>Nome Categoria Hectares</b>	<b>Quantidade de imóveis</b>	<b>% Percentual dos imóveis</b>	<b>Total Área (ha)</b>	<b>% Percentual da área ocupada</b>
Menos de 1	129	<b>0,07%</b>	59	<b>4,3%</b>
1 a menos de 2	418	<b>0,22%</b>	614	<b>4,4%</b>
2 a menos de 5	3.756	<b>2,0%</b>	13.987	<b>0,01%</b>
5 a menos de 10	5.908	<b>3,2%</b>	42.951	<b>0,03%</b>
10 a menores de 25	17.436	<b>9,5%</b>	299.955	<b>0,2%</b>
25 a menos de 50	29.010	<b>15,8%</b>	1.036.757	<b>0,7%</b>
50 a menores de 100	33.930	<b>18,4%</b>	2.405.240	<b>1,7%</b>
100 a menores de 250	33.742	<b>18,3%</b>	5.400.635	<b>3,6%</b>

250 a menores de 500	20.283	<b>11%</b>	7.419.846	<b>5,4%</b>
500 a menores de 1.000	14.505	<b>7,9%</b>	10.306.696	<b>7,5%</b>
1.000 a menores de 2.000	11.089	<b>6,0%</b>	15.414.533	<b>11,2%</b>
2.000 a menos de 5.000	9.630	<b>5,2%</b>	28.597.732	<b>20,9%</b>
5.000 a menos de 10.000	2.659	<b>1,4%</b>	19.705.298	<b>14,4%</b>
10.000 a menos de 20.000	665	<b>0,3%</b>	8.950.389	<b>6,5%</b>
20.000 a menos de 50.000	310	<b>0,16%</b>	8.917.867	<b>6,5%</b>
50.000 a menos de 100.000	40	<b>0,2%</b>	2.769.455	<b>2,0%</b>
100.000 e mais	23	<b>0,01%</b>	25.519.450	<b>18,6%</b>
<b>Total</b>	<b>183.533</b>	<b>100%</b>	<b>136.801.464</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório DATALUTA - MT, 2019

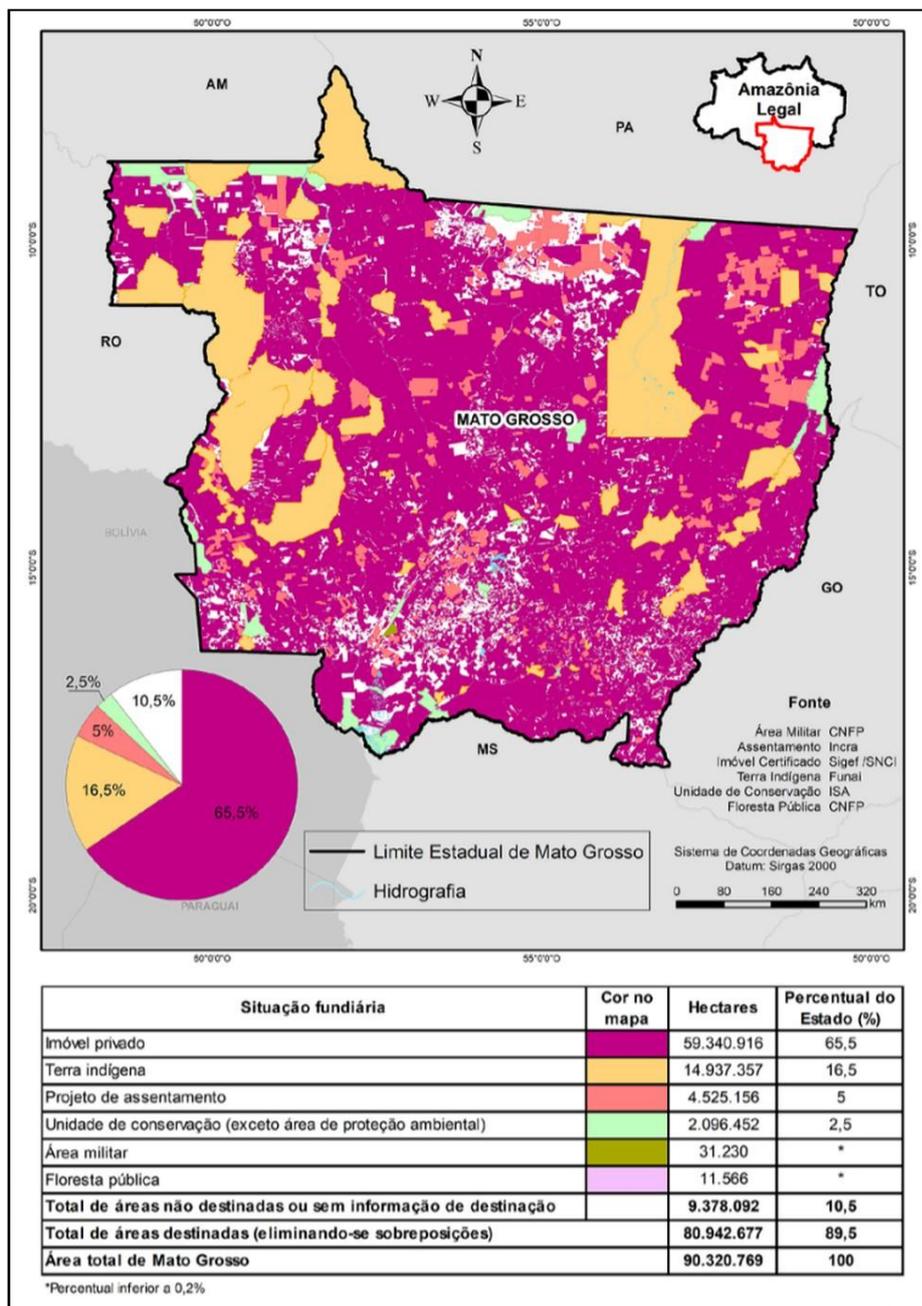
Org.: LOIOLA, 2022.

Com base na tabela acima, é possível observar a distribuição da área, quantidade e percentual de estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso. À medida que a área dos imóveis aumenta, o número de propriedades diminui. Um exemplo significativo são os estabelecimentos com áreas iguais ou superiores a 100.000 hectares, que somam 23 propriedades, mas ocupam 24.519.450 hectares, representando 18,6% das terras do estado. Esse dado contrasta fortemente com os 17.436 imóveis rurais de 10 a 25 hectares que ocupam 299.955 hectares, correspondendo a 0,2% do território estadual. Esses números reforçam a concentração fundiária em Mato Grosso.

Silva (2014), com base no Censo Agropecuário de 2006, afirma que as grandes propriedades, com mais de 1.000 hectares, ocupavam 77,51% da área do estado, enquanto as pequenas propriedades enfrentavam inúmeras dificuldades, abrangendo 8,76% das terras. A autora destaca que essa desigualdade resulta, em parte, do número reduzido de projetos de reforma agrária. Em 2011, por exemplo, havia 535 projetos de assentamento no estado, beneficiando 83.043 famílias. Esses dados evidenciam o crescimento das grandes propriedades capitalistas e o pequeno número de famílias beneficiadas por projetos de reforma agrária, demonstrando o aumento significativo da concentração de terras no estado.

A partir da Figura 3, verifica-se que mais da metade do território de Mato Grosso está sob domínio da propriedade privada, totalizando 59.340.916 hectares, ou 65,5% da área total do estado.

Figura 3 - Distribuição de terras em Mato Grosso



Fonte: Instituto Centro de Vida – ICV, 2021.

Esse controle está nas mãos de empresas e grandes latifundiários. Considerando a vasta extensão territorial de Mato Grosso, que abrange

903.207.050 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020), cerca de 16,5% do território é destinado a terras indígenas, que abrigam as populações originárias do Brasil. A área reservada para assentamentos de reforma agrária, cerca de 5%, é ínfima, e uma parcela ainda menor é destinada a áreas de conservação. Esse cenário evidencia a predominância do domínio privado sobre as terras e a escassez de áreas protegidas e destinadas a fins sociais e ambientais.

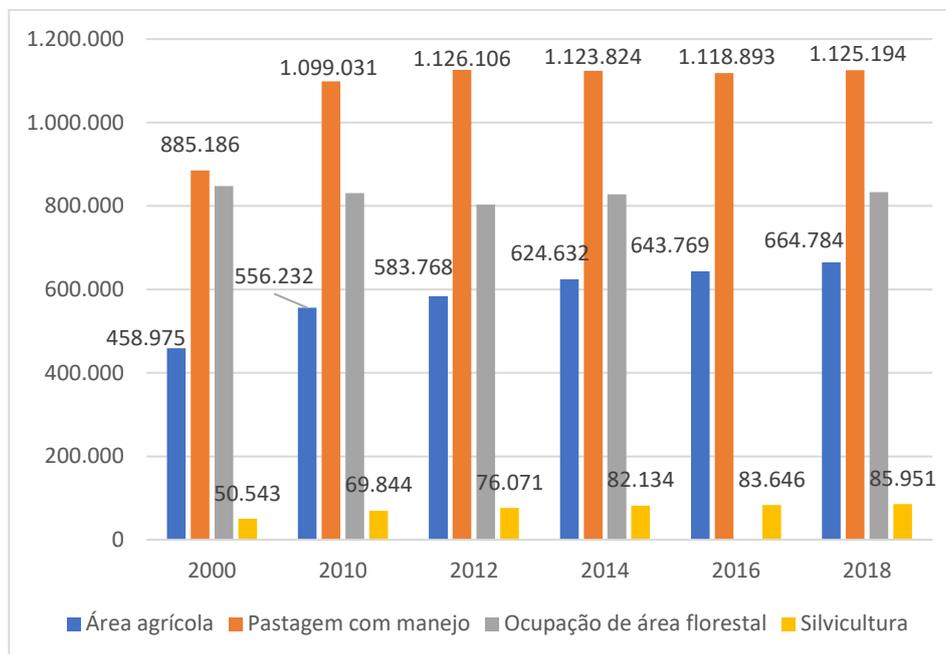
O monitoramento conduzido pelo IBGE revela que, no período de 2000 a 2018, Mato Grosso se destacou como o estado que registrou o maior aumento absoluto de áreas agrícolas, com um acréscimo de 50.616 km<sup>2</sup>, e o segundo maior aumento de áreas de pastagens com manejo, totalizando 45.449 km<sup>2</sup> adicionais.

Segundo o relatório, em 2018, aproximadamente 17,93% da área agrícola e 16,85% da área de pastagem com manejo do Brasil estavam concentradas em Mato Grosso, tornando-o o estado com as maiores extensões dessas categorias de uso entre todas as unidades federativas brasileiras (IBGE, 2021, p. 11). A análise do gráfico 2 permite compreender a trajetória e o avanço das atividades agrícolas e pecuárias em áreas previamente florestadas ou de características campestres.

Segundo uma análise da revista Valor, datada de 17 de março de 2021, estados como Pará, Mato Grosso e Rondônia perderam uma área equivalente ao estado de São Paulo em cobertura vegetal no período entre 2000 e 2018. Atualmente, Mato Grosso se destaca como líder nacional na produção de grãos, incluindo soja, milho, algodão, entre outros, além de ser um importante polo na produção de proteína animal, como carne e ovos. Uma parte significativa desses produtos abastece o mercado interno, enquanto outra é destinada à exportação.

A análise do Gráfico 2 revela que o estado ainda é predominantemente caracterizado por extensas áreas de pastagem, amplamente utilizadas para a criação bovina. No entanto, observa-se um aumento significativo na ocupação de terras anteriormente cobertas por florestas, assim como um crescimento notável das áreas destinadas à agricultura e silvicultura.

Gráfico 2 - Monitoramento da evolução agrícola em Mato Grosso entre os anos 2000 e 2018



Fonte: IBGE, 2021  
Org.: LOIOLA, 2022

Na região Norte do estado, onde se localiza parte da área pertencente à Amazônia Legal, as áreas são cada vez mais afetadas pelo alto grau de intervenção humana, concentrando a maior proporção das pastagens e lavouras de monocultura. O aumento da ocupação em áreas florestais e campestres remonta ao período militar na década de 1970, após a divisão do estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esse período foi marcado por intensas transformações tecnológicas, incentivos à colonização e investimentos no campo.

Em Mato Grosso, coexistem dois modelos distintos de agricultura: a agricultura empresarial e a agricultura camponesa, também conhecida como agricultura familiar, desde a promulgação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Diante desse dualismo de modos de produção, a agricultura empresarial, regida pelo modo capitalista de produção, caracteriza-se por ser essencialmente voltada para a produção de grãos e para o desenvolvimento dos complexos agroindustriais produtores de commodities. Em oposição à produção capitalista, está a agricultura familiar camponesa, que se destaca por operar suas unidades

produtivas com o trabalho da própria família, incluindo atividades como agropecuária, extrativismo, pesca, entre outras.

Conforme ressaltado por Girardi (2016), o agronegócio experimentou uma intensificação significativa em Mato Grosso a partir da década de 1990, um período marcado pela consolidação de projetos de colonização e pelo aumento do desmatamento visando à expansão do agronegócio de grãos, impulsionado por incentivos governamentais. Essa tendência é evidenciada na Tabela 6, que apresenta a variação na utilização da terra entre 2006 e 2017.

Destaca-se que, embora a área destinada às lavouras permanentes tenha registrado uma redução de 308.942 hectares em relação a 2006, houve um significativo aumento de 3.954.468 hectares na área destinada à lavoura temporária. Além disso, os dados revelam um considerável incremento de 6.234.139 hectares na área dos estabelecimentos agropecuários ao longo desse período.

Tabela 5 - Utilização da Terra em Mato Grosso entre 2006 e 2017.

<b>Utilização da terra</b>	<b>2006 - Hectares</b>	<b>2017 - Hectares</b>	<b>Queda ou aumento em Hectares</b>
Lavouras Permanentes	408.550	105.244	-74.26%
Lavouras Temporárias	6.018.182	9.684.623	60.92%
Pastagem naturais	4.404.283	4.038.736	-7.90%
Pastagens plantadas	17.658.375	18.995.877	7.55%
Matas naturais	19.106.923	29.682.060	55.32%
Matas plantadas	69.714	196.663	182.18%
Sistemas Agroflorestais	393.773	891.737	126.81%
Área dos estabelecimentos agropecuários	48.688.711	54.830.819	12.62%
Estabelecimentos	112.987	118.676	5.689

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006 e 2017

Org.: A autora, 2022

Com base nos dados fornecidos pelo Censo Agropecuário, observa-se uma expressiva variação na utilização da terra no estado entre os anos de 2006

e 2017. A área destinada às lavouras permanentes apresentou uma redução significativa, evidenciando a perda de um importante espaço historicamente voltado ao abastecimento de alimentos básicos para a população. Em contrapartida, a área ocupada pelas lavouras temporárias cresceu marcadamente, com um aumento superior a 50%. Esse avanço é atribuído principalmente à expansão da produção em larga escala de culturas como soja, milho e sorgo, que se consolidaram como pilares da economia agrícola regional. Essas mudanças não somente refletem uma transformação nas práticas agrícolas, mas também uma resposta direta às demandas do mercado e aos desafios enfrentados pelo setor ao longo do período analisado.

Segundo o portal do Ministério da Economia (2021), Mato Grosso ocupa a 4ª posição entre os estados brasileiros que mais exportam, liderando as exportações de soja, com 64% do total estadual entre janeiro e maio de 2022. Outros produtos agrícolas, como milho (4,9% das exportações nacionais) e algodão bruto, também figuram como importantes itens na pauta exportadora. Este último apresentou aumento significativo em 2020, alcançando 8,4% das exportações estaduais no início de 2022. No setor de carnes, o estado contribui com 7,1% do total nacional de carne bovina exportada.

O algodão bruto merece destaque pelo aumento inesperado nas exportações em 2020, mantendo crescimento nos anos seguintes, com participação de 7,4% nas exportações estaduais em 2021 e alcançando 8,4% no início de 2022. Além disso, Mato Grosso contribui significativamente para a exportação de carne bovina congelada, fresca e resfriada, respondendo por 7,1% do total nacional, conforme o Ministério da Economia (2022). Esses dados evidenciam a relevância de Mato Grosso no cenário econômico brasileiro, destacando sua contribuição significativa para a balança comercial do país, especialmente no setor agropecuário, com produtos essenciais como soja, milho, algodão e carne bovina.

A produção de soja em Mato Grosso continua a liderar no Brasil, com um expressivo crescimento de 31,8% na produção nacional em 2017. O Paraná ocupa a segunda posição, representando 16,9% da produção nacional, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 15,6% no mesmo período. Juntos, esses três estados respondem por mais da metade da produção de soja no país. Esses números ressaltam o papel central do Brasil como um dos maiores produtores

de soja do mundo, com forte participação dos estados mencionados (Ministério da Economia, 2022).

Embora esses números ressaltem a importância econômica do estado, especialmente no setor agropecuário, é necessário considerar os impactos dessa produção. A expansão da fronteira agrícola, associada ao aumento das exportações, tem levantado preocupações quanto à concentração de terras, à degradação ambiental e aos desafios enfrentados pelas populações locais, incluindo camponeses e povos tradicionais. Assim, a relevância de Mato Grosso no cenário nacional deve ser analisada em conjunto com as implicações sociais e ambientais desse modelo de desenvolvimento.

Como analisa Silva (2014), Mato Grosso tem priorizado o apoio e os incentivos ao agronegócio, concedendo-os predominantemente aos grandes produtores rurais e às grandes empresas agropecuárias, em detrimento da produção de gêneros alimentícios essenciais para autoconsumo da população. A autora ressalta ainda que o estado é percebido como um espaço de investimentos e especulação, uma vez que grande parte das terras está nas mãos de poucos latifundiários.

No cenário de Mato Grosso, observam-se dois polos contrastantes. De um lado, a concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucos proprietários; de outro, a dificuldade de acesso à terra para a ampla maioria, composta principalmente por agricultores camponeses. Os latifúndios, voltados sobretudo para a produção agropecuária, investem massivamente no monocultivo de soja, priorizando o modelo de agronegócio voltado para exportação. Essa dinâmica agrava a desigualdade no acesso à terra e aos recursos para a produção agrícola, impondo grandes desafios aos camponeses, que se veem marginalizados frente ao avanço do agronegócio.

A produção de soja em Mato Grosso remonta à segunda metade do século XX, com a expansão para a região Centro-Oeste, ganhando destaque devido ao relevo favorável e à grande disponibilidade de terras a preços bem mais baixos que em outras regiões do Brasil. Nesse contexto, o papel da Embrapa foi fundamental para a eficiência do plantio, com pesquisas voltadas à adaptação da produção em regiões de climas mais quentes.

A Embrapa, juntamente com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Mato Grosso (EMPAER-MT), desempenha um papel

fundamental no aprimoramento da produção de grãos e na adaptação às características específicas do solo do estado. Constituída oficialmente em 1992, a EMPAER-MT surgiu da fusão entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MT), a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMPA) e a Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CODEAGRI). Atualmente, esta empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários (SEAF) – conforme a EMATER-MT —, tem sido um importante centro de pesquisa e inovação para o setor.

Cerca de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias de Mato Grosso são provenientes da agricultura camponesa. Consoante a EMPAER (2019), aproximadamente 104 mil famílias no estado são responsáveis pela produção de alimentos voltados ao consumo local, entre os quais se destacam itens como leite, peixe, mandioca, frutas, verduras e legumes.

Embora a economia estadual esteja fortemente orientada para o agronegócio – com foco nas grandes propriedades rurais tecnicamente equipadas e voltadas para a exportação de commodities – é a agricultura camponesa que garante o abastecimento alimentar das famílias mato-grossenses. Atualmente, cerca de 61.937 famílias vivem em assentamentos e 42.409 pequenos estabelecimentos rurais, distribuídos em 141 municípios do estado, evidenciando a relevância social e econômica da produção camponesa para a microrregião.

O avanço da fronteira agrícola, impulsionado pela modernização e pela inovação tecnológica, tem gerado impactos significativos sobre os agricultores camponeses, que dependem diretamente de suas colheitas para a produção de alimentos. Muitas vezes, pequenos produtores são excluídos do modelo de desenvolvimento agrícola predominante. Como destaca Silva (1982, p. 37), a produção de alimentos no Brasil, salvo algumas exceções, não tem se mostrado atrativa para o capital. Apesar de inserida na economia de mercado, a pequena produção enfrenta uma desvantagem crescente frente às grandes propriedades, evidenciando as dificuldades dos agricultores camponeses em competir em um cenário dominado por grandes produtores e empresas do agronegócio, onde os avanços tecnológicos frequentemente os excluem ou marginalizam. Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação de políticas públicas e estratégias que não somente protejam, mas também incentivem a produção camponesa,

assegurando sua sustentabilidade e promovendo sua inclusão nos processos de desenvolvimento agrícola.

Em síntese, a análise da estrutura agrária de Mato Grosso, com ênfase nos municípios de Cáceres e Poconé, revela que os conflitos no campo vão além das inovações tecnológicas e da modernização do agronegócio. O ponto central reside na disputa pela terra. A expansão da soja – fortemente associada à busca e à apropriação de terras para a produção – intensifica as tensões entre camponeses e os interesses do agronegócio. Nesse contexto, a posse e o controle da terra emergem como elementos fundamentais para compreender os conflitos agrários na região. Compreender essa dinâmica é crucial para aprofundar a análise das mudanças que afetam a vida rural em Mato Grosso, pois a disputa pela terra não só molda as relações no campo, mas também configura a base do agronegócio e de suas produções. Assim, a produção agrícola é entendida como um reflexo direto do processo de apropriação da terra, o nexu fundante das discussões sobre produção e dos conflitos que permeiam o campo mato-grossense.

## **2.2 - Caracterização histórica conflituosa de apropriação da terra em Mato Grosso**

Este subitem visa analisar o processo histórico de formação e consolidação do território mato-grossense, destacando como as políticas de ocupação promovidas pelos governos federal e estadual contribuíram para o estabelecimento e a perpetuação do latifúndio no estado. Serão abordadas as dinâmicas que marcaram esse processo, evidenciando como favoreceram a concentração fundiária e agravaram os problemas agrários na área de estudo.

Além disso, examina-se a intensificação dos conflitos e disputas territoriais decorrentes dessa concentração de terras, cujas raízes remontam aos primeiros estágios da colonização e permanecem até os dias atuais. Essa análise busca lançar luz sobre os mecanismos históricos que estruturaram a desigualdade no acesso à terra e que sustentam os conflitos agrários em Mato Grosso, refletindo as tensões e resistências no campo ao longo do tempo.

A colonização desempenhou um papel fundamental na história de Mato Grosso, apresentando semelhanças com o processo de ocupação observado em outras regiões do Brasil, como a expropriação de terras indígenas e a

consolidação do latifúndio. No entanto, o estado apresenta especificidades marcantes, como sua localização em área de fronteira, a influência de biomas como o Cerrado e o Pantanal, e o impacto do isolamento geográfico, que retardou sua integração ao restante do país e moldou dinâmicas particulares de ocupação e desenvolvimento.

A implementação de políticas de incentivo à colonização durante o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, no âmbito do programa “Marcha para o Oeste”, exemplifica esse esforço. O objetivo dessas políticas era promover a integração das regiões interiores com as áreas litorâneas, que concentravam a maioria da população na época. Durante esse período, o governo priorizou a promoção da pequena propriedade, como observa Lenharo (1985, p. 50), ao recusar a concessão de terras devolutas a indivíduos já proprietários e incentivar a criação de novas pequenas propriedades, fundamentando a narrativa de que essas seriam essenciais para a defesa e a segurança nacional.

Contudo, conforme demonstram Castro et al. (1994), a promoção e o incentivo à pequena propriedade deixaram de ser prioridades do governo. Em 1940, a promulgação do Decreto-Lei n.º 2.009 alterou a estrutura agrária, privilegiando a criação de empresas colonizadoras em detrimento da organização dos pequenos produtores.

O ano de 1943 marcou a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, um evento significativo que impulsionou a expansão da atividade agrícola comercial no estado. Nesse contexto, colonos foram direcionados para cidades como Rondonópolis, para glebas na região de Cáceres e até mesmo para estados vizinhos, como Rondônia e Acre. Centenas de lavradores pobres foram atraídos para Mato Grosso em busca de terras e oportunidades de trabalho, em um movimento que precedeu a divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ocorrida em 1977. Essa expansão refletiu o esforço governamental em promover a ocupação do interior, mas também gerou tensões sociais e conflitos fundiários que perdurariam por décadas.

Durante esse mesmo período, foi lançada a expedição Roncador/Xingu, uma iniciativa de colonização federal criada em 1943, conforme documentado por Castro et al. (1995). O objetivo principal era penetrar nas regiões do Brasil Central e da Amazônia, visando ocupar áreas ainda não exploradas. No entanto,

é importante destacar, conforme observado pela autora, que essas regiões não estavam desabitadas; cerca de 30 mil garimpeiros já estavam instalados na área. Essa situação indicava uma ocupação significativa da terra, exacerbando as condições de pobreza entre a população local.

Os conflitos se intensificaram pela presença dos garimpeiros e devido à ocupação de diversas comunidades indígenas na região. Os Xavantes, em particular, empenhavam-se na proteção de seus territórios e frequentemente entravam em confronto com os colonizadores, o que consolidava a região como um espaço marcado por conflitos e violência. Além das tensões entre as populações locais, os projetos de colonização enfrentaram uma série de dificuldades, dentre elas a falta de infraestrutura básica, como escolas e hospitais, a falta de apoio aos colonos, a falta de programas de incentivo técnico para os produtores e a escassez de linhas de crédito (Castro et al., 1995, p. 72)

A consolidação da estrutura agrária em Mato Grosso, centrada na prevalência do latifúndio, intensifica o conflito de interesses que caracteriza o cenário rural. De um lado, o grande capital busca manter a configuração agrária dominante; de outro, os camponeses resistem ao avanço do capitalismo.

Essas contradições, resultantes das diferentes formas de uso e apropriação da terra, geram conflitos e disputas territoriais. Moreira e Targino (1997) destacam que os conflitos pela terra decorrem do embate entre o capital, vinculado à busca pelo lucro na produção, e o trabalho, representado pelos camponeses que lutam para garantir a produção de alimentos e a continuidade da produção familiar.

Nesse contexto, o processo de colonização inicialmente se delineou com a intenção de facilitar a implementação do latifúndio, propiciando a ocorrência de fraudes e o surgimento de conflitos no estado, conforme descrito por Castro et al. (1994).

Através da operação de venda de terras, foram fornecidos títulos de propriedade que definiam a área total do imóvel, mas que não estabelecia seus limites reais. Há casos de remontagem de títulos em que foram expedidos os documentos sem existirem as áreas. Em muitos casos a área ocupada é maior que a área titulada. O Instituto de Terras de Mato Grosso reconhece não possuir o controle dos títulos que foram expedidos pelo Estado. (Castro et al. 1994 p. 74).

Como parte do projeto de ocupação e expansão do latifúndio, o processo ilegal de aquisição de terras foi facilitado por cartórios que, ao declararem como legais posses obtidas fraudulentamente, violavam a legislação (Oliveira, 2020). Muitas dessas aquisições ocorriam por meio de procurações, que transferiam a terceiros o direito de compra ou venda da terra. Isso intensificava os conflitos, especialmente quando lavradores tentavam defender suas terras, que se tornavam objeto de disputa entre diversos proprietários.

Uma parcela significativa das propriedades destinadas à pecuária e ao extrativismo era adquirida por valores inferiores aos praticados no mercado, em comparação com outras regiões do país. As imobiliárias colonizadoras compravam grandes extensões de terras em diversas áreas do estado com o intuito de atrair colonos de outras regiões e, simultaneamente, vender parcelas para a constituição de latifúndios. Conforme explicado por Sodré (1941), a aquisição de terras a baixo custo contribuiu significativamente para a formação territorial do estado em latifúndios.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a ocupação de Mato Grosso e da região Amazônica integrou o programa de política de integração nacional, conforme observado por Santos (2021, p. 46). O objetivo do Governo Federal era ocupar áreas consideradas “vazias”, sob o slogan “integrar para não entregar”, em resposta às preocupações com a possível internacionalização da Amazônia.

Na década de 1970, sob o governo de Juscelino Kubitschek, Mato Grosso passou por profundas transformações no campo, com a modernização dos meios tecnológicos na agricultura. Como destacado por Barrozo (1992), o governo investiu em uma nova “Marcha para o Oeste” nesse período, que iniciou com a construção de Brasília, marcando o centro do planalto central brasileiro, e a implementação de importantes rodovias que conectavam diferentes regiões do país.

Conforme apontado por Castro et al. (1994), os elevados investimentos na construção de estradas, para facilitar a ocupação da região amazônica, foram determinantes para estimular a colonização agrícola e aprimorar o sistema de incentivos fiscais. É necessário considerar que o processo de ocupação não ocorreu em um território desabitado, visto que a utilização de terras públicas ou devolutas na Amazônia frequentemente envolveu violência e expropriações de

povos indígenas, ribeirinhos, posseiros e camponeses que já habitavam a região, conforme afirma Oliveira (1997).

É relevante refletirmos sobre o “processo de acesso à terra pública e/ou devoluta na Amazônia e a violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e as políticas de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no Estado de Mato Grosso (Oliveira, 1997 p. 11).

Visando estimular a migração e o povoamento da região amazônica, o Governo Federal instituiu, em 1970, por meio do Decreto-Lei n.º 1.106, o Programa de Integração Nacional (PIN). Esse programa tinha como propósito subsidiar a construção de rodovias na região setentrional do país, considerando crucial promover a integração à economia nacional. A construção da rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém foram uma das iniciativas desse período.

Além disso, o PIN visava possibilitar a colonização da faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias, incentivando a ocupação dessas áreas para fins produtivos e exploração econômica (Governo Federal – Decreto n.º 1.106 de 1970).

Em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), por meio do Decreto n.º 1.179 de 1971. Esse programa tinha como objetivo promover o acesso à terra pelos habitantes da região, proporcionando melhores condições de emprego e de mão de obra, além de estimular o desenvolvimento da agroindústria.

A partir da década de 1970, o INCRA implementou diversos projetos de integração e colonização, impulsionando o processo ao longo da rodovia Transamazônica. Um exemplo foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, posteriormente subordinada ao Ministério do Interior. A SUDAM foi estabelecida com o propósito de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações federais na Amazônia Legal, visando o desenvolvimento regional (Brasil, 2021).

Além disso, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), criado pelo Decreto n.º 74.607 de 1974, teve como objetivo promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas da Amazônia.

Para Ianni (1979), os incentivos e apoios da SUDAM e do POLOAMAZÔNIA acirraram as disputas e os conflitos em torno da terra, envolvendo indígenas, posseiros, grileiros, latifundiários e empresários. Como demonstra Oliveira (2001), a partir de 1972, a Amazônia registrou o maior número de assassinatos no campo, em uma década marcada por lutas de posseiros na região. No período do governo militar, a política territorial estava voltada à concessão de incentivos fiscais a empresários, fomentando a colonização como alternativa à Reforma Agrária e criando um cenário propício à violência na região.

Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (Oliveira, 2001 p. 191).

Segundo Castro et al. (1994), em 1978, devido aos problemas decorrentes de uma ocupação desordenada, o governo passou a investir em uma colonização dirigida, para minimizar os conflitos sociais que vinham se intensificando no sul do país, bem como aproveitar a vasta disponibilidade de terras da União na região. Projetos de assentamentos foram implantados às margens da rodovia federal BR-163, para viabilizar a colonização pela fixação dos camponeses e o desenvolvimento da agricultura por pequenos colonos nas fronteiras geográficas.

Conforme apontado por Oliveira (2001), os estados contemplados com projetos de colonização pública foram Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, parcialmente, Mato Grosso, este último marcado pela predominância da colonização privada. Em Mato Grosso, essa dinâmica gerou uma série de conflitos envolvendo indígenas, posseiros, colonos e grileiros – especialmente em disputas por terras, expulsões forçadas e apropriação ilegal de territórios

indígenas. Em resposta a essas tensões, surgiram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em defesa dos direitos indígenas, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apoiava posseiros e colonos. A violência, inicialmente direcionada indiscriminadamente contra esses grupos, passou a atingir também seus defensores, como padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou comunitárias (Oliveira, 2001, p. 192).

O processo de modernização da agricultura, ao contrário do que se poderia esperar, intensificou os conflitos no campo, ampliando a luta dos camponeses pelo acesso e pela permanência na terra. Nesse contexto, Oliveira ressalta que a criação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos de esquerda teve como objetivo fortalecer as mobilizações e a resistência dos camponeses sem terra, consolidando sua luta por direitos e justiça social.

Diante da crescente relevância das questões relacionadas ao campo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou, em 1980, um documento para denunciar a grave situação dos que sofrem com as questões fundiárias no país. O documento dedica especial atenção aos trabalhadores rurais e povos indígenas, denunciando a problemática da posse da terra, a alta concentração fundiária e o crescente número de camponeses e povos indígenas que dependem dela para sobreviver: “*Nenhuma das comunidades indígenas, em contato com a sociedade nacional, escapou às investidas sobre terras*” (CNBB, 1980, p. 3).

Assim, configura-se a formação de um território com presença de inúmeros conflitos e disputas entre grandes fazendeiros instalados na região e camponeses, ocasionando mortes e expropriações de terras. Os programas de incentivo à ocupação desencadeiam considerável crescimento do estado, a partir de investimentos em infraestrutura. No entanto, nem toda população foi contemplada com os benefícios estatais, levando parte dela ao empobrecimento, devido à falta de oportunidade de empregos e acesso à terra.

Nesse período conflituoso da história mato-grossense, o padre Pedro Casaldáliga, ao chegar a Mato Grosso, descreve em seus escritos contundentes situações de injustiça impostas ao povo. O padre dedicou parte de sua vida a denunciar casos de superexploração do trabalho, mecanismos de exclusão de acesso à terra, irregularidades nos órgãos federais, conflitos agrários e diversos

outros problemas que afetavam a população da região de São Felix do Araguaia em Mato Grosso. Ao se deparar com as questões conflitantes do campo, relata que: *“Começamos a sentir o problema da terra. Ninguém tinha terra própria. Ninguém tinha futuro garantido. Todo mundo era retirante, emigrante de outras áreas do País já castigadas pelo latifúndio”*. (Casaldáliga, 1978 *apud* Santos, 2021 p. 47).

A consolidação do território mato-grossense ocorreu por meio de intensos conflitos entre camponeses e a expansão implacável do latifúndio, resultando em graves situações de injustiça social. Denúncias e relatos apontam para mortes e expulsões de posseiros, camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros, que tiveram suas terras apropriadas para a instalação de empreendimentos agropecuários e colonizadores, perpetuando o latifúndio. Conforme Rosa (2018), o estado de Mato Grosso abrigou mais de 50 projetos privados de colonização, resultando na criação de municípios como Porto dos Gaúchos, Canarana, Água Boa, Nova Xavantina, Vila Rica, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Vera, Santa Carmem, Marcelândia, Matupá, entre outros, e até mesmo distritos emancipados nas últimas décadas. A autora destaca que muitos desses municípios foram estabelecidos em territórios tradicionalmente ocupados.

Assim, consolidou-se a estrutura agrária de Mato Grosso, com bases firmadas no latifúndio e no grande capital, voltada principalmente para a produção e exportação de commodities. Com uma extensa área territorial de 903.207.050 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020), o estado figura como o terceiro maior do Brasil, e seu governo, em conjunto com a mídia, enfatiza a suposta eficiência do agronegócio em suas terras.

No contexto mato-grossense, a aliança entre terra e capital foi estabelecida por meio de conflitos e disputas territoriais, através de uma política que favorece e incentiva a concentração de terras na propriedade privada, beneficiando a classe dominante e colocando os interesses dos camponeses em oposição. O agronegócio, ao consolidar essa aliança, intensifica as questões sociais, resultando na expulsão de camponeses e comunidades locais de seus territórios. Martins (1994) descreve essa aliança como a “aliança do atraso”, que

perpetua estruturas que impedem transformações significativas na ordem política e social vigente.

De acordo com um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020), os casos de violência relacionados à ocupação e posse em Mato Grosso foram um dos mais elevados da região Centro-Oeste, totalizando 169 ocorrências que afetaram 13.029 famílias. Foram registradas 474 expulsões, 1.184 ameaças de despejo e 1.238 casos de tentativas ou ameaças de expulsão. Os danos materiais foram alarmantes, com 324 casas destruídas, 419 roças devastadas e 1.151 bens perdidos ou danificados. Ademais, os crimes de pistolagem e invasões registraram 719 e 6.916 ocorrências, respectivamente. Esses números evidenciam que, devido à elevada concentração fundiária, Mato Grosso lidera os índices de violência no campo na região Centro-Oeste, acentuando as contradições estruturais que ameaçam o acesso à terra e a permanência das populações camponesas.

O caráter rentista-latifundiário que define o agronegócio no estado contribui para a intensificação desses conflitos, promovendo a expansão da monocultura voltada para exportação, especialmente de grãos, em detrimento da agricultura camponesa. Esta última enfrenta enormes desafios para manter seus territórios e garantir condições dignas de produção. Assim, os interesses divergentes entre o agronegócio e os camponeses agravam as tensões no campo, reforçando a persistência das disputas territoriais.

Em consonância com Almeida (2009), tanto o latifúndio quanto a violência no campo denunciam a essência rentista do capital moderno. Os conflitos e a apropriação indevida da terra marcam profundamente a história agrária de Mato Grosso, evidenciando a árdua luta dos camponeses para conquistar e manter seu “pedaço de chão”. A análise deste item demonstra que o processo de colonização do estado foi conduzido essencialmente por políticas coloniais, cujo objetivo primordial de ocupar os espaços “vazios” resultou em modos de ocupação prejudiciais às populações já residentes. Essa colonização foi marcada por uma abordagem voltada predominantemente para a exploração econômica e a expansão territorial, sem a devida consideração pelos direitos e interesses das comunidades locais, acarretando a perda de terras ancestrais, a destruição dos meios de sustento e a supressão de culturas.

### **2.2.1 – Estrutura fundiária da microrregião do Alto Pantanal: com enfoque específico aos municípios de Cáceres e Poconé/MT<sup>1</sup>**

A estrutura fundiária nos municípios de Cáceres e Poconé, situados na microrregião do Alto Pantanal, reflete a complexa dinâmica do uso e da concentração de terras que caracteriza grande parte de Mato Grosso. Esses municípios apresentam um histórico marcado pela coexistência de grandes propriedades voltadas ao agronegócio – especialmente para a produção de soja – e de pequenos produtores rurais, acentuando as desigualdades fundiárias e os desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura camponesa. A análise dessa distribuição de terras é fundamental para compreender os conflitos agrários, pois a apropriação e o controle da terra se configuram como o núcleo da expansão do agronegócio da soja, intensificando as tensões entre os diversos atores rurais.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), uma microrregião é definida com base em particularidades significativas na organização espacial. Essa definição não implica uniformidade de atributos, pois as microrregiões estão interligadas a espaços mais amplos, como as mesorregiões. No caso desta pesquisa, o foco recai sobre Cáceres e Poconé, municípios localizados no Centro-Sul de Mato Grosso, que integram a microrregião do Alto Pantanal – a qual também abrange Curvelândia e Barão de Melgaço. A escolha por esses municípios justifica-se pelo número expressivo de assentamentos rurais presentes em seus territórios e pela proximidade com áreas de produção intensiva de soja, potencializando os conflitos de uso da terra.

Os assentamentos rurais, frequentemente situados próximos a grandes estabelecimentos agropecuários, são particularmente impactados pela expansão da soja. Esse modelo de produção agrava problemas já existentes, como a concentração fundiária, e reforça as disputas entre os diversos atores sociais. A delimitação geográfica desta pesquisa permite uma análise aprofundada dos efeitos desse processo, com ênfase nos impactos sobre os assentamentos e a população local.

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que, a escolha de Cáceres e Poconé como foco desta análise se deve à sua relevância histórica, econômica e social no contexto da microrregião do Alto Pantanal. Esses municípios concentram importantes dinâmicas territoriais e conflitos agrários que exemplificam os desafios enfrentados.

A intensa ocupação do Cerrado por produtores de commodities destinadas ao abastecimento do mercado externo, bem como a expansão das pastagens para a pecuária, vem ocasionando transformações significativas tanto no meio natural quanto no social. Conseqüentemente, essas ações se tornam conflitantes diante das populações indígenas, camponesas, quilombolas e outros grupos que habitam esses espaços, tornando-os alvo de disputas de interesses.

Nesse contexto, é essencial destacar que a expansão do agronegócio da soja não pode ser explicada exclusivamente pela modernização tecnológica ou pelo aumento da produtividade. Ela está, na verdade, profundamente enraizada na apropriação da terra como recurso fundamental para a acumulação de capital. Por isso, é necessário distinguir a análise da estrutura fundiária da microrregião do Alto Pantanal da dinâmica fundiária de Mato Grosso na totalidade, garantindo que o foco seja mantido nos recortes geográficos e sociais específicos da região. Cáceres e Poconé, com seus significativos assentamentos rurais, exemplificam como a luta pela terra – mediada por movimentos camponeses e sustentada por políticas de reforma agrária – continua a ser um tema central para entender a dinâmica fundiária e os conflitos agrários locais.

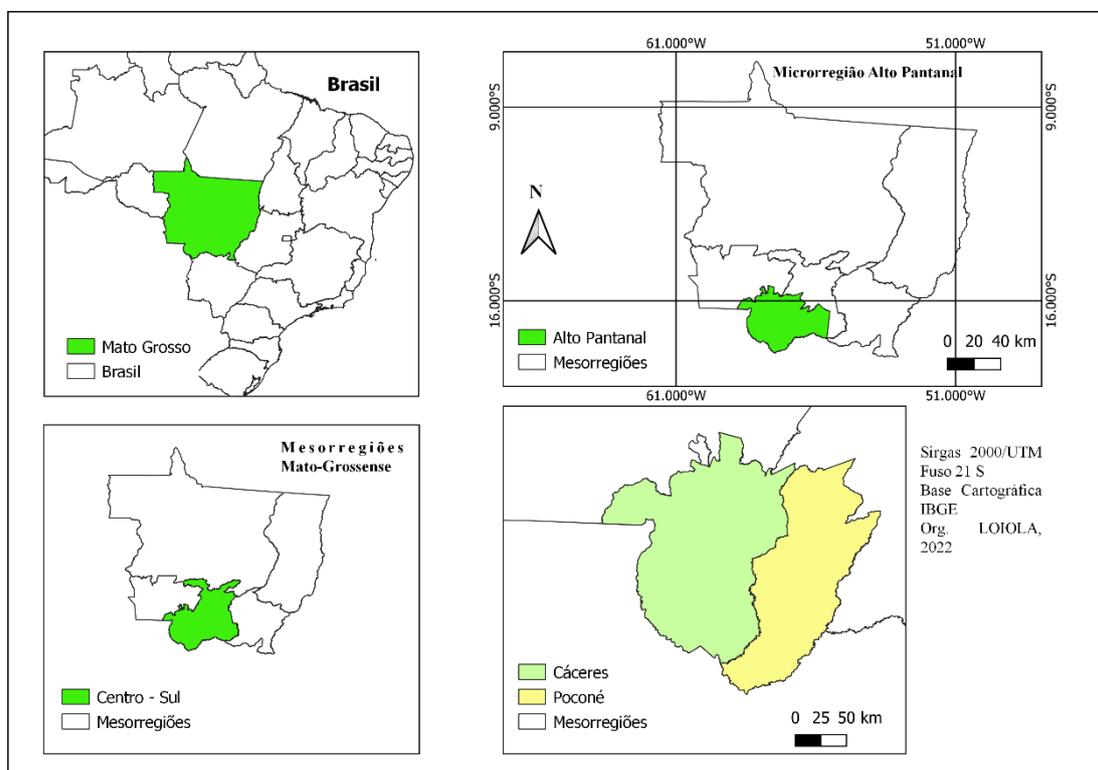
Atualmente, observa-se um crescimento significativo da produção de soja nesses municípios, impulsionado por inovações tecnológicas e investimentos públicos. Segundo dados censitários do IBGE (2017), Cáceres possui uma população de 87.942 habitantes distribuída em 24.538,5 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 3,61 hab./km<sup>2</sup>, enquanto Poconé conta com 31.776 habitantes em uma área de 17.156,7 km<sup>2</sup>, resultando em uma densidade de 1,84 hab./km<sup>2</sup>. Em termos de estabelecimentos agropecuários, Cáceres registra 3.536, ocupando 1.717.354 hectares, enquanto Poconé possui 2.551 estabelecimentos, com uma área total de 860.061 hectares. Esses dados indicam que Cáceres se destaca tanto em termos populacionais quanto na dimensão do uso da terra, evidenciando disparidades regionais significativas.

A quantidade de estabelecimentos agropecuários também reflete as disparidades regionais. Em Cáceres, há 3.536 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 1.717.354 hectares, enquanto em Poconé são 2.551 estabelecimentos, totalizando 860.061 hectares. Esses números indicam que

Cáceres se destaca tanto em termos populacionais quanto na dimensão do uso da terra pelos produtores rurais.

Ao analisar a densidade demográfica, observa-se que Cáceres apresenta um índice mais elevado, com 3,66 habitantes por quilômetro quadrado, em comparação com os 1,82 habitantes por quilômetro quadrado de Poconé. Essa diferença pode refletir distintos níveis de pressão sobre o meio ambiente e os meios naturais, além de influenciar as condições de vida e o desenvolvimento socioeconômico das populações locais (Mapa 2).

Mapa 2 - Localização dos municípios: Cáceres e Poconé – MT.



Fonte: IBGE, 2010  
Org.: LOIOLA, V., 2022

A expansão da produção de soja nos últimos anos, especialmente em Cáceres, reflete um modelo de desenvolvimento agrícola que tende a agravar as desigualdades fundiárias e os conflitos sociais, impactando diretamente os pequenos produtores e a população rural assentada.

A economia dos municípios dessa microrregião baseia-se na pecuária, no turismo ecológico, na produção de alimentos e no extrativismo mineral. Convém ressaltar o número de estabelecimentos agropecuários existentes em

cada um desses municípios. Conforme dados do IBGE (2017), Cáceres possui 3.536 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área de 1.717.354 hectares, enquanto Poconé conta com 2.551 estabelecimentos distribuídos por 860.061 hectares.

A Tabela 6 apresenta dados sobre as condições dos produtores em relação à terra, evidenciando que Cáceres se destaca tanto em termos populacionais quanto nas características fundiárias.

Tabela 6 - Condições do produtor em relação à terra.

	<b>Cáceres</b>	<b>Poconé</b>
Proprietário/coproprietários(as) de terras tituladas coletivamente	3.178	2.299
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	275	210
Arrendatário(a)	36	6
Parceiro(a)	5	4
Comodatário(a) (inclusive com termo de autorização de uso sustentável – taus)	29	25
Ocupante (a justo título ou por simples ocupação)	7	3
Produtor sem área	6	4

Fonte: IBGE (2010)  
Organizado: LOIOLA, V. 2021.

Os dados expostos na Tabela 6 evidenciam que, no município de Cáceres, as condições dos produtores em relação à terra se destacam em comparação aos

demais municípios da microrregião. Esse cenário decorre do tamanho da área territorial do município e da maior concentração de populações camponesas. Esses fatores contribuem para que Cáceres apresente o maior número de camponeses da microrregião, muitos dos quais lutam para garantir a aquisição de seus lotes e a permanência na terra.

Nesta região, persistem conflitos relacionados à posse da terra, especialmente devido à presença de latifúndios improdutivos que passaram a ser considerados produtivos ao adotarem a produção agrícola do agronegócio. Esse processo ocorre em detrimento da agricultura camponesa, que se estabelece em pequenos territórios e enfrenta dificuldades para competir com a expansão do agronegócio.

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento de Cáceres (2010), a grande propriedade foi e continua sendo predominante na estrutura fundiária do município, sustentando uma economia fortemente baseada na pecuária extensiva. No entanto, essa realidade tem passado por transformações, à medida que a pecuária adota sistemas de criação tanto intensivos quanto extensivos, especialmente na região do Baixo Pantanal, onde a atividade é influenciada diretamente pelo pulso de inundação (Rossetto, 2011, p. 51).

A estrutura fundiária de Cáceres (Tabela 7) não difere significativamente daquela observada em outros municípios de Mato Grosso, apresentando um predomínio de mais de 70% da área total ocupada por grandes propriedades cadastradas pelo INCRA. No estado todo, esse percentual é de 73,6%. O Plano Diretor indica que o tamanho médio das grandes propriedades em Cáceres é de 4.973 hectares, um número superior à média estadual, sendo de 4.472 hectares. Já os minifúndios ocupam somente 2,3% da área total de imóveis no município, um índice ligeiramente superior à média estadual, o qual é de 2,0%. O tamanho médio desses minifúndios em Cáceres é de 35,2 hectares.

Tabela 7 - Estrutura Fundiária de Cáceres.

<b>Nome categoria (hectares)</b>	<b>Qt. De Imóveis</b>	<b>%Percentual de imóveis</b>	<b>Total Área</b>	<b>%Percentual da área ocupada</b>
Mais de 0 a menos de 1	4	<b>0,1%</b>	1,7416	<b>0,6%</b>

1 a menos de 2	13	<b>0,3%</b>	18,7845	<b>7,2%</b>
2 a menos de 5	104	<b>2,6%</b>	377,6696	<b>0,01%</b>
5 a menos de 10	111	<b>2,8%</b>	822,2048	<b>0,03%</b>
10 a menos de 25	427	<b>10,8%</b>	7.676,7981	<b>0,2%</b>
25 a menos de 50	719	<b>18,2%</b>	25.444,2205	<b>0,9%</b>
50 a menos de 100	660	<b>16,7%</b>	47.143,5806	<b>1,8%</b>
100 a menos de 250	729	<b>18,4%</b>	116.677,9310	<b>4,4%</b>
250 a menos de 500	359	<b>9,0%</b>	133.359,7915	<b>5,1%</b>
500 a menos de 1000	326	<b>8,2%</b>	232.254,1869	<b>8,9%</b>
1.000 a menos de 2.000	245	<b>6,2%</b>	346.286,5107	<b>13,2%</b>
2.000 a menos de 2.500	55	<b>1,2%</b>	124.284,0568	<b>4,7%</b>
2.500 a menos de 5.000	81	<b>2,0%</b>	271.757,6775	<b>10,4%</b>
5.000 a menos de 10.000	38	<b>0,9%</b>	275.247,9790	<b>10,5%</b>
10.000 a menos de 20.000	22	<b>0,5%</b>	317.596,2876	<b>12,1%</b>
20.000 a menos de 50.000	18	<b>0,4%</b>	487.359,0302	<b>18,7%</b>
50.000 a menos de 100.000	2	<b>0,05%</b>	108.840,3862	<b>4,1%</b>
100.000 e mais	1	<b>0,02%</b>	105.110,4629	<b>4,0%</b>
Imóveis Incs. Excluídos	37	<b>0,9%</b>	0,000	
<b>Total</b>	<b>3.948</b>	<b>100%</b>	<b>2.604.259,3000</b>	<b>100%</b>

Fonte: INCRA-MT, 2018.

Org.: Autora, 2022.

Os dados expostos evidenciam a forte concentração fundiária na região, com grandes propriedades sob o domínio de poucos proprietários. Um exemplo expressivo é uma única propriedade que ocupa 105.100,4629 hectares, correspondendo a cerca de 4% do território cacerense. Em contraste, áreas que variam entre 50 e menos de 100 hectares estão distribuídas entre 660 proprietários, ocupando um total de 47.143,5806 hectares, ou somente 1,8% do território. Essa disparidade revela a grande desigualdade na distribuição da terra, com extensões muito superiores concentradas em poucas mãos, enquanto pequenos produtores camponeses ocupam áreas significativamente menores.

Rossetto (2011, p. 54–55) destaca que a política de reordenamento fundiário no Pantanal remonta a 1952, com a criação da colônia agrícola Antônio João, no município de Poconé, em uma área de 2.528 hectares, dividida em 504 lotes. Além disso, menciona-se a criação da colônia agrícola Rio Branco, que

abrangia 200.000 hectares, incluindo áreas do município de Cáceres. Essas iniciativas, implementadas durante o governo de Getúlio Vargas, visavam estimular a ocupação de áreas consideradas vazias, sem considerar a presença e os direitos das comunidades nativas já estabelecidas na região.

Rossetto e Girardi (2012) analisam a concentração fundiária nos municípios do Pantanal mato-grossense e apontam que essa região apresenta um dos maiores índices de concentração de terras do país. Em 2006, por exemplo, a área ocupada por estabelecimentos camponeses correspondia a 2,1% da área total, enquanto os estabelecimentos capitalistas detinham aproximadamente 96% das terras. No município de Cáceres, essa desigualdade se expressa pelo índice de Gini de 0,80 em 2011, evidenciando um alto nível de concentração fundiária.

Nas últimas duas décadas, os municípios de Cáceres e Poconé, historicamente sustentados pela pecuária, têm passado por um processo de reestruturação e transformação socioespacial. Esse movimento é impulsionado pela expansão da monocultura da soja, promovida por latifundiários pecuaristas e grandes empresários do agronegócio, que a veem como o principal motor de desenvolvimento econômico da região.

Entretanto, esse avanço gera profundas contradições no território que compreende a microrregião do Alto Pantanal. Enquanto o agronegócio modifica a paisagem e altera os usos da terra, camponeses e assentados tentam manter sua reprodução social e econômica, utilizando os meios naturais de forma sustentável e preservando o ambiente pantaneiro. Esse cenário reflete a disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento e suas respectivas lógicas de uso e ocupação do território.

Os conflitos na região decorrem da contradição entre essas distintas formas de conceber a terra e os modos de produção. De um lado, agricultores camponeses buscam produzir de maneira sustentável, inseridos em assentamentos de reforma agrária próximos a grandes estabelecimentos agrícolas voltados para a produção de commodities. No entanto, sofrem frequentemente com a contaminação do solo, da água e do ar devido ao uso intensivo de defensivos agrícolas. Além disso, enfrentam crimes como grilagem de terras, intimidações e até atentados contra a vida de assentados. O medo e a insegurança fazem parte do cotidiano daqueles que buscam a terra para

sobreviver, reflexo de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e desigual.

A estrutura agrária do município de Poconé (Tabela 8) também reflete essa concentração fundiária. Segundo a classificação de Kudlavicz (2010, p. 95), os estabelecimentos pequenos variam de 1 a menos de 200 hectares, os médios de 200 a menos de 1.000 hectares, e os grandes são aqueles acima de 1.000 hectares. Essa classificação tem como base a Lei n.º 8.629/1993, que define pequena propriedade como aquela de até 4 módulos fiscais, média propriedade entre 4 e 15 módulos fiscais, e grande propriedade acima de 15 módulos fiscais.

Tabela 8 - Estrutura Fundiária de Poconé.

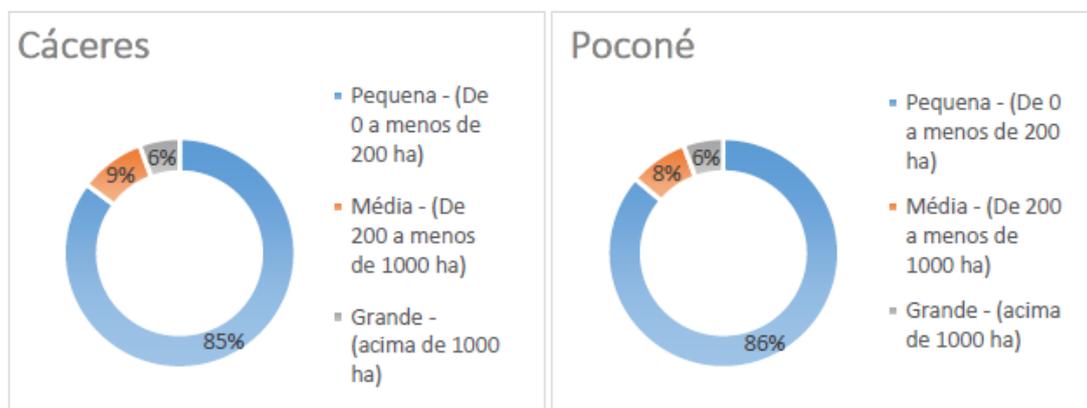
<b>Nome Categoria (hectares)</b>	<b>Qt. de Imóveis</b>	<b>%</b>	<b>Total Área</b>	<b>%</b>
Mais de 0 a menos de 1	1	<b>0,04%</b>	0,5000	<b>0,05%</b>
1 a menos de 2	8	<b>0,3%</b>	10,9424	<b>0,8%</b>
2 a menos de 5	35	<b>1,4%</b>	126,1447	<b>0,007%</b>
5 a menos de 10	92	<b>3,7%</b>	679,5483	<b>0,04%</b>
10 a menos de 25	335	<b>13,5%</b>	5.638,0874	<b>0,3%</b>
25 a menos de 50	278	<b>11,2%</b>	9.569,5174	<b>0,5%</b>
50 a menos de 100	315	<b>12,7%</b>	22.046,1402	<b>1,3%</b>
100 a menos de 250	462	<b>18,6%</b>	74.613,6819	<b>4,4%</b>
250 a menos de 500	335	<b>13,5%</b>	122.986,8928	<b>7,2%</b>
500 a menos de 1000	269	<b>11,2%</b>	190.609,2924	<b>19%</b>
1.000 a menos de 2.000	170	<b>12,7%</b>	236.625,3503	<b>14%</b>
2.000 a menos de 2.500	42	<b>1,6%</b>	91.945,6360	<b>5,4%</b>
2.500 a menos de 5.000	74	<b>3,0%</b>	268.214,9318	<b>15,8%</b>
5.000 a menos de 10.000	29	<b>1,1%</b>	196.566,0611	<b>11,6%</b>
10.000 a menos de 20.000	11	<b>0,4%</b>	142.632,0633	<b>8,6%</b>
20.000 a menos de 50.000	5	<b>0,2%</b>	166.827,8959	<b>9,8%</b>
50.000 a menos de 100.000	2	<b>0,08%</b>	159.175,7721	<b>9,4%</b>
Imóveis Excluídos Incons.	12	<b>0,4%</b>	0,000	
<b>Total</b>	<b>2.472</b>		<b>1.688,268,2580</b>	<b>100%</b>

Fonte: INCRA, 2018  
Org.: A autora, 2022

Em Poconé, a concentração fundiária é um fenômeno evidente. Somente dois estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 159.175,7721 hectares, correspondendo a 9,4% do território municipal. Esse cenário contrasta drasticamente com a realidade dos pequenos estabelecimentos, como os que possuem entre 25 e menos de 50 hectares, que, embora totalizem 278 propriedades, ocupam 9.568,0874 hectares, o equivalente a 0,5% do território.

Esses números evidenciam a profunda desigualdade na distribuição da terra em Poconé, refletindo um padrão que também se observa em municípios vizinhos, como Cáceres. A predominância de grandes propriedades, que concentram a maioria das terras, contrasta com os territórios camponeses, que, apesar de mais numerosos, ocupam áreas significativamente menores (Loiola, 2023).

Gráfico 3 - Estabelecimentos agropecuários em Cáceres e Poconé.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.  
Org.: LOIOLA, 2023

Uma maneira adicional de analisar essa significativa desigualdade é por meio do índice de Gini, uma medida que quantifica a disparidade na distribuição de riqueza ou recursos. Em Poconé, esse índice registra 0,71, uma pontuação ligeiramente mais favorável do que a de Cáceres, mas que ainda evidencia uma alta concentração fundiária (Rossetto e Girardi, 2012, p. 151).

A concentração exacerbada de terras desempenha um papel central nesse cenário, contribuindo diretamente para a elevação do índice de Gini na região. A posse da terra nas mãos de poucos proprietários não acentua a desigualdade no setor agrícola, mas também gera impactos sociais, econômicos

e políticos mais amplos, aprofundando as disparidades de poder e acesso ao desenvolvimento entre diferentes grupos da sociedade rural.

Silva (1981, p. 35) evidencia essa desigualdade ao apontar que mais de 33% dos imóveis rurais com áreas superiores a 1.000 hectares registram uma renda bruta anual inferior a 3 mil cruzeiros. Quando convertida para a moeda atual, essa quantia equivale a alguns centavos, revelando o subaproveitamento dessas terras. Muitos desses imóveis utilizam pequenas porções de sua extensão total, enquanto vastas áreas permanecem inexploradas, aguardando valorização imobiliária e beneficiando especuladores de terras.

Oliveira (2003, p. 186) analisa essa estrutura fundiária como profundamente contraditória, afirmando que o Brasil se desenvolve sob uma “dupla face”: de um lado, a modernidade produtiva e tecnológica; de outro, o atraso histórico da concentração fundiária. O autor destaca que, em nenhuma outra parte do mundo, a história registrou propriedades privadas com extensões tão vastas quanto as encontradas no Brasil. Assim, o país apresenta avanços significativos em produção agrícola, tecnologia e integração ao mercado global, mas, ao mesmo tempo, mantém um modelo arcaico de distribuição da terra, herança de uma estrutura historicamente desigual.

Os dados do IBGE (2017) corroboram essa análise. A disparidade se evidencia não somente no número de estabelecimentos agropecuários em cada município, mas também no acesso à assistência técnica. Em Cáceres, por exemplo, 479 estabelecimentos recebem assistência, enquanto 3.038 não contam com qualquer tipo de suporte na agricultura ou pecuária. Em Poconé, a situação é semelhante: 200 estabelecimentos são assistidos, enquanto 2.349 operam sem qualquer orientação técnica. A falta de acesso a esse suporte aprofunda ainda mais a desigualdade, dificultando a competitividade dos camponeses, enquanto os grandes proprietários, que contam com melhores condições de assistência, garantem maior eficiência produtiva.

Nesse contexto, tendo por base as análises realizadas em ambos os municípios pesquisados, é recorrentes os relatos de que, na grande maioria dos casos, os agricultores não recebem nenhum tipo de assistência técnica para o plantio:

Solicitei assistência técnica ao técnico da Empaer para que viesse até minha plantação e me orientasse sobre qual tipo de

adubo poderia melhorar minha produção. Paguei 80 reais pela visita, mas ele nunca mais voltou para dar retorno. Ele veio, avaliou, não disse nada concreto, prometeu que voltaria, mas nunca mais apareceu. (Assentado no Facão, Cáceres, 2021).

Alguns camponeses entrevistados relataram participar de cooperativas ou coletivos que adotam práticas de produção agroecológica, contando com suporte técnico da FASE-MT, especialmente por meio de cursos de capacitação. A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, com atuação em seis estados brasileiros e sede nacional no Rio de Janeiro. Seu trabalho inclui a defesa dos bens comuns e dos direitos territoriais, além do incentivo à soberania e à segurança alimentar e nutricional por meio da agroecologia. A organização também promove a participação ativa das mulheres como sujeitos de direitos, ampliando seu protagonismo nos espaços de decisão (FASE, 2021, p. 1).

O que a FASE faz não é uma assistência técnica geral no assentamento, eles atuam em grupos específicos. Por exemplo, ensinam o processo completo de extração do coco de babaçu, desde a colheita até o processamento, transformando-o em farinha, pão e orientando como comercializar esses produtos no PNAE e PAA. Eles acompanham todas as etapas, da produção à venda, mas esse apoio é focado em um grupo pequeno, como 12 mulheres, se for o caso. Não é um trabalho geral no assentamento, é uma assistência voltada à associação. Um dos motivos disso é o foco na agroecologia, com a qual muitos ainda não se adaptaram, pois ainda preferem usar agrotóxicos." (Assentado do Margarida Alves, região de Cáceres, 2021).

O acesso ao apoio técnico contribui significativamente para a eficiência da produção camponesa, enquanto sua ausência compromete diretamente a produtividade e a viabilidade das pequenas propriedades. A falta de assistência técnica, somada à escassez de incentivos à produção e à crescente expansão do modelo capitalista no campo, leva um número crescente de camponeses a abandonar suas terras em busca de oportunidades nas cidades.

Os dados do IBGE (2017) ilustram essa dinâmica ao apontar uma variação expressiva na distribuição populacional entre as áreas urbanas e rurais no município de Cáceres. Entre 1991 e 2010, o percentual da população residente no meio urbano cresceu 24%, enquanto a população rural sofreu uma redução de 19%. Essa tendência de migração é corroborada tanto pelos dados

estatísticos quanto pelos relatos colhidos nos assentamentos do município, como evidencia o depoimento a seguir:

Nossos filhos não vão ficar aqui. No dia em que eu e minha esposa fecharmos os olhos, ninguém vai querer vir para cá, eles vão vender tudo. Só o meu filho, talvez, não venda, mas também não vai voltar para cá porque já tem o trabalho dele na cidade. Ele diz que aqui não há oportunidades para ele. Os jovens tendem a sair do campo porque, neste momento, não existe nenhuma proposta que atenda às necessidades deles no ambiente rural." (Assentado em Cáceres, 2021).

A agricultura camponesa, como destacado por Rossetto (2011, p. 50), desempenha um papel vital na garantia da segurança alimentar global. Essa afirmação sublinha a importância crucial dessa classe social na sustentabilidade e na oferta de alimentos em uma escala global. Para reconhecer e valorizar ainda mais esse setor, a promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, foi um marco importante, incluindo a agricultura familiar nas estatísticas oficiais do IBGE. A partir do Censo agropecuário de 2006, essa categoria passou a ser reconhecida oficialmente como agricultura familiar, o que conferiu maior visibilidade a esse setor nas políticas públicas e nas discussões sobre o desenvolvimento rural.

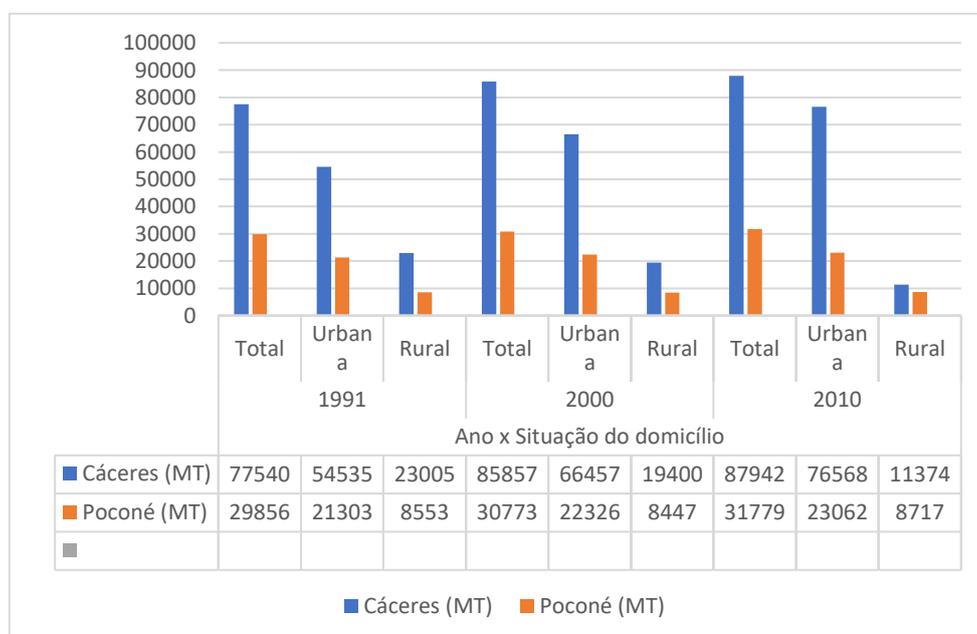
O fenômeno da mudança populacional, com a crescente migração do campo para as cidades e o avanço da urbanização, pode estar atrelado à disponibilidade e ao acesso à tecnologia agrícola, que impacta diretamente a capacidade produtiva. No município de Cáceres, por exemplo, há um total de 1.085 maquinários agrícolas, como tratores, semeadeiras, plantadeiras, colheitadeiras e adubadeiras, enquanto em Poconé esse número é consideravelmente menor, com apenas 444 unidades. Essa disparidade no uso de maquinários pode refletir tanto as diferenças no nível de desenvolvimento agrícola entre os dois municípios quanto os desafios enfrentados pelas pequenas propriedades, que frequentemente não têm acesso ou capacidade financeira para adquirir esses equipamentos, nem para adaptá-los ao tamanho de suas áreas produtivas.

Além disso, o acesso limitado a crédito, aliado ao alto custo de mercado dos maquinários agrícolas, agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos camponeses. Muitos entrevistados indicaram que, devido a esses obstáculos

financeiros, a aquisição de maquinários adequados é inviável. Nesse contexto, a relação entre a população rural e a tecnologia agrícola se revela como um fator crucial para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Conforme ilustrado no Gráfico 4, os dados do IBGE revelam um decréscimo da população rural em Cáceres entre 1991 e 2010, contrastando com o município de Poconé, onde a população rural apresentou crescimento no mesmo período. Isso sugere que as dinâmicas sociais e econômicas de cada município estão profundamente ligadas a questões de acesso à tecnologia, crédito e infraestrutura, que impactam diretamente a permanência da população no campo.

Gráfico 4 - População do campo e da cidade.



Fonte: IBGE, 2010  
Org.: A autora, 2022.

A crença de que a mecanização da agricultura é a única solução para garantir a permanência da população no campo é, de fato, um equívoco. A realidade mostra que camponeses, especialmente aqueles com propriedades de até 10 hectares, frequentemente não precisam de grandes máquinas agrícolas. Ao contrário, muitas vezes, esses camponeses podem ser sobrecarregados com os custos de manutenção e operação desses equipamentos. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam o acesso a tecnologias e equipamentos adequados às diferentes

realidades do campo, considerando as especificidades de cada propriedade. Para isso, é essencial facilitar o acesso ao crédito, além de investir em infraestrutura básica nas áreas rurais, a fim de melhorar as condições de trabalho e renda dos camponeses sem comprometer a viabilidade de suas atividades.

O uso de máquinas agrícolas sofisticadas, como colheitadeiras e plantadeiras, está frequentemente associado à produção em larga escala de monoculturas, demandando altos investimentos e o uso intensivo de insumos. Essa prática, característica das grandes propriedades rurais, contribui para a concentração da produção agrícola em determinadas regiões e setores. Conforme aponta Oliveira (2010b), essa concentração é consequência das relações de poder vigentes, marcadas pela influência de grandes empresas e latifundiários nas políticas públicas. Nesse cenário, os avanços tecnológicos têm beneficiado desproporcionalmente um pequeno grupo de produtores, enquanto a agricultura familiar e a diversificação dos cultivos ficam em segundo plano. Essa dinâmica agrava ainda mais as desigualdades sociais e econômicas no campo, uma vez que favorece os grandes produtores em detrimento dos pequenos.

A Tabela 9, com base nos dados do IBGE (2017), ilustra essas disparidades ao apresentar a distribuição de maquinários agrícolas nos municípios de Cáceres e Poconé. Em Cáceres, município com a maior presença de propriedades voltadas à produção em larga escala, há uma quantidade maior de equipamentos agrícolas sofisticados em comparação com Poconé, onde predominam práticas agrícolas de menor escala e diversidade. Essa diferença evidencia a desproporcionalidade no acesso à tecnologia e aos equipamentos, refletindo a desigualdade na estrutura agrária e nas possibilidades de desenvolvimento rural em cada município.

Tabela 9 - Máquinas agrícolas em Cáceres e Poconé.

<b>Implementos agrícolas</b>	<b>Cáceres</b>	<b>Poconé</b>
Tratores	794	324
Semeadeiras/Plantadeiras	167	50
Colheitadeiras	17	11

Implementos agrícolas	Cáceres	Poconé
Adebadeiras e/ou distribuidoras de calcário	107	59

Fonte: IBGE, 2017 Org.: A autora, 2022.

Ao analisar os resultados desta pesquisa, evidencia-se a discrepância no uso de equipamentos entre a agricultura camponesa, representada na Figura 4-A, e a agricultura capitalista voltada à sojicultura, ilustrada na Figura 4-B, à direita. Essa análise destaca as diferenças materiais e tecnológicas entre os dois modelos agrícolas e as disparidades socioeconômicas e estruturais que moldam suas práticas e influenciam diretamente sua produtividade.

Figura 4 - Equipamentos da agricultura camponesa (A) X agricultura capitalista (B).



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Nesse sentido, é evidente que muitos camponeses preferem utilizar instrumentos de trabalho menos sofisticados. Essa preferência decorre, em grande parte, do fato de que o maquinário empregado na monocultura é, em sua maioria, de grande porte e projetado para funções específicas, atendendo às demandas da agricultura capitalista. Essa realidade contrasta com a prática da policultura, comumente encontrada nos territórios camponeses.

Silva (1981) destaca em sua obra “Modernização Dolorosa” que as políticas de modernização agrícola no Brasil, apesar de seus objetivos, não têm sido eficazes em promover o desenvolvimento das pequenas unidades de produção. Pequenos proprietários, arrendatários e outros produtores de menor

porte, responsáveis por grande parte da produção de alimentos básicos, enfrentam diversas limitações estruturais que impedem a adoção de práticas mais modernas e produtivas. A falta de acesso ao crédito, à assistência técnica e à infraestrutura, por exemplo, restringe a capacidade desses agricultores de aumentar sua produção e sua renda, fazendo com que destinem a maior parte de sua produção para o autoconsumo.

Alguns camponeses relatam utilizar tratores como parte de seu maquinário, muitos deles adquiridos por meio de financiamentos oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. No entanto, é interessante observar que alguns optam por não investir na compra de um trator para suas terras, preferindo alugá-lo quando necessário. Essa escolha pode ser justificada por diversos motivos, como a falta de recursos financeiros para a aquisição, a flexibilidade proporcionada pelo aluguel em relação aos custos de manutenção e a capacidade de se adaptar às necessidades específicas de cada ciclo de plantio ou colheita. Portanto, a opção por instrumentos menos sofisticados representa uma estratégia adaptativa dos camponeses diante de suas condições econômicas e produtivas.

A principal atividade econômica em ambos os municípios analisados é a pecuária bovina de corte. Contudo, mudanças na dinâmica econômica têm promovido o discurso de que a produção de soja em larga escala é sinônimo de progresso e modernização para uma região historicamente considerada “atrasada” ou “arcaica”, quando comparada às microrregiões do norte de Mato Grosso. Entretanto, esse discurso desconsidera a história profundamente vinculada ao surgimento do estado, na qual os preceitos produtivos camponeses desempenham um papel significativo na preservação das tradições e na construção do tecido social da região.

Para compreender os bens cultivados por diferentes tipos de estabelecimentos agropecuários, é essencial analisar as atividades específicas de cada grupo. Nesse cenário, as lavouras temporárias e permanentes foram categorizadas em dois modelos produtivos: agricultura familiar (ou camponesa) e agricultura não familiar (ou capitalista). Os dados apresentados na Tabela 10 indicam que a produção de alimentos está amplamente concentrada nos estabelecimentos de agricultura camponesa, enquanto a produção de

commodities, como a soja, predomina nos estabelecimentos ligados à agricultura capitalista.

Tabela 10 - Produções lavouras temporárias e permanentes em produção agrícola familiar (agricultura camponesa) e produção agrícola não familiar (produção capitalista) – Cáceres.

<b>Produto</b>	<b>Agricultura familiar – Não</b>	<b>Agricultura Familiar – Sim</b>	<b>Total</b>
Abacaxi	3	21	24
Abóbora, moranga, jerimum	25	91	116
Arroz com casca	2	7	9
Batata-inglesa	-	3	3
Cana-de-açúcar	29	166	195
Cebola	-	1	1
Feijão preto	-	1	1
Feijão de cor	5	16	21
Feijão fradinho	2	7	9
Feijão verde	3	6	9
Mandioca	110	442	552
Melancia	7	26	33
Melão	-	4	4
Milho	42	144	186
Soja	4	-	4
Tomate	-	3	3

Fonte: Censo Agropecuário, 2017

\* - Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017

A produção de alimentos, que constitui a base da alimentação da população, é predominantemente realizada nos estabelecimentos agropecuários de produção camponesa. Os dados da Tabela 11 ilustram o número de estabelecimentos que produzem 50 pés ou mais de lavouras temporárias. Os estabelecimentos de produção camponesa desempenham um papel crucial na oferta de uma variedade de alimentos básicos, dentre os quais se destacam: abacaxi, abóbora, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, melancia e tomate.

Essa produção é majoritariamente destinada ao consumo das famílias produtoras e à comercialização em feiras e mercados regionais, contribuindo significativamente para a segurança alimentar local. Em contrapartida, a

produção de soja é realizada exclusivamente pela agricultura capitalista em grandes propriedades, reforçando a lógica de produção em larga escala voltada à exportação.

Esse contraste entre os modelos produtivos reflete não somente as diferenças estruturais e econômicas entre os dois tipos de estabelecimentos, mas também a relação intrínseca entre a agricultura camponesa e a diversificação de cultivos, em oposição à monocultura típica da produção capitalista.

Para entender a dinâmica do emprego e a contribuição econômica dos diferentes tipos de estabelecimentos agropecuários em Cáceres, é fundamental analisar a distribuição de pessoas ocupadas entre as categorias de produção. Os dados do IBGE (2017) revelam que a agricultura camponesa familiar desempenha um papel preponderante nesse contexto.

Em Cáceres, observa-se que 245 estabelecimentos familiares estão envolvidos na produção de lavouras temporárias, em contraste com 62 estabelecimentos não familiares dedicados à mesma atividade. No que tange às lavouras permanentes, a agricultura camponesa familiar conta com 87 estabelecimentos ocupados, enquanto os não familiares somam 19. Assim, totalizam-se 307 estabelecimentos com pessoal ocupado na lavoura temporária e 106 na lavoura permanente.

Esses números revelam a significativa contribuição da agricultura camponesa familiar para a geração de empregos no município. Além de desempenharem um papel crucial na economia local, esses estabelecimentos são fundamentais para a sustentabilidade social e econômica da região, refletindo a importância do modelo camponês na preservação de práticas agrícolas diversificadas e voltadas ao mercado interno.

É evidente que o número de estabelecimentos com pessoal ocupado na agricultura camponesa supera o de estabelecimentos com pessoal na agricultura capitalista, refletindo as disparidades nas dinâmicas laborais dos dois modelos agrícolas. A produção capitalista, em particular, tende a demandar cada vez menos mão de obra devido ao avanço tecnológico no processo produtivo.

Com a introdução de tecnologias de ponta e a automação, a agricultura capitalista busca aumentar sua eficiência e reduzir custos de produção, substituindo frequentemente a mão de obra humana por máquinas e sistemas

automatizados. Essa tendência não apenas altera a configuração do trabalho no campo, mas também tem repercussões profundas na distribuição de empregos e na estrutura socioeconômica das áreas rurais. A concentração de capital e a mecanização promovem um modelo agrícola que, ao mesmo tempo em que maximiza a produção, contribui para a marginalização da força de trabalho rural e a concentração de recursos nas mãos de grandes proprietários (Tabela 11).

Tabela 11 - Número de estabelecimento agropecuário com produção de lavouras permanentes (unidade) - Cáceres.

<b>Produtos</b>	<b>Agricultura Não familiar</b>	<b>Agricultura familiar</b>	<b>Total</b>
Banana	39	215	254
Laranja	2	9	11
Limão	3	8	11
Mamão	-	5	5
Maracujá	1	2	3
Tangerina, bergamota, mexerica	3	6	9

Fonte: Censo Agropecuário, 2017

\* - Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017

Org.: A autora, 2022.

No município de Cáceres, a produção de lavouras permanentes, especialmente de frutas, está predominantemente concentrada em estabelecimentos de produção camponesa. Grande parte dessa produção é destinada tanto ao atendimento das necessidades familiares quanto à comercialização local e regional.

Essa questão já era evidenciada por Oliveira (1991, p. 102), especialmente no que se refere ao volume da produção agropecuária dos estabelecimentos com menos de 100 hectares. O autor analisa o predomínio desses estabelecimentos na produção da grande maioria dos produtos, o que reforça a tese de que a produção agrícola deste país depende fundamentalmente dos estabelecimentos de pequenas dimensões, onde prevalece a agricultura familiar. Essa constatação destaca a importância socioeconômica e produtiva da agricultura familiar no contexto agrícola brasileiro, sublinhando sua contribuição vital para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de lavoura permanente (unidade) – Poconé/MT.

<b>Produtos</b>	<b>Agricultura Não familiar</b>	<b>Agricultura familiar</b>	<b>Total</b>
Banana	44	152	196
Coco-da-baía	-	1	1
Laranja	-	1	1
Limão	1	2	3
Mamão	1	2	3

Fonte: IBGE, 2017

Org.: A autora, 2022

As tabelas 10, 11 e 12 apresentam uma amostra da produção camponesa, com dados mais abrangentes disponíveis no IBGE (2017). No entanto, a pesquisa empírica revela que cada estabelecimento de agricultura camponesa contribui significativamente para a alimentação familiar, a distribuição na comunidade e a comercialização local. Esses produtores desempenham um papel crucial na oferta de alimentos saudáveis para a população, apesar dos desafios e dificuldades enfrentados na produção. Em Poconé, o número de estabelecimentos agropecuários dedicados à produção de lavouras permanentes com 50 pés ou mais (conforme o recorte do IBGE, 2017) é superior ao dos estabelecimentos capitalistas. Por exemplo, a produção de bananas é predominantemente realizada pela agricultura familiar camponesa.

Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários com produção de lavoura temporária (unidade) – Poconé/MT.

<b>Produtos</b>	<b>Agricultura Não Familiar</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Total</b>
Abacaxi	3	44	47
Abóbora, moranga, jerimum	17	34	51
Arroz em casca	-	5	5
Batata-inglesa	-	1	1
Cana-de-açúcar	21	56	77
Mandioca	103	274	377
Melancia	12	29	50
Melão	-	4	4

<b>Produtos</b>	<b>Agricultura Não Familiar</b>	<b>Agricultura Familiar</b>	<b>Total</b>
Milho	11	31	42
Soja	8	-	8
Feijão de cor em grão	1	3	4
Feijão fradinho	4	8	12
Feijão verde	-	1	1

Fonte: IBGE, 2017

Org.: A autora, 2022

Em Poconé, o número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado por unidade é de 183 na agricultura familiar, em lavouras temporárias e 111 em lavouras permanentes. Já na agricultura não familiar, são 67 unidades em lavouras temporárias e 39 em lavouras permanentes. Observa-se a alta ocupação de pessoas nos estabelecimentos de agricultura camponesa. Tais evidências corroboram as análises realizadas anteriormente, segundo as quais a agricultura camponesa é responsável por produzir e garantir a alimentação básica da população, em oposição ao que é promovido pelo agronegócio, que se intitula produtor de alimentos.

Conforme definição adotada pelo IBGE (2017), a produção das lavouras temporárias é caracterizada por um ciclo vegetativo de curta ou média duração, geralmente não excedendo um ano, que necessita de replantio após a colheita. Produtos típicos desse tipo de lavoura incluem algodão herbáceo (em caroço), arroz (em casca), café (em grão), feijão (em grão), milho, soja e trigo.

Já as lavouras permanentes possuem um ciclo vegetativo superior a um ano. Exemplos comuns de culturas permanentes são: laranja, café, mandioca, entre outras. Essas lavouras demandam um período mais longo de cultivo e cuidados contínuos ao longo de vários anos.

A produção camponesa enfrenta diversos desafios, desde a limitação de espaço até a escassez de apoio técnico. Além disso, há dificuldades no acesso a investimentos públicos. Enquanto empresas agropecuárias, como a Agropecuária Grendene LTDA, sediada em Cáceres–MT, recebem incentivos significativos em créditos financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) com valores próximos a quatro milhões de reais entre 2013 e 2021 e

taxas de juros variando entre 3% e 10% (conforme Tabela 14) os produtores camponeses frequentemente carecem desse tipo de suporte.

Tabela 14 - Financiamentos BNDES concedido à agropecuária Grendene LTDA em Cáceres de 2013 a 2021.

Ano	Valor contratado R\$	Taxa de juros %	Prazo de amortização	Prazo de carência
19/07/2013	115.110	3,0	54 meses	6 meses
09/08/2013	645.390	3,5	120 meses	0 meses
24/02/2014	528.000	6,0	120 meses	0 meses
24/02/2014	448.000	6,0	120 meses	0 meses
24/02/2014	226.400	6,0	120 meses	0 meses
24/02/2014	104.000	6,0	120 meses	0 meses
24/02/2014	96.000	6,0	120 meses	0 meses
25/03/2014	60.000	6,0	120 meses	0 meses
25/07/2014	336.600	6,0	120 meses	0 meses
22/08/2014	213.300	6,0	54 meses	6 meses
19/09/2014	40.500	6,0	54 meses	6 meses
18/05/2015	29.860	10,0	66 meses	6 meses
11/04/2019	700.000	5,25	60 meses	0 meses
26/02/2021	351.100	3,05	60 meses	0 meses
<b>TOTAL</b>	<b>3.894.260</b>			

Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2022).

Org.: A autora, 2022.

Esses investimentos, direcionados principalmente ao setor agropecuário e agrícola, costumam visar melhorias e expansões na produção de commodities. Por exemplo, a fazenda mencionada é reconhecida por ser pioneira na introdução do cultivo da soja nos municípios, por meio do sistema de Integração Lavoura/Pecuária (ILP). A disponibilidade desses financiamentos é essencial para viabilizar investimentos significativos no setor.

Segundo Loiola (2018), o primeiro ano de ILP realizado pela Agropecuária Grendene foi em 2015, investindo-se no cultivo com a compra de maquinários especializados. Foram cultivados, inicialmente, 1.000 hectares de soja, o que resultou em uma média produtiva de 56 a 73 sacas por hectare.

A análise sugere haver uma concentração desproporcional de recursos em favor dos grandes produtores, em detrimento dos camponeses. Esse

processo agrava a concentração de terras e recursos, inviabilizando iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social no contexto rural.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), analisados por Silva (2014), revelam uma disparidade significativa no acesso a financiamentos públicos entre os estabelecimentos agropecuários mato-grossenses. Enquanto os pequenos produtores, com menos de 10 hectares, receberam valores irrisórios para investir em suas atividades, os grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, obtiveram recursos financeiros expressivos. Essa concentração de recursos em favor do agronegócio evidencia uma política agrícola que privilegia os interesses de poucos, em detrimento da maioria, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas no campo. Ao direcionar a maioria dos recursos financeiros para os grandes produtores, o Estado contribui para a concentração de terras e de recursos produtivos, minando a sustentabilidade da agricultura familiar e comprometendo a segurança alimentar.

A análise dos dados do IBGE (2017) revela uma disparidade significativa no acesso ao crédito entre os estabelecimentos agropecuários de Cáceres. Enquanto 707 estabelecimentos conseguiram obter financiamento, 2.829 não tiveram acesso a essa modalidade de crédito. Essa situação reflete uma histórica desigualdade no campo, corroborada por estudos como o de Ramos e Ribeiro (2020), que apontam para a precarização das condições de vida e de produção dos camponeses .

A dificuldade em acessar crédito continua sendo um dos principais entraves enfrentados pelos agricultores camponeses, limitando não apenas sua capacidade de investimento em melhorias nas propriedades, mas também comprometendo sua produtividade e, conseqüentemente, sua renda. Essa realidade é ilustrada na fala de um assentado de Cáceres, que compartilhou: "Se eu pudesse, ampliaria, queria investir na roça, melhorar a irrigação" (Assentado no Facão, 2022). Esse relato revela a urgência de políticas públicas que favoreçam o acesso a recursos financeiros e tecnológicos, fundamentais para fortalecer a produção camponesa.

No entanto, a terra, enquanto recurso essencial para a produção e reprodução social, configura-se como um espaço de intensas disputas, especialmente diante da expansão do agronegócio em regiões como o Cerrado

e o Pantanal. Essa expansão, marcada pela intensificação da produção de commodities, como a soja, está profundamente atrelada à concentração fundiária e à consolidação de grandes latifúndios. Como destacam Rossetto e Silva (2024), esse processo não apenas marginaliza os camponeses, mas também aprofunda os conflitos socioterritoriais, que vão além da mera questão da posse da terra. Esses conflitos abrangem disputas mais amplas por meios naturais, como a água, e pelo acesso a mercados. Ademais, é crucial compreender que tais dinâmicas estão diretamente relacionadas à estrutura agrária e ao modelo de propriedade predominante, os quais sustentam e intensificam essas desigualdades.

No caso específico de Cáceres, a coexistência de camponeses e de grandes empreendimentos, como a Fazenda Grendene, ilustra o impacto direto do agronegócio na vida dos pequenos produtores. Para os camponeses, a terra é mais do que um espaço de produção: é a base de sua existência, cultura e resistência. Contudo, no modelo promovido pelo agronegócio, a terra é reduzida a um ativo mercantil, voltado à maximização de lucros, frequentemente à custa da sustentabilidade ambiental e da justiça social. Esse embate revela não apenas as desigualdades existentes no campo, mas também a necessidade de reavaliar o modelo de desenvolvimento agrícola predominante, buscando alternativas que valorizem a agricultura camponesa e promovam maior equidade no uso e na apropriação da terra.

Conforme dados disponibilizados pelo IBGE, o Alto Pantanal mato-grossense possui uma área de 53.384 km<sup>2</sup> e uma população total de 132.178 habitantes (IBGE, 2010). As principais atividades econômicas presentes nos municípios dessa microrregião são a pecuária bovina, o turismo e o extrativismo mineral. Mamigonian (1986, p. 45–46) salienta que a expansão da pecuária ocorre de forma parcialmente independente do mercado, sustentada por uma estrutura fundiária favorável, custos reduzidos de mão de obra, reprodução natural do gado e a disponibilidade de terras vastas e de baixo custo, ideais para a atividade.

O avanço da monocultura ameaça a preservação ambiental e a diversidade agrícola da região, afetando diretamente as comunidades locais. Os impactos da expansão da soja revelam-se tanto na pressão sobre a terra quanto nas mudanças das práticas produtivas da população camponesa. Segundo

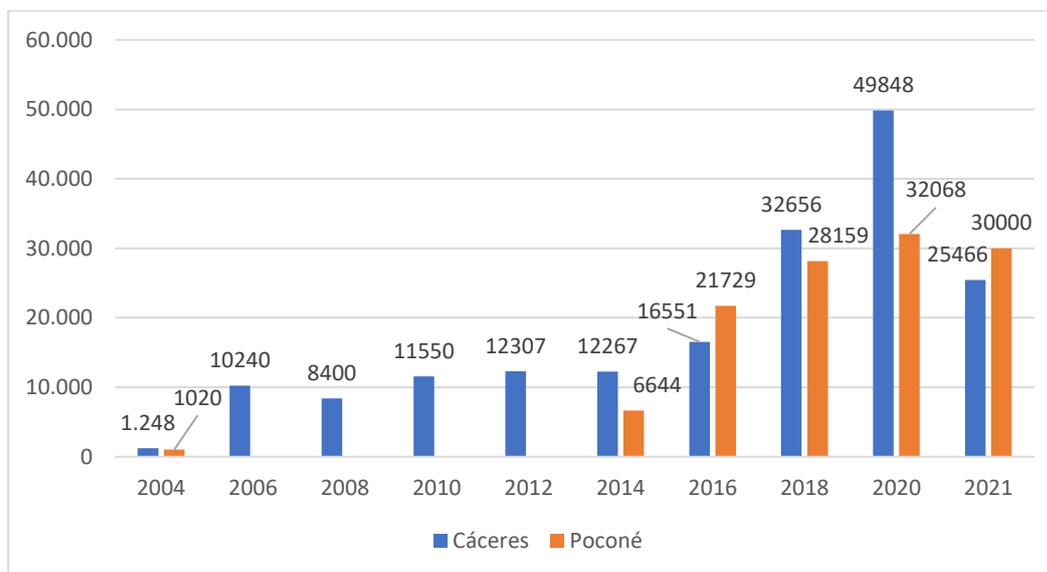
Loiola e Fabrini (2022, p. 5), três fatores foram propulsores para a expansão sojicultora: estrutura fundiária concentrada, mão-de-obra barata e terras negociadas a baixo custo. Essa tríade forma as condições ideais para o estabelecimento do capital na região. Os municípios que compõem a microrregião do Alto Pantanal são Cáceres, Curvelândia, Poconé e Barão de Melgaço.

Consoante o Censo Agropecuário de 2017, atualizado em 2020, a área destinada ao cultivo de soja em Poconé aumentou de 5.302 hectares em 2015 (os primeiros hectares registrados) para 11.020 hectares em 2020. Esse crescimento substancial representa um acréscimo de 5.718 hectares na área plantada de soja. Embora essas áreas ainda sejam muito inferiores às destinadas à pastagem, o aumento da produção de soja é evidente.

A influência política no agronegócio reflete-se nas dinâmicas regionais, como demonstrado pelos dados do IBGE (2017) sobre a produção de soja na região do Alto Pantanal mato-grossense. Com uma área produtiva de soja de 162.497,58 hectares, a expansão deste grão na microrregião concentra-se, com maior evidência, em Cáceres e Poconé, enquanto os municípios de Barão de Melgaço e Curvelândia ainda não apresentam dados expressivos dessa produção. A região que abrange o norte mato-grossense concentra a maioria da produção agrícola do estado.

No município de Cáceres, dados atualizados do IBGE revelam que, em 2020, foram produzidas 49.848 toneladas de soja em uma área plantada de 13.400 hectares, com a produção concentrada em apenas quatro estabelecimentos agropecuários. De acordo com Schlesinger (2014), a produção dessa monocultura no município iniciou-se em 2005, conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, que indicavam a presença de cinco estabelecimentos agropecuários responsáveis por uma produção de 13.904 toneladas. Embora tenha ocorrido a redução de um estabelecimento produtivo ao longo do período, isso não resultou em diminuição na produção; pelo contrário, verificou-se um expressivo aumento de 29% entre os anos de 2006 e 2017, conforme ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Produção de soja em Cáceres e Poconé



IBGE. Produção Municipal, 2021. Org.: Elaborado pelos autores, 2023.

O crescimento exponencial da sojicultura em Cáceres e Poconé é notável, registrando uma variação impressionante de aproximadamente 2.476% entre 2004 e 2020. Em Poconé, a expansão da área plantada foi ainda mais expressiva, saltando de 340 para 11.020 hectares, correspondendo a um crescimento de 3.141%. Esse avanço está diretamente relacionado à ampliação das áreas destinadas ao cultivo de commodities agrícolas e à intensificação da ocupação do território pelo agronegócio, fenômeno observado em diversas regiões do Mato Grosso.

A produção de soja nesses municípios está concentrada em poucos grandes estabelecimentos agropecuários, reforçando a dinâmica de concentração fundiária no setor. Um exemplo emblemático é a Fazenda Lagoa Dourada, localizada em Poconé, que se destacou como campeã estadual na produção de soja durante a safra 2017/2018. Nessa propriedade, a cultura da soja ocupa uma área de 1.500 hectares, de acordo com dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (2014), conforme ilustrado na Figura 5.

Além do crescimento da área cultivada, a mecanização da produção e o uso intensivo de insumos químicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, têm sido fatores determinantes para o aumento da produtividade na região. Contudo, esses mesmos fatores levantam preocupações ambientais e sociais,

uma vez que a ampliação da sojicultura está frequentemente associada ao desmatamento, à degradação do solo e à contaminação de recursos hídricos.

Figura 5 - Fazenda Lagoa Dourada em Poconé/MT



Fonte: Autora, 2022.

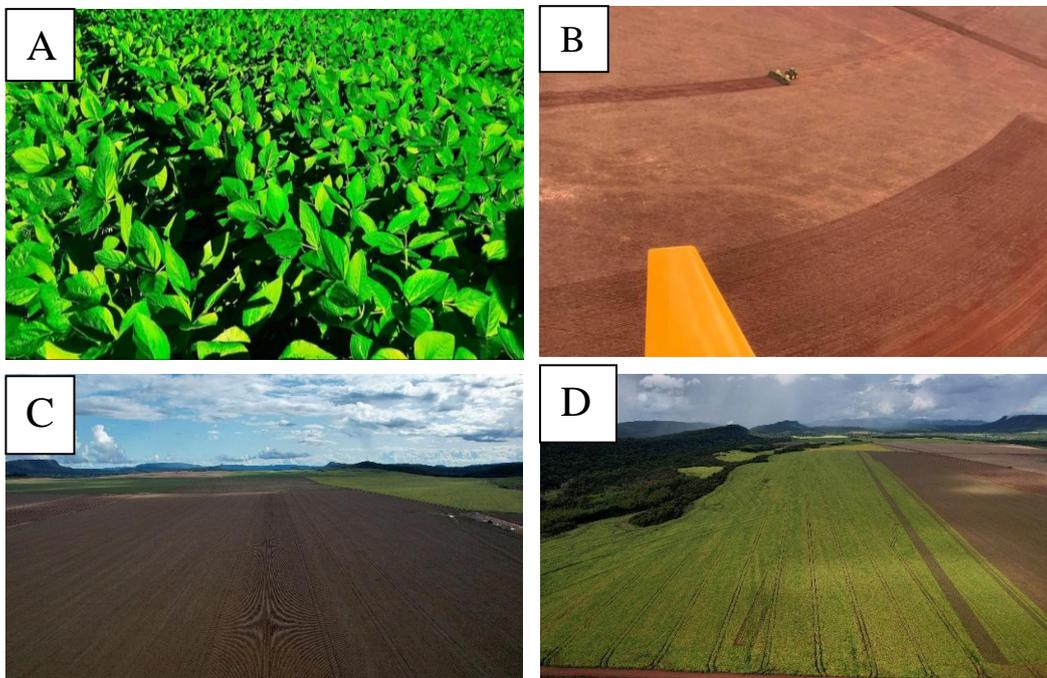
Destaca-se a crescente expansão do agronegócio da soja no bioma Pantanal, um ecossistema particularmente sensível às influências do capital. Apesar da existência de legislações em Mato Grosso que visam conter a produção monocultora na região, como o Projeto de Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, essas regulamentações têm se mostrado insuficientes para mitigar a contaminação da água, do solo e do ar por agrotóxicos.

De acordo com informações da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT, 2022), observa-se atualmente o cultivo de soja em áreas com altitudes inferiores a 200 metros, especialmente na região norte do Pantanal. Essa prática tem gerado impactos diretos no ciclo natural de inundação da planície, evidenciando a urgência de medidas mais eficazes para proteger a integridade ambiental desse importante ecossistema (Loiola, 2023).

As principais fazendas produtoras de soja na região incluem a Fazenda Bom Tempo, a Fazenda Grendene (antiga Fazenda Ressaca), a Fazenda Soteco e a Fazenda Morada do Sol. Esses estabelecimentos agropecuários operam por meio do sistema de Integração Lavoura-Pecuária (ILP). Ao analisar a Figura 6, é possível observar a produção de soja no município de Cáceres em

duas dessas fazendas: a Fazenda Soteco (Figuras A e B) e a Fazenda Bom Tempo (Figuras C e D).

Figura 6 - Produção sojicultora em Cáceres – MT.



Fonte: Figuras A e B, página social da Fazenda Soteco, 2022; Figuras C e D, a autora, 2022.

Entretanto, conforme relatos obtidos junto aos camponeses residentes nos assentamentos próximos à Fazenda Grendene, em Cáceres, nos anos de 2021 e 2022, o plantio de soja foi interrompido devido à persistente seca que marcou os últimos anos. Um dos assentados comentou: "A seca acabou com a lavoura, não tínhamos como continuar; a terra já não dava resposta" (Assentado, 2022). Diante dessa situação, a fazenda optou por redirecionar seus investimentos para a pecuária, apostando no potencial econômico dessa atividade. Em contraste, outras fazendas da região, mencionadas pelos entrevistados, mantiveram a produção de soja, adaptando-se aos desafios climáticos e buscando alternativas para continuar suas operações.

No município de Poconé, a produção de soja é predominantemente conduzida por oito estabelecimentos agropecuários, conforme dados fornecidos pelo IBGE. Dentre essas fazendas, destaca-se a Lagoa Dourada, reconhecida como líder estadual na produção de soja nos anos de 2017 e 2018. A fazenda adota o método de Integração Lavoura-Pecuária (ILP) em seus 1.017,31

hectares de plantio, conforme informações disponíveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural (2014).

Essa expansão da monocultura, tanto em Cáceres quanto em Poconé, deve ser contextualizada dentro das transformações mais amplas que vêm ocorrendo no bioma Pantanal. Como ressaltam Vila da Silva e Abdon (1998, p. 4), o Pantanal é uma das maiores planícies alagáveis do planeta, abrangendo 138.183 km<sup>2</sup> distribuídos entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No estado de Mato Grosso, o Pantanal ocupa 48.865 km<sup>2</sup>, aproximadamente 35,36% da área total do bioma. Já em Mato Grosso do Sul, são 89.318 km<sup>2</sup>, correspondendo a 64,65%.

Os municípios de Cáceres e Poconé se destacam nesse cenário, com 80,3% de suas áreas municipais inseridas no Pantanal. Além disso, Cáceres abrange 56,1% do bioma em sua extensão. Tais dados evidenciam a expressiva presença do Pantanal nessas localidades, destacando sua importância ambiental (Rossetto e Dalla Nora, 2018).

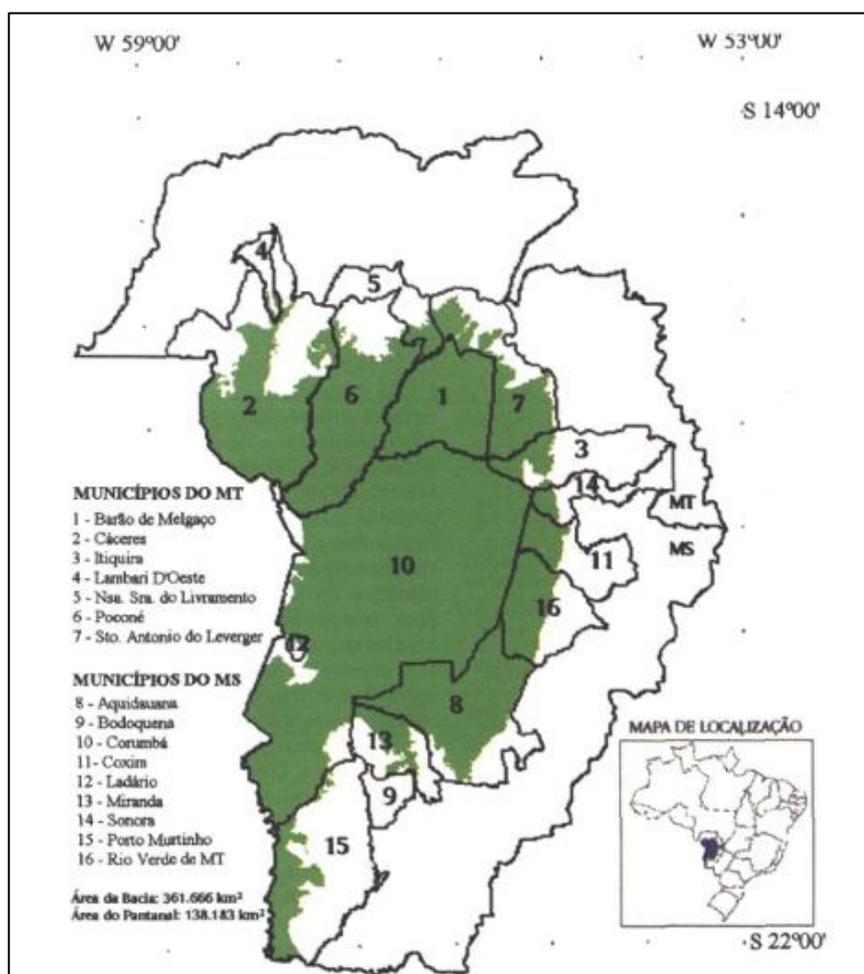
De acordo com Rossetto e Dalla Nora (2018, p. 3), a introdução da cultura da soja no Pantanal representa uma mudança significativa, substituindo gradualmente a pecuária extensiva, historicamente desenvolvida em harmonia com as características naturais da região. As referidas autoras destacam a transição para a monocultura de grãos, caracterizada pelo uso intensivo de insumos agrícolas. Além disso, grandes propriedades que adotam a Integração Lavoura-Pecuária constroem valas para desviar as águas dos rios, causando o ressecamento de áreas anteriormente alagadas. Esse fenômeno tem impactado negativamente a fauna, a flora e demais formas de vida associadas à dinâmica hidrológica da região.

O monitoramento da Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Bacia do Alto Paraguai - BAP, onde nascem os principais rios que abastecem o pantanal, identificou a conversão de 58% das áreas naturais no Planalto e 42% das áreas naturais na Planície em áreas antropizadas onde 1.144 quilômetros quadrados foram transformados em pastagens para o gado; 7.13 quilômetros quadrados para agricultura e 3,76 quilômetros quadrados em mineração. (INSTITUTO SOS PANTANAL, WWF- BRASIL, 2017 *apud* Rossetto e Dalla Nora, 2018).

Conforme relata Stasi (2020), o Pantanal enfrenta uma das piores crises ecológicas já registradas em sua história. Esse desastre é diretamente atribuído à expansão agropecuária e ao agronegócio, cujo avanço é acompanhado por

um intenso processo de desmatamento e alterações no uso do solo, afetando não apenas o Pantanal, mas também áreas adjacentes pertencentes aos biomas Amazônico e Cerrado. A Figura 8 ilustra a abrangência dessa transformação e os municípios com áreas inseridas no bioma.

Figura 7 - Área de abrangência do bioma Pantanal.



Fonte: Silva e Moura Abdon, 1998.

O bioma Pantanal é a maior planície inundável do planeta, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2000) como uma Reserva da Biosfera Mundial. Esse título possibilita a ampliação de ações governamentais voltadas à conservação de suas riquezas ambientais, bem como à promoção do desenvolvimento sustentável da região. No entanto, tal reconhecimento não tem sido suficiente para impedir a intensificação das investidas do capital sobre esse frágil ecossistema.

O Pantanal vem enfrentando, nas últimas três décadas, a intensificação de períodos de secas extremas, desmatamento e o pior período de queimadas desde o fim dos anos 1990, conforme apontado em reportagem da *BBC News Brasil* (2020). As mudanças climáticas têm interferido cada vez mais no ciclo hidrológico do Pantanal, tornando-o propenso a secas prolongadas, que favorecem incêndios de grandes proporções e causam destruição ambiental.

Segundo a Embrapa Pantanal, uma estratégia eficaz para mitigar os impactos ambientais e socioeconômicos resultantes das atividades predatórias associadas à intervenção humana é garantir que a região planáltica circundante ao bioma seja mantida como uma área produtiva e conservada. Essa abordagem exige um planejamento cuidadoso e a implementação de medidas que promovam a sustentabilidade dos meios naturais. Para isso, a Embrapa busca desenvolver um equilíbrio entre preservação e produtividade.

Embora a proposta da Embrapa de conciliar preservação ambiental e produtividade seja interessante, algumas questões cruciais precisam ser consideradas. O primeiro ponto é a fragilidade natural do bioma pantaneiro. A ideia de equilibrar o uso sustentável com a exploração intensiva pode ser problemática. Surge, então, uma questão essencial: é realmente possível conciliar o agronegócio com a preservação ambiental? Para proteger o Pantanal, seria necessário repensar o modelo de agronegócio? Afinal, o setor, em sua essência capitalista, busca maximizar a produtividade e o lucro, o que pode representar um risco significativo para o bioma. A pressão por resultados financeiros pode levar à exploração excessiva, resultando em danos irreversíveis ao meio ambiente. Dessa forma, a compatibilidade entre essas duas forças — preservação e agronegócio — precisa ser analisada com cautela para evitar consequências desastrosas para o Pantanal.

Conciliar agronegócio e preservação ambiental é um dos grandes desafios contemporâneos. Embora existam exemplos de práticas agrícolas sustentáveis, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e a agricultura de baixo carbono, sua aplicabilidade em biomas sensíveis, como o Pantanal, exige cautela. A fragilidade intrínseca do bioma impõe limites rigorosos à expansão agrícola, pois a exploração intensiva pode causar impactos ambientais irreversíveis, como a degradação do solo, a perda da biodiversidade e a alteração dos ciclos hidrológicos.

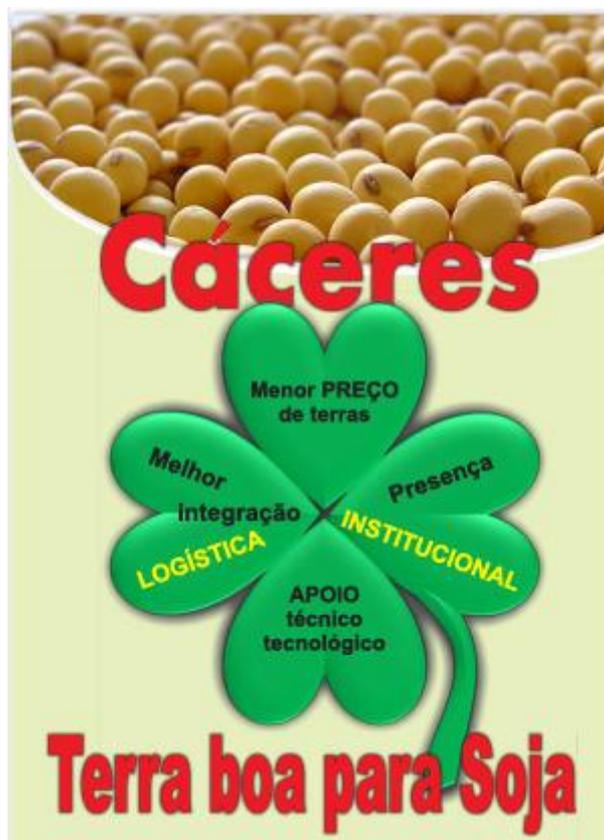
A produção de grãos nas regiões adjacentes ao Pantanal exemplifica como a busca desenfreada por produtividade pode resultar em impactos devastadores. A contaminação dos corpos hídricos, consequência direta desse modelo de produção intensiva, representa uma ameaça significativa à integridade do ecossistema pantaneiro. Esse cenário demonstra que priorizar a produtividade sem a devida consideração pela preservação ambiental pode comprometer irremediavelmente os esforços voltados à conservação do bioma. A FASE – Mato Grosso (2022), em colaboração com diversas outras instituições, detalha os impactos da contaminação das águas e os prejuízos à saúde das populações pantaneiras, em grande parte ocasionados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Nesse contexto, o modelo produtivista e de desenvolvimento acaba beneficiando apenas uma parcela restrita da população — os produtores de commodities.

Esse quadro se reflete também em iniciativas locais, como no município de Cáceres, onde a busca por investidores levou a prefeitura a adotar estratégias agressivas para atrair produtores. Utilizando o discurso de "*Terra boa para soja*" e "*Terra de baixo custo*", a administração local procurou vender uma imagem sedutora das terras pantaneiras (Figura 8).

No convite endereçado aos produtores de soja, o então prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz (2012–2020), enfatizou: "*Este é um convite para que você, produtor de grãos e cereais, venha conferir as nossas terras, altamente formadas por pastagens, e que estão prontas para produzir soja e outros grãos com preços muito atrativos*" (Complexo Nascentes do Pantanal, 2014 apud Loiola, 2023).

Esse tipo de abordagem evidencia o dilema entre o desenvolvimento econômico, centrado na exploração do agronegócio, e a sustentabilidade de um dos ecossistemas mais importantes do planeta, o Pantanal. A busca pela maximização da produção, sem a integração de práticas sustentáveis, compromete a convivência harmônica entre o homem e a natureza, afetando a biodiversidade e as populações que dependem diretamente do equilíbrio ambiental.

Figura 8 - Folder de propaganda destinada aos produtores de grãos.

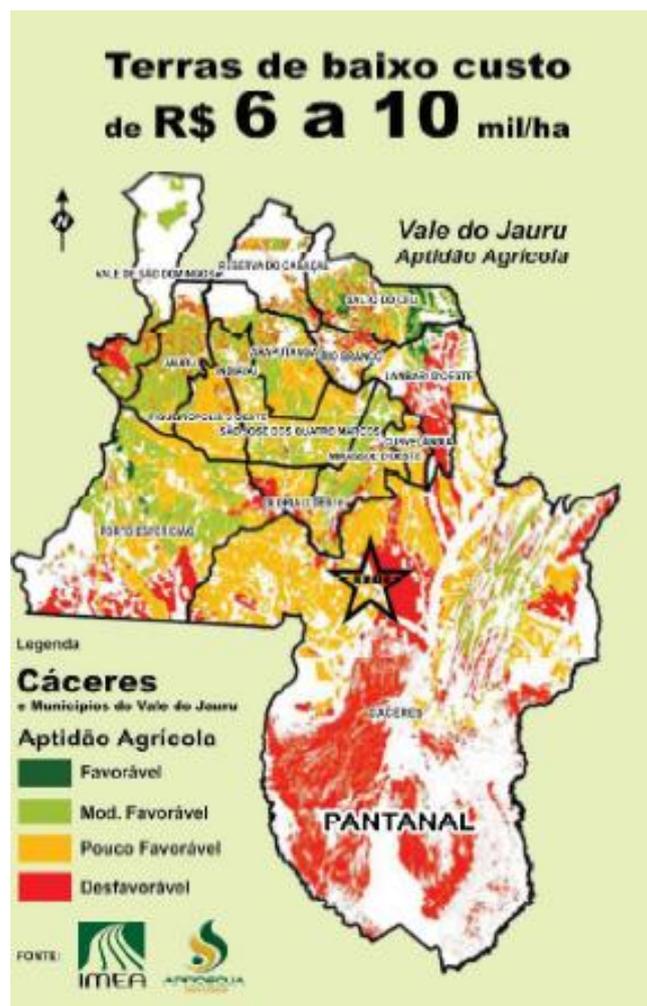


Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014.

Sob o slogan de se tornar a “*nova fronteira*” da soja em Mato Grosso, a estratégia de atrair produtores destaca a suposta aptidão das terras cacerenses para a agricultura. No entanto, uma análise mais detalhada do fôlder de divulgação revela uma realidade diferente: 58,6% das terras do município são cobertas pelo bioma Pantanal (Figura 9), evidenciando a baixa aptidão do solo para a agricultura intensiva.

Apesar dessa limitação, a monocultura da soja vem sendo introduzida nos municípios pantaneiros. Além disso, chama a atenção a proposta de venda das terras a um valor significativamente baixo, variando de R\$ 6 mil a R\$ 10 mil por hectare — preços muito inferiores aos praticados em outras regiões do estado. Esse cenário favorece ainda mais a concentração fundiária em grandes latifúndios e a especulação de terras.

Figura 9 - Aptidão agrícola em Cáceres/MT.



Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014.

Em 2014, a Prefeitura Municipal de Cáceres intensificou seus esforços para atrair investidores com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade. Para isso, ressaltou diversas vantagens de investir no município, como preços competitivos de terras, melhorias na infraestrutura logística, suporte técnico e garantias de segurança. A cultura da soja foi apresentada como um "canteiro de oportunidades" para Cáceres e região, conforme indicado pelo Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal (2014, p. 2). Essas iniciativas visaram estimular o crescimento econômico local e fortalecer a atração de investimentos para o município.

Figura 10 – Divulgação da Soja como canteiro de oportunidades, Cáceres/MT.



Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014

Um dos principais fatores que impulsionaram a inserção da soja na região do Alto Pantanal mato-grossense foi o baixo preço da terra, tornando-se um atrativo significativo para a consolidação dos latifúndios. Isso se deve à disponibilidade de extensas áreas a um custo consideravelmente inferior ao encontrado no norte do estado.

Segundo Schlesinger (2014), no final de 2013, o preço médio do hectare em Cáceres era de aproximadamente R\$ 7.500, enquanto em Sorriso — maior produtor de soja do Brasil — o valor médio alcançava R\$ 30.000. Dados atualizados para 2020, com base nos valores da terra nua (VTN), indicam que as terras com boa aptidão agrícola em Cáceres passaram a custar, em média, R\$ 6.134,35, representando uma redução de R\$ 1.365,65 em comparação com os valores de 2013. Essa disparidade incentivou a expansão da monocultura de soja na região, ampliando a área cultivada e gerando impactos significativos no contexto socioeconômico e ambiental local.

Como destacam Chiacchio e Souza (2024, p. 148), o crescimento da produção de soja está intrinsecamente ligado ao mercado de terras, que opera sob uma dinâmica de valorização e especulação imobiliária. Segundo os autores, esse mercado frequentemente proporciona retornos financeiros mais atrativos do que investimentos convencionais na economia, impulsionando a concentração fundiária. Esse fenômeno reforça um padrão já consolidado na

estrutura agrária brasileira, tornando urgente a implementação de políticas públicas que promovam um desenvolvimento sustentável e reduzam os impactos socioeconômicos e ambientais dessa dinâmica.

Visando aprimorar a logística e atender à crescente demanda de escoamento da produção, a prefeitura municipal anunciou um projeto para utilizar o sistema hidroviário Paraguai-Paraná como rota de transporte de mercadorias. A proposta visa facilitar o escoamento da soja pelos rios Paraguai e Paraná até o Uruguai e, posteriormente, ao Oceano Atlântico, onde será embarcada para exportação. No entanto, a construção dessa hidrovia tem gerado intensos debates devido aos potenciais impactos ambientais no Pantanal e às consequências para o ecossistema e as comunidades ribeirinhas.

Atualmente, o projeto encontra-se em processo de discussão. Grupos socioambientais engajados na preservação do bioma conseguiram barrar as construções e defendem a suspensão das licenças ambientais já concedidas. No entanto, a viabilidade do empreendimento continua sendo discutida no âmbito político, com promessas recorrentes de sua implementação.

A expansão da monocultura de soja no Alto Pantanal evidencia que, embora o agronegócio se apresente como um setor moderno, caracterizado pelo uso intensivo de tecnologia e maquinário, a terra continua sendo o eixo central dos conflitos e da reestruturação produtiva. O latifúndio, enquanto base histórica da concentração fundiária no Brasil, permanece como um ator central nesse processo, moldando não apenas a produção agrícola, mas também as dinâmicas sociais e econômicas da região. A crescente valorização da terra, impulsionada pela demanda do setor agrícola, intensifica os conflitos no campo, colocando camponeses e camponeses em situação de vulnerabilidade diante da expansão da soja.

Nesse contexto, a terra assume uma dupla dimensão: não é apenas o espaço de produção do campesinato, mas também um recurso estratégico essencial à lógica de expansão do agronegócio e do latifúndio, sustentando a acumulação de capital. Assim, os conflitos agrários não decorrem apenas da exclusão dos camponeses do acesso à terra, mas também da forma como o agronegócio e os latifúndios estruturam suas estratégias de domínio e expansão, reafirmando a centralidade da terra no processo de acumulação de

capital. Essa perspectiva constitui o núcleo central da presente análise e deve ser enfatizada desde a Introdução, estabelecendo a base argumentativa da tese.

Figura 11 - Convite do prefeito do município de Cáceres em 2014, destinado aos produtores de soja.

**MENOR PREÇOS DE TERRAS**

*Este é um convite para que você, produtor de grãos e cereais, venha conhecer as nossas terras atualmente formada por pastagens e que estão prontas para produzir soja e outros grãos, com preços muito atrativos.*

*Com uma logística privilegiada, Cáceres conta com boas rodovias tanto para Porto Velho quanto para Cuiabá e saída para o Oceano Pacífico, porto, aeroporto e está próxima a ferrovia.*

*Contamos também com uma grande rede de faculdades com cursos de Medicina, Veterinária (em instalação), Direito e mais 20 outros cursos, escolas profissionalizantes como Sesi e Senai, assim como outras instituições que oferecem o suporte técnico.*

*Com um belo cenário de uma cidade bicentenária, Cáceres é banhada pelo Rio Paraguai conhecido pela diversidade e quantidade em peixes. Também apresenta uma rica história além de manter viva a cultura do povo pantaneiro.*

Venha nos conhecer!

Francis Maris Cruz  
Prefeito de Cáceres

**Terras de baixo custo  
de R\$ 6 a 10 mil/ha**

Fonte: Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, 2014.

Nesse contexto, o preço da terra assume papel fundamental, pois, ao aumentar, torna-se um ativo estratégico, favorecendo a especulação e a manutenção do controle fundiário por grandes proprietários. Assim, a expansão da soja no Alto Pantanal não pode ser dissociada da estrutura fundiária latifundiária, onde a terra, mais do que os avanços tecnológicos, configura-se como o principal motor das transformações produtivas e dos conflitos no campo. A ausência de políticas públicas que regulam esse avanço reforça a perpetuação das desigualdades e os embates por território.

Nesse sentido, é crucial observar o processo de expansão da soja em Cáceres e Poconé, municípios pertencentes à microrregião do Alto Pantanal, onde o baixo preço das terras tem impulsionado essa expansão. O Mercado

Regional de Terras Pantanal – MRT 8 (INCRA-MT, 2019) elaborou e atualizou as Planilhas de Preços Referenciais de Terras (PPRs) no período de 1999 a 2015. O MRT é um agrupamento de municípios definidos tecnicamente, onde se observa uma relativa estabilidade nas tendências de preços das terras rurais. A organização dos dados foi realizada por microrregiões geográficas para definir o preço médio das terras em Mato Grosso. Como exposto na Tabela 15, as diferenças entre os preços médios das terras em Mato Grosso são significativas.

Tabela 15 - Mercado de Terras Regional - MRT.

<b>MRT</b>	<b>Regiões</b>	<b>Área total (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Representação em relação ao total</b>	<b>Média (VTI/ha) Agricultura Alto Rendimento</b>
1	Centro	59.506,81	6,5%	R\$ 25.004,18/ha
2	Capital	5.251,76	0,57%	R\$ 9.281,24/ha
3	Parecis/Primavera do Leste	90.201,59	9,85%	R\$ 18.113,74/ha
4	Sul	34.623,55	3,78%	R\$ 10.378,16/ha
5	Sudoeste	44.257,63	4,83%	R\$ 8.856,09/ha
6	Norte	82.121,12	8,96%	R\$ 8.119,86/ha
7	Médio Araguaia	154.599,12	16,88%	R\$ 8.666,87/ha
8	Pantanal	107.137,04	11,70%	R\$ 7.443,34/ha
9	Norte Araguaia	138.388,62	15,11%	R\$ 5.584,44/ha
10	Oeste	85.291,24	9,31%	R\$ 5.834,88/ha
11	Noroeste	114.655,91	12,52%	R\$ 3.423,48/ha

Fonte: INCRA, 2019

\* Mercado Regional de Terras

\*\*Média Total do Imóvel – VTI

A planilha de Preços Referenciais de Terras serve como um parâmetro técnico para estabelecer o preço das terras. Ressalta-se que, além do valor total do imóvel (VTI), há um acréscimo de até 15% no preço final. A região Centro, que engloba municípios como Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tapurah e Vera, destaca-se por apresentar o maior valor médio de terra em Mato Grosso, alcançando R\$ 25.004,13 por hectare. Essa região é conhecida por abrigar municípios com alta produção de soja no Brasil (INCRA, 2019, p.12),

sendo uma área com o maior predomínio de agricultura de alto rendimento e uso de tecnologia.

Segundo o MRT, a microrregião do Alto Pantanal compreende os municípios com os menores preços da terra no estado, apresentando uma média de R\$ 7.443,34 por hectare. Entre eles, destacam-se: Arenápolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Curvelândia, Denise, Jangada, Lambari do Oeste, Mirassol do Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Nortelândia, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Poconé, Porto Estrela, Rio Branco, Rosário Oeste e Salto do Céu (INCRA, 2019, p. 26). O Pantanal Mato-grossense, com suas características alagadas e legislação de uso restritiva, mantém um baixo preço da terra, favorecendo a expansão da monocultura de soja na região. Essa expansão, por sua vez, contribui para o aumento da concentração fundiária e para a consolidação do sistema monocultor, colocando a terra no centro dos conflitos e das transformações produtivas.

Em Poconé, o valor da terra nua em 2020 foi de R\$ 4.259,86, segundo o Decreto n.º 040/2020, que fixou o valor médio da terra nua no município. Quanto ao plantio de soja, ele é mais recente em relação à Cáceres, de 2011, com um cultivo em pequenas proporções. O estímulo para que essa cultura se consolidasse na região foi dado por representantes do setor, principalmente pelo Grupo Bom Futuro, que, para propagar a ideia de alta produtividade, promoveu em Cuiabá o “Dia de Campo da soja na Baixada Cuiabana: Quebrando Paradigmas”, começando a se citar frequentemente o grande potencial para o plantio em Poconé (SCHLESINGER, 2014). O referido autor atesta ainda que:

Na visão dos fazendeiros que estão plantando soja em Poconé, a fertilidade das terras, a baixa incidência de pragas e a facilidade de escoamento da produção são fatores que reduzem o custo de produção e transporte. A degradação das áreas de pastagens, que reduz a produtividades da criação de bovinos, também estimula a conversão para a produção de soja (Schlesinger, 2014 p. 34).

Desse modo, uma das grandes preocupações em relação à introdução da soja na região pantaneira, além dos já conhecidos danos causados pelo garimpo, é o uso intensivo de agrotóxicos. Conforme Schlesinger (2014, p. 36), esse cenário tende a multiplicar a contaminação das águas do Pantanal, ampliando

os riscos ambientais e sociais. O autor também alerta que tais práticas podem comprometer toda a população local, agravando a escassez hídrica, a contaminação dos meios naturais e impulsionando ainda mais o desmatamento.

Outro aspecto destacado refere-se à mão de obra empregada. Conforme o estudo de Schlesinger (2014), o sistema monocultor da soja não gera benefícios significativos para a população local, uma vez que grande parte dos trabalhadores é recrutada de outras regiões para funções especializadas, sem que haja iniciativas voltadas à qualificação dos moradores locais para atuarem nos estabelecimentos da região.

Conforme analisam Silva e Sato (2012), as mudanças no padrão de uso e ocupação das terras, impulsionadas por políticas governamentais que seguem os ditames do mercado mundial, resultaram em retrocessos econômicos e consequências negativas para o meio ambiente e os grupos sociais, tornando-se motores de conflitos socioambientais. As autoras argumentam que esses conflitos surgem quando o espaço ambiental é dominado pelo poder do capital, especialmente no caso do Alto Pantanal, onde os latifundiários do agronegócio da soja exercem esse poder. A presença de grupos sociais nesses territórios, que operam sob valores e formas de racionalidade distintas, contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento econômico capitalista, acentuando as tensões.

Portanto, evidenciar os conflitos gerados por esse padrão de produção é essencial para compreender os danos provocados nos territórios e na cultura camponesa. Ao centralizar a terra e sua valorização no contexto da expansão da soja, é possível perceber como a concentração fundiária e o aumento dos preços da terra não somente consolidam o poder dos latifundiários, mas também intensificam os conflitos socioambientais, colocando a sobrevivência das comunidades camponesas em risco. Desse modo, a terra torna-se o elemento-chave para entender a dinâmica de poder e os conflitos no Alto Pantanal, respondendo à questão central sobre o papel do território na reestruturação produtiva e nos embates pela sua apropriação.

O conflito, que será discutido com maior profundidade no próximo capítulo, torna-se evidente ao observar a proximidade das lavouras de soja das comunidades locais. Esse cenário torna a produção de alimentos pela agricultura camponesa uma tarefa desafiadora devido às pulverizações frequentes, que não

só atraem mais insetos, como também afetam negativamente a qualidade dos produtos cultivados nas hortas.

A soja está bem aí, pertinho de nós. Onde eles trabalham, eles tacam veneno. Para nós, que trabalha só com veneno caseiro, é um prejuízo, porque se tivesse uma mata livre, um campo livre, não tinha essa tropa de bichos atacando. A gente tem pouca força de debater isso, porque o rico tem mais prioridade que o pobre. (Coll, 2021 p. 2. Reportagem *Le Monde Diplomatique* Brasil).

A expansão da soja nas regiões de Cáceres e Poconé está intimamente ligada ao uso intensivo de agrotóxicos, que, além de prejudicar os camponeses, contribui diretamente para o desmatamento. A transição de fazendas tradicionalmente voltadas à pecuária para o monocultivo de soja intensificou a devastação ambiental. Um estudo realizado pelo Imaflora e pelo Instituto Centro de Vida revela que, entre 2012 e 2017, cerca de 1,4 milhão de hectares foram desmatados em Mato Grosso. Dados do MapBiomas Alertas indicam que, em 2019, foram emitidos 29 alertas de desmatamento nos municípios de Cáceres e Poconé. Em Cáceres, 20 alertas resultaram na perda de 290.585 hectares de vegetação, enquanto em Poconé, 9 alertas corresponderam à perda de 83.901 hectares.

O desmatamento atingiu níveis alarmantes em 2020, exacerbado pelos incêndios florestais que consumiram uma área de 116.783 hectares, equivalente ao tamanho do estado do Rio de Janeiro, representando 36% do bioma Pantanal (ICV, 2020). Investigações conduzidas por órgãos competentes indicam que os incêndios que devastaram o Pantanal possivelmente tiveram origem em fazendas de pecuaristas e produtores de soja no município de Poconé – MT. Essas fazendas são fornecedoras diretas de grandes empresas ligadas ao agronegócio, como JBS, Marfrig e Minerva. O fogo é utilizado como técnica de manejo e limpeza de pastagens, mas, dependendo das condições climáticas, pode se tornar incontrolável.

Os incêndios devastadores que assolaram o Pantanal em 2020 deixaram um rastro de destruição imensurável para a fauna, a flora e os habitantes locais. Em meio a um verdadeiro cenário catastrófico, espécies lutaram para escapar das chamas, e aquelas que conseguiram sobreviver enfrentaram uma dura batalha pela sobrevivência diante da grave escassez de alimentos e água.

Conforme apontam os dados publicados pela World Wide Fund for Nature Brasil-WWF (2021), o fogo matou 17 milhões de vertebrados no Pantanal em 2020 e devastou 27% da cobertura vegetal do bioma.

Através de pesquisa de campo e documental, torna-se evidente que tanto o latifúndio quanto o agronegócio recorrem a práticas violentas ou intimidadoras para impor sua hegemonia no campo. Isso é corroborado pelos relatos dos camponeses, que descrevem os momentos de tensão que enfrentaram, bem como pela observação de publicações nas redes sociais dos produtores de soja, que frequentemente exibem o manuseio de armamentos letais.

Ademais, é notório que o agronegócio tem progressivamente dificultado a sobrevivência dos camponeses e dos habitantes das áreas sob sua influência. Essa situação se agrava pelo posicionamento político da grande maioria da comunidade, que frequentemente é alinhado às práticas do agronegócio, muitas vezes de maneira discreta e respaldada por leis que legitimam essas ações e permitem sua perpetuação no campo. Um relato de um entrevistado em Poconé (Assentamento Cangas, 2023) ilustra essa realidade: “Antes, os proprietários das fazendas ao redor sempre ajudavam a escola do assentamento, doando leite para as crianças, mas quando souberam em quem o pessoal aqui votou para presidente, nunca mais ajudaram. Nem os vemos mais.”

Diante de um cenário político tão polarizado como o que se formou em 2022, é evidente que muitos pecuaristas, produtores rurais, agronegócio e latifundiários tinham preferências claras em relação ao presidente da República Federativa do Brasil. Essa conexão entre o posicionamento político da comunidade e as práticas do agronegócio ressalta como as escolhas eleitorais podem ter consequências tangíveis no cotidiano das pessoas, especialmente em áreas rurais onde a influência desse setor é marcante. Além disso, as relações entre os diferentes atores sociais são moldadas por questões políticas, impactando diretamente a qualidade de vida e a sobrevivência dos residentes.

### CAPÍTULO III

#### CONFLITOS E LUTA PELA TERRA NA MICRORREGIÃO DO ALTO PANTANAL

*Mas para viver eu já quero ter a parte que me cabe no latifúndio seu:  
que a terra não é sua, seu doutor Ninguém!  
A terra é de todos porque é de Deus!  
(Dom Pedro Casaldáliga)*

Este capítulo visa analisar os conflitos enfrentados pelos camponeses no Alto Pantanal mato-grossense, assim como examinar as estratégias de resistência adotadas por esses trabalhadores diante da contínua expansão do latifúndio e do agronegócio. A análise dos dados coletados e das experiências registradas durante a pesquisa de campo revela uma realidade marcada pelo uso sistemático de táticas opressivas por parte dos latifundiários na região. Relatos de intimidação, violência e ameaças contra os camponeses e suas famílias destacam a gravidade das disputas territoriais em curso. O poder exercido pelo agronegócio, profundamente enraizado na posse e concentração de terras, reafirma a centralidade desse recurso nos embates pelo território.

Diante desse cenário adverso, os camponeses enfrentam, diariamente, desafios impostos por esse modelo de ocupação e exploração do território. Nesse sentido, é essencial compreender as formas de resistência adotadas por esses trabalhadores, que lutam pela terra e buscam alternativas de produção distintas do modelo capitalista promovido pelo agronegócio.

No campo mato-grossense, coexistem diversas práticas de uso da terra, frequentemente gerando situações de conflito. De um lado, encontram-se os que veem a terra como fonte de lucro e especulação; do outro, estão aqueles que dependem dela para sustento e para o sustento de suas famílias. Essa oposição reflete-se claramente nas distintas formas de apropriação da terra analisadas nesta pesquisa. Enquanto os camponeses lutam por acesso e permanência na terra, os latifundiários e empresários do agronegócio buscam ampliá-la com fins lucrativos, consolidando um modelo de desenvolvimento capitalista e excludente. Essa dinâmica expõe os conflitos latentes em torno da posse e do

uso da terra na região, revelando as contradições e desigualdades que permeiam a organização do território.

A expansão do latifúndio busca consolidar o controle sobre vastas extensões de terra, enquanto o agronegócio, apoiado pelo grande capital, fortalece essa estrutura ao valorizar áreas antes consideradas improdutivas, especialmente por meio da produção de commodities. Apesar de os camponeses estarem inseridos na lógica capitalista, suas práticas agrícolas nem sempre se harmonizam com o modelo de produção dominante. Como resultado, esses grupos frequentemente enfrentam intimidações que visam impor os interesses dos grandes proprietários.

A relação entre latifúndio e agronegócio está profundamente entrelaçada com a concentração de terras, a produção intensiva, os conflitos fundiários e a exploração tanto da mão de obra quanto dos meios naturais, entre outros desafios. Como observa Silva (1981), essa "modernização dolorosa" é um fenômeno significativo. No entanto, como destaca Graziano da Silva, a questão da terra não ocupa o centro de sua análise. Para o autor, a discussão se concentra mais na modernização técnica, com seus impactos econômicos e sociais, sem um foco aprofundado na propriedade da terra como elemento central do processo. Embora a abordagem de Graziano da Silva seja válida ao tratar da expansão do agronegócio, é fundamental reconhecer que ele adota uma perspectiva teórica que não atribui à terra o mesmo papel central que outras análises. Esse enfoque reflete um legado histórico do Brasil, remanescente do processo de cercamento das terras e sua transformação em propriedade privada, um marco que ainda influencia as estruturas de poder e desigualdade no campo.

O conflito atual decorre do avanço da produção capitalista, que gradualmente resulta na perda de territórios ocupados por populações camponesas, afetando a permanência das comunidades locais em suas próprias terras. A pressão sobre esses territórios torna, em muitos casos, inviável a continuidade dessas comunidades, que são desestabilizadas por práticas de expansão agrária. Violações de direitos têm se tornado frequentes no contexto do modelo agrícola atual, no qual certos grupos são injustamente rotulados como responsáveis pelo "atraso" econômico e social em determinadas regiões.

Compreender que a sociedade é composta por grupos diversos e não por uma massa homogênea é fundamental para refletirmos sobre a justiça e a democracia no território brasileiro, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Reconhecer as populações camponesas como parte ativa e essencial na construção do ser social é um passo importante para promover mudanças na lógica de produção vigente.

Este capítulo inicia com a apresentação das principais comunidades e grupos sociais que compõem o território em estudo, seguida de uma análise aprofundada de suas especificidades. Entre os grupos destacados, encontram-se as comunidades quilombolas, os povos indígenas Chiquitano, os ribeirinhos e os camponeses assentados. Cada um desses grupos possui uma relação única com a terra e os meios naturais, frequentemente em contraste com a lógica do agronegócio e do latifúndio.

A diversidade dessas populações reflete a riqueza cultural e histórica da região, ao mesmo tempo, em que ressalta as tensões e desafios enfrentados diante da expansão do capital. A análise das especificidades de cada grupo é crucial para compreender as dinâmicas de resistência e as estratégias de permanência que são adotadas no contexto da intensificação dos conflitos fundiários.

### **3.1 – Quilombolas**

Conforme atesta o Ministério da Cidadania (Brasil, 2015, p. 1), comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria, formados por um processo histórico iniciado desde o período da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação, mantendo uma forte ligação com sua história e trajetória, perpetuando costumes e culturas transmitidos por seus antepassados.

Consoante a Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 68º: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, cabendo ao Estado emitir seus respectivos títulos” (BRASIL, ADCT de 1988, p. 17). Como destaca Santos (2021, p. 55), as comunidades quilombolas são, em sua maioria, formadas por núcleos familiares que compartilham o mesmo território para garantir sua sobrevivência. No entanto, é importante ir

além dessa observação. Conforme evidenciado durante a pesquisa, o território quilombola é profundamente conectado aos laços de ancestralidade que pertencem a essas terras. Essa relação não só reforça a identidade cultural e social das comunidades, mas também fundamenta sua luta pela preservação e pelo direito à terra, tornando-a uma questão central na resistência contra as ameaças externas que buscam despojar esses espaços de sua importância histórica e simbólica.

Almeida (2002) ressalta que as comunidades remanescentes de quilombos podem ser reconhecidas por diversos fatores, como a relação intrínseca entre identidade e território, os processos sociais e políticos que asseguraram a autonomia desses grupos e a territorialidade específica, marcada pelo componente étnico que orienta sua busca por reconhecimento. Dessa forma, o reconhecimento da identidade quilombola, na contemporaneidade, vai além dos aspectos étnicos, organizativos e territoriais. Na prática, isso se reflete em uma comunidade que preserva sua estrutura organizacional própria, com uma ocupação diferenciada, composta por elementos culturais, históricos, sociais e políticos. Esse processo de ressignificação tem aproximado comunidades de diferentes regiões e contextos, promovendo um movimento coletivo mais amplo, fundamentado na identidade e no território quilombola.

A Legislação de 1988 reconhece a autodeclaração como critério para determinação de comunidades quilombolas, critério ancorado no Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Art. 2º: Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, Decreto nº. 4.887 de 20 de novembro de 2003).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, BRASIL, 2011), em Mato Grosso existem 125 comunidades quilombolas. Destas, a maioria está localizada no município de Poconé, com 34 comunidades, enquanto Cáceres abriga 5 comunidades quilombolas (Tabela 16).

Tabela 16 - Comunidades Quilombolas localizadas em Poconé e Cáceres.

<b>Nº</b>	<b>Poconé</b>	<b>Cáceres</b>
1	Aranha	Chapadinha
2	Boi de Carro	Exu
3	Cagado	Ponta do Morro
4	Campina de Pedra	Santana
5	Campina Grande II	São Gonçalo
6	Campina II	Taquaral
7	Cangas	
8	Canto do Agostinho	
9	Capão Verde	
10	Céu Azul	
11	Chafariz Urubama	
12	Chumbo	
13	Coitinho	
14	Curralinho	
15	Espinhal	
16	Exu	
17	Imbe	
18	Jacaré	
19	Jejum	
20	Laranjal	
21	Miradouro II	
22	Monjolo	
23	Morrinhos	
24	Morro Cortado	
25	Pantanalzinho	
26	Passagem de Carro	
27	Pedra Viva	
28	Retiro	
29	Rodeio	
30	São Benedito	
31	Sete Porcos	
32	Tanque do Padre	
33	Tanque do Padre Pinhal	
34	Varal	

Fonte: BRASIL, MDS, 2011  
Org. A autora, 2022.

A predominância de comunidades quilombolas em áreas de assentamentos de reforma agrária em Poconé é um fenômeno notável, enquanto em Cáceres há somente cinco comunidades oficialmente reconhecidas. Conforme a Fundação Cultural Palmares, as comunidades remanescentes de quilombo se adaptam a ambientes frequentemente desafiadores.

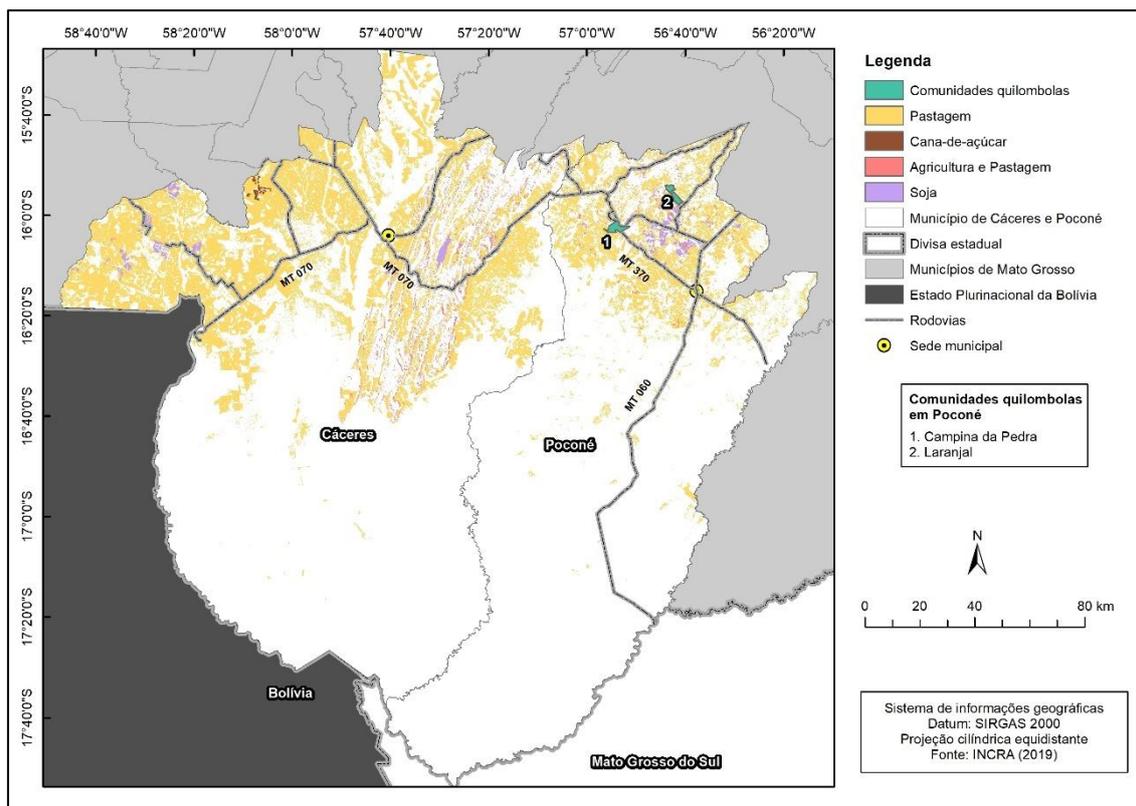
Apesar das dificuldades enfrentadas na preservação de suas tradições e culturas, esses grupos desenvolvem meios para o autoconsumo a partir dos meios naturais locais e assumem a responsabilidade pela conservação desses mesmos recursos. A fundação relata que uma parte significativa dos membros dessas comunidades está envolvida em atividades como agricultura, extração de látex (seringueiros), pesca e extrativismo. Essa diversificação de atividades demonstra a resiliência dessas comunidades e sua habilidade em se adaptar às condições locais, ao mesmo tempo, em que promovem a sustentabilidade ambiental e preservam suas identidades culturais.

Outro aspecto relevante é que, apesar dessa diversidade de atividades e da importância sociocultural das comunidades quilombolas, somente duas comunidades receberam a devida certificação do INCRA, conforme relatos de camponeses quilombolas que continuam a lutar pela regularização de suas terras. O reconhecimento oficial e a certificação são essenciais para garantir o direito pleno sobre seus territórios, assegurando a continuidade de suas formas de vida tradicionais e a proteção de suas terras.

A terra possui um significado profundo para essas comunidades, pois, além de ser a base a produção de alimentos, ela representa a conexão com seus ancestrais e a preservação de sua identidade cultural. Portanto, a terra é simultaneamente sustento e herança, sendo central na luta dessas comunidades por autonomia e reconhecimento.

Com base no mapa 3, observa-se a dinâmica territorial em Cáceres e Poconé, onde predominam áreas de pastagem, uma produção econômica tradicionalmente desenvolvida nesses locais. Embora o processo de expansão da produção de commodities, como a soja, seja significativo, ainda é inferior às áreas dedicadas à pastagem. A produção de cana-de-açúcar também contribui para o modelo capitalista baseado no monocultivo.

Mapa 3 - Comunidades Quilombolas Certificadas pelo INCRA.



Fonte: INCRA, 2019.

As tensões e conflitos enfrentados por essa população está diretamente relacionada a questão da terra. De um lado estão eles buscando defender o território carregado de significado e tradições pertencentes aos seus ancestrais. E, de outro o grande capital buscando alcançar mais terras férteis para sua expansão territorial.

Melhorias para nós só com nossa luta, tenho mais de 50 dias que não vou a minha comunidade. Porque assim, para o agronegócio, quanto menos conhecimento nós temos para eles é melhor e quanto mais atrito nós temos para eles também é ainda melhor. (Comunidade São Gonçalo II, Poconé, 2021).

O depoimento reflete uma percepção crítica e aguda do entrevistado sobre a interação entre as comunidades locais e o agronegócio, destacando as dificuldades enfrentadas pelos camponeses na luta por seus direitos e na resistência contra as pressões externas. A ênfase na organização e mobilização coletiva, como mencionada pelo entrevistado, sugere que as melhorias para essas comunidades dependem não só da luta diária, mas também da capacidade de se unir e agir coletivamente. A menção aos “50 dias sem retorno

à comunidade” aponta para o impacto devastador das pressões externas, como o trabalho forçado, ameaças ou mesmo o afastamento físico, que forçam essas populações a se distanciarem de suas terras e de sua forma de vida tradicional. O depoimento também revela a estratégia de desinformação que o agronegócio utiliza para enfraquecer a resistência das comunidades locais. A frase “quanto menos conhecimento nós temos, melhor para eles” sintetiza a dinâmica de poder onde o agronegócio se beneficia da ignorância e da falta de acesso à informação. Isso cria um desequilíbrio de poder, no qual os camponeses são incapazes de reivindicar plenamente seus direitos e de organizar suas lutas.

Além disso, a afirmação “quanto mais atrito nós temos, melhor para eles” revela como as divisões internas nas comunidades são, muitas vezes, exacerbadas pelo agronegócio. As disputas internas enfraquecem a capacidade dessas comunidades de se unirem em torno de objetivos comuns, facilitando o domínio e a exploração pelos grandes proprietários de terra e pelas empresas do agronegócio. A realidade prática dessa afirmação é evidente nos conflitos internos observados nas comunidades, muitos dos quais são alimentados pelas influências e pressões externas de fazendeiros dominantes na região (Comunidade Quilombola São Gonçalo II, 2021).

Esse depoimento expõe como as estratégias do agronegócio, aliadas à falta de informação e à fragmentação das comunidades, formam um ciclo vicioso que dificulta a luta por autonomia e pelos direitos territoriais dessas populações, aprofundando as desigualdades e tornando ainda mais difícil a resistência efetiva contra a expansão do agronegócio.

### **3.2 - Povos indígenas Chiquitanos**

Os povos indígenas Chiquitano habitam a região fronteira entre Brasil e Bolívia, concentrando-se nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso. Historicamente, os Chiquitanos foram alvo de exploração e deslocamento forçado, enfrentando, até hoje, condições de vulnerabilidade.

A palavra chiquito significa “pequeno”, e designa os vários grupos localizados na zona de transição entre o Chaco Boreal e as selvas pantanosas que se estendem desde o Amazonas. Chiquitos, povos do planalto, foram assim chamados devido à

suposição de que se tratava de uma povoação de pessoas pequenas, devido a pouca altura das entradas das casas, o que na verdade, era para evitar a entrada de mosquitos (Silva e Costa, 2000 p. 1).

As populações Chiquitanas que residem no Brasil estão localizadas em Mato Grosso, nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, próximos à divisa com a Bolívia. Essas populações, no entanto, enfrentam condições de vulnerabilidade, sendo frequentemente exploradas como mão de obra barata por fazendeiros da região. Além dessa exploração, as poucas terras que lhes restam estão sob constante ameaça de invasão, o que agrava ainda mais sua luta pela preservação de seus territórios e direitos. Essa realidade evidencia o desrespeito às garantias territoriais dessas comunidades e expõe as desigualdades que elas enfrentam no acesso e controle sobre suas terras.

No Brasil, parte da área onde vivem os Chiquitano foi inicialmente posse da Coroa Espanhola. Conseqüentemente, esse povo muitas vezes era, e ainda é considerado boliviano (ou castelhano). Durante muito tempo, a região foi motivo de conflitos de fronteira e a documentação existente no arquivo público de Mato Grosso é farta em notícias sobre os frequentes deslocamentos desse povo e a pobreza de sua condição. Por exemplo, há o registro de um grupo de cerca de 200 famílias Chiquitano da Bolívia que migrou para a região de Vila Bela, no estado mato-grossense, para refugiar-se da guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai, na segunda década do século XX (Silva e Costa, 2000, p. 2).

Segundo Silva et al. (apud Costa e Silva, 2000), as comunidades Chiquitanas estão dispersas ao longo da fronteira Brasil-Bolívia e organizam-se em cerca de 29 assentamentos principais. Entre os núcleos mais importantes, destacam-se os de Limão, Fortuna, Osbi, Palmarito, Roça Velha, San Fabiano e Bocaina.

No entanto, apesar dessa organização comunitária, as comunidades Chiquitanas enfrentam sérias ameaças, como ficou evidenciado em um episódio trágico ocorrido em agosto de 2020, no município de Cáceres, quando quatro integrantes do povo Chiquitano foram brutalmente assassinados por policiais do Grupo Especial de Fronteira (Gefron), unidade da polícia de Mato Grosso. Os indígenas estavam caçando em uma área próxima à sua aldeia quando foram abordados violentamente.

O caso, detalhado pelo CIMI (2021, p. 9), ilustra a persistente violência contra povos indígenas no Brasil, refletindo a precariedade de sua proteção e a negligência das autoridades em garantir os direitos fundamentais dessas comunidades. Conforme relatado pelo Observatório para a Defesa dos Direitos e Liberdade (Esculca, 2020), os corpos dos indígenas foram encontrados com sinais de tortura, incluindo braços e pernas quebradas, além de mutilações nas orelhas. Levados ao Hospital Regional de Cáceres, já estavam sem vida.

A violência sofrida pelos Chiquitanos revela o cenário de vulnerabilidade em que essas comunidades se encontram, mesmo diante de sua organização e esforços para manter suas tradições e para o autoconsumo. Essa trágica ação relatada ressalta a persistência da violência contra os povos indígenas no Brasil, exigindo urgência em garantir medidas efetivas para proteger os direitos fundamentais dessas comunidades (CIMI, 2021, p. 9).

Os Chiquitanos de Mato Grosso, como muitos outros povos indígenas, enfrentam uma realidade profundamente marcada pelo avanço do agronegócio, que se expande frequentemente à custa de suas terras e tradições. Grandes proprietários de terras e empresas agrícolas frequentemente invadem e desmatam seus territórios, buscando expandir suas atividades, enquanto a exploração desenfreada dos meios naturais e a grilagem de terras se tornam ameaças constantes.

Nesse contexto, as comunidades Chiquitanas veem seus direitos territoriais sendo violados, e sua vulnerabilidade aumenta à medida que o agronegócio intensifica suas pressões. Não se trata apenas da perda de território, mas de uma invasão das formas de vida e das culturas indígenas, que há séculos são sustentadas por suas relações com a terra e o meio ambiente.

O impacto do agronegócio vai além da perda de território, ameaçando as bases da sobrevivência e da identidade dos Chiquitanos, forçando-os a lutar não só pela preservação de suas terras, mas também pela manutenção de seu modo de vida. A luta pela terra se transforma, assim, em um grito por justiça e respeito à autonomia dos povos indígenas, que são constantemente desconsiderados pelos interesses do mercado, que tratam suas terras e culturas como meros obstáculos ao lucro.

### 3.3 - Ribeirinhos

Os ribeirinhos, embora compartilhem certas características com os camponeses, possuem uma relação singular com o território. Enquanto os camponeses dependem majoritariamente da agricultura para o para o autoconsumo dos ribeirinhos têm a pesca como principal fonte de recursos, estabelecendo um vínculo direto com o rio. Esse modo de vida está amparado pelo Decreto Presidencial n.º 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reforçando a necessidade de reconhecer e proteger seus direitos, práticas culturais e formas de sustento.

Em Cáceres, destacam-se as comunidades ribeirinhas da Caiçara, Porto Limão e Comunidade de João José, todas situadas às margens do Rio Paraguai. A proximidade com o rio define suas estratégias de sobrevivência, tornando-as altamente frágeis às mudanças ambientais e econômicas, como o impacto da expansão agrícola e da monocultura de soja na região. Embora não sejam diretamente agricultores, os ribeirinhos enfrentam desafios similares aos camponeses em termos de acesso à terra, direito à permanência e defesa de seus modos de vida tradicionais.

A discussão sobre a classificação das comunidades ribeirinhas como camponesas exige uma análise ampliada do conceito de campesinato, que transcende a agricultura como único meio de sustento. Autores como Shanin (2005) argumentam que o campesinato pode abranger diversas formas de relação com o território, incluindo práticas sustentáveis, como a pesca e a coleta. Nesse contexto, as comunidades ribeirinhas compartilham com os camponeses não somente o vínculo com a terra, mas também o enfrentamento das pressões de modelos produtivos intensivos e predatórios, que ameaçam tanto seus territórios quanto suas formas de vida.

Brandão e Borges (2014) oferecem uma visão complementar ao descrever as comunidades tradicionais como o “lugar humano da vida”. Para os autores, essas comunidades são espaços sociais profundamente conectados à natureza, seja por meio da transformação dela ou pela vivência imersiva em seus recursos. Nesses territórios, os indivíduos constroem suas vidas e dão sentido a elas, desenvolvendo uma identidade própria e uma relação singular com o meio ambiente. Caracterizam-se pela autonomia, pela ligação ancestral com a terra,

pela memória de lutas históricas e pela resistência constante às ameaças contemporâneas de exploração e reorganização social.

Compreender a relação entre as comunidades ribeirinhas e o campesinato demanda um olhar que valorize as diversas formas de uso e apropriação do território. Ainda que não sejam enquadradas rigidamente como camponesas, essas comunidades partilham com o campesinato desafios estruturais, como a luta pela terra, a preservação de suas culturas e a resistência frente a um modelo econômico que privilegia a grande propriedade e a monocultura. Assim, mais do que uma questão de classificação, trata-se de reconhecer suas práticas e lutas como essenciais à defesa de modos de vida sustentáveis e inclusivos.

### **3.4 - Assentamento**

Conforme definição do INCRA (2020), um assentamento de reforma agrária é constituído por um conjunto de unidades agrícolas implantadas em uma propriedade rural, sendo cada lote atribuído a uma família de agricultores ou trabalhadores rurais sem condições econômicas de adquirir terras por conta própria. Esses assentamentos desempenham um papel estratégico na redistribuição de terras no Brasil, contribuindo para a promoção da função social da propriedade rural.

Esterci, Franco e Leite (1994) definem os assentamentos rurais como áreas agrícolas criadas pelo governo, sob coordenação do INCRA, em regiões que anteriormente não cumpriam sua função social. Assim, esses espaços têm como principal objetivo corrigir desigualdades históricas de acesso à terra, permitindo que as famílias beneficiadas cultivem e residam nas áreas redistribuídas. Para os autores, os assentamentos rurais cumprem um papel fundamental na tentativa de mitigar a concentração fundiária e possibilitar o desenvolvimento econômico e social das comunidades assentadas.

Ainda segundo o INCRA (2020), as famílias beneficiadas pelos assentamentos devem residir e utilizar produtivamente o lote, o que pode envolver atividades diversificadas de cultivo, pecuária ou extrativismo. Cada lote representa uma unidade familiar em seu respectivo município, e a gestão das demandas e benefícios desses assentamentos cabe às esferas governamentais competentes.

Este modelo de assentamento pretende não somente dar acesso à terra para famílias que, de outra forma, não teriam condições de adquiri-la, mas também incentivar o desenvolvimento econômico e social dessas comunidades rurais, contribuindo para a diminuição da desigualdade e para o fortalecimento da agricultura camponesa. Assim, como evidencia Farias:

Os homens e mulheres chegam aos assentamentos e trazem histórias de vida que se apresentam como forte definidor das estratégias familiares, (re) estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes, com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperanças de alcançarem dias melhores (Farias, 2008, p. 152).

No entanto, a construção do espaço dos assentamentos não ocorre sem desafios. Esse processo é marcado tanto por relações de solidariedade quanto por desencantos, especialmente quando os projetos familiares enfrentam dificuldades em se adaptar às novas condições (Farias, 2008).

Em Mato Grosso, estado conhecido pela expressiva expansão do agronegócio, os assentamentos rurais encontram-se sob constante pressão. A busca por áreas destinadas à monocultura em larga escala, como a soja, e pela pecuária intensiva colide frequentemente com os direitos das comunidades assentadas. Essas atividades, alicerçadas em um modelo produtivo voltado à exportação, disputam territórios com os assentamentos e degradam meios naturais essenciais à sobrevivência dessas comunidades.

A expansão do monocultivo diante do crescimento do agronegócio, intensifica os conflitos relacionados à terra e enfraquece as chances de permanência das famílias nos assentamentos. Além disso, práticas como o uso excessivo de agrotóxicos e a mecanização intensa afetam diretamente a saúde e a qualidade de vida dos assentados. Nesse contexto, as comunidades assentadas enfrentam o desafio de fortalecer sua produção e a luta contra o desmantelamento de políticas públicas voltadas para a reforma agrária.

Assim, os assentamentos rurais em Mato Grosso, sendo espaços de luta e esperança, também se tornam cenários de tensões sociais e econômicas, onde o conflito entre os interesses do agronegócio e o direito à terra continua sendo um tema central. Esses conflitos evidenciam a urgência de políticas públicas

mais eficazes para proteger as famílias assentadas e assegurar a sustentabilidade de seus modos de vida.

A diversidade das comunidades descritas reflete não somente sua riqueza cultural e histórica, mas também as profundas diferenças na forma como o território é apropriado e disputado. Esses grupos — quilombolas, indígenas Chiquitanos, ribeirinhos e assentados — compartilham um vínculo especial com a terra, que transcende o aspecto material e incorpora dimensões culturais, sociais e de sobrevivência. Para essas comunidades, a terra é mais do que um recurso; é um elemento central de sua identidade, sustento e tradições. Em contrapartida, o agronegócio e os grandes latifúndios adotam uma perspectiva utilitarista, enxergando a terra como um ativo econômico a ser explorado intensivamente, consolidando um modelo de produção voltado à exportação, baseado em monoculturas e mecanização intensiva.

### **3.5 - Contrastes entre Áreas de Produção: Dinâmicas e Desigualdades**

Os contrastes nas áreas de produção agrícola e pecuária são evidentes, especialmente ao analisarem as destinações e os tamanhos das propriedades rurais. Em regiões como Cáceres e Poconé, a discrepância entre pequenos lotes familiares e grandes propriedades é marcante, refletindo as desigualdades estruturais no acesso à terra.

Nos 15 assentamentos visitados nessas localidades, as famílias entrevistadas possuem lotes com dimensões médias variando entre 10 e 20 hectares. Essa realidade contrasta fortemente com a existência de fazendas de grande escala, como a Fazenda Santa Rosa, em Cáceres, com impressionantes 103.037,22 hectares, e a Fazenda Rio Alegre, em Poconé, com 87.945,08 hectares, conforme dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Esses números ilustram a desproporção no uso e na concentração da terra. Enquanto os camponeses enfrentam limitações para expandir sua produção e consolidar a sustentabilidade de seus lotes, as grandes propriedades monopolizam vastas áreas, frequentemente voltadas à pecuária extensiva ou monoculturas voltadas à exportação. Essa dinâmica reforça desigualdades socioeconômicas locais, influenciando tanto o mercado de trabalho rural quanto o acesso a meios naturais, como água e solo fértil.

Os dados do IBGE evidenciam que os camponeses detêm apenas 24,3% da área total de terras no Brasil, mas são responsáveis por uma parcela significativa do PIB agropecuário. Eles produzem 100% das verduras, 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves, 46% do milho e 38% do café, entre outros produtos. Além disso, nas pequenas propriedades, 74,4% dos trabalhadores do campo estão empregados, com uma média de 15 trabalhadores a cada 100 hectares.

Esses números, extraídos do Censo Agropecuário de 2006, foram utilizados devido ao seu detalhamento abrangente, que ilustra a relevância econômica e social da agricultura familiar no Brasil. Embora o Censo Agropecuário de 2017 forneça informações atualizadas, ele não apresenta dados tão específicos sobre a contribuição de cada cultura e atividade, reforçando a importância de se recorrer a estatísticas anteriores para um panorama mais detalhado.

Fabrini (2014, p. 97-98) apontava que o agronegócio dispunha de cerca de R\$ 136 bilhões. No entanto, dados mais recentes indicam que, com o lançamento do novo Plano Safra, o agronegócio agora conta com R\$ 401 bilhões destinados a investimentos. Apesar desse volume expressivo de recursos, o setor emprega apenas 25,6% dos trabalhadores rurais, com uma média de apenas 1,7 pessoas ocupadas a cada 100 hectares. Essa discrepância ressalta a importância da agricultura familiar para a economia agropecuária do Brasil. Mesmo com recursos mais limitados, os camponeses desempenham um papel crucial na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico do país, reforçando sua relevância na composição do PIB agropecuário.

O contraste existente nesses dados evidencia os desafios enfrentados pelas famílias assentadas, que precisam otimizar suas pequenas áreas para garantir uma produção voltada para o autoconsumo, muitas vezes em condições adversas, enquanto as grandes propriedades, amparadas por incentivos governamentais e crédito agrícola, operam em larga escala. Essas diferenças reforçam a urgência de políticas públicas que busquem equidade no uso da terra e incentivem práticas agrícolas sustentáveis para pequenos produtores.

A Figura 12 ilustra de maneira contundente a disparidade entre dois distintos modelos de produção agrícola. Na parte superior, destaca-se uma

fração da vasta Fazenda Grendene, situada no município de Cáceres. Trata-se de um latifúndio voltado à criação de gado e ao cultivo de soja em larga escala, marcado pela intensiva mecanização e pela prática da monocultura. Em contraste, na parte inferior da imagem, observa-se o assentamento Facão, uma área consideravelmente menor, dedicada principalmente à agricultura de para o autoconsumo e à produção familiar camponesa, com características que enfatizam a diversidade e a pequena escala.

A comparação visual entre essas duas realidades ressalta diferenças marcantes tanto na extensão territorial quanto nas práticas produtivas. Enquanto o latifúndio prioriza operações mecanizadas e monoculturas orientadas para o mercado externo, o assentamento sobrevive com métodos mais diversificados, baseados em trabalho intensivo e visando atender às necessidades locais.

Figura 12 - Latifúndio (Fazenda Grendene) e assentamento (Facão/Cáceres): contrastes produtivos



Fonte: A autora, 2021.

Os contrastes nas áreas de produção agrícola e pecuária são evidentes, especialmente ao analisarem as destinações e os tamanhos das propriedades rurais. Em regiões como Cáceres e Poconé, a discrepância entre pequenos lotes familiares e grandes propriedades é marcante, refletindo as desigualdades estruturais no acesso à terra.

Nos 15 assentamentos visitados nessas localidades, as famílias entrevistadas possuem lotes com dimensões médias variando entre 10 e 20 hectares. Essa realidade contrasta fortemente com a existência de fazendas de grande escala, como a Fazenda Santa Rosa, em Cáceres, com impressionantes 103.037,22 hectares, e a Fazenda Rio Alegre, em Poconé, com 87.945,08 hectares, conforme dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Esses números ilustram a desproporção no uso e na concentração da terra. Enquanto os camponeses enfrentam limitações para expandir sua produção e consolidar a sustentabilidade de seus lotes, as grandes propriedades monopolizam vastas áreas, frequentemente voltadas à pecuária extensiva ou monoculturas voltadas à exportação. Essa dinâmica reforça desigualdades socioeconômicas locais, influenciando tanto o mercado de trabalho rural quanto o acesso a meios naturais, como água e solo fértil.

Os dados do IBGE evidenciam que os camponeses detêm apenas 24,3% da área total de terras no Brasil, mas são responsáveis por uma parcela significativa do PIB agropecuário. Eles produzem 100% das verduras, 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 50% da carne de aves, 46% do milho e 38% do café, entre outros produtos. Além disso, nas pequenas propriedades, 74,4% dos trabalhadores do campo estão empregados, com uma média de 15 trabalhadores a cada 100 hectares.

Esses números, extraídos do Censo Agropecuário de 2006, foram utilizados devido ao seu detalhamento abrangente, que ilustra a relevância econômica e social da agricultura familiar no Brasil. Embora o Censo Agropecuário de 2017 forneça informações atualizadas, ele não apresenta dados tão específicos sobre a contribuição de cada cultura e atividade, reforçando a importância de se recorrer a estatísticas anteriores para um panorama mais detalhado.

Fabrini (2014, p. 97-98) apontava que o agronegócio dispunha de cerca de R\$ 136 bilhões. No entanto, dados mais recentes indicam que, com o

lançamento do novo Plano Safra, o agronegócio agora conta com R\$ 401 bilhões destinados a investimentos. Apesar desse volume expressivo de recursos, o setor emprega apenas 25,6% dos trabalhadores rurais, com uma média de apenas 1,7 pessoas ocupadas a cada 100 hectares. Essa discrepância ressalta a importância da agricultura familiar para a economia agropecuária do Brasil. Mesmo com recursos mais limitados, os camponeses desempenham um papel crucial na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico do país, reforçando sua relevância na composição do PIB agropecuário.

O contraste existente nesses dados evidencia os desafios enfrentados pelas famílias assentadas, que precisam otimizar suas pequenas áreas para garantir a produção de alimentos, muitas vezes em condições adversas, enquanto as grandes propriedades, amparadas por incentivos governamentais e crédito agrícola, operam em larga escala. Essas diferenças reforçam a urgência de políticas públicas que busquem equidade no uso da terra e incentivem práticas agrícolas sustentáveis para pequenos produtores.

A Figura 12 ilustra de maneira contundente a disparidade entre dois distintos modelos de produção agrícola. Na parte superior, destaca-se uma fração da vasta Fazenda Grendene, situada no município de Cáceres. Trata-se de um latifúndio voltado à criação de gado e ao cultivo de soja em larga escala, marcado pela intensiva mecanização e pela prática da monocultura. Em contraste, na parte inferior da imagem, observa-se o assentamento Facão, uma área consideravelmente menor, dedicada principalmente à agricultura para o autoconsumo e à produção familiar camponesa, com características que enfatizam a diversidade e a pequena escala.

A comparação visual entre essas duas realidades ressalta diferenças marcantes tanto na extensão territorial quanto nas práticas produtivas. Enquanto o latifúndio prioriza operações mecanizadas e monoculturas orientadas para o mercado externo, o assentamento sobrevive com métodos mais diversificados, baseados em trabalho intensivo e visando atender às necessidades locais.

### **3.6 - Conflitos presentes no Alto Pantanal mato-grossense decorrência da expansão do agronegócio**

A expansão do agronegócio no Alto Pantanal Mato-Grossense tem sido um vetor central de conflitos fundiários, ambientais e sociais, especialmente em regiões como Cáceres e Poconé. O avanço da monocultura agrícola e da pecuária intensiva, frequentemente associado à concentração fundiária e à degradação ambiental, redefine as dinâmicas territoriais, pressionando tanto os camponeses assentados quanto as comunidades tradicionais. Esses conflitos refletem um embate direto entre modelos produtivos: de um lado, o agronegócio voltado à exportação, com forte apoio tecnológico e financeiro; de outro, formas de vida que priorizam a agricultura familiar, a sustentabilidade e a convivência harmônica com o bioma pantaneiro.

É oportuno destacar que esta pesquisa se limita aos municípios de Cáceres e Poconé, dada a sua relevância no contexto regional. Essas localidades se destacam tanto pelo elevado número de assentamentos rurais quanto pela expressiva produção de soja em larga escala. Suas características fazem desses municípios um recorte estratégico para a análise, ao exemplificarem de forma emblemática os conflitos e os impactos da expansão do agronegócio no Alto Pantanal, possibilitando uma abordagem mais focada e contextualizada sobre as dinâmicas fundiárias e produtivas da região.

Girardi e Fernandes (2009, p. 339) distinguem claramente entre conflito e violência. Segundo os autores, o conflito refere-se à reação à tentativa de controle capitalista sobre os meios de produção, surgindo como a criação de espaços de resistência visando transformar uma realidade que não está sob domínio do capital. A violência, por sua vez, é caracterizada como uma resposta ao conflito, expressando-se por meio da destruição física ou moral das pessoas envolvidas. Os autores ressaltam que tanto o conflito quanto a violência são, simultaneamente, causa e consequência do confronto entre diferentes territórios, sejam eles materiais ou imateriais, em um processo contínuo de disputas. Essa distinção é essencial para compreender as dinâmicas de poder no campo, onde movimentos sociais e camponeses lutam não somente pela posse da terra, mas também por autonomia e dignidade frente às forças opressivas do capitalismo. A análise de Girardi e Fernandes ilumina a complexidade dessas interações e a importância de reconhecer as diversas formas de resistência e repressão que moldam as lutas no campo brasileiro.

Conforme definem Dantas e Feliciano (2023), os conflitos territoriais expressam as ações de territorialização dos sujeitos no espaço. No Alto Pantanal mato-grossense, tais conflitos se caracterizam pela disputa e controle da terra e dos meios naturais entre diferentes atores sociais. Desvelar os conflitos nesta região é um fator preponderante para analisar como ocorre o avanço capitalista sobre territórios tradicionalmente ocupados, expondo a centralidade da questão da terra nesses embates. Silva e Sato (2014) destacam que os camponeses não estão sendo expropriados pacificamente; pelo contrário, a resistência dos atingidos é contínua, manifestando-se por meio de mobilizações, protestos e denúncias contra a apropriação de territórios e identidades culturais pelas classes hegemônicas.

A resistência dos camponeses se articula, principalmente, por meio da reivindicação de políticas públicas que assegurem a permanência das comunidades tradicionais. Em Cáceres e Poconé, essas disputas envolvem não apenas a terra, mas também a luta contra a degradação ambiental promovida pela monocultura da soja, que se expande em função da concentração fundiária e do baixo preço da terra. Como evidencia Fernandes et al. (2020), no ano de 2019, a reforma agrária sofreu a maior retração desde 1985, com apenas três assentamentos criados em todo o país, nenhum dos quais em Mato Grosso. Além disso, apenas dois territórios quilombolas foram reconhecidos, ambos já previamente delimitados.

Essa retração nas políticas de reforma agrária e de reconhecimento quanto à diversidade reflete a negligência governamental em relação à questão agrária e ao reconhecimento das comunidades tradicionais e camponesas. Martins (1984, p. 77) destaca que as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado são frequentemente vistas como resistências ao desenvolvimento capitalista, condenadas ao fracasso. No entanto, essas lutas revelam a resistência contra o avanço de um modelo de desenvolvimento que desconsidera as necessidades e os direitos das populações locais.

No contexto do Pantanal mato-grossense, o avanço da monocultura da soja, em uma região historicamente vista como inadequada para tal empreendimento, tem intensificado a concentração fundiária, acentuado a exploração econômica e promovido a destruição da biodiversidade e das

culturas locais. Rossetto e Dalla Nora (2018) argumentam que a transformação do Pantanal em uma nova fronteira agrícola nacional foi motivada pela baixa valorização das terras, favorecendo a expansão da soja e, conseqüentemente, o aumento dos conflitos fundiários.

Como elucida Martins (1986, p. 6), “O arame farpado vai cercando tudo, vai tirando cada um de seu lugar. E no verão já não há terra para plantar, rio para pescar, mata para caça”. Nesse sentido, o autor revela a restrição de acesso à terra, aos rios e às matas, prejudicando a produção de alimentos das comunidades locais, que dependem desses recursos para agricultura e outras atividades essenciais. Martins enfatiza que essa transformação do espaço rural, promovida pela modernização e pela expansão de práticas agrícolas intensivas, desestabiliza a vida dos camponeses. Ao retratar essas conseqüências, o autor evidencia a pressão exercida sobre as populações rurais, frequentemente marginalizadas pelo avanço do agronegócio, o que agrava ainda mais os desafios enfrentados pelos camponeses.

Com o intuito de aprofundar a análise, a seguir destacamos os principais conflitos identificados na região de estudo. Esses conflitos afetam diretamente a produção de alimentos de inúmeros camponeses que dependem da agricultura e da vida no campo. A compreensão dessas disputas é fundamental para desvendar as tensões entre as forças capitalistas, representadas pelo agronegócio, e as comunidades rurais, que lutam por autonomia e pelo acesso à terra e aos meios naturais essenciais à sua sobrevivência. Identificar e analisar esses conflitos permite compreender as dinâmicas de resistência e os desafios enfrentados pelos camponeses na busca por justiça social e sustentabilidade econômica.

Esses conflitos estão relacionados ao crescimento do agronegócio, como foi explicado no capítulo 2, onde a terra assume um papel central. A luta pela terra e pela permanência nela é fundamental, uma vez que o capital, especialmente o agronegócio da soja, necessita da expropriação dos camponeses do Alto Pantanal para expandir suas atividades. Além disso, essa expansão só é possível porque a terra em Mato Grosso é barata e concentrada nas mãos de poucos. Se a estrutura fundiária da região fosse baseada em pequenas propriedades, a expansão da soja, bem como os conflitos, provavelmente não teria a mesma magnitude.

### 3.6.1 - Intimidações e ameaças graves contra os Camponeses

Os camponeses que vivem e resistem no campo, especialmente aqueles localizados em áreas de intensa pressão latifundiária, enfrentam diversas formas de violência e intimidação. Como relatado por uma assentada quilombola de Poconé, a crescente presença do agronegócio e a disputa por terras intensificam esses conflitos. Segundo Martins (1986, p. 11), o avanço do capital no campo acirra as contradições, consolidando práticas de grilagem, injustiça e brutalidade, mesmo que, em princípio, a acumulação capitalista não dependa da violência direta. No entanto, como observa o autor, a lógica contraditória do capitalismo frequentemente recorre à violência para garantir a expansão territorial e a acumulação de capital. Essa prática remonta à acumulação primitiva, na qual a violência e a expropriação foram instrumentos essenciais para a apropriação de terras e recursos.

A violência contra os camponeses manifesta-se por meio de ameaças diretas à vida, intimidações constantes e tentativas de fraude fundiária. Depoimentos de uma assentada no Capão Verde, município de Poconé, ilustram concretamente essa dura realidade, onde os camponeses são constantemente desafiados e ameaçados, não somente em suas propriedades, mas também em suas formas de vida e organização. Esses relatos evidenciam a intensidade dos conflitos, revelando como o avanço de interesses ligados ao agronegócio coloca em risco a segurança e a dignidade das famílias que habitam e resistem nesse território.

Já recebemos até ameaças de morte aqui, porque meu esposo é presidente da associação. Fiquei muito assustada e pensamos em abandonar tudo, principalmente por causa das nossas crianças pequenas. Porém, desistir seria partir sem rumo, pois como iríamos para a cidade sem nenhuma experiência? Não temos estudos suficientes para buscar emprego lá. Recebemos ameaças de grileiros, que disseram que iam matar todos nós." (Camponês do Assentamento Capão Verde, Poconé, 2022).

As ameaças enfrentadas por aqueles que vivem em regiões de forte presença latifundiária são frequentes e intimidam as comunidades locais. A pressão dos grileiros, frequentemente respaldada por discursos que desvalorizam a produção camponesa, busca justificar a expropriação das terras. Sob o argumento de que os camponeses não utilizam toda a área disponível, os

grileiros tentam expandir suas propriedades. Conforme relatado por uma das entrevistadas, essa estratégia consiste em adquirir pequenas porções de terra e, gradualmente, avançar sobre as áreas vizinhas, desconsiderando os direitos dos assentados e impondo ameaças diretas. O latifúndio opera de maneira estratégica e, muitas vezes, violenta, para ampliar suas posses, desrespeitando acordos e tradições locais.

A apropriação de terras por eles funciona assim: a pessoa compra uma pequena parcela e, depois, tenta expandir, querendo tomar o restante das terras, avançando sobre nós. Antigamente, eles tinham mais respeito pelos mais velhos daqui, mas depois que esses faleceram, a situação ficou muito mais difícil. Agora, eles nos enfrentam diretamente, tentando tirar nossas terras, dizendo que não temos condições de plantar." (Camponês do Assentamento São Gonçalo II, Poconé, 2022).

O relato foi fornecido por famílias quilombolas que, embora tenham suas terras formalmente reconhecidas como territórios quilombolas, estão registradas como assentadas de reforma agrária pelo INCRA (2017). Nesse espaço compartilhado, cada família possui uma parcela de terra individual. No entanto, nem todas têm condições financeiras adequadas para assegurar a produção agrícola, uma situação que foi ainda mais agravada pela severa seca que afetou a região, somada aos impactos econômicos causados pela pandemia de 2020/2021. Atualmente, muitas dessas famílias dependem de doações e do apoio mútuo para garantir sua sobrevivência.

Conforme argumenta Martins (1986, p. 67), o processo de luta pela terra está estruturado em torno de um eixo central que confere significado a todas as disputas fundiárias: a posse da terra, o direito de propriedade e a classe social que exerce esse direito, geralmente monopolizando-o. Essa realidade é observada tanto entre os latifundiários, que utilizam muitas vezes suas terras ineficientemente, transformando-as em instrumentos de poder, quanto entre os empresários capitalistas modernos, que, apesar de não terem vínculos históricos com o meio rural, se tornaram grandes proprietários de terras. Embora o proprietário seja caracterizado como um típico capitalista moderno, ele não consegue escapar da contradição inerente entre sua condição de capitalista e a de rentista.

Aqui são terras quilombolas, e o que queremos é uma proteção maior para evitar a invasão dos grileiros. Já enfrentamos muitas lutas para permanecer aqui. Os grileiros desejam nossas terras, onde cultivamos, para transformá-las em pasto. Eles costumam dizer: 'Ah! Mas vocês não conseguem nem têm condições de trabalhar em toda a terra.'" (Camponês do Assentamento Capão Verde, Poconé, 2022).

A forte presença do latifúndio, sustentada pela pecuária extensiva e pelo agronegócio, recorre a práticas violentas para expandir suas terras, propagando o medo entre os camponeses. Os latifundiários, amparados pela narrativa de que os camponeses seriam incapazes de produzir de maneira eficiente e, portanto, não necessitariam de terras, buscam incitar o abandono ou a venda dessas propriedades, favorecendo a concentração fundiária nas mãos de grandes proprietários.

A entrevistada do assentamento Capão Verde relembra as violências que enfrentaram, trazendo à memória um período de luta e temor que ainda persiste, enquanto buscam manter a posse das terras de seus antepassados. Um dos principais anseios e lutas da comunidade é a obtenção da posse formal e da certificação da área, para garantir que os grileiros não tentem invadir novamente e que a comunidade não sofra mais com tentativas de fraudes, como já ocorreu.:

A nossa terra é muito antiga e não possui documentos que comprovem a propriedade. Um dia, um homem veio até aqui e disse que poderia nos ajudar a regularizar a situação, alegando que, por ser uma terra tão antiga, haveria muitos processos a serem resolvidos. Ele pegou o único documento que tínhamos sobre a terra e, ao fazer isso, trouxe uma série de grileiros para cá e acabou com os nossos documentos. Fez com que meu avô e minha avó, que não sabiam ler, assinassem um papel como se estivessem doando a terra para ele. Depois, descobrimos que ele era dono de um cartório em Cuiabá. Com o passar do tempo, ele voltou com uma cópia do contrato, mostrando que meus avós haviam transferido a terra para ele, alegando que não havia ninguém para herdar a propriedade. Foi uma luta imensa para provar que tínhamos sido enganados. Os grileiros ocuparam a parte da terra onde trabalhávamos, destruíram tudo e construíram currais, colocando gado onde antes cultivávamos. Eles cercaram nossas plantações. Com muito esforço, conseguimos uma liminar, e o juiz ordenou que eles deixassem a propriedade. No entanto, ainda estamos lutando para permanecer aqui." (Camponês do Assentamento do Capão Verde, Poconé, 2022).

Os relatos evidenciam a luta dos camponeses que, para preservar o direito de viver na terra que pertence a eles e aos seus antepassados, enfrentam constantes

ameaças e intimidações. Um assentado de São Gonçalo II (2021) compartilha: “Esse fazendeiro me liga de madrugada, dizendo que, se eu voltar para o meu sítio, ele vai me matar. Nossas crianças ficaram dias sem ir para a escola, com medo.”

O latifúndio persiste no campo mato-grossense como um dos pilares da estrutura regional, inserido na lógica capitalista de produção que sustenta o agronegócio. A terra, enquanto recurso estratégico, torna-se o principal elemento em disputa, uma vez que a concentração fundiária é essencial para a expansão da monocultura e da pecuária extensiva. Essa lógica de apropriação de terras concentra o poder nas mãos de grandes proprietários, que se legitimam por meio de ações violentas e coercitivas para ampliar suas posses. Conforme destaca a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “a grilagem de territórios tradicionais não se limita às terras indígenas, mas também atinge os quilombolas reconhecidos ou em fase de reconhecimento” (CPT, 2020, p. 120).

Outro entrevistado relembra o processo de luta pela terra na região, destacando sua participação na primeira ocupação no município. Ele explica como essas ocupações se tornaram instrumentos fundamentais para que suas reivindicações fossem ouvidas, viabilizando a criação dos primeiros assentamentos. No entanto, esse processo não foi pacífico; a luta enfrentou a resistência do latifúndio, que recorreu a ações violentas, resultando em intensos conflitos pela posse da terra.

Essa comunidade enfrentou 12 reintegrações de posse, algumas das mais violentas que se pode imaginar. Policiais vieram por terra e por ar, usando helicópteros, todos armados e apontando suas armas para nós. O clima de terror era tão intenso que havia pessoas se escondendo debaixo das camas, paralisadas de medo. As formas de violência eram variadas, incluindo o uso de cães pela polícia. Em uma das reintegrações na Fazenda Grendene, mobilizaram 1.200 policiais, incluindo cavalaria, tropas de choque e todo tipo de segurança estatal para uma terra que é pública, que deveria pertencer aos trabalhadores. Parte da fazenda foi resultado de invasão e apropriação de terra pública; eles controlam quase 30 mil hectares, dos quais possuem documentação para apenas uma parte, enquanto boa parte da terra não está regularizada." (Camponês do Assentamento do Margarida Alves, Cáceres, 2021).

O entrevistado relata um evento significativo ocorrido em 2003, quando integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocuparam uma parte da fazenda em questão. Segundo o MST, dos 33 mil hectares da propriedade, somente 500 estão legalizados (Diório, *Jornal Oeste*, 2003). Essa

ocupação destacou a necessidade urgente de regularização fundiária e a luta por justiça social, evidenciando a disparidade entre a extensão das terras e a documentação legal que as ampara. A atuação do MST não apenas buscou assegurar direitos aos trabalhadores sem-terra, mas também evidenciou as deficiências no sistema de gestão fundiária, que frequentemente privilegia a concentração de terras em detrimento da inclusão social e da efetivação da reforma agrária.

Estamos diante da rebeldia os camponeses no campo e na cidade. Na cidade no campo estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam acampam, plantam, recuam rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais que lutam por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (Oliveira, 2023 p. 115).

O movimento camponês, portanto, não se limita a responder a injustiças imediatas, mas busca uma transformação estrutural que desafie a organização vigente. É evidente que o latifúndio recorre frequentemente a práticas de intimidação, ameaças e até violência direta contra aqueles que se posicionam como obstáculos à sua expansão. Esses métodos visam desestabilizar e coagir pequenos proprietários, assentados e comunidades tradicionais, forçando-os a abandonar suas terras ou a vendê-las por valores bem abaixo do mercado. Além disso, fraudes documentais e jurídicas são comumente empregadas para obter a posse de terras de maneira ilegal, especialmente por meio da grilagem, que envolve a falsificação de documentos para legitimar a apropriação de territórios. Esses mecanismos não só reforçam o controle sobre a terra, como também intensificam os conflitos fundiários na região.

### **3.6.2 - Conflitos por apropriação irregular de terras públicas**

Desde o início do processo de colonização portuguesa, o Brasil consolidou o latifúndio com a grilagem de terras. Como evidencia Oliveira (2010, p. 38), até o final do século XX, houve dois momentos de legalização da grilagem em larga escala no país: o primeiro por meio da Lei de Terras de 1850 e o segundo pelo Decreto de 1931, durante a Era Vargas.

A definição do termo “grilagem”, segundo Oliveira e Salles (2009), consiste em um processo ilegal pelo qual um indivíduo se apropria de terras públicas. Geralmente, o grileiro toma posse de uma terra pública e extrai sua renda fundiária, além de obter lucro com a venda ilegal da propriedade. O autor esclarece que este é um processo típico do capitalista rentista brasileiro, que se enriquece sem realizar uma produção efetiva, especialmente quando a terra é adquirida sem nenhum custo, como ocorre na grilagem.

Nesse contexto, é importante destacar que esse fato já foi evidenciado no item anterior, onde relatos de um entrevistado ilustram as práticas comuns entre fazendeiros da região para expandir suas posses de terras. A prática envolve a posse de uma área específica e a gradual ampliação de seus limites, resultando na apropriação de extensões de terras crescentes. O processo de ocupação da Fazenda Grendene pelo MST em 2003 foi amplamente noticiado pelos principais jornais da região. Uma matéria publicada pelo jornal “Diário de Cuiabá” destacou a mobilização de cerca de 300 policiais militares para cumprir o mandado de reintegração de posse da Fazenda Ressaca (atualmente conhecida como Grendene), em Cáceres. Essa operação policial ilustra a violência e a força que cercam o conflito por terras, evidenciando como os camponeses, ao reivindicarem seus direitos, enfrentam não somente os latifundiários, mas também o aparato estatal que sustenta a desigualdade de poder na luta pela terra.

Durante a ocupação, estavam presentes 2.600 famílias, totalizando 4.000 pessoas, entre elas 400 crianças. Isso representou a maior ocupação do MST em Mato Grosso na época. A reportagem cita que o MST justificou a ocupação alegando que, dos 36 mil hectares da fazenda, apenas 540 possuíam titulação regular, enquanto o restante seria composto por terras da União, plenamente passíveis de reforma agrária.

A Fazenda Agropecuária Grendene, atualmente com uma área de 35.382,15 hectares (INCRA, 2014), ocupa uma extensão superior ao perímetro urbano de Cáceres, que abrange 24.538,479 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017). No contexto da luta pela terra, camponeses recordam os momentos de terror vividos durante o processo de resistência nesta região:

Nós acampamos em abril de 1996, dispostos a lutar, mesmo cientes dos riscos, especialmente após o massacre em Corumbiara. Todos estavam com medo, mas decidimos enfrentar a luta. O acampamento era imenso; para você ter uma ideia, quando foi feito o cadastro no INCRA, havia 1.500 famílias. Era como um formigueiro de gente. Acampamos no dia 8 de abril na fazenda Santa Amélia, e logo em seguida, no dia 17 de abril, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores foram mortos em um único dia. Isso gerou um clima de temor, e muitos decidiram ir embora, temendo que o mesmo acontecesse aqui. Durante todo esse período, vivemos sob uma constante sensação de medo; não suportávamos ver a polícia, pois sempre trazia a ameaça de despejo ou violência para acabar com o acampamento. Essa era a promessa: acabar com nossa luta. Mas, graças a Deus, decidimos permanecer e lutar, e hoje estamos aqui como assentados. O governo não deu terra a ninguém, ao contrário do que muitos pensam. Se não tivéssemos nos mobilizado, nada teria sido conquistado. O governo não nos deu casas; elas são o resultado de nossa luta. Estamos aqui em razão do sangue de muitos que sacrificaram suas vidas para que pudéssemos ter este espaço” (Camponês do Assentamento Margarida Alves, 2021).

Relatos de tentativas de fraudes processuais por fazendeiros da região foram evidenciadas em alguns relatos, principalmente em comunidade de assentados em processo de regulamentação. Os proprietários de terras, buscando expandir seus latifúndios, se valendo da baixa escolaridade de alguns camponeses para induzi-los a assinar falsas escrituras, resultando na perda de suas terras:

Em 2013, o neto do fazendeiro apareceu aqui com um contrato de parceria e convocou as pessoas para irem à fazenda dele. Ele disse: “Olha, eu tenho a escritura para ajudar vocês na terra, mas é para vocês virem sozinhos.” Eu não estava presente, pois estava em Cuiabá, e quatro pessoas foram à fazenda. Esses quatro não sabiam ler, e o neto do fazendeiro afirmou: “Isso aqui é a escritura das terras de vocês.” Ele, junto com o contador e mais alguns funcionários da fazenda, atuou como testemunha e entregou o contrato de parceria para que eles assinassem. Sem entender, eles assinaram. Porém, Deus é grande: após assinarem com o dedo, o fazendeiro disse para os outros: “Agora a terra aqui é nossa. Isso aqui não é escritura, é um contrato.” Isso ocorreu num sábado, e, no domingo, ele já havia levado uma máquina para derrubar as casas. Nós temos uma casa lá com mais de 100 anos. Quando vi o documento, percebi que não era uma escritura, mas sim um contrato de parceria que lhe concedia o direito de expulsar as pessoas a qualquer momento. (Camponês do Assentamento São Gonçalo II, Poconé, 2021).

Buhler, Zucherato e Izecksohn (2023, p. 4) explicam que a grilagem se consolida uma prática lucrativa de controle da terra, multiplicando-se o número de posseiros, grileiros e proprietários. O progressivo adensamento da estrutura agrária sob áreas de agricultura já consolidada contribuindo para o avanço em direção a novas terras em áreas pouco cobçadas ou com baixa ocupação populacional.

É nas áreas de fronteira agrícola, onde o mercado fundiário é ainda balbuciante e a delimitação das propriedades muito imprecisa, que a grilagem se expressa com maior força e continua liderando, como no passado, a apropriação de terras. Nelas, o Estado não consegue conter a grilagem, por não ter um registro cartográfico completo das terras públicas, nem cadastro da delimitação precisa das propriedades privadas. (Buhler, Zucherato e Izecksohn, 2023, p. 4)

A grilagem é especialmente comum nas áreas de fronteira agrícola, onde a delimitação das propriedades é imprecisa e o Estado falha em exercer o controle sobre as terras públicas. Assim, como analisa Martins (1996, p. 30), a concepção de fronteira no contexto brasileiro desafia a visão linear e unidimensional. O autor entende a fronteira como um espaço de simultaneidade de diferentes tempos históricos, onde passado, presente e futuro se entrelaçam complexamente. Corroborando com as reflexões de Martins, a fronteira é um local de intensa dinâmica social, cultural e econômica, onde as contradições e conflitos são evidentes, contribuindo para avaliar os desafios presentes no campo brasileiro.

Portanto, é claro que a expansão da fronteira agrícola intensifica os conflitos relacionados às diferentes concepções sobre a terra. Ao entrevistar os assentados, torna-se evidente o valor que atribuem à luta coletiva e à união na conquista de seus lotes, afirmando com convicção que, sem essa mobilização, nada teria sido alcançado. Ressaltam ainda que, mesmo após terem sido assentados, a luta deve continuar em benefício daqueles que ainda não possuem terras para cultivar.

Mesmo depois do acesso à terra da terra nós continua na luta, até hoje. Infelizmente não são todos, mas eu me dedico a luta. Apesar de estamos num período de pandemia e nesse atual governo autorizando o armento de fazendeiro, então optamos por não colocar as pessoas em risco. A pistolagem tem aumentado ainda mais e isso para o governo de hoje é legal

fazer, legalizou o crime, a violência. Mas a luta continua, tem gente acampada e o movimento sem-terra é o movimento que tem mais gente acampada no Brasil (Camponês do Assentamento Roseli Nunes, 2021).

A continuidade da luta pela terra é fundamental para fortalecer aqueles que ainda permanecem sob a lona, sendo uma queixa recorrente entre os líderes do movimento: “Depois que conseguem sua terrinha, muitos não participam mais tanto, e isso enfraquece o movimento em prol de que nossos irmãos consigam também.” (Camponês do Assentado no Cinturão Verde, Cáceres, 2021).

Em suma, os conflitos pela apropriação irregular de terras públicas são uma questão histórica no Brasil, alimentados pela prática da grilagem e pela expansão da fronteira agrícola. A luta pela terra continua a ser uma necessidade urgente para garantir justiça e igualdade no campo, especialmente em benefício daqueles que ainda buscam conquistar suas terras, visando um futuro mais sustentável e seguro.

### **3.6.3 Conflitos em decorrência da utilização de trabalho análogo à escravidão**

Conflitos relacionados à exploração de trabalho análogo à escravidão também foram evidenciados na área de estudo, embora não ocorram diretamente nos assentamentos, mas sim em fazendas circunvizinhas. Mesmo que muitos casos aconteçam de forma velada, relatos de camponeses entrevistados, assim como reportagens publicadas em jornais, confirmam a presença dessas práticas na região. Essas ocorrências são particularmente frequentes nas grandes propriedades monocultoras, refletindo a persistência de relações de trabalho precárias e exploratórias no contexto agrário local.

Em resposta às denúncias, órgãos de fiscalização competentes libertarão pelo menos 40 trabalhando da Usina ALCOPAN, localizada no distrito Chumbo (comunidade tradicional quilombola) próximo a Poconé, em 2005. As denúncias mencionavam salários atrasados, trabalho degradante, alimentação e acomodações precárias oferecidas aos/às trabalhadores/as, muitos/as trazidos/as de outras regiões. Alguns trabalhadores tinham salários atrasados por mais de sete meses, alguns nunca chegaram a receber quantia alguma até o resgate (JusBrasil, 2023).

O sol do meio-dia é o horário mais insalubre em Mato Grosso, principalmente em agosto, período de intensa seca e queimadas. No distrito de Chumbo, em Poconé, a apenas 100 quilômetros da capital do estado, trabalhadores com facão na mão, rostos sujos e roupas rasgadas tentam se proteger do sol que arde sob suas cabeças. Alguns se abrigam numa freta de sombra ao lado do precário ônibus que trouxe para o canavial, outros improvisam cabanas feitas de canas. Sentados, eles dividem a pouca água que tem e aguardam esperançosos que a marmita do dia chegue. O grupo veio de Alagoas, dormem num alojamento apertado no Chumbo, sem condições sanitárias adequadas e estão há quatro meses sem receber salário. Não têm dinheiro para voltar para onde vieram (Foresti; T. Carta Capital, 2012).

Anos mais tarde, o portal JusBrasil relatou novas denúncias envolvendo a mesma usina, por manter 23 funcionários nas mesmas condições mencionadas anteriormente: “Encontramos uma situação de total irresponsabilidade da Alcopan. Na fiscalização, pouco mais de 40 funcionários operavam a planta industrial da empresa, quando o número necessário para a operação era superior a 140” (Procurador trabalhista apud JusBrasil, 2012). O conflito apresentado é derivado da expansão e do domínio do agronegócio e latifúndio nesta região.

Como demonstrado por Caetano, Mota e Bel (2023), as inúmeras denúncias de violações trabalhistas resultaram em uma ação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE) e a Polícia Civil. O objetivo dessa operação era tanto pressionar pela falência da empresa quanto garantir o ressarcimento dos direitos trabalhistas de seus funcionários. Embora essa ação tenha representado um avanço na busca por justiça, atualmente, a usina encontra-se em ruínas, refletindo o colapso de uma estrutura que não cumpriu com suas obrigações sociais e legais.

Conforme consta na legislação brasileira, é considerado trabalho análogo ao escravo toda atividade forçada e/ou quando o trabalhador é impedido de sair do seu local de trabalho, desenvolvendo seu trabalho sob condições degradantes, jornadas exaustivas ou até mesmo sob constante vigilância (BRASIL, 2021). Somente no ano de 2021, dezoito pessoas foram resgatadas de trabalhos degradantes em Mato Grosso, conforme dados publicados pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (Souza, 2022). Mesmo

após muitos avanços na legislação trabalhista, ainda nos deparamos com essas formas de trabalho degradante, e muitos trabalhadores nem sequer se dão conta de que estão sendo explorados, como exemplificado no seguinte relato:

Conheço um parente que vive em condições de trabalho análogo à escravidão, mas ele aceita essa situação. Nós tentamos explicar para ele que hoje existem leis e que isso é errado, mas para ele é normal, porque foi assim a vida inteira. Ele sempre trabalhou na roça, entrega toda a produção ao fazendeiro e, em troca, não recebe nenhum pagamento. O fazendeiro apenas oferece moradia e permite que ele se alimente do que produz. Mesmo assim, ele aceita essa condição sem questionar, acreditando que o que o fazendeiro faz por ele é suficiente" (Camponês do Assentamento do São Gonçalo II, Poconé, 2022).

Ressalte-se que alguns relatos coletados no decorrer desta pesquisa se fizeram a partir de vivências e experiências pessoais dos entrevistados. É fato que muitas formas de trabalho análogas à de escravo ainda persistem, muitas vezes sem serem denunciadas. Em alguns casos, devido ao pouco conhecimento ou baixa escolaridade dos trabalhadores, estes nem ao menos se dão conta de que as formas de trabalho e tratamento em que estão inseridos não são legais perante a legislação brasileira. Assim como relata o entrevistado: *"Até 2012 teve membro da minha família que era escravo desse fazendeiro. Ele (o fazendeiro) contratava e pagava ou às vezes nem pagava pelo trabalho, só dava um almoço e ficava por isso mesmo* (Camponês do Assentamento São Gonçalo II, Poconé, 2022).

A Comunidade quilombola de São Gonçalo II surgiu a partir de um grupo de famílias escravizadas levadas para trabalhar na fazenda da família Metelo. As famílias trabalhavam na fazenda e viviam em um local próximo às margens do Rio Sangradouro. Vários registros comprovam a ocupação ancestral do território, onde vivem as famílias, dentre eles um cemitério com jazigos de antepassados dos integrantes da Comunidade, e informações dos últimos anos escolares das crianças do território. Grande parte dos alimentos consumidos pela comunidade são produzidos dentro do território onde as famílias criam galinhas, plantam milho, mandioca, dentre outras variedades (Camponês do Assentamento São Gonçalo II, Poconé, 2022).

As formas de exploração e a exposição dos camponeses a condições degradantes são igualmente recorrentes em Cáceres. O jornal *Cáceres Notícias*, em sua edição de 2018, traz como manchete: "Trabalhador ainda é vítima de trabalho escravo em Cáceres". A reportagem destaca que muitos casos não são

denunciados ou divulgados, frequentemente devido à falta de conhecimento dos trabalhadores sobre seus direitos ou pelo medo das intimidações e ameaças que sofrem.

Um exemplo emblemático envolve o proprietário da fazenda Vale Verde, um pecuarista da região de Cáceres, que foi condenado pelo Ministério Público do trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) por submeter seus trabalhadores a condições análogas às de escravo. Um trabalhador, com 60 anos, analfabeto, residindo em local inapropriado, trabalhava na fazenda a mais de 10 anos sem os devidos registros trabalhistas. (Alcantara, 2018 p. 1). O Ministério Público do Trabalho (2019) ressalta que:

Embora o próprio trabalhador tenha expressado a sua aceitação às condições de vida e trabalho a que estava submetido na propriedade do réu, a situação relatada pelos assistentes sociais revela verdadeiro estado de sujeição do empregado, potencializada pelo fato de se tratar de pessoa não alfabetizada, condição que lhe reduz a capacidade de apreender a extensão de seus direitos trabalhistas e, igualmente, os direitos inerentes à sua dignidade (MPT 28ª região, 2018 p.1).

As formas de trabalho degradante continuam presentes no campo até os dias atuais, onde o latifúndio exerce seu poder por meio da violência, da superexploração dos trabalhadores e da sujeição de muitos a condições análogas à escravidão, mantidas mediante ameaças e intimidações. Nesse cenário, o agronegócio emerge como uma tentativa de renovar a dinâmica do campo brasileiro. No entanto, longe de romper com o caráter exploratório, concentrador e, muitas vezes, improdutivo do latifúndio, o agronegócio acaba por reproduzir e intensificar essas mesmas práticas, perpetuando a exploração no campo sob uma “nova roupagem”.

Segundo Fabrini (2008, p. 14), a superexploração do trabalho e a manutenção de condições análogas à escravidão são estratégias empregadas pelos “modernos” empresários do agronegócio para acumular capital. O autor analisa essas práticas e demonstra como elas reforçam o processo de acumulação, revelando uma continuidade com os métodos utilizados pelo latifúndio. Fabrini evidencia que essas formas de exploração expõem as semelhanças profundas entre o agronegócio contemporâneo e o antigo modelo latifundiário, sugerindo que, apesar das mudanças no discurso e na aparência, a lógica exploratória permanece essencialmente a mesma.

A busca incessante por lucro e renda, especialmente por parte dos empresários do agronegócio e latifundiários, tem resultado na adoção de práticas que prejudicam profundamente os trabalhadores rurais, violando seus direitos e perpetuando um sistema opressor. Para enfrentar essas questões, é essencial a implementação de políticas públicas mais rigorosas e uma fiscalização mais eficaz, a fim de garantir condições de trabalho dignas e promover a justiça social no campo.

#### **3.6.4 Intoxicações e Uso excessivo de Agrotóxicos pelo agronegócio**

O agronegócio exerce pressão sobre os camponeses por meio de práticas de intimidação e expulsão de suas terras. Esses conflitos não se limitam a uma única região, mas estão presentes em diversas áreas onde o agronegócio, especialmente a sojicultura e outras monoculturas, se expandem. Casos de intoxicação e perdas de plantações devido ao uso excessivo de agrotóxicos têm se tornado recorrentes.

A proximidade entre lavouras de soja e assentamentos e/ou comunidades locais acarreta problemas significativos para os moradores. As distintas formas de produção – de um lado, a monocultura e, de outro, camponeses que tentam produzir por meio de práticas agroecológicas – inviabilizam a produção dos camponeses. Como expressam Rossetto e Dalla Nora (2018):

Pesquisas de campo demonstram que nas grandes propriedades que praticam a integração agricultura-pecuária, ou seja, em determinados meses do ano plantam soja, em outros, capim para alimentar o gado, o pulso de inundação vem sendo desviado através de valas que direcionam as águas para os rios, assim, áreas que antes inundavam passaram a permanecer constantemente secas, prejudicando a fauna, a flora e demais formas de vida associada a dinâmica das águas (Rossetto e Dalla Nora 2018, p. 3).

Salienta-se que a exploração excessiva dos meios naturais no Pantanal vinculada à produção agrícola capitalista, sem considerar as particularidades do ecossistema, pode resultar em diversos impactos socioambientais. Isso inclui o comprometimento da biodiversidade, a degradação do solo e da água, e a perda de habitats essenciais para diversas espécies. Tais transformações não apenas

afetam o equilíbrio ecológico da região, mas também os modos de vida tradicionais e as comunidades locais que dependem desses recursos.

Conforme relatado pelo jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* (2021, p. 1), o artigo intitulado: "Pantanal camponês ameaçado pelo agronegócio" destaca os desafios enfrentados pelos camponeses do assentamento Zé Alves, em Poconé. O uso intensivo de agrotóxicos nas fazendas de soja vizinhas tem dificultado a produção agrícola da comunidade. As 12 famílias de agricultores familiares dependem da renda mensal oriunda da produção de alimentos e do extrativismo da castanha de cumbaru, que é destinada ao comércio local.

A entrevista jornalística mencionada revela a realidade dos moradores do assentamento Zé Alves, em Poconé, que habitam a área desde a década de 1970. Os depoimentos dos moradores indicam uma conexão direta entre o aumento de pragas e a expansão das lavouras de soja. Os agricultores relatam que utilizam produtos caseiros para o combate a essas pragas e acreditam que o uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja atrai insetos para suas áreas. Eles denunciam uma intenção deliberada de tornar o local insustentável para a vida, facilitando a expansão do latifúndio sobre suas terras (COLL, 2021, p. 2).

Nós estamos sofrendo, mas conseguindo resistir através das organizações. As famílias isoladas estão sendo engolidas pelos fazendeiros. A pressão é grande do latifúndio. O propósito do latifúndio é oprimir, comprar a preço de banana as pequenas propriedades. Já têm comunidades que foram esvaziadas e estão sendo atacadas pelo veneno que passa de aviãozinho. (Coll 2021, p.2).

O conflito na área de estudo, decorrente da crescente expansão da monocultura e do uso intensivo de defensivos agrícolas para otimizar a produção, impacta diretamente a saúde e a produção dos grupos locais. O aumento de casos de contaminação por agrotóxicos na água utilizada para consumo humano é alarmante, conforme indica o *Mapa da Água*, elaborado pelo Reporte Brasil, que avaliou a qualidade da água no país entre 2018 e 2020.

A água tratada pode carregar agrotóxicos e outras substâncias químicas e radioativas que são perigosas para a saúde quando acima dos limites fixados pelo Ministério da Saúde. O mapa revela onde ocorreu esse tipo de contaminação. As informações são de testes feitos pelas empresas de abastecimento que foram enviadas ao Sisagua, banco de dados do Ministério da Saúde (Sisagua/Ministério da Saúde (2018-2020). Reporte Brasil – Mapa da Água).

Segundo estudo do Ministério da Saúde, entre os anos de 2018 e 2020 foram detectadas 3 (três) substâncias químicas e radioativas acima do limite de segurança, sendo duas delas associadas a um maior risco de causar doenças crônicas, como o câncer. Além disso, foram encontradas mais de 30 substâncias nocivas à saúde humana, ainda que dentro dos limites de segurança, a maioria são provenientes do uso agrotóxicos (Figura 17).

Tabela 17 - Substâncias químicas detectadas na água do município de Cáceres de 2018 a 2020 – MT.

<b>Categoria</b>	<b>Substância</b>	<b>Risco</b>
<b>Detecções acima do limite de segurança</b>	Chumbo	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Selênio	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Mercúrio	Substâncias Inorgânicas, possivelmente cancerígeno, riscos adicionais para rins e desenvolvimento
<b>Detecções dentro do limite de segurança</b>	Alaclor	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Aldrin + Dieldrin	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Atrazina	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Carbendazim + Benomil	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Clordano	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	DDT + DDD + DDE	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Diuron	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Glifosato + AMPA	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Lindano (gama HCH)	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Mancozebe	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer

<b>Categoria</b>	<b>Substância</b>	<b>Risco</b>
	Trifluralina	Agrotóxicos, risco de doenças crônicas como câncer
	Rádio-226	Radioatividade, risco de doenças crônicas como câncer
	Rádio-228	Radioatividade, risco de doenças crônicas como câncer
	2, 4, 6 Triclorofenol	Subprodutos da desinfecção, risco de doenças crônicas como câncer
	Arsênio	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Cádmio	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Chumbo	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Cromo	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Níquel	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Nitrato (como N)	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Nitrito (como N)	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Selênio	Substâncias Inorgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Acrilamida	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Benzeno	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Benzo[a]pireno	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Cloreto de Vinila	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Diclorometano	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Estireno	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Pentaclorofenol	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Tetracloroetano	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer
	Tricloroetano	Substâncias Orgânicas, risco de doenças crônicas como câncer

<b>Categoria</b>	<b>Substância</b>	<b>Risco</b>
	2,4 D + 2,4,5 T	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Aldicarbe + Aldicarbesulfona	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Carbofurano	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Clorpirifós + clorpirifós-oxon	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Endossulfan (α, β e sais)	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Endrin	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Metamidofós	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Metolacloro	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Molinato	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Parationa Metílica	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Pendimetalina	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Permetrina	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Profenofós	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Simazina	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Tebuconazol	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Terbufós	Agrotóxicos, outros riscos à saúde
	Ácidos haloacéticos total	Subprodutos da desinfecção, outros riscos à saúde
	Trihalometanos Total	Subprodutos da desinfecção, outros riscos à saúde
	Antimônio	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	Bário	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	Cianeto	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	Cobre	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	Mercúrio	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	Urânio	Substâncias Inorgânicas, outros riscos à saúde
	1,1 Dicloroetano	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde
	1,2 Dicloroetano	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde
	1,2 Dicloroetano (cis + trans)	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde

<b>Categoria</b>	<b>Substância</b>	<b>Risco</b>
	Di (2-etilhexil) ftalato	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde
	Tetracloroeto de Carbono	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde
	Triclorobenzenos	Substâncias Orgânicas, outros riscos à saúde

Fonte: Sisagua/Ministério da Saúde (2018-2020). Reporte Brasil – Mapa da Água.

Com base nesses dados, substâncias químicas altamente nocivas à saúde humana foram detectadas acima dos limites de segurança, incluindo chumbo, selênio e mercúrio. No entanto, diversas outras substâncias também estão presentes na água que consumimos diariamente, representando um risco potencial. Embora possam ser ingeridas em pequenas quantidades, a ingestão frequente ao longo do tempo pode resultar em efeitos adversos significativos para a saúde.

A contaminação das águas da Cachoeira do Facão afeta diretamente a vida da população cacerense, que diariamente abastece garrafas de “água mineral” na mina da cachoeira para consumo, além de ser um dos pontos de lazer para banhos do município. A partir dos dados apresentados salientamos que a detecção de agrotóxicos em água, em qualquer concentração, estejam eles listados nas portarias ou não, indica risco para a população exposta e para o ambiente. Os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e CONAMA servem para indicar a conformidade ou a não conformidade das amostras (Castro *et. al.* 2022, p. 13).

Em Poconé, as análises mostram que todas as substâncias presentes na água estão nos limites de segurança estabelecidos, mas totalizam mais de 30 substâncias, e sua maioria derivadas do uso de agrotóxicos, algo que evidencia uma problemática sistêmica relacionada ao uso excessivo de produtos químicos na agricultura e seus efeitos sobre a saúde da população local. Apenas duas substâncias divergem das detectadas na água de Cáceres: Atividades alfa total (Radioatividade) e Atividade beta total (Radioatividade), que ambas apresentam considerável grau de radioatividade.

Segundo Bombardi (2017), a cultura da soja, que ocupa mais de 30 milhões de hectares no território brasileiro, é a principal responsável pelo consumo de agrotóxico no País, utilizando sozinho mais da metade (52%) dos defensivos comercializados em território nacional.

Para estes três cultivos (soja, milho e cana) convergem 72% de todo agrotóxico comercializado no País têm como receptáculo três culturas expoentes da agricultura capitalista brasileira e que figuram, como foi apontado, entre os 12 primeiros lugares na pauta total de exportação brasileira [...]. Evidentemente que, embora a média do Brasil seja em 8,33 kg por hectare, há diferenças regionais. Nos casos dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo, este número figura entre 12 e 16 kg hectare. (Bombardi, 2017, p. 33 – 34).

Em um estudo desenvolvido por Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a FASE – Mato Grosso, avaliaram a água consumida por camponeses do assentamento localizado próximo à produção monocultora e evidenciaram a existência de diversas substâncias nocivas à saúde da população. Esse fato pode ser evidência a partir de relatos dos próprios assentados:

Nós fazemos parte da campanha contra os agrotóxicos, Comitê Popular em defesa das nossas águas. Vemos aqui um aumento de casos de depressão, câncer, resultado dos venenos que jogam na monocultura, já aconteceu de passar com o avião de agrotóxico aqui por cima do assentamento. Foram encontrados 7 tipos de venenos aqui no assentamento, só no meu poço encontraram 3 tipos de veneno. Nossa luta é por produção limpa. A nossa resistência tem que ser permanente Camponês do Assentamento Roseli Nunes, 2021).

A assentada demonstra seu compromisso com a preservação ambiental ao exibir em sua residência bandeiras que simbolizam a luta contra o uso de agrotóxicos e em defesa de uma produção agroecológica. Essa atitude reflete sua compreensão sobre a importância de proteger o meio ambiente e a saúde humana. O uso intensivo de defensivos agrícolas pela agricultura capitalista, além de prejudicar a saúde das pessoas, tem um impacto devastador sobre o meio ambiente. Nesse contexto, a assentada se posiciona de maneira firme e resoluta contra essa prática nociva, buscando alternativas sustentáveis para a produção agrícola.

Camponeses localizados no assentamento Facão, em Cáceres, relatam detalhadamente como desenvolvem sua produção e enfatizam os prejuízos ocasionados quando algum vizinho utiliza o agrotóxico em suas terras:

Minha produção é toda agroecológica, procuramos produzir sem usar venenos, mas é difícil dizer que a produção está livre do agrotóxico porque estamos cercados pelo latifúndio. Ele passa jogando o veneno com avião, então não podemos dizer que não nos atinge, porque atinge sim, veja só nossa água, toda

contaminada (Camponês do Assentamento Facão, Cáceres, 2021).

A problemática da contaminação por agrotóxicos em áreas próximas a produções orgânicas é um exemplo claro dos impactos negativos que o uso indiscriminado de defensivo agrícolas pode causar, comprometendo a certificação de produtos naturais, além de prejudicar a saúde e a integridade do ambiente natural. Sendo assim, ressalta-se que o uso dos defensivos agrícolas não é uma opção individual, mas algo que impacta toda o bem-estar da comunidade e que requer soluções coletivas e regulatórias para proteger a sustentabilidade ambiental e saúde da população. Assim como relata a assentada: “O pessoal da fazenda ali já passou veneno na produção de soja deles e atingiu as crianças da escola. Os alunos passaram mal devido ao cheiro do veneno” (Camponês do Assentamento Chumbo, Poconé, 2023). Este fato sublinha a urgência de soluções coletivas e regulatórias para o uso desses defensivos. Adicionalmente, como assevera Fontes (2010 *apud* Neves e Pignat) que:

Tem-se na territorialidade do agronegócio a clara produção de expropriação e alienação, na qual se retira dos sujeitos as condições de reprodução autônoma, o que os impede de usufruírem da tecnologia socialmente produzida de modo a incrementar saberes e práticas que favoreçam um sociometabolismo sustentável da sociedade com a natureza. Em vez disso, tomam suas terras, contaminam seus rios, impõem um cenário monocromático das monoculturas agroexportadoras, o vazio do pasto ou as crateras da mineração, como o conseqüente esvaziamento do sentido de vida em relações sociais coisificadas- sub-sumidas à reprodução do capital. (Fontes, 2010 *apud* Neves e Pignati, 2021, p. 23).

Desse modo, fica evidente que o uso de agrotóxicos e a expansão do agronegócio possuem consequências profundas e negativas que vão além da contaminação das culturas orgânicas. Esses impactos incluem a poluição mananciais, ar e solo, além de prejuízos significativos à saúde humana. A produção agrícola orientada pelo capitalista mina a sustentabilidade ecológica, deteriorando os meios naturais e a qualidade de vida das comunidades locais.

A criação de animais sensíveis aos venenos utilizados nas plantações representa perigo à integridade e sobrevivência de algumas espécies de insetos, como as abelhas, fundamentais à polinização e à produção de mel. Com discute Maus, Alix e Schmehl (2023) o uso de pesticidas, pode causar danos ao meio

ambiente, além de prejudicar espécies não-alvo taxonomicamente relacionadas às pragas, como as abelhas e outros polinizadores essenciais para a biodiversidade e produção de alimentos.

Já ocorreram casos de contaminação por agrotóxicos. Eu tinha enxames de abelhas, e não sobrou nenhuma; todas morreram. Além do uso de venenos, a usina de álcool nas proximidades também é um problema. O assentamento está cercado de cana-de-açúcar em três lados, e o uso excessivo de agrotóxicos afeta nossa comunidade aqui também" (Camponês do Assentamento Margarida Alves, 2021).

Entre as formas de pulverização utilizadas nas lavouras monocultoras localizadas próximas a alguns assentamentos, é comum o uso de aviões ou pulverizadores terrestres visando maximizar a eficiência no emprego dos agrotóxicos. Com a expansão da produção agrícola capitalista, o uso intensivo de defensivos agrícolas tem crescido significativamente.

Um outro caso ocorreu quando um avião pulverizou veneno sobre a soja da Fazenda Grendene, passando em cima da nossa plantação e matando tudo que estava cultivado. Em dois ou três dias, todas as plantas estavam mortas. Depois disso, levamos o caso ao Ministério Público. A Fazenda Grendene indenizou-nos, mas logo calaram a nossa voz. O MP determinou que não poderiam mais plantar soja naquela área, e eles se mudaram um pouco para baixo e semearam capim. Contudo, é apenas uma questão de tempo até que voltem a plantar soja ali, pois estão trabalhando para isso. Perdemos nossas bananeiras, que não morrem com facilidade, mas todas morreram em uma semana" (Camponês do Assentamento Facão, Cáceres, 2021).

Em Poconé, evidencia-se o mesmo problema quanto ao uso de agrotóxico nas lavouras de soja. O município está em constante transformação devido ao avanço da fronteira agrícola. As comunidades camponesas estão cercadas por latifúndios monocultor, o que contribui para ocorrência de eventuais acidentes devido ao uso de defensivos na produção agrícola.

A violência ocasionada pelo uso de veneno nas práticas do agronegócio, além de envenenar a água e adoecer corpos, também extermina modos de vida ancestrais. Hoje em dia é difícil produzir como antigamente, devido ao excesso de veneno jogado nas lavouras próximas às nossas comunidades. As famílias não conseguem mais produzir hortaliça agroecológica, em função do veneno pulverizado nas lavouras, por exemplo, por mais que a gente faça o trabalho de resgate das sementes crioulas, essa violência tem colocado em jogo essa cultura tradicional que ainda resiste na comunidade. O pouco que conseguem produzir, ainda acaba sendo contaminado por

agrotóxico (Camponês do Assentamento São Gonçalo II-Entrevista concedida à Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela vida, 2021).

Diante dessa realidade preocupante, torna-se urgente a busca por práticas mais sustentáveis e justas, capazes de garantir a sobrevivência dessas populações e a preservação de seus modos de vida. Segundo Altieri (2004, p. 23) a agroecologia oferece uma estrutura metodológica que permite uma compreensão mais profunda tanto da natureza quanto dos agroecossistemas.

Somente por meio da adoção de práticas agrícolas mais equilibradas e respeitadas será possível garantir a preservação da biodiversidade, a qualidade dos alimentos e a continuidade dos modos de vida dessas comunidades, assegurando, assim, a proteção de um patrimônio cultural e ambiental de valor inestimável.

Essa abordagem engloba diretrizes voltadas à conservação do meio ambiente natural, com o objetivo de mitigar danos desnecessários ou irreparáveis. De acordo com o autor, a agroecologia emerge como um campo multidisciplinar que busca promover práticas agrícolas baseadas em princípios de bem-estar ambiental e social, integrando saberes tradicionais e modernos para criar sistemas de produção sustentáveis que respeitem tanto a natureza quanto as necessidades das comunidades.

### **3.7 – Conflito pela terra e reforma agrária: As implicações da expansão do agronegócio nos movimentos sociais**

O conflito pela terra é uma questão central nas disputas entre camponeses e o agronegócio, especialmente no contexto da expansão da monocultura e da pecuária intensiva. Essa luta não se limita apenas aos movimentos organizados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas também abrange populações tradicionais, como as comunidades quilombolas, que se veem pressionadas a abandonar seus territórios em nome da expansão do capital. Os movimentos sociais em defesa da terra, em suas diversas formas, refletem a resistência a esse processo de desapropriação e a busca por um modelo de distribuição de terras mais justo, que contraponha a concentração fundiária impulsionada pelo agronegócio.

A análise da luta pela terra nos movimentos sociais é essencial para entender as contradições e os conflitos que permeiam o campo, especialmente no contexto da expansão do agronegócio. Este enfoque permite contextualizar as tensões entre diferentes atores sociais e modos de produção rural, que se intensificam com o avanço da monocultura e da pecuária em grandes propriedades. A luta pela terra, particularmente nos assentamentos e entre as populações tradicionais, reflete diretamente os impactos da expansão do agronegócio, que busca ampliar suas fronteiras produtivas, muitas vezes em detrimento dos direitos territoriais de camponeses, quilombolas e outros grupos marginalizados.

As formas de luta adotadas pelos camponeses, muitas vezes em articulação com movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incluem ocupações de terras e resistência ativa ao processo de concentração fundiária. Como destaca Fernandes (2001), essas ocupações se configuram como uma estratégia fundamental para que os agricultores sem-terra conquistem terras apropriadas pela produção capitalista. O objetivo dessa luta é reintegrar aqueles que foram despojados de seus territórios devido ao avanço do capital no campo, que transforma essas terras em grandes latifúndios voltados para a monocultura e a pecuária.

Como analisa Melo (2015, p. 194), o conflito agrário surge como reflexo do avanço do capitalismo no campo. Em resposta, camponeses lutam pela manutenção de seus territórios através de movimentos sociais, com o objetivo de garantir sua reprodução social. No entanto, esses movimentos enfrentam forte repressão, tanto por parte das forças do Estado quanto dos fazendeiros, que atuam em defesa da propriedade privada e da concentração fundiária.

Conforme dados publicados pela rede Dataluta, no período entre 1988 e 2019, foram registradas 181 ocupações de terras e retomadas de famílias em Mato Grosso, envolvendo 38.903 famílias retornando à terra. O Dataluta (2019) atesta que, no período de 1979 a 2019, foram estabelecidos 585 assentamentos rurais no estado, assentando 104.212 famílias em uma área de 6.237.643 hectares. Esses números revelam a magnitude do movimento de reforma agrária e a contínua luta das famílias em prol do acesso democrático à terra e condições dignas de vida.

Partindo desse pressuposto, é possível avaliar que a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários nos municípios analisados impede o acesso à terra por camponeses com recursos financeiros limitados. Essas famílias, que mantêm um forte vínculo com a terra, acabam excluídas do campo. Nesse contexto, as ocupações de terras tornam-se a principal estratégia para que esses camponeses possam retornar à terra e garantir a produção de alimentos.

As famílias que lutam pelo retorno à terra estão organizadas por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com a página oficial do MST, mesmo após a conquista de um assentamento, as famílias permanecem organizadas no movimento, pois a obtenção da terra é apenas o primeiro passo para a efetivação da reforma agrária (MST, 2022, p. 1). Em Cáceres, as famílias ainda lutam para garantir o primeiro acesso à terra e para que o assentamento seja de fato efetivado, como parte desse processo contínuo de resistência e luta por direitos.

Segundo Oliveira (2001b), acampamentos e assentamentos representam novas formas de luta para aqueles que já batalharam ou decidiram lutar pelo direito à terra e ao trabalho livre. A terra proporciona aos trabalhadores a oportunidade de recuperar o tempo que o capital lhes roubou e construir um território comunitário nos assentamentos. Eles representam uma realidade que o capital não conseguiu manter, nem por meio do poder nem pela pressão. Assim, os trabalhadores podem se restabelecer e se reproduzir dentro de um território que, embora dominado pela lógica capitalista, possibilita a construção de alternativas à sua reprodução social.

Corroborando com Silva (2014, p. 111), as ações de luta e resistência realizadas pelos camponeses sem-terra, especialmente por meio de ocupações e acampamentos, são fundamentais para a criação de assentamentos de reforma agrária em todo o país. Os assentamentos materializam as relações camponesas, tornando-se espaços conquistados onde famílias vivem, sonham e lutam por seus direitos e pela construção de um futuro melhor.

Em Cáceres, entre 1988 a 2018, ocorreram 13 ocupações, envolvendo um total de 6.841 famílias. Isso representa um percentual de 17,81% de famílias acampadas, o maior entre os demais municípios do estado de Mato Grosso (DATALUTA, 2019, p. 8). Esse percentual reflete a intensidade da luta pela terra

na região, destacando Cáceres como um polo para mobilização e resistência no contexto da reforma agrária. Segundo evidencia Silva (2014):

Constata-se que em Cáceres os movimentos de luta pela democratização do acesso à terra e combate ao latifúndio iniciaram-se muito antes da chegada do Movimento dos Trabalhadores (MST). Segundo relatos de camponeses e militantes do Movimento, o MST entra no processo de mobilização camponesa na região da Grande Cáceres a partir de dois grupos organizados, um pela Comunidade Eclesiais de Base – CEBs e outro pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres e de Mirassol d’ Oeste em meados de 1995 (Silva, 2014 p. 124).

A luta pela terra no município de Cáceres se expressa nos acampamentos de reforma agrária e na busca dos trabalhadores rurais por retornar à terra e viver dignamente. A realidade dos acampados é esperar que o poder público cumpra a função social da terra, transformando ocupações em assentamentos, áreas improdutivas em áreas produtivas e sustentáveis. Em junho de 2011, os acampados ocuparam inicialmente a fazenda Rancho Verde, localizada às margens da BR-070, em Cáceres.

Conforme relata o Jornal Oeste (2011), 120 famílias ocuparam a fazenda, que, segundo laudo de vistoria realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), era uma área improdutiva. A maioria das famílias estava desempregada há muito tempo e enfrentava diversas dificuldades. Em agosto do mesmo ano, as famílias foram despejadas do acampamento, que passou a ser conhecido como acampamento "Cássio Henrique Ramos", em homenagem a uma criança atropelada por uma van que invadiu a calçada logo após o despejo das famílias. Conforme relato:

O primeiro despejo aconteceu com violência e as famílias foram jogadas em frente à Igreja Cristo Trabalhador, dentro da cidade de Cáceres, sem nenhuma condição e com alguns policiais dizendo: “Se este Padre quer apoiar, agora que cuide de vocês”. O Padre a quem se referiam era o lutador Pe. Salomão, conhecido em Mato Grosso por defender os direitos dos pobres, dos sem-terra, dos índios Chiquitanos, das águas e do pantanal (MST, 2011 p. 1).

As famílias sem-terra enfrentaram uma série de despejos, de diversos locais pela cidade, retornando e sendo despejadas, por vezes, também da área da fazenda Rancho Verde. O acampamento simboliza a luta e a perseverança frente ao avanço capitalista no campo. Eram cerca de 100 trabalhadores na luta

para retornar à terra. Uma família relata com detalhes todas as dificuldades enfrentadas para continuar na luta:

O primeiro local onde acampamos foi na fazenda Rancho Verde. Após o despejo, passamos um período circulando pela cidade em busca de um novo espaço. A prefeitura nos alocou no Ginásio Didi Profeta e, em seguida, conseguimos ficar cerca de 30 dias na sede do INCRA. Essa experiência foi marcada por muita tristeza. Enquanto isso, continuávamos à procura de um local para o acampamento, até que encontramos um espaço no fundo do "Caranguejão" (entrada de Cáceres, BR-070), onde moramos por aproximadamente oito anos. Atualmente, estamos aqui há três anos. Inicialmente, estávamos em uma área mais próxima, mas os políticos, com o discurso de que uma recicladora seria instalada ali, parecem ter tentado nos desviar da luta, o que resultou em mais uma remoção de nosso local (Camponês Acampado no Renascer, Cáceres, 2021).

Outro acampado continua descrevendo os sucessivos despejos e confrontos pelos quais passaram ao longo desses 11 anos vivendo em diversos lugares. Todos tiveram que sair, abandonando tudo o que haviam conquistado. Com o passar dos anos, o acampamento deixa de ser intitulado como Cássio Ramos para ser chamado de acampamento Renascer.

Eu venho lutando por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), um dos movimentos sociais mais organizados do Brasil e do mundo. Estamos aqui, firmes em nossa crença de que a reforma agrária é um direito de todo cidadão brasileiro. Entrei no acampamento no dia 16 de junho de 2011, e, apenas 12 dias depois, no dia 28, sofremos um despejo brutal, realizado com o apoio de cerca de 300 policiais. Naquele momento, não tínhamos advogados para nos defender (Camponês Acampado no Renascer, Cáceres, 2021).

Os acampados denunciam as sucessivas promessas feitas a eles por parte da prefeitura de Cáceres, as quais nunca foram cumpridas. São mais de 20 crianças vivendo com seus familiares em uma área totalmente insalubre e sem saneamento básico.

As promessas feitas pela prefeitura não foram cumpridas. Não recebemos assistência em relação a lonas, água potável, energia, acesso à saúde ou cestas básicas. A principal reivindicação, que é a mais cobrada, diz respeito à energia e à água, e até agora nada foi feito. Em relação à prefeitura, não recebemos nenhum suporte; contamos com a ajuda de outras instituições, como a UNEMAT, e alguns professores têm nos auxiliado bastante com a água. Quando nos mudamos para essa área, fomos prometidos apoio da prefeitura em relação à água e energia, mas nada foi concretizado. Nossa eletricidade é

praticamente clandestina, toda improvisada. A fiação é tão precária que já queimou televisores, há frequentes quedas de energia e, com as chuvas, a situação se torna ainda mais perigosa, pois os fios estão muito velhos. Já tentamos obter, pelo menos, um arruamento para esta área (Camponês Acampado no Renascer, Cáceres, 2021).

Os acampados descrevem as dificuldades enfrentadas por viverem atualmente em uma área totalmente inapropriada, que antes servia como local de descarte de resíduos sólidos da cidade, o antigo lixão municipal. Segundo denúncias dos acampados, eles já testemunharam até o descarte irregular de lixo hospitalar próximo ao acampamento.

Durante as entrevistas, são relatadas diversas formas de violência, que vão desde ações truculentas da polícia durante os despejos até formas de violência mais simbólicas, que dificultam a qualidade de vidas das famílias: falta de abastecimento de água potável, ausência de rede de distribuição de energia elétrica e falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e ofertas de emprego. Em entrevista, uma acampada elenca essas dificuldades:

Aqui, a água é difícil. Contamos com a ajuda dos outros para nos abastecer. Às vezes, professores da UNEMAT nos mandam um carro-pipa para encher nossas caixas, mas já ficamos várias vezes sem água. A energia é cedida pelo outro acampamento ali, e os fios são muito velhos, o que sempre causa a queima de algum eletrodoméstico nosso. O pessoal aqui já perdeu muita coisa por causa disso. A agente de saúde não visita aqui, e conseguir uma consulta médica é um custo, demora muito. Conseguimos matricular as crianças na escola, mas o transporte não vem até aqui. Muitas vão a pé. E emprego é difícil porque muitos têm preconceito contra nós por sermos acampados. Nos olham e nos chamam de vagabundos, mas não somos. Somos trabalhadores (Camponês Acampado no Renascer, Cáceres, 2021).

Os acampados acreditam que a intenção da prefeitura é cada vez mais torná-los invisíveis aos olhos da sociedade, afastando-os do meio urbano e confinando-os em uma área isolada e insalubre. A administração pública, em sua percepção, não apenas negligencia a necessidade de políticas públicas de inclusão e apoio, mas também parece optar por relegá-los a uma situação de invisibilidade social e econômica. As moradias, frequentemente descritas como “barracos”, foram erguidas pelos próprios acampados, com recursos limitados e estrutura precária, o que agrava ainda mais as condições de vida. Como descreve um acampado em entrevista concedida a Moura (2021):

A luta pela terra não é fácil. Ela é resistente, ela está debaixo de lona, ela não tem sol, ela é pobre, não tem água. Você precisa resistir até conseguir um pedaço de terra e o meu maior sonho é uma terra para trabalhar, assim como de todas as famílias que estão aqui e por isso estamos resistindo”. (Moura, 2021 p. 2)

Outro aspecto que evidencia as contradições do processo de expansão do capitalismo na área estudada é o acesso à água potável pelos acampados. Essas famílias estão situadas em uma área que, no passado, foi destinada ao descarte de lixo, impossibilitando a perfuração de poços devido à contaminação do lençol freático.

Nas figuras 13 (A e C), é possível observar as precárias condições das habitações de cada família, construídas com lonas velhas e desgastadas pelo tempo. Uma das acampadas relatou: “A prefeitura prometeu nos ajudar com lonas novas para melhorar nossos barracos e fornecer água potável, mas isso ficou somente na promessa” (Camponês Acampada no Renascer, 2021).

A Figura 13 também ilustra a difícil realidade de algumas famílias, que dependem do transporte manual de água (Figura 14–B) para atender às suas necessidades diárias. Além disso, a precariedade das estruturas habitacionais, ou “barracos”, construídas pelos próprios acampados, evidencia as severas dificuldades que enfrentam, tanto no acesso a recursos essenciais, como a água, quanto nas condições de moradia.

Figura 13 - Acampamento Renascer – Cáceres.



C

D

Fonte: A autora, 2021

A luta pela terra é uma realidade também evidenciada no município de Poconé e se expressa por meio das ocupações de áreas improdutivas, onde algumas famílias aguardam há 16 anos à espera de serem assentadas. Em entrevista concedida ao jornal local (Poconé PN Notícias, 2020), os acampados explicam o motivo de estarem ocupando a área: *“A gente só quer um pedaço de terra para plantar, colher e sustentar nossa família, e ajudar também nosso município”* (Camponês acampada em Poconé em entrevista ao jornal local, 2020).

A situação descrita evidencia a relevância da luta pela terra, que não se limita apenas à sobrevivência das famílias, mas também ao bem-estar da comunidade local. Esse posicionamento demonstra um interesse genuíno em contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. Dessa forma, a luta pela terra ultrapassa a busca por moradia, tornando-se uma questão de justiça social e desenvolvimento regional.

### **3.8 - Conquistas e Organização nos Movimentos Sociais: A Luta pela Terra na Expansão do Agronegócio**

Este subitem analisa as conquistas e a persistente luta pela terra vivenciada pelas famílias acampadas na microrregião do Alto Pantanal, com destaque para os municípios de Cáceres e Poconé. Ao longo deste capítulo, foi discutida a intensificação dos conflitos provocados pela expansão do

agronegócio, que exerce uma pressão crescente sobre a terra e ameaça a sustentabilidade da agricultura camponesa.

Nesse cenário, a organização das famílias acampadas e os assentamentos de reforma agrária emergem como elementos essenciais, não apenas para assegurar a permanência no campo, mas também como estratégias de resistência frente ao avanço dos latifúndios e das práticas agrícolas capitalistas. Essa mobilização é crucial para fortalecer a luta pela terra, garantindo a sobrevivência dos pequenos produtores e preservando o modelo de agricultura familiar, que enfrenta a crescente predominância do agronegócio.

A disputa pela terra é central para entender a dinâmica dos conflitos no campo, pois tanto os camponeses quanto o agronegócio competem pelo mesmo território. O agronegócio busca expandir suas áreas produtivas, enquanto as famílias camponesas reivindicam o direito de viver e trabalhar na terra que historicamente ocupam ou que lhes foi retirada. Nesse contexto, os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenham um papel fundamental, sendo um dos principais agentes organizadores das lutas pela terra.

Os movimentos sociais desempenham um papel central na história das famílias camponesas que lutam pelo direito de viver da terra que cultivam. Conforme Gohn (2011), os movimentos sociais são expressões de ação coletiva de caráter sociopolítico e cultural, organizando-se de diferentes formas para atender às demandas da comunidade. Essas ações coletivas variam desde denúncias até mobilizações, como marchas e passeatas, configurando-se como formas de resistência e reivindicação por direitos.

Gohn (2011) ainda destaca que os movimentos sociais realizam diagnósticos da realidade social e propõem soluções que se contrapõem à exclusão social vivida por grupos marginalizados. Nesse contexto, as redes de ação coletiva são essenciais para as conquistas dos camponeses, oferecendo suporte à luta contra a concentração fundiária e a marginalização econômica. Contudo, é importante frisar que essas conquistas são protagonizadas por camponeses, e não por populações tradicionais, como indígenas ou quilombolas, cujas lutas seguem dinâmicas distintas.

Nos municípios de Cáceres e Poconé, as vitórias dos camponeses ocorreram após longos processos de resistência e enfrentamento ao latifúndio,

iniciados antes mesmo da chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Organizações locais, compostas por camponeses acampados, contaram com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para articular suas demandas. Um exemplo notável foi a tomada do controle do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres, que anteriormente estava sob o domínio de fazendeiros, como relata uma assentada da região, ao descrever o processo de luta pelos direitos camponeses.

Estamos nessa luta desde 1997, desde as primeiras ocupações que ocorreram na região. Quando o MST chegou, nós já estávamos mobilizados pela retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que havia sido controlado por um senhor por muitos anos. O sindicato existe para defender os direitos e melhorar a vida dos trabalhadores rurais, mas, naquela época, ele servia aos interesses dos fazendeiros. Foi o trabalho formativo, realizado em parceria com o Centro Diocesano de Cáceres, que começou a abrir os olhos dos trabalhadores para a importância de retomarmos o sindicato para nós. Organizamos visitas aos assentamentos para mobilizar os trabalhadores e reestruturar o sindicato. Após uma grande assembleia, conseguimos retomar o controle. No entanto, enfrentamos ameaças de morte e, em um determinado momento, chegamos a ser presos dentro do sindicato, o que nos causou muito medo. Depois da retomada, iniciamos um trabalho de levantamento de terras, buscando identificar onde havia áreas disponíveis para assentamento. Fizemos esse mapeamento, mesmo diante das alegações dos fazendeiros de que não havia terras disponíveis na região." (Camponês do Assentamento Roseli Nunes, 2021).

A partir da organização e luta dos camponeses, foi possível retomar o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres. Com a chegada do MST à região, a organização dos trabalhadores rurais se tornou mais sólida e coordenada. As lideranças do MST promoveram um intenso trabalho formativo junto às famílias camponesas, capacitando-as sobre seus direitos e fortalecendo a articulação para a realização da primeira ocupação na região, conforme relatado por Silva (2014):

A chegada do MST na região possibilitou uma melhor organização destas famílias no processo de luta pela terra. Desse modo, em 1996, estas famílias, incentivadas pela movimentação nacional de luta pela terra e organização do MST, a igreja e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ambos formadores das lideranças da mobilização inicial da região, iniciaram as primeiras reuniões de base de mobilização para a construção dos acampamentos na região (Silva, 2014 p. 125).

Segundo Silva (2014), as primeiras mobilizações, fortaleceram a organização dos camponeses se intensificaram após a chegada das lideranças do MST na região.

Quando o pessoal do MST veio para cá, primeiro foi feito um trabalho de base com todos os trabalhadores. Após esse período de formação, aconteceu a primeira ocupação em Cáceres, que foi na Fazenda Santa Amélia. Após a ocupação da fazenda, não demorou muito para as famílias serem assentadas. Esse assentamento aqui é fruto da segunda ocupação, quando acampamos na região do Facão, e lá ficamos um ano e pouco. Isso tudo aqui era uma única fazenda, de um fazendeiro extremamente violento, que já tinha mandado matar invasores (Camponês do Assentamento Roseli Nunes, Cáceres, 2021).

A luta pela terra por camponeses resulta na implantação e crescente número de assentamentos de reforma agrária nesta região. No Quadro 3, estão organizadas as informações dos assentamentos com detalhamento de *tamanho da área, número de famílias, capacidade e ano de obtenção* dos assentamentos rurais implantados a partir da luta e conquistas de camponeses contando com o apoio e organização do MST, implantados pelo INCRA-MT, em Cáceres (Quadro 3).

Quadro 3 – Assentamento/ Cáceres

Nº	Assentamentos	Área (ha)	Nº de famílias (cap.)	Famílias assentadas	Ato de criação	Forma de obtenção
1	São Luiz	4.033	29	26	14/12/1995	Arrecadação
2	Laranjeira I	1.994	129	133	24/02/1997	Desapropriação
3	Laranjeira II	1.210	46	34	03/03/1997	Desapropriação
4	Paiol	16.067	449	240	24/02/1997	Desapropriação
5	Nova Esperança	1.695	51	51	15/12/1997	Desapropriação
6	Jatobá	906	30	28	24/10/1997	Desapropriação
7	Rancho da Saudade	2.407	47	45	19/12/1997	Desapropriação
8	Barranqueira	2.326	80	78	20/01/1999	Desapropriação
9	Ipê Roxo	1.247	30	26	31/12/1998	Desapropriação
10	Corixo	3.413	73	73	05/04/2001	Desapropriação
11	Sapicuá	1.249	40	39	30/08/1999	Desapropriação
12	Limoeiro	8.649	172	164	02/02/2000	Desapropriação
13	Facão	1.639	102	79	21/11/2001	Reconhecimento
14	Bom Sucesso	433	14	13	18/12/2002	Arrecadação
15	Flexas	312	13	11	18/12/2002	Arrecadação
16	Sadia Vale Verde	13.666	439	437	24/04/2003	Compra
17	Katira	1.886	48	47	29/09/2003	Desapropriação

18	Flor da Mata	1.187	30	21	02/08/2004	Arrecadação
19	Facão/Bom Jardim	4.782	170	169	27/03/2006	Desapropriação
20	Recompensa II	1.225	20	20	19/03/2012	Desapropriação

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA, 2021).  
Org. A autora, 2021.

No município de Poconé, a criação dos primeiros assentamentos ocorreu no mesmo período que em Cáceres, por volta de 1997. O primeiro assentamento foi estabelecido após intensa luta dos camponeses acampados na região. A área foi desapropriada pelo INCRA, que a classificou como improdutivo (Quadro 4).

Quadro 4 – Assentamentos rurais de Poconé

Nº	Projeto de Assent.	Área (ha)	Nº de fam. (cap.)	Famílias Assent.	Ato de criação	Forma de obtenção
1	Furnas do Buriti	1.061	28	26	30/05/1997	Desapropriação
2	Campo Limpo	1.022	50	45	12/02/1998	Desapropriação
3	Agroana/Girau	5.063	273	183	20/07/2000	Desapropriação
4	João Ponce de Arruda	8.004	60	53	04/10/2000	Reconhecimento
5	Matadouro	79.6092	42	42	04/11/2003	Reconhecimento
6	PE-Piuval	851	35	21	21/06/2004	Reconhecimento
7	PE-Morro Cortado	1.007	49	45	21/06/2004	Reconhecimento
8	PE-Capão Verde I	225	14	14	21/06/2004	Reconhecimento
9	PE-Água Vermelha	367	55	49	21/06/2004	Reconhecimento
10	PE-Pantanalzinho	85	17	16	21/02/2004	Reconhecimento
11	PE-Xafaris	703	19	19	21/06/2004	Reconhecimento
12	PE-Colônia Figueira I e II	3.403	98	93	21/06/2004	Reconhecimento
13	Flor da Mata	1.187	30	21	02/08/2004	Arrecadação
14	Santa Filomena	2.534	112	111	10/09/2004	Desapropriação
15	PE-Vila Rural Portal	927	90	83	09/09/2005	Desapropriação

Fonte: Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA, 2021)  
Org.: A autora, 2021

Conforme Silva (2014), os assentamentos foram implantados pelo Governo Federal, por meio do INCRA, em coordenação com movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, e com o apoio de organizações como o Sindicato

dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Embora o MST e os sindicatos compartilhem a luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores, suas estratégias e relações nem sempre são totalmente alinhadas. Contudo, em muitos casos, como na região de Cáceres, houve uma cooperação produtiva. A autora destaca ainda que a implantação dos assentamentos rurais, especialmente em Cáceres, causou um rearranjo socioespacial e territorial, dinamizando o espaço anteriormente ocupado por latifúndios pouco produtivos, transformando-o em áreas geradoras de renda e emprego para as famílias camponesas. Os acampamentos representam o primeiro passo para essas famílias organizadas e empenhadas na luta pela conquista da terra.

Corroborando com a análise de Rossetto e Souza (2005), as mudanças na produção econômica capitalista impactam o espaço agrário por meio de políticas públicas. Nos municípios de Cáceres e Poconé, localizados no Pantanal, as iniciativas de reforma agrária alteraram a imagem tradicional do bioma, historicamente caracterizado pela pecuária extensiva. Essas transformações refletem diretamente no uso e ocupação da terra, modificando a dinâmica socioeconômica da região. A presença dos assentamentos rurais nesses municípios pantaneiros muda o espaço geográfico local, tornando-o mais semelhante a outras regiões rurais do Brasil, onde a agricultura familiar e as pequenas propriedades ganham relevância frente ao antigo domínio dos latifúndios.

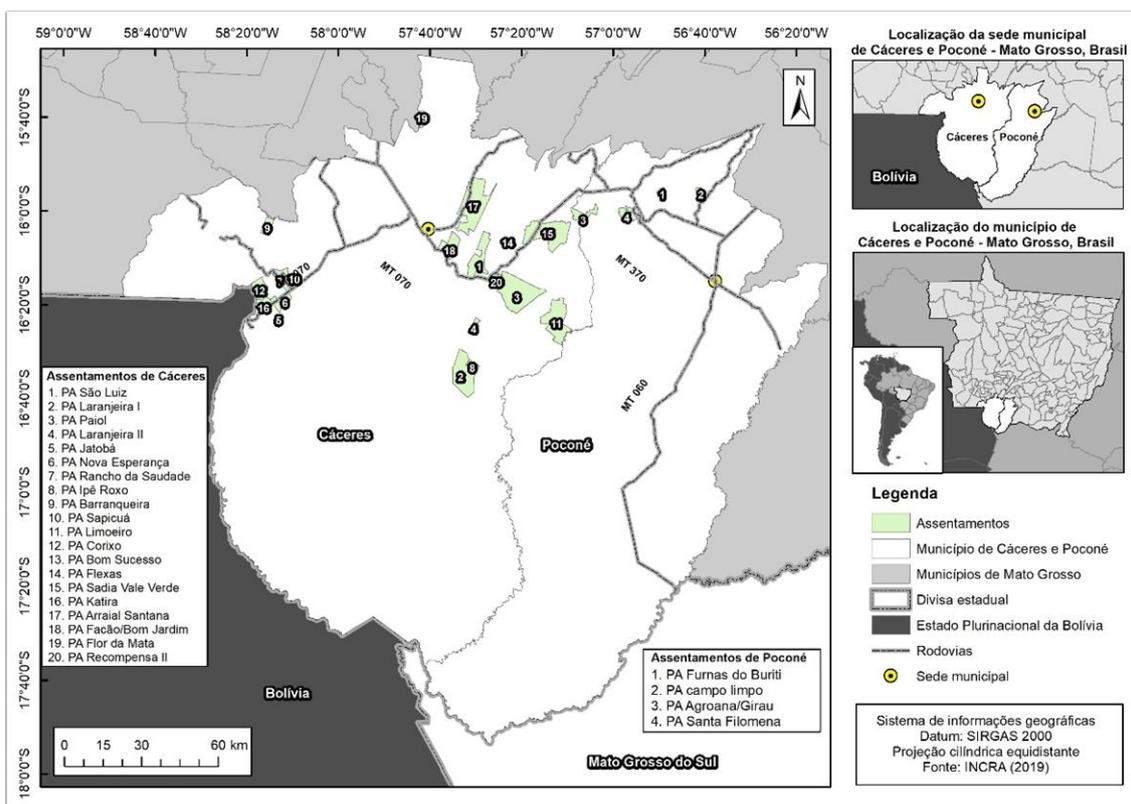
É importante destacar que, além da criação dos assentamentos rurais pelo INCRA, o Instituto de Terra de Mato Grosso (Intermat) também implantou 122 assentamentos sob sua responsabilidade no estado. De acordo com laudo emitido pela própria instituição, os assentados do Intermat, assim como os do INCRA, têm direito ao acesso a crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disso, recebem assistência técnica através das ações da Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural (Empaer) e apoio à produção familiar pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e de Assuntos Fundiários (SEAF). A SEAF atua em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural sustentável (INTERMAT, 2018).

Constata-se que alguns Projetos de Assentamento Estaduais (PE), especificamente os situados no município de Poconé, estão registrados nos

relatórios oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, esses assentamentos não aparecem na base de dados disponibilizada para localização geográfica devido à falta de homologação efetiva. Dessa forma, no mapa de localização, apenas quatro assentamentos são exibidos.

No entanto, a pesquisa de campo realizada nos assentamentos rurais evidencia que nem todos os assentados têm fácil acesso ou sequer receberam os auxílios e assistências técnicas a que têm direito. Tal fato aponta para a discrepância entre as políticas públicas estabelecidas e sua efetiva implementação e acessibilidade nas comunidades rurais (Mapa 4).

Mapa 4 - Assentamentos rurais INCRA – MT em Cáceres e Poconé



Fonte: INCRA – 2019.

Como analisam Rossetto e Souza (2005, p. 123), o município de Cáceres se destaca por ser o que mais apresenta áreas destinadas à reforma agrária, contrastando com outros municípios do Pantanal mato-grossense, que só passaram a ser incluídos nas políticas de reforma agrária após 1996. A implementação dos projetos de assentamentos é,

na maioria, resultado das lutas dos movimentos sociais, que, por meio de invasões e ocupações, possibilitaram a instalação das famílias.

A organização e mobilização do acampamento, após sua transformação em assentamentos de reforma agrária, ocorrem principalmente por meio da formação de cooperativas. Como destaca Fabrini (2002), as cooperativas são a principal forma de presença do MST nos assentamentos, organizadas estrategicamente para garantir a reprodução camponesa. Através delas, os camponeses conseguem se organizar e se desenvolver frente ao avanço do capitalismo, buscando melhorias para as condições de vida dos assentados.

A formação de associações ou cooperativas permite a construção e a reforma de áreas destinadas ao trabalho cooperado, fortalecendo a capacidade de produção e comercialização dos pequenos produtores. Um exemplo significativo de ação coletiva cooperada é a formação de cooperativas voltadas para a produção de farinha de mandioca em Poconé. A Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade São Benedito, bem como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP), exemplifica como essas iniciativas podem diversificar e agregar valor aos produtos locais.

Essas cooperativas e associações são responsáveis pela produção e comercialização de uma ampla variedade de produtos, como banana frita, castanha de cumbaru, açúcar mascavo, farinhas multimisturas de banana e bocaiuva, rapadura de mamão, farinha de mandioca, pinga de alambique, entre outros produtos comercializados in natura. Por meio dessas iniciativas, os camponeses não apenas garantem uma produção voltada autoconsumo, mas também alcançam um desenvolvimento econômico, tornando-se mais resilientes frente aos desafios impostos pela expansão do capital.

As ações desenvolvidas pelas cooperativas não só incrementam a renda dos produtores, mas também fortalecem a integração social e garantem sustentabilidade econômica aos assentamentos. A organização coletiva facilita o acesso a recursos, conhecimentos técnicos e mercados, promovendo uma agricultura mais diversificada.

Um exemplo adicional é a produção de rapadura na agroindústria do assentamento Santa Filomena, em Poconé. A rapadura, fruto do trabalho cooperado, se constitui como a principal fonte de renda dos assentados. Com base na Figura 14, é possível entender as etapas da produção de rapadura: moagem da cana, fervura do caldo, resfriamento, disposição nas fôrmas, embalagem, precificação e comercialização no mercado local.

Figura 14 - Fabricação da rapadura no assentamento Santa Filomena Poconé



Fonte: A autora, 2021

A Associação dos Produtores de Rapadura de Poconé, em colaboração com a comunidade local, está em processo de construção de um galpão para a produção de rapadura, um espaço que será compartilhado por todos os produtores da região. O objetivo é melhorar a infraestrutura para a produção e consolidar a cooperação comunitária. Como relatou uma assentada do Santa Filomena, em Poconé: “A produção de rapadura é realizada para um membro específico. A cada dia, nos reunimos para produzir para uma família, e toda a produção é destinada a essa família. Dessa forma, conseguimos atender a todos os colaboradores” (Camponês do Assentamento Santa Filomena, Poconé, 2022).

Em Cáceres, a organização em cooperativas pelos assentados de reforma agrária tem se mostrado uma estratégia eficaz para facilitar a comercialização da produção nos assentamentos. As cooperativas possibilitam fabricar biscoitos e pães doces, o processamento de frutos como babaçu, pequi e cumaru, além da produção de cachaça artesanal, por meio da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (ARPEP) (Figura 15). A variedade de produtos gerados por essas cooperativas é comercializada em feiras e estabelecimentos comerciais locais, contribuindo para o fortalecimento da economia local e regional.

Figura 15 - Produção camponesa de assentamentos cooperados e associados de Cáceres.



Fonte: Página social da ARPEP, 2017.

Uma das iniciativas mais importantes para garantir que os camponeses continuassem produzindo e comercializando seus produtos, mesmo durante o período pandêmico, foi a criação de associações. As feiras de produtos agroecológicos, que ocorriam semanalmente no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso para a comercialização dos produtos dos assentamentos, foram suspensas devido à pandemia de COVID-19.

Como alternativa, os cooperados abriram um mercadinho organizado pela Cooperssol, onde a comercialização dos produtos passou a ocorrer, inclusive,

por telefone. Os consumidores podiam enviar suas listas de compras e receber os produtos diretamente em suas casas, garantindo conveniência e segurança durante o distanciamento social.

O pequeno mercado oferece uma grande variedade de produtos, como verduras e legumes, cervejas artesanais, linguiça, biscoitos, doces, mel, entre outros, todos frutos da produção coletiva dos assentamentos. Essa ação garantiu a continuidade das vendas e fortaleceu a comunidade, promovendo um modelo de negócio adaptável e resiliente (Figura 16).

Figura 16 - Folder de propaganda da cooperativa de comercialização da produção dos assentamentos em Cáceres.



Fonte: Página social da Cooperssol, 2022.

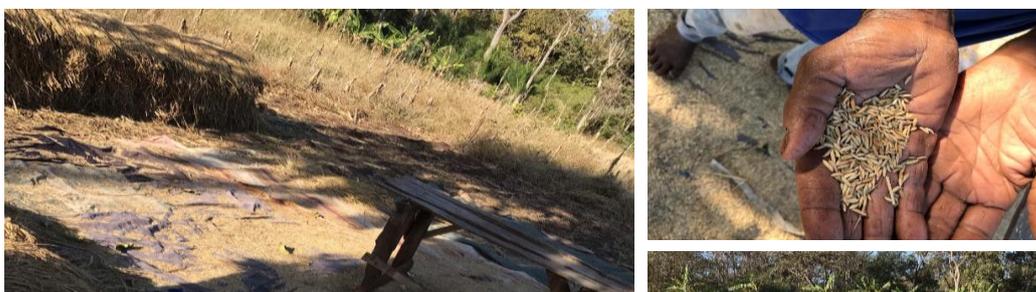
A organização em cooperativas tem sido fundamental para os assentamentos, permitindo que os agricultores comercializem seus produtos diretamente, sem a necessidade de intermediários. Isso é uma característica distintiva quando comparado aos assentamentos que não utilizam associações ou cooperativas. Um exemplo disso pode ser observado na experiência de um assentado do Cinturão Verde, em Cáceres, que relatou sua opção por vender sua produção de tomates a atravessadores para reduzir os custos de transporte

até a cidade. No entanto, essa escolha implica em uma venda a preços mais baixos: “Vendo a caixa de tomates por 50 reais para um atravessador. Preciso entregar mais barato para ele porque isso diminui meu custo ao levar e entregar nos locais que compram tomates daqui” (Camponês do Assentamento Cinturão Verde, Cáceres, 2021).

A formação de cooperativas resolve muitas dessas dificuldades, permitindo que os assentados comercializem diretamente seus produtos, obtenham melhores preços e retenham uma maior parte do lucro. Além disso, as cooperativas podem organizar a logística de transporte de maneira mais eficiente e econômica, fortalecendo a produção camponesa como uma forma de resistência ao avanço do capital e evitando que os trabalhadores sejam sujeitos às dinâmicas exploradoras do mercado capitalista.

A produção de alimentos nos assentamentos não só representa uma fonte vital de renda, mas também garante a segurança alimentar básica para as famílias. A produção de arroz, por exemplo, é observada em alguns lotes dos assentados, mas enfrenta desafios no beneficiamento e na comercialização. Um assentado do Facão, em Cáceres, comentou: “Plantar arroz é mais para nosso consumo, pois o custo para levá-lo à cidade para o beneficiamento é muito alto. Assim, preferimos plantar apenas para nós e conseguimos retirar a casca batendo, tornando o processo mais fácil. Mas, quando voltar a chover, pretendo plantar mais” (Camponês do Assentamento Facão, Cáceres, 2019 – Figura 17). Isso demonstra as dificuldades enfrentadas pelos assentados, que, apesar das limitações, buscam alternativas para garantir a produção de alimentos.

Figura 17 - Produção de arroz em assentamento Facão, em Cáceres.



Fonte: A autora, 2021.

A produção de feijão nos assentamentos é, na maioria, destinada à alimentação básica das famílias e à comercialização em feiras locais ou na própria comunidade. Contudo, os assentados enfrentam desafios consideráveis, especialmente em relação à escassez de água e às dificuldades de irrigação. Um dos entrevistados relatou a situação: “Aqui, a água é escassa. Precisamos puxar água de um córrego próximo usando mangueiras. Se tivéssemos condições, eu gostaria de investir em melhorias na irrigação, como a aquisição de uma bomba para puxar a água. Atualmente, utilizamos irrigação por gravidade, mas vem bem pouca água” (Camponês do Assentamento Facão de Cáceres, 2021).

Além disso, cada espaço do lote é cuidadosamente planejado para otimizar a produção em áreas reduzidas. O assentado descreveu que o plantio é organizado em pequenas “ruas” que delimitam e separam os diferentes tipos de cultivo, garantindo um uso mais eficiente do espaço disponível (Figura 18).

Figura 18 - Produção de feijão no assentamento Facão, Cáceres - MT.



Fonte: A autora, 2021.

Fonte: A autora, 2021.

Produtos como mandioca e milho são frequentemente encontrados nos lotes dos assentamentos, pois, segundo os próprios assentados, são alimentos essenciais que compõem a mesa das famílias agricultoras. A mandioca e o milho desempenham um papel fundamental tanto na alimentação das famílias quanto na nutrição dos animais, tornando-se recursos indispensáveis no cotidiano dessas comunidades.

Em Poconé, observa-se uma redução na produção de feijão. Em contrapartida, a produção de arroz apresenta uma melhoria significativa, embora alguns assentados estejam temporariamente sem cultivar arroz devido à falta de chuvas na região. A produção de feijão, mandioca, milho e cana se destaca como cultivo básico para as famílias camponesas na área. Além disso, é comum encontrar hortas comunitárias, cuja produção é destinada principalmente a suprir as necessidades alimentares das famílias e da comunidade local.

É importante destacar que os dados apresentados nas tabelas se baseiam no censo do IBGE (2006, 2017), que oferece uma visão geral da produção nos assentamentos. No entanto, as visitas realizadas a essas áreas revelam uma diversidade ainda maior de produtos, como banana, beterraba, cenoura, batata-doce, manga, pepino, pitaya, poncã, rabanete e tomate, além das hortas. Também é notável a criação de animais, incluindo galinhas caipiras, porcos e gado leiteiro. Essa diversidade produtiva reflete como os assentados lidam cotidianamente com os desafios da falta de investimentos e do suporte produtivo por parte do setor público, contribuindo para uma vida mais digna para as famílias assentadas.

Além disso, um exemplo significativo da organização dos camponeses assentados na área de estudo desta pesquisa se destacou durante o período da pandemia de Covid-19, que afetou o mundo nos últimos dois anos e gerou insegurança alimentar para milhares de pessoas devido ao aumento do desemprego. Em uma ação realizada pelos assentamentos da região de Cáceres, em parceria com o Instituto Gaia, o Grupo Fé e Vida e a ONG Humedales Sin Fronteras — que estabelece a união entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Holanda e atua na defesa, conservação e restauração das zonas úmidas da bacia do Prata, além de proteger a soberania e os valores histórico-culturais das comunidades (FARN, 2020) — foram doadas 100 cestas básicas às famílias necessitadas no dia 12 de novembro de 2021, data que antecede a celebração do “Dia do Rio Paraguai”, em 14 de novembro. Essa ação buscou reforçar a importância da agricultura livre de venenos e garantir alimentos de qualidade à população.

No dia 12 de novembro de 2021, cada família que tivesse interesse e necessidade recebeu um vale para adquirir uma cesta com produção vinda dos assentamentos da região de Cáceres. Tais ações foram fundamentais para garantir uma alimentação adequada à população e minimizar a insegurança alimentar que muitos enfrentaram nesse período. As cestas eram montadas conforme as preferências de cada família, e essas iniciativas fortaleceram e destacaram a importância da agricultura camponesa na garantia da soberania alimentar dos povos (Figura 19).

Figura 19 - Feira agroecológica de doação de alimentos à população carente de Cáceres.



Fonte: A autora, 2021.

Em suma, o trabalho do camponês não é estático. É um trabalho que possibilita interação e ajuda de todos os membros da família e da comunidade, fortalecendo, assim, laços afetivos e garantindo-se a transmissão de conhecimentos milenares que necessitam ser resguardados. Como aponta Moura (1988), o conhecimento adquirido pelo camponês já existia muito antes do que vem a ser a concepção do que é ciência:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas à determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convenciamos chamar de *ciência*. (Moura, 1988, p. 9).

O camponês dedica quase todo seu tempo para cuidar do que produz. É um trabalho que extrapola horas e dias úteis da semana. Ele sabe que terá que estar presente na plantação mesmo aos domingos ou até avançadas horas após o anoitecer, para intervir em potenciais reparos e imprevistos de podem surgir (como uma mangueira de irrigação ou para os devidos cuidados ao ataque de animais na plantação) ou mesmo realizando plantações ou colheitas, como evidenciado no relato de uma família assentada em Cáceres:

Aqui no sítio o trabalho não para, é uma mangueira que precisa de reparo, ou temos que cuidar da terra, da plantação, das criações. Costumo ficar aqui na roça todos os dias, sábado e domingo também, podendo ir até umas 10 horas da noite e no outro dia tudo recomeça logo cedo. (Camponês Assentado no Facão, Cáceres, 2021).

Um trabalho árduo e contínuo que requer muita dedicação: *“Aqui a vida é dura, a gente trabalha, trabalha e não sabe pra onde vai o dinheiro, tudo que ganhamos é para manter a família e investir no sítio”* (Assentamento Cinturão Verde, Cáceres, 2021).

Sou nascido e criado na terra, lutamos muito por esse sítio, foram mais de 4 anos vivendo embaixo de lona, nos acampamentos, até sair esse assentamento aqui. (Camponês Assentado no Santa Filomena, Poconé, 2022).

Ao alcançarem seu próprio pedaço de chão, as famílias camponesas se desvencilham da sujeição representada pela venda de sua força de trabalho ao capital. Todos organizam seu próprio horário, mas isso não quer dizer que não terão comprometimento. Alguns, como evidenciado, passam bem mais tempo trabalhando do que fruindo horas de descanso. Como descrevem os entrevistados, *“trabalho para mim e para minha família, o trabalho é árduo, mas gratificante porque estamos trabalhando no que é nosso, plantando e colhendo para alimentar nossa família e toda a comunidade”* (Assentado no Santa Filomena, Poconé, 2021). A terra para os camponeses é um bem precioso, mas seu valor não é possível monetizar como acontece na agricultura capitalista, representa nascimento e reprodução da vida, efetivação da morada, da luta por sua aquisição, permanência e por condições dignas para sobrevivência da família.

Aqui, cultivo uma grande variedade de alimentos: arroz, feijão catado, milho, mandioca, cana-de-açúcar, banana, hortaliças, laranja, limão, poncã, manga, pitaya, entre outros. Além disso, também crio porcos e galinhas. As pessoas vêm até a propriedade para comprar, ou eu levo os produtos para vender na cidade com a carretinha da moto. (Camponês do Assentamento Facão, Cáceres, 2021).

A produção dos assentados, conforme evidenciado na pesquisa de campo, ocorre em pequenas parcelas de terra. Geralmente, os lotes variam de 10 a 15 hectares, onde uma parte é destinada à construção da casa e a área restante à produção de alimentos e criação de animais. Cada lote é

cuidadosamente dividido, refletindo a necessidade de maximizar o uso do espaço disponível. No entanto, essa configuração também traz dificuldades, pois a produção é realizada em áreas reduzidas.

É importante ressaltar que a produção registrada durante a pesquisa foi realizada em um período de grande seca, o que intensificou as dificuldades. A água utilizada para irrigar as plantações era extraída de um córrego próximo, cujo nível estava muito abaixo da média. Os camponeses expressaram profunda preocupação sobre como conseguiriam sustentar suas atividades em meio a essa escassez, evidenciando a vulnerabilidade enfrentada por essas famílias no contexto atual.

Diversos relatos dos camponeses coletados durante as entrevistas destacam os desafios que as famílias enfrentam para produzir em áreas limitadas. A escassez de água e a falta de recursos para investir nos lotes são barreiras constantes que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar. A carência de materiais, como mangueiras adequadas para irrigação, compromete a eficiência das colheitas e impede a expansão da produção.

Na Figura 20, são apresentadas imagens que ilustram a produção em dois assentamentos distintos do município de Cáceres: o Assentamento Cinturão Verde e o Facão. Essas imagens evidenciam a diversidade de produtos cultivados, como tomates, milho, hortaliças e arroz. Embora a variedade de cultivos seja um reflexo do esforço dos assentados em maximizar o uso do espaço disponível, os desafios mencionados anteriormente ainda impactam significativamente a capacidade produtiva dessas famílias.

Figura 20 - Produção nos assentamentos Cinturão Verde em Cáceres/MT.



Fonte: A autora, 2021.

É importante destacar que apenas uma parcela dos camponeses conseguiu alcançar avanços e melhorias ao sair do estágio de luta pela terra nos acampamentos e conquistar seu lote no assentamento. No entanto, é fundamental lembrar que a luta não se encerra com essa conquista inicial, a obtenção do assentamento. A continuidade da união na luta camponesa é essencial para garantir que mais famílias também possam ter um lugar para viver e trabalhar.

Além disso, é crucial seguir na batalha por políticas públicas que viabilizem a produção e a vida nos assentamentos. Isso inclui a realização de investimentos na produção camponesa, que frequentemente são negligenciados em favor da agricultura patronal. A distribuição justa dos recursos públicos é imprescindível para assegurar que os camponeses possam superar as dificuldades enfrentadas. A luta deve prosseguir para garantir que todos tenham acesso equitativo a bens vitais e possam promover uma produção de alimentos que esteja em harmonia com o bem-estar ambiental, ao invés de destinar recursos apenas para financiar a agricultura patronal. Isso exige uma distribuição mais justa e consciente dos recursos públicos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais desta tese sintetizam os resultados e análises obtidos ao longo da pesquisa, com ênfase nos conflitos entre camponeses,

latifundiários e o agronegócio na microrregião do Alto Pantanal mato-grossense. Constatou-se que a expansão do agronegócio moderno, especialmente a produção de soja, está diretamente associada à concentração fundiária, evidenciando uma estreita aliança entre os interesses do agronegócio e os dos latifundiários. Além disso, foi possível concluir que essa dinâmica de expansão territorial é a principal explicação para a origem e a persistência dos conflitos no campo, reforçando a desigualdade e a disputa por direitos à terra na região.

A pesquisa buscou responder a questões centrais sobre as semelhanças e diferenças nas formas de atuação e enfrentamento das diversas concepções de terra. Para os camponeses, a terra é concebida como um meio de trabalho e de reprodução da vida, essencial para a manutenção de suas famílias e comunidades. Para os latifundiários, ela simboliza poder político e econômico, bem como uma oportunidade de especulação. Já para o agronegócio, a terra está associada à lucratividade e à maximização da eficiência na produção de commodities, especialmente em um contexto globalizado.

Apesar de sua importância tanto para os camponeses quanto para o agronegócio, esses dois projetos representam visões profundamente opostas. De um lado, temos o uso da terra voltado para a promoção da vida e a valorização do trabalho; do outro, a lógica mercantil que prioriza a acumulação de capital e a integração ao mercado internacional. Esses antagonismos estão no cerne dos conflitos no campo, revelando a incompatibilidade estrutural entre os modelos de produção e os interesses envolvidos.

A microrregião do Alto Pantanal mato-grossense apresenta uma significativa incidência de conflitos, que nem sempre assumem características tipicamente capitalistas. Nessa dinâmica, a violência emerge como uma estratégia de dominação, funcionando como um mecanismo não convencional de acumulação de capital. Esses embates são caracterizados pelo uso sistemático de intimidações e pelo reiterado desrespeito aos territórios ocupados por populações camponesas, evidenciando a perpetuação de desigualdades históricas e a disputa pela posse da terra.

Os conflitos no campo têm origem, essencialmente, nas divergências entre distintas lógicas de produção e uso da terra. De um lado, os latifúndios, baseados na concentração fundiária e na especulação, frequentemente recorrem à força e a práticas ilegais para assegurar sua posição de poder. De

outro, o agronegócio desponta como protagonista na produção de monoculturas, ocupando áreas classificadas como improdutivas e contribuindo para a perpetuação da concentração de terras. Em contraste, o campesinato adota uma lógica produtiva distinta, fundamentada na policultura e no trabalho familiar em pequenas propriedades, promovendo a diversidade alimentar e a sustentabilidade em suas práticas agrícolas.

Esses conflitos decorrem, em parte, da expansão do agronegócio voltado para a sojicultura e, em outra medida, da permanência dos latifúndios. Tais constatações foram alcançadas a partir da análise de relatos coletados junto a camponeses que sofreram diretamente com perdas de suas plantações e/ou impactos em sua saúde, decorrentes do uso indiscriminado de agrotóxicos e da luta pelo território.

Famílias que ainda resistem, vivendo próximas às fazendas destinadas à monocultura, relatam o forte odor que se espalha durante a pulverização das plantações de soja, bem como as frequentes cefaleias agudas provocadas pela inalação prolongada dos agrotóxicos. Esses camponeses, apesar das adversidades, afirmam não possuir outro local para viver, tampouco condições de permanência nas cidades. Além disso, resistem para garantir a continuidade de suas histórias

Diante desse cenário de lutas e resistências, intensamente vivenciado nos territórios camponeses de Mato Grosso e no Alto Pantanal, é possível destacar as principais formas de resistência relatadas pelos camponeses que enfrentam essas adversidades no cotidiano:

- A permanência camponesa em suas terras, mesmo diante das ameaças de expansão do latifúndio, camponeses resistem e se recusam a deixar suas terras, mesmo diante dos riscos de agressões, ameaças contra suas vidas e de seus familiares;
- Resistência camponesa e luta pelo direito de uma alimentação saudável e livre de defensivos agrícolas, com uma produção de alimentos que presa pela saúde e não pelo lucro;
- Luta pela terra, onde camponeses sem-terra buscam retornar à terra por meio de acampamentos, que se constituem como espaços sociais de resistência e luta pela construção do território camponês, enfrentando

diversas formas de violência, como o cerceamento de direitos básicos, acesso à água potável e energia elétrica, além de ameaças diretas à vida.

- A construção de formas de resistência por meio das cooperativas, buscando garantir a viabilidade de ações que atendam aos anseios coletivos.

Embora o título da tese enfatize os conflitos no campo, é fundamental reconhecer que esses conflitos estão intrinsecamente ligados às lutas e resistências cotidianas dos camponeses do Alto Pantanal. Essas resistências se manifestam, em grande parte, na busca por políticas públicas que garantam condições dignas de vida. Os camponeses almejam uma maior inserção nas pautas de discussão e implementação de melhorias promovidas pelos governos federal, estadual e municipal. No entanto, as ações governamentais nem sempre atendem a esses anseios, perpetuando desigualdades e negligências estruturais.

Apesar de avanços significativos conquistados por meio de políticas agrárias, especialmente com a efetivação dos assentamentos de reforma agrária, que proporcionaram condições mínimas para a dignidade de muitas famílias camponesas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para alcançar o pleno desenvolvimento do campo no Mato Grosso. Essa trajetória demanda atenção contínua às necessidades das populações camponesas e esforços concretos para integrar essas comunidades às políticas públicas de forma efetiva e sustentável.

Nesse sentido, parafraseando Paulino e Almeida (2010, p. 27), é possível reconhecer a complexidade que caracteriza a trajetória dos camponeses. De um lado, eles defendem valores tradicionais que estão intrinsecamente ligados à manutenção de sua posse de terra; do outro, enfrentam diversas formas de espoliação da renda agrária, que se manifestam tanto na comercialização de seus produtos quanto na constante ameaça de desapropriação. Esta última dimensão implica uma resistência anticapitalista, pois, para evitar sua própria extinção, os camponeses opõem-se à expansão do capitalismo, denunciando a erosão de seu modo de vida. Assim, nesse conflito, eles expressam sua oposição ao sistema capitalista, evidenciando sua consciência de classe.

Portanto, é possível concluir que as diferentes lógicas de produção, organização e uso da terra entre latifúndios, agronegócio e camponeses geram

situações de conflito no campo. Esses embates e disputas territoriais resultam em formas de resistência, especialmente por parte dos camponeses, que são a categoria mais afetada. Analisar os conflitos nessa região é fundamental para dar visibilidade às dificuldades cotidianas enfrentadas pelos camponeses.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, D. **Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultura**. Rio de Janeiro: FASE, 1ª ed., 2021.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Canrarino (org.). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002. p. 83-108.

ALMEIDA, R. A. **A questão agrária na contemporaneidade e os desafios do movimento camponês no Brasil**. Montevideu: Egal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade**. Anais... VIII Encontro Nacional da ANPEGE, Curitiba, v. 28, 2011.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BANCO DE DADOS DE LUTA PELA TERRA – **DATALUTA**. 2019. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Disponível. **Ocupações**. Disponível em: [http://www.fct.unesp.br/%2Fnera%2Fboletimdataluta%2Fboletim\\_dataluta\\_1\\_2020.pdf&clen=732403&chunk=true](http://www.fct.unesp.br/%2Fnera%2Fboletimdataluta%2Fboletim_dataluta_1_2020.pdf&clen=732403&chunk=true). Acesso em: 23 mar. 2022.

BARROS, G. A. de C. **Perspectivas para o agronegócio em 2022**. Disponível em: <http://app.cepea.org.br/s/?14890.29565.1334050.0.11.63447.9.212070689.0.10.0.0.22853.0.0.c6665>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BARROS, I. F. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BARROZO, J. C. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia Mato-Grossense**. 1992. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas/SP, 1992.

BARROZO, J. C.; ROSA, J. C. da. **A expansão do cultivo da soja no Brasil através dos dados oficiais**. Revista PAMPA, n. 18, 2018.

BOMBARDI, L. M.; NEPOMUCENO, P. L. M. **Covid-19, desigualdade social e tragédia no Brasil**. Acervo Online – Le Monde diplomatique Brasil, 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. **Histórico SUDAM**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam#:~:text=%C3%89%20criada%20com%20a%20finalidade,30%20de%20novembro%20de%201966>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. **Marcha para o Oeste: a conquista do Brasil Central**. Arquivo Nacional. Disponível em: [https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/noticias/a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central-1943-1976](https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/a-marcha-para-o-oeste-a-conquista-do-brasil-central-1943-1976). Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1106, de 30 de novembro de 1966**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm). Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm). Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas#:~:text=As%20comunidades%20quilombolas%20s%C3%A3o%20grupos,a%20diferentes%20formas%20de%20domina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 set. 2022.

BUHLER, E. A.; ZUCHERATO, B.; IZECKSOHN, J. **As novas faces da grilagem no Brasil**. Ciência Hoje, 2023. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/as-novas-faces-da-grilagem-no-brasil/>. Acesso em: 1 maio 2024.

BRANDÃO, C. R., BORGES, M. C. **O lugar da vida: Comunidade e Comunidade Tradicional**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Edição especial do XXI ENGA-2012, 1-23. 2014.

CAETANO, E.; MOTA, K. R.; BEL, H. D. **Por terra, trabalho e educação: sobre a existência e resistência na comunidade quilombola do Chumbo, Poconé-MT**. Trabalho Necessário, v. 21, n. 46, 2023.

CALAÇA, M.; DA SILVA, E. B.; DE JESUS, J. N. **Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado**. Élisée – Revista de Geografia da UEG, 2021.

CAMACHO, R. S. **A histórica concentração fundiária do Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP**. Geografia, v. 04, n. 01, p. 43-60, 2011.

CASADÁLIGA, P. **Antologia retirante**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASTRO, J. de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

CASTRO, S. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

CASTRO, N. R. **Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro?** CEPEA Esalq/USP. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – Conab. **Safra Brasileira de Grãos**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CONSÓRCIO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. **Cáceres e Região Sudoeste – MT**. 2014. Disponível em: <http://www.nascentesdopantanal.org.br/noticias/caceres-a-nova-fronteira-da-soja-em-mato-grosso>. Acesso em: 7 fev. 2022.

CONFLITOS NO CAMPO. **Histórico CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Goiânia: CPT Nacional, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CONFLITOS NO CAMPO. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**. Goiânia: CPT Nacional, 2020.

CUNHA, O. E. **Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

CHIACCHIO, M. A.; SOUZA, A. L. **A expansão da soja e os efeitos no mercado de terras na Amazônia**. Revista Geografia em Questão. V. 17, nº. 02, 2024. P. 147 – 168.

DANTAS, J. C.; FELICIANO, C. A. **Conflitos territoriais no semiárido brasileiro: gênese, ações e processos**. Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 24, n. 95, p. 237-259, out. 2023.

DOLCE, J. **Reforma agrária popular e luta pela terra no Brasil**. Dossiê nº 27. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social; abril de 2020.

DOTTI, Dom Orlando. **Conflitos do Campo no Brasil**. CPT, 1996.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Soja**. Londrina - PR Ministério da Agricultura e Abastecimento, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

EMBRAPA PANTANAL. **O Pantanal**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal/apresentacao/o-pantanal>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ESTERCI, N.; FRANCO, M. P.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

FABRINI, J. E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Centro-Oeste /PR enquanto Território de Resistência Camponesa**. 2002. (Tese Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2002.

\_\_\_\_\_. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista NERA. Ano 10, nº. 11. pp. 8-22. Presidente Prudente, jul-dez./2007.

\_\_\_\_\_. **A posse e a concentração privada de terra no Sul de Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, R. Ap. de (Org.). A questão agrária no Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Campo Grande – MS: Ed. UFMS, 2008.

FABRINI, J. E. **Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital**. Revista Pegada. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FABRINI, J. E. **Fronteira e Questão Agrária no Brasil**. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia - Anpege, 2014.

FARIAS, M. de F. L. de. **O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido**. In: Reforma Agrária e Desenvolvimento. MDA, Brasília, 2008.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. rev. Porto Alegre: Globo, 2001. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE/Mato Grosso. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/onde-atuamos/fase-mato-grosso/>>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. **Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, v. 93, p. 9-17, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ocupação como forma de acesso à terra**. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio e reforma agrária.** Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004.

\_\_\_\_\_. **O nome novo é agribusiness.** Reportagem. São Paulo, p.45 - 47, 2004.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In.: BAUMAIN, A. M. (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflito no Brasil. Editora Unicamp. Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio e Reforma Agrária.** In Construindo um Estilo de Pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Texto crítico do trabalho acadêmico. Volume 1 - 2 Presidente Prudente, 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrando nos territórios do território.** In.: Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Texto crítico do trabalho acadêmico. Volume 1 - 2 Presidente Prudente, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quando la agricultura familiar es campesina.** In.: Agriculturas campesinas en Latinoamérica: Propuestas y desafios. 1ª ed. Quito: Equador IAEN, 2014.

FERNANDES, B. M. *et. al.* **A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro.** DATALUTA/NERA, 2020.

FERREIRA, A B. de H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

GABERELL, L.; HOINKES, C. **Lucros altamente perigosos. Como a Syngenta ganha bilhões vendendo agrotóxicos nocivos.** Tradução e edição brasileira: AGUIAR, D.; FURTADO, F. Relatório da Public Eye, jun. 2019.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002.** 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia da conflitualidade no campo brasileiro.** In.: FERNANDES, B. M. *et al.* (Orgs.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. II. Ed. Unesp, Brasília, 2009.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira: Estrutura Fundiária.** 2006 Disponível em:<  
[http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/estrutura-fundiaria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/estrutura-fundiaria)>. Acesso em 21 de abr. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso.** Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia. Nº 25 de 2015. Disponível em:

[https://journals.openedition.org/confins/10446#:~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mato%20Grosso,como%20mostra%20Fernandes%20\(2000\)](https://journals.openedition.org/confins/10446#:~:text=A%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mato%20Grosso,como%20mostra%20Fernandes%20(2000)). Acesso em 22 de fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso: Expressão Aguda da Questão Agrária Brasileira.** Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia. nº 27 de 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10898>>. Acesso em 03 de set. 2021.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio.** 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.**1 Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Anablume. São Paulo, 2005.

IANNI, O. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil 500 anos de povoamento,** 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2017.** Rio de Janeiro. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Monitoramento da cobertura e uso a terra: estatísticas desagregadas por unidades da federação 2000/2019.** Rio de Janeiro. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura Fundiária.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 23 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2021.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA - ICV. **Estudos identifica 95% de ilegalidade nos desmatamentos em fazendas de soja em MT.** 2020. Disponível em:< <https://www.icv.org.br/2020/06/estudo-identifica-95-de-desmatamento-ilegal-em-fazendas-de-soja-em-mato-grosso/>>. Acesso dia 02 de fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA.

**Relatório de Análise de Mercado de Terras no Estado de Mato Grosso/SR (13) – RAM/MT.** Cuiabá, 2019. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fantigo.incra.gov.br%2Fmedia%2Fdocs%2Fmercado-terra%2Framt\_sr13\_2019.pdf&clen=1562471&chunk=true>. Acesso em 19 de fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Dados dos Assentamentos em Mato Grosso, 2020.**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Valor da terra nua em Mato Grosso/ha.** < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fantigo.incra.gov.br%2Fmedia%2Fdocs%2Fmercado-terra%2Framt\_sr13\_2019.pdf&clen=1562471&chunk=true >. Acesso em: 04 de jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA nos Estados – **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma agrária.** Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 12 de abril de 2022.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma Agrária Popular e a Luta pela Terra no Brasil.** Dossiê no 27. Abril de 2020. Disponível em: [link do documento]. Acesso em: 08 out. 2024.

IKEDA CASTRILLON, S. K. et al. The Pantanal: a seasonal neotropical wetland under threat. **The Palgrave Handbook of Global Sustainability.** Palgrave Macmillan, Cham. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-20000-0\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-030-20000-0_10), v. 1007, p. 978-3, 2022.

KRENAK, A. **Paisagens, territórios e pressão colonial.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 327-343, jul./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

KUDLAVICZ, M. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas.** 2010. Dissertação (Mestre em Geografia). Programa de Pós-graduação- Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas. 2010.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia e Centro-Oeste nos anos 30.** São Paulo, Unicamp, 1985.

LIMA, A. A. **Prefácio à décima edição** In.: Castro, J. de. Geografia da Fome. O Dilema brasileiro: Pão ou Açúcar. 10ª edição. Editora Antares, 1984.

LOIOLA, V. do Ó. **Conflitos socioambiental e as lutas dos grupos sociais em defesa do ambiente pantaneiro.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT, 2017.

LOIOLA, V. do Ó; FABRINI, J. E. **Expansão da produção de soja na microrregião do Alto Pantanal/MT: conflitos e perspectivas sustentáveis.** Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 00, n. 00, p. 00-00, ago. 2022.

LOIOLA, V. do Ó. **Desafios da agricultura camponesa em um contexto hegemônico de agricultura capitalista dominante na microrregião do Alto Pantanal/MT.** XV Enanpege – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Geografia. Palmas/TO, 2023.

MAUS, C.; ALIX, A.; SCHMEHL, D. R. **Assessing the impact of pesticides on pollinators. Burleigh Dodds Series in Agricultural Science. Cambridge, Reino Unido: Burleigh Dodds Science Publishing.** Cambridge, 2023.

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia F. Falluah B. Ferreira. Editora UNESP; 2010.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun. 2008.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** Pioneira. São Paulo, 1975.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1984.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão.** Editora vozes, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** 5 ed., Petrópolis: Vozes. 1995.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994

\_\_\_\_\_. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária o Impossível Diálogo.** EDUSP, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Editora Vozes 4ª edição, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 9. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

MARX, Karl. **O Capital** –Tomo III – O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, D. S.; ALMEIDA, R. Ap. de. **Uma análise das ocupações de terra em Mato Grosso de 2000 a 2012**. Anais 5<sup>o</sup> Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, Campo Grande, MS 22 a 26 de nov de 2014.

MELO, D. S. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 2000 – 2012**. *In.*: Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso. Org.: ALMEIDA, R. A.; SILVA, T. P. Ed. UFMS, Campo Grande, 2015.

MENDONÇA, M. L. R. F. de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de Agronegócio**. São Paulo, 2013. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MISSÃO, M. R. **Soja: Origem, classificação, utilização e uma visão abrangente do mercado**. Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v.3, n.1, p. 7-15, 2006.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira: contribuições críticas aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

MOREIRA, A. de L. **Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak**. Antropol. V. 65, n. 3. USP, 2022.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária**. João Pessoa: Universitária, 1997.

MORENO, G. **O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso**. Geosul, Florianópolis, v. 14, p. 67-90, jan/jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla: 1862-1992**. Entrelinhas: EdUFMT. Cuiabá/MT, 2007.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática. 2<sup>a</sup> Edição. Série Princípios. 1988.

MST. **Trombas e Formoso: uma referência de resistência camponesa**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/21/trombas-e-formoso-uma-referencia-de-resistencia-camponesa/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. U.; DE FARIA, C S. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto. São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência**. São Paulo: USP – FFLCH. Tese de Livre Docência em Geografia. 1997.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. Coleção Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção Capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e Indústria no Brasil**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, vol. 5, no. 10, pp. 5-64, agosto 2010b.

\_\_\_\_\_. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil-um retorno aos dossiês**. Agrária (São Paulo. Online), n. 12, p. 3-113, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Editora landé, 2016, 530p.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Editora landé, 2016, 545p.

\_\_\_\_\_. **Grilagem de terra**. Webinar apresentado por JURA EACH – USP, 2020. 1 vídeo (2h 15min 40 seg). Publicado pelo canal ProMuSSP português. Disponível em. Acesso em 18 de maio de 2020.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia camponesa**. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

PIGNATI, W. A. *et al.* (Org.). **Desastres Sócio-Sanitário-Ambientais do Agronegócio e Resistência Agroecológica no Brasil**. 1ª ed. Outas Expressões. São Paulo, 2021.

PIGNATI, W. A.; CORRÊA, M, L. M.; MACHADO, J. M. H. (Org.). **A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo**. In.: Desastres sócio-

sanitárias-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

PORTO, C. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1965.

PREFEITURA Municipal de Cáceres. **Plano Diretor de Desenvolvimento – PDD**. Comissão Especial para Atualização do Plano Diretor, 2010.

RAMOS, J. da S; RIBEIRO, A. R. **Acesso dos produtores familiares às políticas públicas de fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no município de Cáceres-MT**. Anais XXII Engema – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio ambiente. Nov. 2020. Disponível em: <[http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=287](http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod_trabalho=287)>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

ROSA, J. C. da. **Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços**. In: RODRIGUES, C.; NETO, V. J. (Org). Nova história do Mato Grosso contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2018.

ROSSETTO, O. C.; SOUZA, M. B. **Reorganização da estrutura fundiária no Pantanal Mato-grossense: os assentamentos da reforma agrária Corixinha, Katira, Água Boa e Bom Suceso em Cáceres-MT**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, v. 63, p. 109-131, 2005.

ROSSETTO, O. C. **Dinâmica Agrária e Resiliência Camponesa: estudo comparativo entre o lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-grossense**. Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Mato Grosso, 2011.

ROSSETTO, O. C. **Sustentabilidade ambiental do Pantanal mato-grossense: interfaces entre cultura, economia e globalização**. Revista Nera, n. 15, p. 88-105, 2012.

ROSSETTO, O. C. **Produção do espaço agrário no estado de Mato Grosso e o Processo de concentração de terras no Pantanal Norte-Mato-grossense**. In: ROSSETTO, O. C.; TOCANTINS, N. (org.). Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: Socioeconomia e Conservação da Biodiversidade. Porto Alegre: Imprensa Livre, Compasso Lugar Cultura, 2015.

ROSSETTO, O. C.; GIRARDI, E. P. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Revista Nera ano 15, nº 21 Presidente Prudente. Jul – dez/2012.

ROSSETTO, O. C.; DALLA NORA, G. **Pantanal: luta pela terra e pela vida na nova fronteira agrícola brasileira**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de

Reforma Agrária – NERA, n. 128, ago. 2018. ISSN 2177-4463. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ROSSETTO, O. C. *et. al.* **Solidarity economic enterprises of family agriculture- rede de cooperação solidária de Mato Grosso /recoopsol: analysis of socio-environmental sustainability indicators.** *International Journal of Development Research*. Vol. 11, Issue, 01, January, 2021.

ROSSETTO, O. C.; SILVA; L. de L. **Interfaces da estrangeirização de terras e do agronegócio em Mato Grosso.** Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária – NERA, v. 270 n. 1. Presidente Prudente – SP. 2024.

SANTOS, E. F. **As utopias e resistências de Pedro Casaldáliga: escritos escolhidos.** 1ª edição Carlini & Caniato. Cuiabá – MT, 2021.

SANTOS, M. GLASS, V. (Org.). **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** Heinrich Boll Stiftung. Fundação Rosa Luxemburgo. 2018.

SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M. M. de. **Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões.** Pesquisa agropecuária brasileira, v. 33, n. 13, p. 1703-1711, 1998.

SILVA, L. O. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo.** São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850.** Campinas, 2ª ed. da Unicamp: Campinas-SP, 2008.

SILVA, M. J. da; SATO, M. T. **Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso-Brasil.** Ambiente & Sociedade, v. 15, n. 1, p. 1-22, 2012.

SILVA, T. P. da. **Território de Esperança: o processo de recriação camponesa em Cáceres – MT.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vida e luta camponesa em Cáceres-MT: um olhar sobre os assentamentos rurais na região de fronteira Brasil-Bolívia.** *In.:* Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

SILVA, T. P. da; *et al.* **Conflitos socioambientais relativos ao avanço do cultivo de soja na região Sudoeste de Mato Grosso: questões preliminares.** *Ciência Geográfica*, vol. XXI (1): Bauru - SP jan/dez, 2017.

SILVA, J. A. F.; COSTA, J. E. M. da. **Chiquitanos.** Disponível em:< <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Chiquitano>>. Acesso em: 30 de set. 2022.

SILVA, J. A. F. *et al.* **Breve notícia sobre os Chiquitanos no Brasil**. Cuiabá: ed., ago. 1999.

SODRÉ, N. W. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

SOUZA, M. L. de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In.: Castro, I. E. de et al. (Orgs.): Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. **A definição de camponês: conceituação e desconceituações – o velho novo em uma discussão marxista**. Revista Nera. Ano 8, n. 7, jul/dez. 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. GAIA. São Paulo, 2003.

SCHLESINGER, S. **Pantanal por inteiro, não pela metade: soja, hidrovias e outras ameaças à integridade do Pantanal**. Mato Grosso, Brasil, 2014.

STÉDILE, J. P. **Stédile: “Não temos interesse em violência. Nesse patamar, quem perde? Nós, né”**. Entrevista concedida ao jornal El País, por BETIM. F. São Paulo, 2019.

TALASKA, A. **Ainda existem latifúndio no Brasil? Uma análise do espaço agrário brasileiro**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ>. Acesso em: 28 ago. 2024.

### Reportagens:

ALCANTARA, S. **Trabalhador ainda é vítima de trabalho escravo em Cáceres**. 2018. Disponível em: < <https://caceresnoticias.com.br/mato-grosso/trabalhador-ainda-e-vitima-de-trabalho-escravo-em-caceres/649767>>. Acesso em 04 de jul de 2002.

BARBIERI, G. TERRAS DE DIREITOS. **Comunidade quilombola de São Gonçalo II (MT) consegue derrubar liminar que determinava despejo.** Notícias. 02 mar. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/comunidade-quilombola-de-sao-goncalo-ii-mt-consegue-derrubar-liminar-que-determinava-despejo/23070#>. Acesso em: 2 maio 2024.

BBC News Brasil. **A principal causa da expansão das queimadas no Pantanal?** Aumento de pastagem para gado, dizem especialistas. 7 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53662968>. Acesso em: 13 jun. de 2023.

Censo Demográfico. **Indígenas** – Primeiros Resultados do Universo. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022>>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.

CEPEA/ESALQ/USP. **Mercado de Trabalho/CPEA: em 2021, população ocupada no agronegócio atinge maior contingente desde 2016.** Disponível em: < [COLL, L. \*\*O Pantanal camponês ameaçado pelo agronegócio.\*\* \*Le Monde Diplomatique\* Brasil. 2021. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-pantanal-campones-ameacado-pelo-agronegocio/> Acesso em 28 jun de 2022.](https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-em-2021-populacao-ocupada-no-agronegocio-atinge-maior-contingente-desde-2016.aspx#:~:text=PERFIL%20DO%20TRABALHADOR%20%E2%80%93%20Pesquisadores%20do,273%2C7%20mil%20pessoas).></a>. Acesso 23 de fev. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2021.** Brasília: Cimi, 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-Violencia-contra-os-Povos-Indigenas-no-Brasil-Dados-de-2020.pdf>. Acesso em: 19 de dez. 2023.

CRUZ, J. **Pequenos produtores comemoram assinatura de ordem de serviço para reforma da farinheira da comunidade rural São Benedito em Poconé – MT,** 2021. Disponível em: < <https://www.pocone.mt.gov.br/Noticias/Em-pocone-800/>>. Acesso em 27 de fev. de 2022.

DIÓRIO, C. N. **Trezentos policiais participam de reintegração de posse.** Jornal Diário de Cuiabá, 2003. Disponível em: <https://www.diariodecuiaba.com.br/cidades/trezentos-policiais-participam-de-reintegracao-de-posse/157916>>. Acesso em 04 de jul. de 2022.

EMBRAPA PANTANAL. **O Pantanal.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal/apresentacao/o-pantanal>. Acesso em: 16 jan. de 2024.

FORESTI; T. **Juíza decreta falência de empresa flagrada com mão de obra escrava no Mato Grosso.** Carta Capital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/juiza-decreta-falancia-de-empresa-flagrada-com-mao-de-obra-escrava-no-mato-grosso/>. Acesso em: 30 set.de 2024.

Fundação Nacional do Índio. **Quem são.** Disponível em:<

II VIGISAN – **Inquperito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid – 19 no Brasil.** Rede PENSSAM, 2022.

Linde, P. **A riqueza linguística da América Latina, ameaçada de extinção.** *El País*, 29 de março de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553860893\\_490810.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553860893_490810.html). Acesso em: 19 de dez. de 2023.

Reporter Brasil. **MAPA DA ÁGUA.** Disponível em: <https://mapadaagua.reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 19 maio de 2024

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Quantas línguas indígenas são faladas na América Latina?** Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/05/quantas-linguas-indigenas-sao-faladas-na-america-latina>. 2023 Acesso em 19 dez. 2023.

ONU News. Nações Unidas. **Quatro em cada 10 línguas indígenas correm o risco de desaparecer.** Perspectiva Global Reportagens Humanas, 9 ago. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683021>. Acesso em: 19 dez. de 2023.

OPENDOMOCRACY. **Indígenas explicam por que seus idiomas estão desaparecendo.** 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/indigenas-explican-por-que-seus-idiomas-estao-desaparecendo/>. Acesso em: 19 dez. de 2023.

PINTO *et al.* **Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil.** IMAFLORA. Sustentabilidade em debate nº 10. Abr. de 2020.

**População indígena.** Disponível em:< <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022>>. Acesso em 09 de jan. de 2024.

SINTERPMT. **A importância da agricultura familiar na economia de Mato Grosso.** Disponível em: <https://sinterpmt.org.br/a-importancia-da-agricultura-familiar-na-economia-de-mato-grosso/>. Acesso em: 09 jun.de 2023.

SOUZA, J. B. A. de. **Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

SOUZA, W. **Dezoito pessoas são resgatadas de trabalho escravo em Mato Grosso em 2021**. Disponível em: < [STASI, C. \*\*A crise ecológica no Pantanal: Quais respostas são necessárias?\*\* Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/A-crise-ecologica-no-Pantanal-Quais-respostas-sao-necessarias>. Acesso em: 26 março de 2024.  
Unesco declara Pantanal Reserva da Biosfera. MMA. Gov. 2000. Disponível em: <Unesco declara Pantanal Reserva da Biosfera — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima \(\[www.gov.br\]\(http://www.gov.br\)\)>. Acesso em 16 jan. de 2024.](http://www.sesp.mt.gov.br/-/18827944-dezoito-pessoas-sao-resgatadas-de-trabalho-escravo-em-mato-grosso-em-2021#:~:text=Dado%20foi%20apresentado%20pela%20Comiss%C3%A3o,de%20Combate%20ao%20Trabalho%20Escravo&text=Dezoito%20pessoas%20foram%20resgatadas%20de,Grosso%20no%20ano%20de%202021.>. Acesso em: 23 de fev. de 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

OLIVEIRA, R. **Comunidade quilombola contaminada por agrotóxico lutam pela preservação da ancestralidade**. Agrotóxico Mata: Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida, 2022. Disponível em: < <https://contraosagrototoxicos.org/comunidades-quilombolas-contaminadas-por-agrototoxicos-lutam-pela-preservacao-da-ancestralidade/>>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

PERES, J. **Governo projeta redução de até duas vezes na área plantada de arroz**. O Joio e o trigo. 2021. Disponível em: < <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/governo-projeta-reducao-de-ate-duas-vezes-na-area-plantada-de-arroz/>>. Acesso: 22 de Fev. de 2022.

WESTIN. R. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. Arquivos Acervo Nacional. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>>. Acesso em 22 de fev. de 2022.

WWF. **Fogo matou 17 milhões de vertebrados no Pantanal em 2020**. 2021. Disponível em: <

## ANEXOS



Universidade Federal da Grande Dourados  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Área de Concentração “Produção do Espaço  
Regional e Fronteira”



Pesquisadora: Valéria do Ó Loiola

### **Roteiro de entrevista - Camponeses**

Nome do assentamento:

---

Município:

---

1. Comente sobre o processo de luta pela terra e aquisição do assentamento.
2. Como você descreveria a vida no assentamento?
3. Quais são as principais reivindicações e conquistas atuais?
4. Qual é sua visão sobre a produção de soja em Cáceres?
5. Houve casos de contaminação por agrotóxicos no assentamento?
6. Existem relatos de apropriação indevida de terras?
7. Como a organização camponesa se dá no assentamento?
8. Quais desafios e conquistas surgem frente ao agronegócio?
9. De que maneira os enfrentamentos fortalecem o grupo?
10. Você se vê participando nas tomadas de decisão e em políticas públicas?
11. Quanto tempo você mora no assentamento e onde vivia antes?
12. Como sua vida mudou após o assentamento?
13. O que você produz no lote? Usa agrotóxicos?
14. Como é a infraestrutura e os instrumentos de trabalho no seu lote?
15. Qual a área total e como ela é utilizada?
16. Recebe assistência técnica? Isso tem ajudado?
17. Qual é sua principal fonte de renda?
18. Você utiliza práticas orgânicas ou agroecológicas? Consideraria mudar para a agricultura convencional?
19. Como comercializa sua produção? O preço é justo?
20. Como você vê a vida no campo hoje?
21. Participa de alguma cooperativa?

22. Já precisou de financiamento para sua produção?
23. Os jovens da comunidade permanecem no campo?
24. Como o governo interfere na reforma agrária? Ajuda?
25. Conhece casos de arrendamento de terras no assentamento?
26. Quais foram as principais mudanças no assentamento nos últimos anos?
27. Quais são as maiores dificuldades e quais melhorias são necessárias?



Universidade Federal da Grande Dourados  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Área de Concentração “Produção do Espaço  
Regional e Fronteira”



Pesquisadora: Valéria do Ó Loiola

### **Roteiro de entrevista**

1. Comente um pouco sobre o processo de luta pela terra e aquisição.
2. Como pode descrever a vida do assentado.
3. Na atualidade, quais são as maiores reivindicações e quais conquistas?  
O que foi alcançado a partir da luta coletiva?
4. Qual sua percepção sobre a soja em Cáceres: quais são as perspectivas/olhar sobre essa produção?
5. Já tiveram casos de contaminação por agrotóxico no assentamento?
6. Existem relatos de apropriação de terras de forma indevida?
7. Principais formas de organização e resistência camponesa.
8. Principais conquistas e possíveis enfrentamentos diante da expansão do agronegócio e latifúndio?
9. De que maneira esse enfrentamento favorece para a construção do processo de empoderamento do grupo?
10. Se percebe como sujeito participante nas tomadas de decisão e na elaboração de políticas públicas que visam melhorias para o coletivo?